O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 • JULIO MESQUITA (1862—1927)  150 ANOS Quarta-feira 19 de FEVEREIRO de 2025 • R$ 7,00 • Ano 146 • Nº 47972 | estadao.com.br

Nas mãos do STF __A6 e A7

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



Antes de ser denunciado pela PGR, Bolsonaro participou de almoço no Senado; ex-presidente disse ter apoio para aprovar projeto de anistia

Bolsonaro e 33 aliados são denunciados pela PGR por tramar golpe de Estado

__ Esta é a primeira acusação formal contra o ex-presidente; se for condenado, as penas, somadas, podem ultrapassar 43 anos de prisão

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, denunciou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e 33 aliados por tramar um golpe após derrota na eleição de 2022 para Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Depois de analisar inquérito da PF, Gonet concluiu que Bolsonaro articulou uma ruptura institucional que o manteria no cargo e concordou com plano para matar Lula e o ministro do STF Alexandre de Moraes. Também foram denunciados o ministro da Defesa e o comandante da Marinha de seu governo. A 1.ª Turma do STF decidirá se instaura ação penal. Se Bolsonaro for condenado por abolição violenta do estado democrático de direito, entre outros crimes, as penas podem chegar a 43 anos de prisão. É a primeira acusação formal contra Bolsonaro, indiciado antes por fraude em cartão de vacinação e venda de joias da Presidência.

Notas e Informações __A3

Bolsonaro a caminho do banco dos réus

Defesa chama acusação de 'inepta'

Advogados de Bolsonaro sustentam que denúncia atribui a ele "planos contraditórios entre si" e se baseia "em uma única delação premiada". __A7

Poderes __ A8

Congresso quer retomar verbas do orçamento secreto

Cúpula do Legislativo articula aprovação de projetos de lei para reaver verbas de emendas questionadas pelo STF.

E&N Custo de vida __B1

Lula adia exigência de maior uso de biodiesel por temer impacto na inflação

Mistura de biodiesel ao diesel iria aumentar em 1.º de março, mas governo viu risco de alta nos combustíveis e alimentos.

Medicina privada __A15

ANS propõe novo tipo de plano de saúde que só inclui consultas e exames

Internações, pronto-socorro e tratamento não teriam cobertura. Proposta da ANS foi submetida a consulta pública.

Vera Rosa __A10

A crise política tem nome

Andrés Oppenheimer __A12

O sinal verde de Trump à corrupção

Fábio Alves __B9

O PIB e os juros de Lula

E&N Em disputa com os EUA __ B12

China busca no Brasil metais estratégicos, em negócios bilionários

Em 6 meses, grupos chineses investiram R$ 4,7 bi para explorar metais não ferrosos no País. Em novembro, o alvo no AM foram minas para produção de estanho e nióbio. Um segundo negócio, fechado ontem, busca níquel em GO.

Ucrânia isolada __A11

Em reunião, Rússia e EUA vão além da guerra e negociam parceria econômica

Governo Trump rompe isolamento ocidental do Kremlin, com plano de cooperação geopolítica e comercial.

Crime organizado __A13

Novo delator expõe negócios que ligam PCC à máfia italiana em três continentes

Graças à delação do empresário Marco José de Oliveira, investigação desvendou esquema que teria movimentado R$ 2 bilhões em 4 anos.

'Mainha do crime' __A14

Líder de quadrilha que teria matado ciclista é presa

C2 Candidato ao Oscar __C1 e C3

'O Brutalista', um favorito com 3h30



UNIVERSAL PICTURES

Estreia amanhã no Brasil o drama ganhador do Globo de Ouro. Longa com Adrien Brody concorre a 10 Oscars.

Rio Open __A18

João Fonseca é eliminado na estreia por francês por 2 a 0

Fornos urbanos __ C6 e C7

As cidades campeãs de calor no interior de São Paulo

Edição de hoje
5 CADERNOS – 76 páginas

Caderno A Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N Destacar Economia & Negócios
C2 Cultura & Comportamento, A fundo
JC Jornal do Carro

Tempo em SP
24° Mín. 31° Máx.

ISSN - 1516-293-1

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO, IANDER PORCELLA E ISADORA DUARTE
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Bolsonaro reúne deputados do PL e faz as contas para Câmara pautar anistia ao 8/1

Horas depois de ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-presidente Jair Bolsonaro se reunirá com deputados do PL em reunião na manhã de hoje. Os parlamentares começaram a fazer as contas para garantir que a Câmara paute a anistia aos condenados do 8 de Janeiro, medida que pode acabar beneficiando o ex-presidente. O cálculo é o seguinte: é necessário ter o apoio de 80% das bancadas de Republicanos, União Brasil e PSD. Se esse patamar for alcançado, a liderança do PL pedirá que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), leve o projeto de lei para votação no plenário. Bolsonaristas têm procurado os dirigentes nacionais das siglas para convencê-los a embarcar na ideia.



SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Ricardo Salles,
deputado federal (Novo-SP)

• **PLANILHA.** O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), é o responsável pela contagem dos votos na Casa e pela interlocução com Motta. Ao mesmo tempo, Bolsonaro articula apoio à anistia no Senado. Ontem, ele almoçou com senadores também para tratar do assunto.

• **COPIA...** A decisão do governo Lula de barrar o aumento do porcentual mínimo da mistura de biodiesel ao óleo diesel repete medida tomada por Bolsonaro. Nos dois casos, o pano de fundo é o mesmo: uma tentativa de evitar impacto na inflação em momento de crise na popularidade.

• **...E COLA.** A previsão era de que o porcentual de biodiesel no diesel chegasse a 15% em março, mas o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) confirmou ontem a manutenção em 14%. Em novembro de 2021, às vésperas do ano eleitoral, o governo Bolsonaro chegou a reduzir de 13% para 10% a mistura.

• **RECUO.** O Ministério da Agricultura vai flexibilizar uma portaria que exige a marcação da data de validade na casca de cada ovo comercializado. As pequenas granjas não precisarão gravar a validade a laser. Para as demais granjas, a norma continua válida e entrará em vigor em 5 de março.

• **BRONCA.** Como mostrou a *Coluna*, o governo corria risco de um revés na Câmara. A bancada do Novo apresentou um projeto de decreto legislativo para derrubar a medida do ministério. "É só mais um custo absurdo jogado nas costas dos produtores e, no fim, quem paga a conta é o povo", afirmou o deputado **Ricardo Salles** (Novo-SP).

• **FALANDO NISSO...** O deputado Evair de Melo (PP-ES) exigiu que a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, informe se é legal o consumo de ovos de ema e de jabuti pelo presidente Lula. Recentemente, o petista defendeu o consumo das iguarias.

• **ISSO, ISSO.** A advogada Mariana Magni, que citou a "Vila do Chaves" e o "juiz Seu Madruga" em um processo apresentado à Justiça do Paraná, disse à *Coluna* que cometeu um "equívoco" ao fundamentar o pedido. "Erros materiais são facilmente corrigidos." O juiz rejeitou o pedido para que uma afiliada do SBT apagasse uma reportagem por supostas informações falsas.

• **PONTO.** A senadora Leila do Vôlei (PDT-DF) será a nova presidente da Comissão de Esporte do Senado no biênio 2025 e 2026. A ex-atleta olímpica sucederá ao colega Romário (PL-RJ).

VODCAST 'DOIS PONTOS' | Hoje sobre o impacto do 'tarifaço' de Trump

RENAN ALVES/U380



Lucas Ferraz
Professor de Economia da FGV

"A questão do comércio internacional (protecionismo) não surgiu com o Trump. O que é introduzido agora é um elemento político nas negociações comerciais."

Rubens Barbosa
Ex-embaixador em Washington

"O cenário ideal seria que o Brasil ficasse isento da taxa do aço, mas o melhor possível seria que a gente negociasse cotas, como foi negociado no passado."

ESTADÃO
VODCAST
doispontos
Forme sua opinião sobre os temas mais atuais a partir de análises de dois especialistas.
@estadao
ASSISTA E INSCREVA-SE PARA RECEBER ALERTAS DE NOVOS EPISÓDIOS.



Basta apontar a câmera do seu celular para o QR code acima.
FOTO: PEDRO KIRILOS

O ESTADO DE S. PAULO
Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)
LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO FEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Bolsonaro a caminho do banco dos réus



Denúncia da PGR contra ex-presidente sob acusação de tentativa de golpe tem de ser analisada com serenidade pelo STF. Não pode haver dúvida sobre um processo que tende a sacudir o País

A Procuradoria-Geral da República (PGR) ofereceu denúncia contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros 33 suspeitos de envolvimento numa suposta trama golpista para impedir a posse do presidente Lula da Silva, legitimamente eleito em 2022. Todos foram acusados pelo procurador-geral, Paulo Gonet, de terem cometido os crimes de organização criminosa, tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito, entre outros delitos. Somadas, as penas podem chegar a quase 30 anos de prisão.

O **Estadão** apurou que, no caso de Bolsonaro, Gonet concluiu que o ex-presidente não só tinha conhecimento da sedição, como tomou a frente das articulações para dar um golpe e, assim, permanecer no poder.

O oferecimento da denúncia já era esperado à luz do robusto conjunto de elementos de autoria e materialidade contra os acusados reunidos pela Polícia Federal (PF). O momento, no entanto, é de serenidade, a bem da própria Justiça, já que se trata de um processo que tende a sacudir o País. Em que pesem a gravidade da acusação e a substância desse arcabouço probatório – ao menos o conteúdo que veio a público até o momento –, é o caso de lembrar que nem Bolsonaro nem os demais denunciados ainda são réus, que dirá culpados de qualquer dos graves crimes que lhes foram imputados pela PGR.

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) – composta pelos ministros Luiz Fux, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Flávio Dino – ainda decidirá se aceita ou não a denúncia, o que determinará o início de uma eventual ação penal. Só então os denunciados deixam essa condição para se tornarem formalmente réus.

Embora não integre a Primeira Turma, o ministro presidente do STF, Luís Roberto Barroso, afirmou em entrevista que a Corte selará o destino penal de Bolsonaro "com seriedade, examinando provas". É o que este jornal espera, e não de agora, de qualquer juízo ou tribunal. Mas é forçoso dizer, evidentemente, que Barroso só disse o que disse para responder às justas críticas que têm sido feitas à notável politização do Supremo.

Obviamente, o mínimo que se pode esperar do julgamento de Bolsonaro e dos outros acusados é que ele seja mesmo despolitizado, vale dizer, que o processo seja conduzido com rigor técnico. Todavia, o simples fato de esse anseio elementar ter de ser externado diz muito sobre o contexto que envolve o caso mais importante sob a guarda do Supremo em 2025. Se para todo julgamento a aura de equidade e retidão dos julgadores não pode ser tisnada sem que todo o processo seja comprometido, essa verdade é particularmente relevante no julgamento de um ex-presidente acusado de tramar um golpe de Estado.

Foi o próprio sr. Barroso, convém lembrar, quem alimentou essa desconfiança ao se colocar pessoalmente como um dos responsáveis por "derrotar o bolsonarismo". Quando admoestado no exterior – indevidamente – por um bolsonarista, Barroso repeliu a abordagem com o hoje famoso bordão "perdeu, mané".

Essa atmosfera de desconfiança na atuação do STF no que concerne à denúncia contra Bolsonaro foi diligentemente cultivada pela Corte – e só por ela há de ser dissipada. Para isso, é fundamental que agora o Supremo se ocupe da denúncia com técnica e temperança, não se deixando arrastar por pressões políticas ou ideológicas externas e, sobretudo, internas. As desventuras da Operação Lava Jato, movida pela crença messiânica de que trabalhava pela regeneração nacional, devem servir de exemplo do que acontece quando a exceção se torna regra e, em nome da luta contra o mal – seja a corrupção, seja o golpismo –, o Judiciário se permite ignorar o devido processo legal.

O que está em jogo, ao fim e ao cabo, não é apenas o futuro de Bolsonaro, mas também a própria credibilidade do sistema de Justiça. Disso depende o vigor e a legitimidade da duríssima resposta que deve ser dada a todos os que tentaram solapar a democracia brasileira.●

O pior cego

Pesquisas mostram que cresce na população a percepção de um ecossistema cada vez mais profícuo para a corrupção. Mas o governo está mais preocupado em recriminar os mensageiros

O Brasil atingiu sua pior colocação no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) da Transparência Internacional (TI), caindo da 69.ª posição, com 43 pontos (numa escala de integridade de 0 a 100) no início da série histórica em 2012, para a 107.ª (entre 180 países), com 34 pontos.

Como já virou rotina, o governo, via Controladoria-Geral da União (CGU), abriu fogo contra o mensageiro. "Conversa de boteco", desdenhou o ministro Vinícius Marques, cobrando a TI por aquilo que ela não promete: um índice de ocorrência da corrupção. A ironia é que esse mesmo índice ora espinafrado pelo governo de Lula da Silva foi considerado confiável e pertinente pelos petistas quando apontou problemas nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro.

A corrupção é, por natureza, um crime elusivo. Assassinatos ou roubos são facilmente mensuráveis, ainda que os criminosos não sejam identificados ou punidos. Mas, quanto mais competentes os corruptos, mais invisíveis são seus crimes.

Por isso, o IPC cruza dados de 13 organizações internacionais reputadas com enquetes com lideranças jurídicas, empresariais e acadêmicas para medir a "percepção". Não que ela seja uma mera emoção sem esteio objetivo. Fatores como arbitrariedade e falta de transparência criam um ecossistema fértil à ilicitude. Interpretando as percepções dos especialistas, o relatório da TI elenca condições concretas de risco ou probabilidade de corrupção, ou seja, o cardápio de "ocasiões" que fazem os ladrões. Em 2024, muitas foram gestadas no Executivo, Judiciário e Legislativo.

O loquaz presidente Lula da Silva não só cultiva um silêncio ensurdecedor sobre a pauta anticorrupção, como concertou com o Congresso o fortalecimento das emendas ao Orçamento – uma usina de irregularidades –, omitiu-se diante de indícios de desvios na Codevasf e de mau comportamento de seu ministro das Comunicações, premiou com benefícios bilionários os irmãos Batista – outrora relacionados a cabeludos casos de corrupção –, interferiu na gestão de estatais para acomodar apadrinhados, bateu recordes de negativas a pedidos de acesso à informação e mantém nas sombras as operações do "Novo PAC".

Para a surpresa de ninguém, a TI constata que "foi no âmbito do Judiciário, em particular no STF, onde mais se avançou, em 2024, o desmonte da luta contra a corrupção". As canetadas monocráticas de Dias Toffoli anularam no atacado provas e multas contra centenas de criminosos confessos condenados na Operação Lava Jato. A Procuradoria-Geral da República apresentou recursos contra todas estas decisões, mas – emaranhados em conflitos de interesses, espremidos entre eventos de lobistas – os ministros não encontraram tempo para julgá-los.

Já o Congresso, mesmo se dedicando sofregamente à legalização de cassinos e *bets*, encontra tempo para ampliar com apetite pantagruélico o volume e as modalidades das emendas, que, sob uma cortina de fumaça regimental, degradam políticas públicas, pulverizam a corrupção e distorcem a competição democrática.

À captura do Estado por corporações oligárquicas, some-se a infiltração cada vez mais desabrida do crime organizado nos espaços de poder.

Em sua nota, a CGU sugere que o governo está sendo penalizado por seu afinco no combate à corrupção, já que a "exposição de casos e investigações impacta negativamente a percepção sobre o problema". Longe de reconhecer a gravidade dos fatores de risco cotejados pelo IPC, a CGU entende que ele mesmo mina a "confiança nas instituições democráticas" ao se embasar em pesquisas com "empresários" que não exprimem a "percepção da população" e distorcem o debate. Faltou pouco para denunciar a TI como um agente de desinformação da extrema direita, empenhada em atacar a democracia e conspirar contra o governo do povo.

Ironicamente, no mesmo dia, uma pesquisa do PoderData revelou que em um ano cresceu de 39% para 45% a parcela da população que acha que aumentou a corrupção sob Lula; e outra da Atlas informou que as maiores preocupações da população são, de longe, a criminalidade e a corrupção, e entre as maiores reprovações ao governo estão, ora vejam, o combate à criminalidade e à corrupção.●

ESPAÇO ABERTO

Descalabro total

José Renato Nalini

O balanço da situação ambiental brasileira é de envergonhar até os mais empedernidos negacionistas. O Brasil esteve em chamas durante o ano de 2024, com incêndios que destruíram uma área superior ao Estado do Rio Grande do Sul.

Incrível imaginar que o Pantanal, a região mais úmida do planeta, apresente a situação de estiagem que prejudicou a população e impediu a exploração do turismo, uma das mais expressivas fontes de rendimento para seus moradores.

Lastimável que um governo que trouxe de volta Marina Silva, a "grife verde" internacionalmente reconhecida, tenha patinado em soluções. Falar em "desmatamento zero" para uma data posterior a "ontem" parece piada. O desmatamento deve ser uma política estatal inegociável. E ele só não é solução. Necessita de urgente replantio.

Áreas degradadas, pastos abandonados e imensas glebas que foram devastadas devem receber imediato reflorestamento. Isso é o que o governo e o empresariado, o terceiro setor, os fundos ambientais e a sociedade civil que não perdeu a lucidez estão a dever para as futuras gerações.

Promessas como a da criação da "Autoridade Climática" são marketing que lembra *greenwashing*. O Supremo Tribunal Federal (STF) se posiciona a favor da natureza, mas precisaria ir além. O desastre ecológico é tamanho que requer o reconhecimento de um "estado de coisas inconstitucional". É um atentado à raiz do pacto fundante, que possui o artigo 225 na Constituição federal de 1988, então considerada "a mais bela norma constitucional do século 20". Isso porque o constituinte contemplou um direito intergeracional: o futuro da humanidade é credor de nossas obrigações ecológicas atuais.

Urge admitir que tudo falhou em termos de precaução e de prevenção. Agora, é trabalhar com a realidade: vão se intensificar os fenômenos extremos. Há certeza em sua ocorrência, apenas não é possível precisar exatamente quando acontecerão.

Criar cidades resilientes é missão coletiva. Inviável acreditar que o poder público tenha condições de responder a todos os desafios. Como ninguém está excluído de colher

> *O Brasil tem um compromisso inadiável em 2025: mostrar que São Paulo leva a sério as emergências climáticas*

as consequências das gravíssimas emergências climáticas, a todos incumbe-se conscientizar e fazer algo a respeito. Com o intuito de salvar vidas. O que está em jogo não é a natureza como bem da vida, indispensável à sadia qualidade existencial. É a sobrevivência dos mais vulneráveis.

Existe prova suficiente de que ondas de calor matam mais do que o frio. Por óbvio, o calor não vai constar do assento de óbito como "causa mortis". Mas foi a causa remota, deflagradora de condições mórbidas, que levou à morte.

O setor da construção civil precisa também se responsabilizar por soluções de acordo com a natureza. Não exaurir a área edificável, cimentando-a, concretando-a, ladrilhando-a, de maneira a não existir um centímetro quadrado de solo drenante. Lembrar que, se o transporte é o maior vilão na venenosa emissão de gases causadores do efeito estufa, o segundo é a energia estacionária. Até quando será possível recorrer ao condicionamento de ar, hoje acessível a uma faixa privilegiada da população e vedada aos mais carentes?

Devolver à natureza aquilo que dela se subtraiu durante séculos. É preciso multiplicar os jardins de chuva, restaurar as vagas verdes, para não continuar a servir exclusivamente ao automóvel em detrimento das pessoas, criar florestas urbanas. Plantar em todas as nesgas de terra que sobraram à explosão imobiliária. O verde é o maior amigo da vida.

O ideal seria que todos os municípios brasileiros adotassem a estratégia de cidade esponja, de eficácia já comprovada na China e em Cingapura, para que as precipitações pluviométricas não encontrassem essa camada impermeabilizada que favorece a formação de correntezas, enchentes, inundações, desmoronamentos e mortes.

Recuperar nascentes, córregos e cursos d'água sacrificados para edificar leitos carroçáveis para veículos abastecidos a combustível fóssil seria algo factível, pois cidades em outros países já o fizeram. Tudo em consonância com o Plano Hídrico de São Paulo, que propõe inverter a lógica predominante e errática até há pouco observada por seguidas gestões paulistanas. Colocar a água como parte protagonista da vida urbana, a servir para a mobilidade, para o esporte, para o entretenimento e para a paisagem.

O Brasil tem um compromisso inadiável em 2025: não é apenas sediar a COP-30 e exibir o descalabro total no bioma amazônico, para receber os investimentos que a bioeconomia reclama. É mostrar que São Paulo, a maior cidade brasileira e a quinta mundial, leva a sério as emergências climáticas e, além de ser a "Capital Verde", já certificada pela União das Cidades Capitais Ibero-Americanas, pode vir a ser a "Capital da Resiliência", se houver conjugação de esforços do poder público e da operosa sociedade civil. O momento é promissor, pois o negacionismo se constrangeu e arrefeceu a sua resistência, vencido por evidências irrecusáveis.

O espírito bandeirante dos paulistas pode enfrentar o desafio e compensar o que a hesitação e a burocracia produziram na Amazônia, Pantanal e Cerrado. Se isso acontecer, os fragmentos de Mata Atlântica resistentes à sanha dendroclasta agradecerão. ●

REITOR DA UNIREGISTRAL, DOCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO DA UNINOVE, É SECRETÁRIO-EXECUTIVO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE SÃO PAULO

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada • **E-mail:** forum@estadao.com

Judiciário

'Fake news'

Que maravilha é a liberdade de expressão, que proporcionou ao desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo dr. Ricardo Pessoa de Mello Belli contrapor-se às notícias sobre os "penduricalhos" pagos a magistrados no Brasil e que fazem sua remuneração extrapolar o teto constitucional, conclamando sua classe contra o que ele julga ser um "grave ultraje" da imprensa nacional (*'Fake news'*, 18/2, A5). Não convenceu, porque os números estão aí e são por nós conhecidos graças à liberdade de uma imprensa de qualidade que não se curva a corporativismos.

Ricardo M. da Silva
São Paulo

Tempos sombrios

Entendo a indignação do desembargador Mello Belli, mas, salvo melhor juízo, a crítica que se faz ali é um pleito indefensável, ao menos sob o ponto de vista dos interesses da sociedade. O que preocupa é a conclamação do desembargador a que magistrados exijam das associações de classe providências contra o que ele chama de "grave ultraje" da imprensa – providências que serão analisadas pelo próprio Judiciário, beneficiário das "diferenças remuneratórias não satisfeitas no momento oportuno" e das verbas indenizatórias que extrapolam o teto constitucional. Tempos sombrios.

João Eduardo da Silva
São Paulo

Pesado fardo

A propósito do artigo do desembargador Mello Belli no **Estadão** de ontem, é sempre bom lembrar o paradoxo: são os juízes que garantem a liberdade de imprensa, mas também são eles que podem cerceá-la quando esta se torna inconveniente. Não deixa de ser um poder e tanto. Afinal, enquanto o teto constitucional se mostra elástico para os iluminados da magistratura, a paciência com críticas parece ser infinitamente mais curta. Talvez devêssemos conceder um *auxílio indignação* para compensar todo este desgaste emocional. É o mínimo que se pode fazer por aqueles que, além de julgar, carregam o pesado fardo de serem incompreendidos.

José Adenauer Aragão Lima
São Paulo

ICMBio

Questão fundiária

Sobre o artigo intitulado *Cheque em branco para o ICMBio* (**Estadão**, 12/2, A5), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) esclarece que há ali informações que podem induzir o leitor a interpretações distorcidas sobre as atividades do instituto e sobre o processo de regularização fundiária das unidades de conservação federais. O Instituto Chico Mendes é responsável pela gestão de 340 unidades de conservação federais, fundamentais para a proteção da biodiversidade, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e o enfrentamento da mudança do clima. Com um orçamento e um quadro de servidores insuficientes diante do tamanho de sua missão, um dos principais desafios estruturais do instituto é a regularização fundiária, uma questão complexa e essencial, regida por normativas rigorosas e submetida a auditorias constantes. Diferentemente do que sugere o artigo, o processo de regularização fundiária não é regido por orientação ideológica: seguimos as leis com embasamento técnico e jurídico. Em estrita observância ao marco legal, entre 2009 e agosto de 2024, mais de 243 mil hectares foram adquiridos com recursos da compensação ambiental, mecanismo amparado na lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). Esses recursos não provêm de fonte pública e não impactam o orçamento ordinário da União. A insinuação de que o instituto, criado em 2008, promove conflitos deliberados com comunidades é infundada. O instituto adota a gestão participativa, estabelece acordos e termos de compromisso com diversas comunidades tradicionais, garantindo seu modo de vida e promovendo a conservação dos territórios. As normas de ocupação e utilização das unidades de conservação são estabelecidas por lei, cabendo ao ICMBio zelar pelo seu cumprimento. O instituto tem pouco poder discricionário nesse sentido, especialmente quando a ação é requerida por decisão do Judiciário. Ressalte-se que alguns autores do artigo não integram e não representam povos e comunidades tradicionais, mas têm interesses pessoais questionados judicialmente pelo instituto. Organizações legitimamente representativas de povos e comunidades tradicionais são conhecedoras das ações do instituto em respeito a seus direitos territoriais. Seguimos abertos ao diálogo e à construção de soluções conjuntas, sempre com base em fatos, legislação e princípios democráticos.

Mauro Pires, presidente ICMBio
Brasília

ESPAÇO ABERTO

A falsa dicotomia brasileira

Carol Proner

O Brasil é um dos países mais liberais do mundo quanto à soberania territorial. A Lei de Terras permite que até 25% do território nacional seja controlado por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras. Para garantir que o porcentual legal seja respeitado em cada município, a legislação exige que cidadãos ou empresas de capital majoritariamente estrangeiro obtenham autorização prévia do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Congresso Nacional, antes de assumirem vastas extensões de terra no País.

A Lei 5.709/1971, recepcionada pela Constituição federal de 1988, está em vigor há mais de 50 anos e presume cuidados quanto ao uso do território. A legislação complementar e os cuidados regulatórios incluem esclarecimentos sobre o manejo das áreas, limites florestais e mesmo regulação de limites e fronteiras com outros países. Esses aspectos são essenciais para garantir que a soberania nacional seja respeitada, protegendo não só o território, mas também os interesses econômicos e sociais da população brasileira.

Mesmo com as controvérsias dos novos tempos do capitalismo financeiro, fato é que a legislação nunca impediu o investimento estrangeiro em setores estratégicos como o agronegócio brasileiro. O País foi o segundo maior destino de investimentos estrangeiros diretos no mundo em 2024, perdendo apenas para os Estados Unidos, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Até julho de 2023, pessoas físicas e jurídicas equiparadas a estrangeiras já haviam registrado legalmente a posse de cerca de ao menos 6,5 milhões de hectares no País, de acordo com os dados enviados ao Congresso Nacional pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Trata-se de uma área maior que a do Estado da Paraíba. Se fosse uma nação, o território controlado por estrangeiros no Brasil seria maior do que a Croácia, a Dinamarca e os Países Baixos.

> *O Brasil segue a tendência de outras economias em desenvolvimento, a de crescer sem abrir mão de sua capacidade de regulação fundiária e de proteção territorial*

Os números confirmam a tendência concessiva e até generosa da regulação brasileira, o que não significa eximir os estrangeiros de cumprir a legislação e os critérios a ela relacionados que, entre outras missões, ajudam a proteger a soberania territorial, alimentar, energética e ambiental. Mesmo as alterações legislativas mais recentes, como as que tiveram em 2020, ampliaram a possibilidade de "estrangeirização" de terras por meio de fundos financeiros, mas o Congresso não ousou alterar o parágrafo primeiro da lei de 1971, preservando as regras de aquisição e arrendamento de terra por estrangeiros.

Mesmo diante de tantos cuidados estatais, setores econômicos poderosos refutam a legislação com argumentos estritamente contratualistas. O caso emblemático é o da Paper Excellence, empresa sino-indonésia que assinou em 2017 um contrato para adquirir 100% das ações da empresa Eldorado Brasil Celulose. A Eldorado é uma empresa brasileira, com 5 mil funcionários e mais de 450 mil hectares de terras entre plantações de eucalipto e áreas de preservação. Trata-se de uma área cujo território equivale a 70 vezes a ilha de Manhattan, em Nova York, nos Estados Unidos.

Na Justiça e na imprensa, a Paper Excellence tenta configurar essa imensidão de terras como irrelevante no contexto do negócio. As autorizações do Incra e do Congresso não foram sequer solicitadas pela empresa estrangeira que, para suprir essa condição insanável no contrato de compra e venda, argumenta que a lei é obsoleta, demanda novas interpretações ou provoca insegurança jurídica. Eis que, confrontados com os cânones soberanos, foi barrada pelo órgão de regulação e pelo Judiciário brasileiro.

Ao mesmo tempo em que busca junto a congressistas e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para que alterem a validade constitucional da Lei 5.709, os pretendentes da Paper Excellence resistem a cumprir as leis nacionais e repelem seguidas decisões administrativas e judiciais.

A Paper Excellence já teve seus pedidos negados por todos os órgãos administrativos e judiciais correspondentes: o Incra, o Ministério Público Federal (MPF), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF-4), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e até mesmo o Supremo Tribunal Federal. E mesmo com decisões convergentes e harmônicas destinadas a regular o controle fundiário do País, a parte inconformada acusa uma falsa dicotomia, a de que os investidores internacionais e os negócios jurídicos estrangeiros estariam ameaçados simplesmente pela aplicação de uma lei em vigor há mais de meio século para proteger a soberania nacional.

A realidade, no entanto, contradiz a argumentação instrumental. O Brasil segue a tendência de outras economias em desenvolvimento, a de crescer sem abrir mão de sua capacidade de regulação fundiária e de proteção territorial. Em lugar de uma falsa dicotomia, o que temos é justamente a regulação na forma devida, viabilizando os investimentos estrangeiros legais e garantindo a estabilidade e a confiança para atrair investimentos para o País. Não há segurança jurídica ou econômica sem soberania. ●

ADVOGADA, DOUTORA EM DIREITO, É PROFESSORA DE DIREITO INTERNACIONAL DA UFRJ

TEMA DO DIA

RODRIGO COCA/ AGÊNCIA CORINTHIANS



Futebol americano

NFL fecha nova partida em SP neste ano e negocia para ter 2 jogos no País em 2026

A Neo Química Arena, do Corinthians, receberá novo duelo da temporada regular da competição, com o Los Angeles Chargers como time mandante contra adversário a definir. No próximo ano, o Rio poderá receber um jogo. ●

7.753 interações

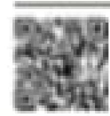
Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Vai estragar o gramado no estádio novamente."
GILSON HILDA SANTOS

● "Depois do péssimo serviço feito no jogo do ano passado, eu não volto nunca mais. Meu dinheiro a NFL não pega mais."
RODRIGO R. MARINO

● "Será que vão reclamar do gramado de novo???"
JOÃO GILBERTO CÂNDIDO

● "Eles querem empurrar essa porcaria de futebol deles na gente!"
FABIO BLAS



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO



Clima



Até quando vai a atual onda de calor? ●
https://encr.pw/FiknD

Guia Pet Friendly



Os pets estão redefinindo o mercado e a sociedade. ●
https://l1nq.com/Wt4Z5

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP: 02588-900 - São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo). **BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo). ● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2574 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cas@estadao.com



Bolsonaro foi ao Congresso ontem para almoço com senadores da oposição; 'Eu não tenho preocupação com as acusações, zero', disse antes de ser denunciado pela PGR

Inquérito do golpe

Bolsonaro é denunciado como líder de organização que tentou golpe de Estado

Outros 33 indiciados foram alvo de Gonet, incluindo o candidato a vice-presidente, Braga Netto, ex-ministros e ex-comandantes do Exército e da Marinha; STF vai decidir se instaura ação penal

RAYSSA MOTTA
SÃO PAULO
WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, denunciou ontem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros 33 indiciados em inquéritos da Polícia Federal. Após analisar durante três meses as provas reunidas pela PF, que havia enquadrado o ex-presidente, Gonet concluiu que Bolsonaro não apenas tinha conhecimento do plano golpista como liderou as articulações para uma ruptura institucional após ser derrotado na eleição presidencial de 2022.

Em nota, a defesa do ex-presidente disse que ele "jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito ou das instituições que o pavimentam". Mais cedo, após almoço com a bancada do PL no Senado, Bolsonaro foi questionado se estava tranquilo em relação à iminente denúncia. "Não tenho preocupação com as acusações, zero", respondeu (*mais informações nesta página*).

Também foram denunciados o ex-ministro da Defesa e ex-vice na chapa de Bolsonaro na eleição de 2022, general Walter Braga Netto; o ex-ministro da Defesa e ex-comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira; o ex-comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos; o ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres; o ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno; o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid; o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e atual deputado federal, Alexandre Ramagem (PL-RJ), entre outros.

A denúncia de 272 páginas foi enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF). Cabe agora aos ministros da Primeira Turma analisar o documento para decidir se há provas suficientes para abrir uma ação penal. O relator é Alexandre de Moraes.

É a primeira acusação formal contra Bolsonaro, que foi indiciado em outras duas investigações – os casos envolvendo fraude em seu cartão de vacinação e o desvio e venda de joias do acervo da Presidência, revelado pelo **Estadão**. O inquérito do golpe liga todas as investigações.

> ***"A organização tinha por líderes o próprio presidente da República e o seu candidato a vice, o general Braga Netto. Ambos aceitaram, estimularam e realizaram atos tipificados na legislação penal de atentado contra o bem jurídico da existência e independência dos Poderes e do estado de direito democrático"***
>
> ***"O plano (de matar Lula, Alckmin e Moraes) foi arquitetado e levado ao conhecimento do presidente da República, que a ele anuiu"***
>
> **Trecho da denúncia da Procuradoria-Geral da República**

Caso a denúncia seja acolhida, o ex-presidente e os demais acusados irão responder como réus pelos crimes de abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, organização criminosa, dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima, e deterioração de patrimônio tombado.

As penas somadas podem chegar a 43 anos de prisão em caso de condenação.

A peça menciona o ex-presidente 203 vezes. Bolsonaro é apontado como líder de uma organização criminosa "baseada em projeto autoritário de poder" e "com forte influência de setores militares".

"A organização tinha por líderes o próprio presidente da República e o seu candidato a vice-presidente, o general Braga Netto. Ambos aceitaram, estimularam e realizaram atos tipificados na legislação penal de atentado contra o bem jurídico da existência e independência dos Poderes e do estado de direito democrático", diz um trecho da acusação.

'PUNHAL VERDE E AMARELO'. A denúncia também crava que Bolsonaro sabia e concordou com o plano "Punhal Verde e Amarelo" para matar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o vice Geraldo Alckmin (PSB) e o ministro Alexandre de Moraes. "O plano foi arquitetado e levado ao conhecimento do presidente da República, que a ele anuiu." Mauro Cid relatou em delação que Bolsonaro foi quem solicitou o monitoramento de Moraes.

No documento apresentado a Moraes, Gonet diz que as investigações "revelaram aterradora operação de execução do golpe, em que se admitia até mesmo a morte do presidente da República e do vice-presidente da República eleitos, bem como a de ministro do Supremo Tribunal Federal".

O procurador-geral não poupou elogios ao trabalho da PF durante a investigação de mais de dois anos. Gonet afirmou que o relatório final apresentado pelos agentes é de "louvá- ⊕

Eufrázio

WILTON JUNIOR/ESTADÃO



ACUSAÇÃO FORMAL

Jair Bolsonaro, ex-presidente da República, é apontado como líder de uma organização criminosa 'baseada em projeto autoritário de poder' e 'com forte influência de setores militares'

Principais alvos
Ao todo, 34 investigados foram denunciados


JAIR BOLSONARO
EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA


ALMIR GARNIER SANTOS
EX-COMANDANTE DA MARINHA


ALEXANDRE RAMAGEM
DEPUTADO FEDERAL E EX-DIRETOR DA ABIN


ANDERSON TORRES
EX-MINISTRO DA JUSTIÇA E EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL


AUGUSTO HELENO
EX-CHEFE DO GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL


PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA
EX-MINISTRO DA DEFESA E EX-COMANDANTE DO EXÉRCITO


MAURO CID
EX-AJUDANTE DE ORDENS DE BOLSONARO


WALTER BRAGA NETTO
EX-MINISTRO DA DEFESA E EX-VICE NA CHAPA DE BOLSONARO NA ELEIÇÃO DE 2022

Os crimes
A denúncia acusa os investigados de:

1. Tentativa de abolição violenta do estado democrático de direito
2. Golpe de Estado
3. Organização criminosa armada
4. Dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima
5. Deterioração de patrimônio tombado

Próximos passos ▶ **Supremo**
CABE AGORA AOS MINISTROS DA PRIMEIRA TURMA DO STF ANALISAR O DOCUMENTO PARA DECIDIR SE HÁ PROVAS SUFICIENTES PARA ABRIR UMA AÇÃO PENAL. O RELATOR É ALEXANDRE DE MORAES

FONTE: PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

⊕ vel minúcia", além de ser um "excepcional trabalho de investigação". "Em lances argutos e por meios eficazes, a Polícia Federal celeremente conseguiu desvendar fatos que surpreendem e abismam, com notável percuciência técnica e inteligência investigativa."

Os elogios à corporação foram apresentados na comunicação enviada ao gabinete de Moraes, que é o relator da investigação sobre a suposta tentativa de golpe entre o fim de 2022 e o início de 2023, após a derrota de Bolsonaro nas urnas e o início do terceiro mandato de Lula no Palácio do Planalto.

"Esse grupo da organização criminosa atuou para pressionar o comandante do Exército e o Alto-Comando, formulando cartas e agitando colegas em prol de ações de força no cenário político, tudo para impedir que o candidato eleito assomasse ao Palácio o Planalto. Visava-se manter no poder o então presidente Bolsonaro", escreveu o procurador-geral.

REUNIÃO. Do total de 34 acusados, 23 são militares. Gonet menciona na denúncia a reunião do ex-presidente com os comandantes das Forças Armadas e o então ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, no dia 14 de dezembro de 2022. O encontro teria sido uma ação preparatória para o golpe. Segundo a PF, o plano não foi colocado em prática porque a cúpula do Exército não aderiu.

O procurador-geral da República afirma que Bolsonaro buscava apoio a uma "insurreição". "Quando um presidente da República, que é a autoridade suprema das Forças Armadas, reúne a cúpula dessas Forças para expor planejamento minuciosamente concebido para romper com a ordem constitucional, tem-se ato de insurreição em curso, apenas ainda não consumado em toda a sua potencialidade danosa", afirma Gonet.

O documento da PGR diz que grupo de aliados do então presidente sugeriu que ele afrontasse as decisões do Supremo e cita o período de março de 2021, "poucos dias depois de Lula da Silva haver superado a causa de inelegibilidade".

"Para melhor compreensão dos fatos narrados, convém recordar que, a partir de 2021, o presidente da República adotou crescente tom de ruptura com a normalidade institucional nos seus repetidos pronunciamentos públicos em que se mostrava descontente com decisões de tribunais superiores e com o sistema eleitoral eletrônico em vigor. Essa escalada ganhou impulso mais notável quando Luiz Inácio Lula da Silva, visto como o mais forte contendor na disputa eleitoral de 2022, tornou-se elegível, em virtude da anulação de condenações criminais", escreveu Gonet. ● COLABORARAM JULIANO GALISI E HEITOR MAZZOCO

'Causa indignação e constrangimento', diz ministro da Defesa

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, foi quem avisou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR). Lula estava em um jantar, no Palácio Itamaraty, em homenagem ao presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa. Saboreava uma posta de peixe assado envolto em folha de mostarda.

Ao ser informado da acusação, o presidente pediu a José Múcio a lista dos denunciados. "Estávamos todos esperando, mas o bom é que isso acabe. Ninguém aguenta mais. Precisamos virar essa página", afirmou o ministro da Defesa. "Claro que o que foi feito (*tentativa de golpe*) causa indignação, mas também constrangimento." ● VERA ROSA

Em nota, defesa do ex-presidente chama acusação de 'inepta'

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) divulgou nota na noite de ontem na qual classificou como "inepta" a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) e afirma que a acusação formal foi recebida com "estarrecimento e indignação". Conforme seus advogados, Bolsonaro "jamais compactuou com qualquer movimento que visasse a desconstrução do estado democrático de direito ou das instituições que o pavimentam".

"A despeito dos quase dois anos de investigações – período em que foi alvo de exaustivas diligências investigatórias, amplamente suportadas por medidas cautelares de cunho invasivo, contemplando, inclusive, a custódia preventiva de apoiadores próximos –, nenhum elemento que conectasse minimamente o presidente à narrativa construída na denúncia, foi encontrado", diz a nota da defesa.

Os advogados afirmam ainda que "não há qualquer mensagem" de Bolsonaro "que embase a acusação, apesar de uma verdadeira devassa que foi feita em seus telefones pessoais".

"A inepta denúncia chega ao cúmulo de lhe atribuir participação em planos contraditórios entre si e baseada numa única delação premiada, diversas vezes alteradas, por um delator que questiona a sua própria voluntariedade. Não por acaso ele mudou sua versão por inúmeras vezes para construir uma narrativa fantasiosa."

Antes de ser denunciado, o ex-presidente participou ontem de um almoço com senadores da oposição e demonstrou irritação ao ser questionado sobre a possibilidade de se tornar alvo da uma acusação formal. "Olha para a minha cara, o que tu acha? Eu não tenho preocupação com as acusações, zero", afirmou. Disse ainda que esperava "ter acesso aos autos", em referência ao processo.

Após almoço com parlamentares das bancadas do PL e do Novo, o ex-presidente declarou ainda que aprovar a anistia para os condenados do 8 de Janeiro era uma prioridade e que, no seu caso, uma revisão da Lei da Ficha Limpa resolveria. Agora denunciado por tentativa de golpe, Bolsonaro foi condenado à inelegibilidade até 2030 pela Justiça Eleitoral.

"Não é anistia o meu caso. O meu caso é mudar a Lei da Ficha Limpa. Deixa amadurecer um pouquinho mais. O pessoal está entendendo que a Lei da Ficha Limpa é usada para perseguir a direita, só isso", disse. Parlamentares alinhados a Bolsonaro passaram a defender a diminuição do prazo de inelegibilidade determinado pela Ficha Limpa, de oito anos para dois anos.

'FANTASIOSA'. Também denunciado pela Procuradoria-Geral da República, o general Braga Netto, ex-ministro e ex-candidato a vice na chapa presidencial de Bolsonaro no pleito de 2022, chamou a acusação de "fantasiosa". "A denúncia não apaga a sua história ilibada de mais de 40 anos de serviços ao Exército Brasileiro. O general encontra-se preso em razão de uma delação premiada que não lhe foi permitido conhecer e contraditar", disseram os advogados José Luis Oliveira Lima e Rodrigo Dall'Acqua, que representam Braga Netto.

A defesa do general declarou ainda ser "surpreendente" que a denúncia tenha sido feita sem que o relatório complementar da investigação tivesse sido apresentado pela Polícia Federal. "É inadmissível numa democracia, no estado democrático de direito, tantas violações ao direito de defesa serem feitas de maneira escancarada. A defesa confia na Corte, que o Supremo Tribunal Federal irá colocar essa malfadada investigação nos trilhos", destacaram os defensores.

General
Defesa de Braga Netto classificou a denúncia da Procuradoria-Geral como 'fantasiosa'

'VAZIA'. Filho mais velho do ex-presidente da República, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também criticou a denúncia. O parlamentar disse que não há "nenhuma prova" que sustente a acusação apresentada ontem pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet. Para Flávio, o chefe do Ministério Público Federal "se rebaixa" e "cumpre sua missão inconstitucional e imoral de atender ao fígado de Alexandre de Moraes", em uma referência ao ministro do Supremo Tribunal Federal.

"A tentativa de golpe nos prédios públicos vazios virou uma denúncia vazia, que não tem absolutamente nenhuma prova contra Bolsonaro", afirmou Flávio nas redes sociais. ● GUILHERME CAETANO, MARCELO DE MORAES, GABRIEL DE SOUSA E R.M.

Poderes

Congresso articula projetos para tentar ‘salvar’ recursos do orçamento secreto

Ação é capitaneada por cúpula do Legislativo e propostas visam recuperar emendas não executadas, que estão na mira do STF

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

A cúpula do Congresso deflagrou uma operação para recuperar verbas do orçamento secreto e outras emendas parlamentares que não foram pagas nos últimos anos e que estão sendo questionadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A articulação é feita pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e envolve a aprovação de projetos de lei com potencial de causar impacto na destinação de R$ 30 bilhões em recursos de interesse dos parlamentares.

OS senadores escalados para apresentar os projetos defendem as medidas como forma de retomar obras paralisadas e dizem que a liberação dos recursos não elimina a necessidade de transparência. Alcolumbre e Motta não se manifestaram.

Retaliação
Parlamentares ameaçam não votar o Orçamento de 2025 até a liberação do dinheiro

Um dos projetos foi apresentado pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), e "ressuscita" recursos desde 2019 que não foram pagos, incluindo R$ 2 bilhões do orçamento secreto – revelado pelo **Estadão** – durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foram cancelados pelo governo Lula em dezembro de 2024. A proposta permite que a verba seja usada até o fim de 2026.

A pauta seria discutida por líderes do Senado ontem. Ainda não há decisão sobre quando pautar os projetos. Parlamentares defendem a recuperação das emendas para destravar obras paradas e socorrer empreiteiras que abandonaram os trabalhos após os repasses serem suspensos.

Os recursos foram inscritos nos chamados "restos a pagar", que é quando o governo não faz o pagamento no ano previsto e transfere o repasse para o ano seguinte. Isso aconteceu com uma série de verbas do orçamento secreto, ou porque as obras não andaram ou porque houve denúncia de irregularidades.

Quando a obra não anda, o dinheiro é cancelado ou fica parado nos cofres públicos, sem autorização para ser liberado. O que os projetos fazem é destravar a liberação e permitir a continuidade dos projetos, prorrogando a vigência dos recursos no Orçamento, inclusive aqueles que foram cancelados.

'CEMITÉRIO DE OBRAS'. "Esse projeto foi apresentado a partir de uma realidade que foi dialogada com o Congresso Nacional e com os presidentes das duas Casas, e de um diagnóstico que foi concretamente feito de despesas que não foram executadas no período anterior", disse o líder do governo por meio da assessoria. "A realidade é que temos um cemitério de obras paradas pelo Brasil simplesmente porque no tempo do exercício orçamentário respectivo não foram liberados os recursos necessários para pagamento."

De todos os recursos cancelados em dezembro, o Amapá, reduto eleitoral de Alcolumbre e Randolfe, foi o Estado mais atingido – com um corte de R$ 254 milhões em emendas secretas – e seria o mais beneficiado com a mudança.

Segundo Randolfe, os pagamentos não deixarão de cumprir as exigências do STF. "Todo o pagamento desse recurso deve cumprir princípios que estão na Constituição, que são rastreabilidade e transparência. Não existe, portanto, nenhum dispositivo no projeto que desrespeite a Constituição."

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL - 11/4/2024



Pagamentos não deixarão de cumprir regras do STF, diz Randolfe

Para entender

• Resgate
Apresentado pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), um dos projetos prevê o resgate de recursos desde 2019 que não foram pagos, incluindo R$ 2 bilhões do orçamento secreto. A proposta permite que a verba seja usada até o fim de 2026

• Liberação
Em outra frente, o Congresso tenta destravar as emendas suspensas pelo STF. Davi Alcolumbre e Hugo Motta vão se reunir com o ministro Flávio Dino, relator dos processos na Corte, no próximo dia 27. O ministro do Supremo chamou a audiência para cobrar o cumprimento das decisões. Os congressistas, por sua vez, querem que o STF afrouxe as determinações

• Flexibilização
Outro projeto articulado é do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO). O texto prevê alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), permitindo a liberação de recursos de anos anteriores e autorizando a troca da empresa contratada e do município beneficiado

ARCABOUÇO. Ao resgatar as emendas, os projetos têm outro efeito colateral: pressionam as contas públicas do governo federal, que precisará dar um tratamento especial para os recursos herdados do passado, que vão competir no mesmo espaço do presente, limitado pelo arcabouço fiscal e pelo equilíbrio entre receitas e despesas.

A articulação se soma à tentativa do Congresso de destravar as emendas suspensas pelo STF. Alcolumbre e Motta vão se reunir com o ministro Flávio Dino, relator dos processos na Corte, no próximo dia 27. Dino chamou a audiência para cobrar o cumprimento das decisões. Os congressistas, por outro lado, querem que o STF afrouxe as determinações que exigiram transparência sobre os recursos de anos anteriores, prometendo cumpri-las daqui para frente.

"Temos um cemitério de obras paradas pelo Brasil simplesmente porque no tempo do exercício orçamentário respectivo não foram liberados os recursos necessários para pagamento"
Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Líder do governo no Congresso

"A partir do momento que você redirecionar esses recursos que estão parados, tem que fazer um plano de trabalho e prestar contas, como determina o Supremo"
Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador

A discussão é decisiva para o governo Lula. Os parlamentares ameaçam não votar Orçamento de 2025, que ainda está parado no Congresso, até a liberação do dinheiro.

Dino suspendeu o pagamento de emendas em agosto do ano passado, apontando falta de transparência e desrespeito às regras fiscais. Em dezembro, o Supremo liberou os repasses, mas sob novas condições, com as quais os parlamentares não concordam.

No caso do orçamento secreto e das emendas de comissão, que herdaram parte do mecanismo, o dinheiro só pode sair se o nome do parlamentar beneficiado estiver identificado e transparente, conforme determinação da Corte.

LRF. Outro projeto articulado no Senado é do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), aliado de Bolsonaro. O texto é ainda mais amplo que o de Randolfe e muda a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), permitindo a liberação de recursos de anos anteriores e autorizando a troca da empresa contratada e do município beneficiado, medida questionada por especialistas em contas públicas.

O Congresso tentou aprovar proposta semelhante anteriormente, mas sofreu veto do presidente Lula por contrariar a Constituição. Conforme parlamentares que acompanham as negociações, essa proposta também é prioridade, mas ficará para um segundo momento, pois promove mudanças permanentes na legislação.

Ao **Estadão**, Vanderlan afirmou que apoia as decisões do STF sobre as emendas e que é possível unir a liberação dos recursos com a transparência. "Tudo vira restos a pagar porque às vezes falta projeto, o município não apresenta", disse. "A partir do momento que você redirecionar esses recursos que estão parados, tem que fazer um plano de trabalho e prestar contas, como determina o Supremo." ●

Dino manda auditar R$ 469 milhões em 'emendas Pix'

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou que a Controladoria-Geral da União (CGU) faça uma auditoria dos recursos enviados via "emendas Pix" em 2024 que não tiveram sua aplicação detalhada por meio de um plano de trabalho. Ele deu prazo de 60 dias.

Dino citou nota técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta que 644 planos de trabalho não foram apresentados, o que corresponde a cerca de R$ 469 milhões.

No fim do ano passado, o ministro liberou a execução das emendas parlamentares, que haviam sido bloqueadas pelo Supremo por falta de transparência. Naquele despacho, Dino ressaltou que deviam ser apresentados os planos de trabalho das "emendas Pix" já enviadas, sob pena de novos bloqueios.

Na decisão de ontem, o ministro ainda cita dado apresentado pelo TCU segundo o qual, nos últimos seis anos, apenas 19% das emendas executadas por meio de transferências permitem rastrear o percurso do recurso desde o autor da emenda até o beneficiário final utilizando extratos bancários.

"É importante lembrar que, anteriormente, não havia tais registros eficazes quanto à execução das 'emendas Pix'", destacou o ministro. ● LAVÍNIA KAUCZ

Eufrázio

THE TOWN
SÃO PAULO

Patrocinador Master
EISENBAHN

A ARTISTA QUE EMOCIONOU
O BRASIL NO ROCK IN RIO 2024
DIA 13 DE SETEMBRO
MARIAH CAREY
UM SHOW DE HITS NO PALCO SKYLINE

SKYLINE 07.SET
GREEN DAY
SEX PISTOLS
FT FRANK CARTER
BRUCE DICKINSON
THE ONE 07.SET
IGGY POP

SKYLINE 13.SET
MARIAH CAREY
JESSIE J
IVETE SANGALO

SKYLINE 14.SET
KATY PERRY
CAMILA CABELLO

rockers | artplan



É AMANHÃ
THE TOWN CARD
SÃO PAULO
VENDAS 20.FEV ÀS 19H
GARANTA SEU LUGAR E DEPOIS ESCOLHA O SEU DIA PREFERIDO

INTEIRA: R$ 895,00 - MEIA: R$ 447,50 | THETOWN.COM.BR | 06.07.12.13.14 SET

O pagamento poderá ser efetuado com PIX e cartões de crédito, com parcelamento em até seis (6) vezes. Exceção para cartões internacionais que não possuem parcelamento. Para os clientes Itaú, o parcelamento em até 8x é válido até o final da cota de The Town Card disponibilizada para venda pela organização do evento e apenas para pagamentos efetuados com cartões de crédito Itaú, Credicard ou iti.

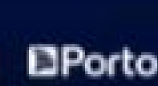
O parcelamento em até 8x (oito vezes) sem juros é válido até o fim da cota disponibilizada para a venda pela organização do evento por meio da plataforma de vendas oficial e apenas para pagamentos com cartões de crédito Itaú, Credicard e iti. As condições são válidas para a aquisição de até 4 (quatro) cards por CPF, por dia do festival, sendo permitido até 1 (uma) meia-entrada dentro do total de 4 (quatro) cards. A classificação etária do evento é de 16 (dezesseis) anos. A entrada de menores de 16 (dezesseis) anos será permitida desde que estejam acompanhados dos pais ou representantes legais.

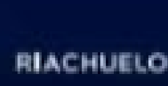































Vera Rosa E-mail: vera.rosa@estadao.com ; X: @VeraRosa61

O nome da crise

Desde que pesquisas começaram a indicar acentuada queda na popularidade do presidente Lula, o Palácio do Planalto busca um culpado para a crise. Lula reuniu o núcleo duro do governo no domingo, na Granja do Torto. Na véspera, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira, também teve uma conversa reservada com sua equipe.

Na reunião do Torto, o diagnóstico indicou que os principais problemas estavam relacionados à economia. Na lista apareceram a divulgação da portaria sobre monitoramento do Pix sem combinar com os russos, a taxação das blusinhas e até a inflação dos alimentos.

As críticas mais fortes partiram dos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Os dois disputam os rumos do governo com o titular da Fazenda, Fernando Haddad, que não estava presente por causa da viagem ao Oriente Médio. O vice Geraldo Alckmin, escanteado no Planalto, não foi convidado.

Sidônio relatou que a queda na aprovação do governo já era esperada e disse que a temporada de turbulência pode demorar porque o efeito de "bondades", como mais crédito consignado, leva tempo para ser percebido.

O ministro também vai mudar nomes de programas sem qualquer apelo popular, como o "Mais Acesso a Especialistas", do Ministério da Saúde.

Janja não pode responder por erros do governo nem pela demora do presidente em tomar decisões

Nos bastidores, dirigentes do PT e ministros elogiam o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, que fez uma avaliação precisa sobre o terceiro mandato do presidente. Em carta enviada a amigos, Kakay afirmou que "Lula está se esforçando muito para perder" a reeleição, em 2026.

Integrante do grupo Prerrogativas, que reúne advogados ligados ao PT, Kakay disse em público o que todos falam em privado. Existe um novo Lula na praça, isolado. O receio, agora, é de que Jair Bolsonaro (PL), mesmo denunciado por tentativa de golpe, consiga unir a direita na próxima campanha.

Virar esse jogo, porém, depende do próprio Lula. A primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, não é culpada por erros do governo e muito menos pelo fato de Lula ter se cercado de políticos que só o bajulam.

Dificuldade para demitir e fazer reforma ministerial Lula sempre teve, mas antes contava com um time de conselheiros que apontava para ele a necessidade da correção de rota.

Nem sempre um dos grilos falantes conseguia mudar a opinião do chefe e os embates acabavam aparecendo. Certa vez, no primeiro mandato de Lula, um poderoso ministro fez um desabafo durante reunião do PT: "Todos nós sabemos o nome da crise. Só não podemos dizer qual é". Qualquer semelhança com a realidade atual não é mera coincidência. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● TER. Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● QUI. William Waack ● SEX. Eliane Cantanhêde ● SÁB. Carlos Andreazza ● DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Ex-ministro

Inquérito sobre Silvio Almeida é prorrogado

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, prorrogou o inquérito que investiga o ex-ministro dos Direitos Humanos Silvio Almeida por suspeita de assédio sexual. Almeida deve ser ouvido pela PF. No sábado, ele disse ser vítima de tentativa de "apagamento" e racismo. ●

FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL



Crime no Paraná

MP pede que assassino de petista volte à prisão

O Ministério Público do Paraná pediu que o ex-policial penal Jorge Guaranho retorne à cadeia. O bolsonarista foi condenado a 20 anos de prisão pelo assassinato do petista Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu, em 2022. Um dia após a sentença, Guaranho foi para a prisão domiciliar. ●

VEM AÍ

/ EM MARÇO • 2ª TEMPORADA /

COLEÇÃO DE LIVROS

Grandes **personalidades** abrem suas **bibliotecas**, revelam **preferências** e contam **histórias** inusitadas de suas **relações** com a **literatura**

ACESSE A 1ª TEMPORADA







QUER SABER COMO A SUA MARCA PODE INSPIRAR UM NOVO MUNDO DE IMAGINAÇÃO?

CONHEÇA AS OPORTUNIDADES DE PATROCÍNIO.

ESCREVA PARA

publicacoes@estadao.com

Realização:

ESTADÃO 150

A guerra de Putin

EUA e Rússia vão além da guerra e negociam parcerias

Em reunião na Arábia Saudita, americanos rompem estratégia de isolar o Kremlin e buscam normalizar relação entre os dois países

RIAD

Após três anos de esforço dos EUA para isolar a Rússia, os dois países se reuniram ontem e discutiram não apenas o fim da guerra na Ucrânia, mas também a redefinição do vínculo entre Casa Branca e Kremlin, explorando investimentos, suspensão das sanções e normalização das relações.

A reunião em Riad, na Arábia Saudita, foi uma demonstração de cordialidade em meio à guerra. Após quatro horas de conversa, o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, disse que os dois lados concordaram em trabalhar em um acordo de paz e discutir "as incríveis oportunidades de parceria".

"Não estávamos apenas ouvindo um ao outro, mas entendendo um ao outro", disse Serguei Lavrov, chanceler da Rússia. "Tenho motivos para acreditar que o lado americano começou a compreender melhor nossas posições."

A reunião de ontem foi a mais longa em três anos entre as duas potências e mostra o novo rumo tomado por Donald Trump, que decidiu abandonar a estratégia de punir a Rússia e reverter a abordagem de Joe Biden, que se concentrou em sanções, isolamento e envio de armas para a Ucrânia, que ajudaram a resistir ao avanço russo.

Após a reunião, autoridades americanas não citaram as violações russas do direito internacional, os crimes de guerra ou a devastação que os bombardeios causaram na Ucrânia. Em vez disso, elas elogiaram repetidamente Trump por buscar a paz por meio do diálogo. "Durante três anos, ninguém conseguiu fazer o que vimos hoje, porque Trump é o único líder no mundo que consegue", disse Rubio.

ACORDO. A reunião aumentou os temores de Ucrânia e Europa de que os EUA possam fechar seu próprio acordo de paz, deixando de lado os interesses dos aliados. O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, reagiu irritado e cancelou a visita que faria hoje à Arábia Saudita. "Não fomos convidados. Foi uma surpresa para nós, e acho que para muitos outros também", disse Zelenski.

Negociações
Europeus e ucranianos temem que EUA fechem acordo de paz que ignore interesses dos aliados

A reunião ocorreu menos de uma semana após o telefonema de Trump e Putin e foi mediada pelo príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohamed bin Salman, que tem buscado melhorar sua imagem e aumentar seu papel no cenário global.

Michael Waltz, conselheiro de Segurança Nacional de Trump, e Steve Witkoff, enviado para o Oriente Médio, ao lado de Rubio, completaram o time americano. Os russos enviaram, além de Lavrov, Yuri Ushakov, assessor de política externa de Putin, e Kirill Dmitriev, chefe do fundo soberano da Rússia.

"As grandes petrolíferas americanas sempre tiveram negócios lucrativos na Rússia", disse Dmitriev, que prometeu reviver o sucesso da relação com os EUA. "Em algum momento, as petrolíferas voltarão. Por que elas abririam mão do acesso aos recursos naturais russos?"

PLANO. No fim, Rubio descreveu um plano de normalização das relações em três etapas. Primeiro, os dois países removeriam as restrições às embaixadas, que operam com equipes reduzidas. Depois, seriam acertados detalhes do fim da guerra, com participação de europeus e ucranianos. Por fim, viriam as parcerias. "Há oportunidades extraordinárias, caso esse conflito chegue a um fim aceitável", disse Rubio. ● NYT

LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS
- SOMENTE ONLINE -

É AMANHÃ ! DIA 20/02, ÀS 09h30,
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES

COM POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO

*SUJEITO À ANÁLISE DE CRÉDITO
*FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE
*CORRESPONDENTE BANCÁRIO
*INDEPENDENTE

B²Capital


MERCEDES-BENZ ACTROS 2548 6X2 23/24


FORD RANGER 2.5 4X2 CD TB DIESEL 2024


TOYOTA HILUX CD SR A4FD 24/24



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192

Eufrázio



Andrés Oppenheimer

Sinal verde para a corrupção

O decreto do presidente Donald Trump suspendendo a aplicação de uma lei americana que proíbe o suborno de autoridades estrangeiras passou despercebida, mas deveria ter provocado uma reação muito mais forte.

Trata-se de um fato concreto que pode aumentar os níveis de corrupção na América Latina e em várias partes do mundo. Sob a diretriz de Trump, os EUA "pausarão" a implementação da Lei de Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA), de 1977, principal ferramenta de Washington para combater a corrupção no exterior.

A legislação ajudou a revelar, entre muitos outros, o escândalo de suborno da Odebrecht que abalou mais de meia dúzia de governos latino-americanos há uma década. Segundo comunicado da Casa Branca, a decisão visa a "restaurar a competitividade e a segurança dos EUA".

Muitas empresas americanas reclamam há anos que suas concorrentes da China e de outros lugares ganham grandes contratos governamentais em outros países pagando subornos a funcionários, o que as deixa em desvantagem.

Pelo menos 31 empresas americanas estavam sob investigação por suborno no exterior. Agora, a lei será "revisada" e substituída por "diretrizes mais razoáveis", afirmou a Casa Branca. Mas organizações anticorrupção dizem que a nova medida incentivará ainda mais a corrupção nas Américas.

> ***Donald Trump está desmantelando uma das principais armas contra a corrupção no mundo***

A suspensão temporária da lei ocorre num momento em que um novo ranking de percepção de corrupção da Transparência Internacional, um grupo anticorrupção sediado na Alemanha, mostra um aumento da corrupção em muitos países latino-americanos.

PRESSÃO. Luciana Torchiaro, diretora da divisão das Américas da Transparência Internacional, me disse que "há pouquíssimos casos de países latino-americanos que melhoraram no ranking de percepção de corrupção deste ano, e vários outros que têm pontuações abaixo de seus níveis históricos, como Brasil, Chile, Honduras, Nicarágua e Venezuela". Agora, os níveis na região podem piorar.

Trump realmente acredita que tornará as empresas americanas mais competitivas? Ou está simplesmente recompensando as grandes corporações que financiaram sua campanha? Provavelmente, é a última hipótese. Incrivelmente, em vez de usar seu poder para pressionar a China e outros países a adotar leis antissuborno, Trump está desmantelando uma das principais armas de luta contra a corrupção em todo o mundo. ● TRADUÇÃO DE GUILHERME RUSSO

É COLUNISTA DO 'MIAMI HERALD', APRESENTADOR DO PROGRAMA 'OPPENHEIMER APRESENTA' NA CNN EM ESPANHOL

SEG. Oliver Stuenkel (quinzenalmente) ● **QUA.** Andrés Oppenheimer ● **SÁB.** Fareed Zakaria ● **DOM.** Lourival Sant'Anna

---

Guerra em Gaza

Hamas diz que libertará 6 reféns e entregará 4 corpos esta semana

Entre os mortos que serão devolvidos pelos terroristas a Israel estão Shiri Bibas e seus dois filhos: Ariel e Kfir

CAIRO

O Hamas afirmou ontem que chegou a um acordo com Israel para devolver amanhã os corpos de quatro reféns mortos na Faixa de Gaza e seis sequestrados vivos no sábado. Em troca, os israelenses devem permitir a entrada de equipamentos de construção para que parte dos escombros seja removida no território.

Os seis são os últimos reféns vivos que serão libertados nesta fase do cessar-fogo. Hamas e Israel ainda não negociaram a segunda etapa da trégua, na qual o grupo terrorista deve libertar dezenas de reféns que continuam no enclave palestino em troca de um cessar-fogo duradouro e de uma retirada israelense de Gaza. As negociações estão atrasadas.

Segundo um comunicado das famílias dos reféns, Israel informou que o Hamas deve libertar Omer Wenkert, Omer Shem Tov, Eliya Cohen, Tal Shoham, Avera Mengistu e Hisham al-Sayed no sábado. Mengistu e Sayed estão em Gaza desde 2015.

CRIANÇAS. Khalil al-Hayya, um importante negociador do Hamas, afirmou que os corpos de Shiri Bibas e de seus dois filhos, Ariel e Kfir, seriam entregues a Israel amanhã. O grupo disse, em novembro de 2023, que os três foram mortos em um bombardeio israelense, mas a informação nunca foi confirmada por Israel. O pai das crianças e marido de Shiri Bibas, Yarden Bibas, foi libertado no início do mês.

Israel não confirmou as mortes e o gabinete do primeiro-ministro Binyamin Netanyahu pediu que os israelenses não espalhem "fotos, nomes e rumores". Kfir, que tinha 9 meses na época, foi o refém mais jovem do ataque terrorista do Hamas, no dia 7 de outubro de 2023, que deixou 1,2 mil mortos no sul de Israel. Um vídeo do sequestro mostrou Shiri envolvendo seus meninos em um cobertor e sendo levada por terroristas.

SAHER ALGHORRA/THE NEW YORK TIMES - 1/2/2025



Libertação de Yarden Bibas pelo Hamas: família morta em Gaza

OFENSIVA. Após os ataques terroristas de outubro de 2023, Israel iniciou uma ofensiva em Gaza que deixou mais de 48 mil mortos, segundo dados do Ministério da Saúde, controlado pelo Hamas, que não diferencia civis de terroristas.

Uma autoridade israelense, que conversou sob condição de anonimato, disse que Netanyahu concordou em permitir a entrada de equipamentos de construção em Gaza como parte dos esforços para acelerar a libertação.

Na semana passada, o Hamas ameaçou suspender a troca, citando a recusa em permitir a entrada de tendas e ajuda humanitária, mas negociadores de Catar e Egito conseguiram reverter a situação.

ACORDO. Espera-se que Israel continue libertando centenas de prisioneiros palestinos, muitos deles cumprindo penas de prisão perpétua por ataques terroristas, em troca dos reféns. Durante a primeira fase, Israel também deveria libertar todas as mulheres e crianças detidas em Gaza desde o início da guerra.

Na fase atual do acordo, o grupo terrorista concordou em libertar 25 reféns israelenses e entregar os corpos de outros 8. Se as próximas liberações ocorrerem conforme planejado, quatro corpos permanecerão e deverão ser devolvidos na próxima semana.

Após o fim da primeira parte da trégua, 63 reféns continuarão em Gaza – acredita-se que metade esteja morta. O cessar-fogo termina no início de março e existem temores de que os combates sejam retomados por Netanyahu, que enfrenta pressão interna para manter os bombardeios. ● AP e AFP

Cativeiro

25
reféns e oito corpos seriam devolvidos na primeira fase do acordo de cessar-fogo.

63
sequestrados continuariam em Gaza, após o fim da primeira etapa da trégua. Israel acredita que metade esteja morta.

Síria

ONU estima volta de mais de 1 milhão de sírios

Mais de um milhão de pessoas, entre elas 800 mil deslocados internos e 280 mil refugiados, retornaram à Síria desde a queda do ditador Bashar Assad, estimou ontem a ONU. Uma coalizão rebelde liderada pelo grupo islamista radical Hayat Tahrir al-Sham (HTS) tomou o poder em Damasco em 8 de dezembro. ●

LOUAI BESHARA/AFP - 10/2/2025



Argentina

Governo afirma que provará inocência de Milei

O governo da Argentina afirmou ontem que está disposto a fornecer todas as informações exigidas pelos tribunais para inocentar o presidente Javier Milei das alegações de fraude das quais ele foi alvo após recomendar a criptomoeda $Libra, que causou enormes perdas para investidores e prejudicou seriamente sua reputação. ●



Crime organizado

Novo delator expõe negócios ligando PCC e máfia italiana em 3 continentes

Vendas de agrotóxicos, bebidas, carros de luxo, imóveis e aeronaves bem como empresas de ônibus, combustível, financeiras e até uma igreja são usadas na lavagem de dinheiro

MARCELO GODOY

Quando os agentes federais chegaram ao hotel em Curitiba onde estava o empresário Marco José de Oliveira, acreditavam que ele era o principal personagem por trás de um esquema que em três anos havia movimentado R$ 1 bilhão. A Operação Narcobroker revirou endereços em 14 cidades de 3 Estados. O que os federais não esperavam era encontrar um esquema muito maior que envolvia a ação de mafiosos italianos e traficantes de Brasil, Colômbia, Albânia e Chile, além de agentes públicos corruptos belgas, espanhóis, moçambicanos e brasileiros.

Essas investigações serviram de base à Operação Mafiusi, deflagrada no dia 10 de dezembro, após reunir provas sobre o trânsito de toneladas de cocaína do Brasil para a Espanha e para a Bélgica. Os agentes descobriram ainda provas da lavagem do dinheiro do tráfico transatlântico em uma rede de negócios que envolve mais de uma dezena de ramos econômicos, mostrando que a metástase do crime organizado na economia do País atinge a venda de agrotóxicos, de bebidas, de carros de luxo, de imóveis, de aeronaves bem como empresas de combustível, de ônibus, financeiras, construtoras, casas de câmbio, o comércio de ouro, jogadores de futebol e até uma igreja.

CONCIERGE. Todo esse emaranhado de crimes, pagamentos e negócios girava em torno de um homem que a PF já havia investigado, sem conseguir provas. Ele foi retratado por Oliveira como o "concierge" da cúpula do PCC e de traficantes internacionais que operavam no Brasil: o empresário Willian Barile Agati, cuja defesa nega as acusações.

"Ele é um concierge do crime organizado, responsável por atender as demandas e exigências de pessoas envolvidas com o tráfico internacional de drogas, sobretudo de integrantes do PCC", disse Oliveira à PF. Esses pedidos seriam dos mais diversos e iriam desde a logística para o narcotráfico e lavagem de dinheiro até o fornecimento de aviões, veículos, imóveis, artigos de luxo e outras necessidades.

O concierge do crime
Emaranhado de crimes, pagamentos e negócios giraria em torno do empresário Agati

Foi então que Oliveira fez uma das maiores revelações da Operação Mafiusi, divulgada pelo *Jornal da Band* e confirmada pelo **Estadão**. "No contexto desta oferta de 'produtos' e 'serviços' para o crime organizado é que Agati ofereceu ao colaborador uma 'carteira de cônsul' do Consulado da República de Moçambique, a pedido de Gilberto Aparecido Santos, vulgo 'Fuminho', integrante da cúpula do PCC. Esta oferta teria acontecido na presença do cônsul honorário de Moçambique, Deusdete Januário Gonçalves, também investigado." Gonçalves não foi localizado pela reportagem.

REPRODUÇÃO / ESTADÃO



O empresário Willian Agati e Edmilson de Menezes, o Grilo do PCC

Fuminho havia sido preso em 13 de abril de 2020 em um hotel de Maputo por agentes americanos. O PCC e seus parceiros italianos e da máfia do Bálcãs planejaram resgatá-lo em Moçambique.

Fuminho estabelecera uma rede de tráfico a partir da Bolívia e do Brasil que enviava drogas para África, Europa e EUA. O Brasil queria sua extradição. E a obteve.

CONFIRMAÇÃO. O delator Oliveira contou que era o responsável por montar o emaranhado de negócios para a lavagem do dinheiro do tráfico internacional. Fechou então um acordo de colaboração premiada com a 23.ª Vara Federal de Curitiba. E confirmou dados obtidos em outras operações da PF, como a Retis, a Apocalipse, a Virus Alba e a The Wall.

Por meio da análise de dados bancários das empresas de fachada montadas pelo delator foi possível detectar operações com cifras milionárias com empresas de Agati. Oliveira entregou cópias de conversas de WhatsApp e de notas fiscais. Mas ele sabia mais.

O delator contou ainda que os recursos de Agati vinham do tráfico internacional e suas relações com Nicola e Patrick Assisi, dois importantes brokers da 'Ndrangheta, a máfia da Calábria, que se tornou a mais importante organização criminosa transnacional europeia. Os Assisis haviam sido presos em 8 de julho de 2019, na Praia Grande (SP), onde moravam no mesmo prédio que o chefão do tráfico André de Macedo, o André do Rap.

Mas, até então, seu testemunho sobre o tráfico era só a palavra de um colaborador, que devia, portanto, ser corroborada por outros meios de prova. Foi aí que o delator revelou dois nomes que permitiram aos federais encontrar um banco de dados com mais de 3 bilhões de mensagens criptografadas das conversas mantidas por Agati com seus companheiros na cúpula do crime organizado.

Tratava-se dos codinomes Boxeador e Senna e dos PIN's (Personal Identification Number) 5RGFM3 e BNYVNJ, usados por Agati no sistema de comunicação criptografada Sky ECC. As mensagens desse sistema decifradas na Operação Eureka permitiram ao Raggruppamento Operativo Speciale (ROS), dos Carabineiros italianos, encontrar as provas de sua utilização por mafiosos, traficantes servo-montenegrinos, terroristas paquistaneses e por outras organizações criminosas ao redor do mundo, como o PCC. ●

Mensagens decifradas levam a um esquema de R$ 2 bilhões em 4 anos

Com os codinomes de Agati, os federais procuraram a 23.ª Vara e obtiveram a autorização para formar com as autoridades italianas a primeira Equipe Conjunta de Investigações (ECI) do Brasil com a Itália para o compartilhamento, por meio do contato direto das autoridades, de informações da Sky ECC. E, assim, milhares de mensagens de Agati e de seus sócios foram parar na PF.

Por meio delas, os policiais souberam que Agati montou uma organização em companhia do traficante do PCC Edmilson de Menezes, o Grilo, para controlar o porto de Paranaguá e enviar droga escondida em contêineres de navios que transportavam louças sanitárias e madeira para Valência, na Espanha. No Sky ECC, Grilo era o Sr. Madruga Pirikito.

Entre 2018 e 2022, o esquema do "Concierge do PCC" teria movimentado R$ 2 bilhões. Na análise das operações financeiras do grupo surgiram nomes como a Transwolff e diretores da Transunião, empresas de ônibus de São Paulo investigadas sob a suspeita de lavagem de dinheiro do PCC.

OURO. Também havia empresas envolvidas com o garimpo ilegal de ouro e cassiterita nas terras dos Yanomamis, em Roraima, distribuidoras de combustíveis investigadas pelo Ministério Público de São Paulo, o Banco Neman, alvo da Operação Tempestade e da 5.ª Fase da Operação Downtown, do Departamento de Narcóticos (Denarc), que apurou a lavagem de dinheiro dos traficantes da Cracolândia no "sistema bancário do PCC".

Por fim, os federais encontraram na teia de relações de Agati até uma empresa denunciada na Operação Descarte, desdobramento da Lava Jato, deflagrada em março de 2018 com base nas delações do doleiro Alberto Youssef e do empresário Leonardo Meirelles. Após ter a prisão decretada em dezembro, Agati permaneceu foragido até janeiro, quando se entregou à polícia.

Sua defesa tenta agora anular as provas obtidas pela PF. Quer mostrar que tudo o que ficou registrado sob os codinomes Boxeador e Senna não pode ser usado contra o acusado.

Esse é só o começo de uma batalha judicial que deve incluir ainda as provas de outra delação: a do mafioso Vincenzo Pasquino, outro narcobroker da 'Ndrangheta. Preso no Brasil em 2022, ele foi extraditado para a Itália, onde firmou colaboração com a procuradoria antimáfia. ●

Até nas terras indígenas
Também havia empresas envolvidas com o garimpo ilegal de ouro e cassiterita nas terras dos Yanomamis

Segurança

Presa suspeita de liderar e financiar quadrilha de ladrões que teria matado ciclista

'Mainha do Crime' foi presa em Paraisópolis; grupo estaria ligado também à morte de delegado na zona sul há cerca de um mês

ÍTALO LO RE

A Polícia Civil de São Paulo prendeu ontem uma mulher suspeita de comandar uma quadrilha que realiza assaltos na capital paulista. Entre os casos que estariam relacionados está a morte do ciclista Vitor Medrado, na frente do Parque do Povo, no Itaim-Bibi. Segundo a polícia, Suedna Barbosa Carneiro, de 41 anos, foi detida em Paraisópolis, onde é conhecida como "Mainha do Crime" por financiar essas ações.

Os investigadores também apuram a ligação entre esse grupo e o latrocínio que vitimou o delegado Josenildo Belarmino de Moura Júnior, de 32 anos, há cerca de um mês, na Chácara Santo Antônio, zona sul. Suedna seria responsável por fornecer armamentos a um grupo de ao menos sete criminosos, por meio de uma espécie de aluguel, e comprar os produtos roubados por eles, entre joias e celulares.

A quadrilha é suspeita de cometer assaltos à mão armada e de moto em bairros das zonas sul e oeste. "No levantamento que fizemos, chegamos a aproximadamente sete ou oito indivíduos que assaltam em conjunto (*saindo*) da Favela do Paraisópolis e com uma pessoa (*Suedna*) que seria a compradora dos produtos roubados: celulares, bolsas, entre outros objetos pertencentes às vítimas", afirma o delegado Marcel Druziani, do 11.º Distrito Policial (Santo Amaro).

Druziani descreve Suedna como uma espécie de líder do grupo. De acordo com o delegado, a prisão dela foi resultado de uma investigação iniciada há cerca de um mês, após a morte de Moura Júnior. Como mostrou o **Estadão** na época, o delegado tinha acabado de concluir o curso de formação da Polícia Civil e atuava no 11.º DP havia pouco tempo quando foi morto.

Moura Júnior foi alvejado no dia 14 de janeiro em um assalto enquanto caminhava pela Rua Amaro Guerra. Ele foi morto com quatro tiros: dois nas costas, um no braço e outro na garganta. "É muito triste, a gente não tem nem o que falar", disse, na época, o secretário executivo da Segurança Pública, delegado Osvaldo Nico Gonçalves.

"Com relação ao delegado, não há dúvidas mais (*de envolvimento da quadrilha que seria encabeçada por Suedna*), nós já fizemos muitos levantamentos. E, com relação ao ciclista, há uma grande possibilidade de ter relação", disse o delegado após a prisão de Suedna. "Trata-se de uma suspeita muito forte, mas a perícia vai ser feita ainda, porque hoje nós apreendemos três armas na casa dela: uma pistola e dois revólveres."

APREENSÃO. Mochilas de entrega, capacetes e outros acessórios possivelmente usados em crimes cometidos pela cidade também foram localizados no endereço da acusada. O delegado afirmou que uma das armas apreendidas com Suedna teria sido usada na morte de Belarmino, mas que a comprovação depende de exame balístico. Disse também que há a suspeita de que um dos capacetes apreendidos tenha sido usado pelo autor dos disparos contra Moura Júnior.


Ciclistas se reuniram na semana passada para homenagear Vitor Medrado, vítima de latrocínio

> *"Ela te dá arma e compra o que você rouba, ela é a principal cabeça ali. Sem ela, talvez esses ladrões não teriam tanta solução para as coisas que eles roubam"*
> **Marcel Druziani**
> Delegado do 11.º DP

Também foram encontrados cerca de R$ 21 mil em espécie, além de 18 celulares e outros equipamentos eletrônicos, que agora serão analisados pelos investigadores. "É uma cabeça econômica da coisa, fomenta isso. A partir do momento em que ela te dá arma e compra o que você rouba, ela é a principal cabeça ali. Sem ela, talvez esses ladrões não teriam tanta solução para as coisas que eles roubam", afirmou Druziani.

Segundo ele, após a morte de Belarmino, várias equipes, em trabalho integrado entre as forças policiais do Estado, passaram a investigar a movimentação de motos com suspeitos de cometer assaltos. "Pelos sistemas de câmeras da cidade, SmartSampa, e também do Estado, e outros mais, passamos a 'seguir' essas motos", disse.

Ele afirma que, nesse trabalho, foram identificados suspeitos que saíam de Paraisópolis e iam até outros bairros para cometer roubos. Depois, retornavam com os objetos roubados. "Começamos a fazer levantamento e obtivemos outras informações que nos deram conhecimento, nomes e prenomes pelo menos, de quem podiam ser os autores."

As investigações indicam que Suedna alugava equipamentos para bandidos. "Os suspeitos usam de oito a nove motos. E trocam de veículos, trocam as placas do veículo, trocam as bags (*mochilas*) de entregas. Então é muito complexo", afirmou o delegado.

Druziani falou que a polícia também apura uma possível relação da quadrilha com o caso da médica que foi vítima de assalto na Avenida Doutor Francisco de Paula Vicente, no bairro Continental, zona oeste. "Há uma grande possibilidade", disse. Marília de Godoy Dalprá, de 67 anos, praticava exercícios na madrugada do último sábado, quando foi abordada por dois homens em uma moto. Durante a ação, ela foi agredida e um dos indivíduos mordeu o dedo dela na tentativa de roubar a aliança.

De acordo com o delegado, Suedna teria confessado, em depoimento, que todas as armas apreendidas seriam dela. "Os capacetes e os celulares ela confessa que são roubados, mas nega que fomenta o crime", diz Druziani.

O CICLISTA. Vitor Felisberto Medrado morreu baleado pouco após as 6h da última quinta-feira, na Rua Brigadeiro Haroldo Veloso. Ele estava em sua bicicleta quando foi abordado por dois assaltantes e, antes de esboçar reação, alvejado à queima-roupa.

Esse segundo caso é investigado pelo 15.º Distrito Policial (Itaim-Bibi), mas Druziani afirmou que prevê compartilhar possíveis informações relevantes obtidas a partir das apreensões desta terça. A ação contou também com apoio dos Departamentos de Investigações Criminais (Deic) e de Polícia Judiciária da Capital (Decap).

Após o caso da última semana, no Itaim-Bibi, e um muito parecido que ocorreu cinco horas depois perto da Avenida dos Bandeirantes, a Polícia Militar está em fase de elaborar a instalação de um novo batalhão na área, com Unidade de Força Tática. Equipes da 3.ª Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cerco), juntamente com as 2.ª e 3.ª Delegacias Seccionais (Brooklin e Pinheiros), seguem na busca pelos responsáveis, segundo a Secretaria da Segurança.

> **Solução local**
> **A PM elabora a instalação de um novo batalhão na área do Itaim-Bibi, com Unidade de Força Tática**

"Já foi identificado que a motocicleta usada pelo criminoso é um veículo dublê e as unidades estão analisando imagens para confirmar se o autor está relacionado aos dois casos (*do Itaim e do Brooklin*)", informou a secretaria. ●

PRF apreende carga de R$ 180 mil em celulares

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu na segunda-feira, na Rodovia Presidente Dutra, uma carga de celulares smartphones no valor de R$ 180 mil, que estava com um passageiro de um ônibus que fazia o trajeto São Paulo-Minas Gerais. Ao todo, foram 43 aparelhos recuperados, incluindo iPhones da Apple e produtos da marca Xiaomi.

A mercadoria, conforme apurou a PRF, seria destinada ao comércio no município mineiro de Manhuaçu.

A fiscalização aconteceu próximo do pedágio da cidade de Arujá, na região metropolitana de São Paulo. Após dar a ordem de parada para o veículo, os agentes da PRF localizaram os 43 smartphones, que estavam divididos entre uma sacola ao lado do passageiro e uma mala despachada no bagageiro do ônibus.

SEM IDENTIFICAÇÃO. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal, todos os celulares estavam sem o selo da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações, que regulamenta a atividade de telecomunicações no Brasil. Após a fiscalização, o passageiro e a mercadoria foram encaminhados à Delegacia de Polícia Civil de Arujá. O nome do suspeito não foi informado. ●

Medicina privada

ANS propõe criação de planos que só incluam consultas e exames

Proposta é analisada por ministério e está em consulta pública; ela exclui cobertura de PS, internação e tratamento

PAULA FERREIRA
STEPHANIE PIOVEZAN

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) propôs a criação de um novo tipo de plano de saúde, que só contemple consultas eletivas e exames, sem cobertura de internações, pronto-socorro e tratamento. Caso a opção seja incluída no sistema de saúde, a estimativa da ANS é que cerca de 10 milhões de pessoas passem a utilizar esse novo formato.

A proposta está em consulta pública desde ontem, no site da agência. Contribuições poderão ser enviadas até 4 de abril. Há audiência pública prevista para 25 de fevereiro.

Procurado, o Ministério da Saúde disse que a proposta da ANS ainda é analisada. A pasta destacou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS).

O QUE DIZ A ANS. A sugestão era desenhada há alguns meses na instituição e um dos principais pontos defendidos pelo ex-presidente da entidade, Paulo Rabello. Segundo a agência, a medida é uma forma de ampliar o acesso dos brasileiros a planos de saúde mais baratos em cenário de escassez de oferta de plano individual e familiar.

A ideia da ANS é criar uma espécie de fase de teste do produto, o chamado "sandbox regulatório", que funciona como ambiente experimental de regulação. Nesse sentido, as empresas terão o produto testado por 2 anos, nos quais vigorarão as seguintes regras: deverão criar e registrar um novo plano de saúde, no formato coletivo por adesão; limitar a coparticipação nesses planos a 30%; oferecer bônus aos beneficiários que participarem de programas de cuidado e seguirem no plano após o período de testes de dois anos. Após o período de testes, a agência avaliará se o modelo será descontinuado ou não. Caso a ANS decida por não mantê-lo, os beneficiários terão portabilidade extraordinária para troca por outro plano ou a possibilidade de voltar ao de origem.

Segundo a agência, por ser um produto novo, ele não seria "caracterizado como plano de saúde típico", como prevê a Lei 9656/98, que estipula regras para a comercialização de planos de saúde, e a entidade tem "competência para promover, por meio do sandbox regulatório, uma experiência com um produto ainda não praticado no mercado regulado".

> **Regras vigentes**
>
> **Pela lei, o que operadoras devem cobrir hoje**
>
> **● Consultas, exames e tratamentos**
> **A ANS define uma lista de consultas, exames e tratamentos, denominada Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que os planos de saúde são obrigados a oferecer, conforme cada tipo de plano – ambulatorial, hospitalar com ou sem obstetrícia, referência ou odontológico. A lista é válida para os planos contratados a partir de 2 de janeiro de 1999. É válida também para os planos contratados antes dessa data, mas somente para aqueles que foram adaptados à Lei dos Planos de Saúde.**
>
> **● Hospitais, laboratórios e médicos**
> **Nem todo plano tem direito à internação hospitalar. Só os de tipo hospitalar com obstetrícia, hospitalar sem obstetrícia ou plano referência. A operadora só poderá descredenciar hospitais em caráter excepcional. Nesses casos, é obrigatório substituir o hospital descredenciado por outro equivalente e informar essa mudança ao cliente e à ANS com 30 dias de antecedência.**

Diretor de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, Alexandre Fioranelli diz que a intenção da agência é permitir que pessoas que não têm plano de saúde e utilizam os chamados cartões de desconto ou clínicas populares possam ter uma opção. Ele nega que o formato possa canibalizar outros tipos de plano. "Quem já é beneficiário de um plano de saúde com segmentação hospitalar, por exemplo, não poderá migrar para essa opção mais básica. E quem aderir ao plano de saúde com cobertura para consultas estritamente eletivas e exames, dentro da proposta do sandbox, também não poderá fazer portabilidade para outro, com abrangência maior." Segundo Fioranelli, o modelo poderá ajudar a desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS) e acelerar o atendimento da população. A agência ainda agendará uma conversa com o Ministério da Saúde.

> **Estimativa da agência**
>
> **10 milhões**
> **de pessoas devem optar por esse tipo de plano, caso seja aceito no sistema**

Entidades que representam o setor celebraram a proposta da ANS. Segundo Gustavo Ribeiro, presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde (Abramge), estima-se que há hoje mais de 40 milhões de brasileiros com cartões de descontos, regidos por empresas que não são reguladas. "Acreditamos que esse público pode se interessar pela segurança de um plano de saúde", analisa. Segundo a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), o novo formato permite a oferta de mais uma alternativa sem que haja exclusão das demais opções existentes.

'JOGA PARA O SUS'. Mário Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e pesquisador na área de saúde coletiva, critica a proposta. Para ele, qualquer entrada na assistência à saúde que não tenha continuidade é nociva, já que o paciente terá de recomeçar o processo no SUS para ser tratado. "Não tem conexão nenhuma com uma rede de média, de alta complexidade", diz.

Além disso, a proposta é restrita a alguns tipos de consultas e exames, não abarcando especialidades e o atendimento a condições como transtorno do espectro autista. Deixa ainda de fora demandas como casos de acidente vascular cerebral e acidentes de trânsito, atendidos nos setores de emergência. "Joga para o SUS toda média e alta complexidade, tudo que é caro, tudo que é prevalente, tudo que é frequente." ●

Religião

Papa Francisco tem pneumonia bilateral

O papa Francisco, de 88 anos, está com uma pneumonia bilateral e ainda apresenta um quadro clínico "complexo", anunciou ontem o Vaticano, em seu quinto dia hospitalizado.

"A tomografia torácica à qual o Santo Padre foi submetido esta tarde (*ontem*) mostrou o aparecimento de uma pneumonia bilateral que exigiu um tratamento farmacológico posterior. No entanto, o papa Francisco está de bom humor", indicou o Vaticano no boletim médico vespertino. "A infecção polimicrobiana, ocorrida em contexto de bronquiectasia e bronquite asmática e que exigiu uso de antibioticoterapia com cortisona, torna o tratamento terapêutico mais complexo", diz o comunicado.

O papa está internado no Hospital Agostino Gemelli, em Roma. Ele foi admitido no hospital em condição "razoável" na sexta após uma crise de bronquite de uma semana, que se agravou. Foi confirmada infecção do trato respiratório e prescrito "repouso absoluto" com terapias medicamentosas não especificadas. Segundo atualizações subsequentes, sua leve febre havia sumido e ele estava em condição "estável". Essa é a quarta hospitalização do papa em menos de quatro anos.

O papa argentino, que teve parte de um pulmão removida após infecção pulmonar quando jovem, é conhecido por ser workaholic. O Vaticano, porém, já anunciou o cancelamento dos compromissos para o fim de semana. ●

COLUNA SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Jornalista Responsável: Silvia Carneiro - MTb 19.466 | Ano 42 Nº 2.220 - 19 de fevereiro de 2025 | secovi.com.br

Setor espera rápida solução para fundos imobiliários

Secovi-SP confia que tratamento adequado aos fundos, como não contribuintes, seja mantido no texto da reforma tributária

É grande a expectativa quanto à revisão dos vetos presidenciais que suprimiram as regras que esclareciam que os fundos de investimento não devem ser considerados contribuintes de CBS e IBS.

Em conjunto com representantes de segmentos afetados – caso da agroindústria -, o Secovi-SP levou ao Ministério da Fazenda e a parlamentares argumentos quanto à importância da manutenção das regras para os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs).

Desde a sua instituição, em 1993, os FIIs têm democratizado o acesso a investimentos, ao promover a inclusão financeira do pequeno investidor. A maioria dos investidores em FII (59%) possui menos de R$ 10 mil aplicados. São pessoas que querem uma alternativa à poupança de longo prazo, e a isenção de imposto de renda sempre foi um dos principais atrativos para incentivar as aplicações nesse tipo de modalidade.

Uma vez que os FIIs canalizam recursos diretamente para projetos produtivos e/ou movimentam ativos financeiros com lastro imobiliário, o resultado é mais moradias e mais empregos. Além disso, propiciam a redução de custos e aumentam a eficiência do sistema financeiro.



Fundos Imobiliários são fonte de recursos para atender à demanda por imóveis residenciais e comerciais

No mercado de imóveis, os FIIs complementam as fontes de recursos tradicionais, fato que se mostra ainda mais relevante em face da atual diminuição nas operações de crédito do SBPE, em decorrência das altas taxas de inflação e juros. Portanto, a rápida reconsideração dos vetos é imprescindível para que o mercado siga trabalhando e se evite um impacto negativo na economia.

Eufrázio

PREVISÃO DO TEMPO
Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última atualização: 18/02

Hoje: manhã	Hoje: tarde	Hoje: noite	Volume de chuva	Umidade relativa	Amanhã	Sexta	Sábado	Domingo
0% 25°	45% 31°	55% 24°	4mm	50 a 95%	22°/33°	22°/30°	21°/29°	20°/29°

Sol: Nascente: 5h51 / Poente: 18h44

Lua cheia:

Cheia	12/02	10h54
Minguante	20/02	14h33
Nova	27/02	21h44
Crescente	06/03	13h31

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (mín./máx.)

Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Bauru, Sorocaba, São Paulo, Litoral Sul, Araraquara, Campinas, São José dos Campos, Litoral Norte

Precipitação Média: 100mm, 50mm, 25mm, 10mm, 5mm, 3mm, 1mm

Ondas: 11/02 — 2,5m, 1,5m, 1m

TEMPOnaCidade.com.br

Capitais	Chove?	Vol. médio	Mín./Máx.
ARACAJU	31%	1mm	26°C/31°C
BELÉM	80%	5mm	24°C/32°C
BELO HORIZONTE	0%	0mm	22°C/32°C
BOA VISTA	40%	0mm	25°C/32°C
BRASÍLIA	0%	0mm	20°C/30°C
CAMPO GRANDE	51%	2mm	22°C/32°C
CUIABÁ	50%	3mm	25°C/31°C
CURITIBA	91%	15mm	19°C/27°C
FLORIANÓPOLIS	79%	35mm	22°C/30°C
FORTALEZA	61%	14mm	25°C/31°C
GOIÂNIA	0%	0mm	20°C/32°C
JOÃO PESSOA	91%	18mm	23°C/31°C
MACAPÁ	81%	13mm	24°C/31°C
MACEIÓ	45%	1mm	25°C/30°C
MANAUS	15%	18mm	24°C/32°C
NATAL	15%	18mm	25°C/31°C
PALMAS	15%	5mm	22°C/31°C
PORTO ALEGRE	30%	1mm	20°C/27°C
PORTO VELHO	60%	5mm	22°C/30°C
RECIFE	15%	5mm	27°C/30°C
RIO BRANCO	15%	18mm	22°C/31°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	26°C/36°C
SALVADOR	20%	0mm	26°C/32°C
SÃO LUÍS	10%	0mm	24°C/30°C
TERESINA	10%	24mm	24°C/32°C
VITÓRIA	20%	0mm	22°C/32°C

Mundo	Fuso	Mín./Máx.
ASSUNÇÃO	0h	27°C/37°C
ATENAS	+5h	7°C/11°C
BARCELONA	+4h	10°C/15°C
BERLIM	+4h	4°C/2°C
BRUXELAS	+4h	2°C/7°C
BUENOS AIRES	0h	18°C/28°C
CARACAS	-1h	19°C/28°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	10°C/28°C
ESTOCOLMO	+4h	4°C/1°C
GENEBRA	+4h	0°C/4°C
JOANESBURGO	+5h	15°C/28°C
LIMA	-2h	22°C/28°C
LISBOA	+3h	11°C/17°C
LONDRES	+3h	3°C/11°C
LOS ANGELES	-5h	10°C/27°C
MADRID	+4h	5°C/17°C
MIAMI	-2h	22°C/27°C
MONTEVIDÉU	0h	17°C/25°C
MOSCOU	+6h	4°C/1°C
NOVA YORK	-2h	4°C/2°C
PARIS	+4h	2°C/10°C
ROMA	+4h	8°C/15°C
SANTIAGO	0h	17°C/32°C
SYDNEY	+14h	19°C/25°C
TEL AVIV	+5h	10°C/19°C
TÓQUIO	+12h	1°C/7°C
TORONTO	-2h	-18°C/-8°C
WASHINGTON	-2h	-7°C/2°C

Clima

Chuva causa enchentes em SP e uma pessoa morre na Freguesia do Ó

Vítima estava dentro de carro submerso na Avenida Edgar Facó; Corpo de Bombeiros recebeu 22 chamados para enchentes

Uma pessoa morreu em decorrência da forte chuva que caiu em São Paulo na noite de ontem. A vítima, que não teve a identidade informada, estava dentro de um veículo que foi arrastado por uma enxurrada na altura do número 1.438 da Avenida General Edgar Facó, na Freguesia do Ó, zona norte.

Conforme informações do Corpo de Bombeiros, a vítima foi encontrada submersa dentro do veículo, já com parada cardiorrespiratória. Ela foi retirada por um bombeiro civil, que tentou reanimá-la. A vítima, porém, teve o óbito confirmado por volta das 23h.

O Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas da Prefeitura de São Paulo (CGE) emitiu um novo alerta para alagamentos na noite de ontem, válido para toda a cidade. O alerta vigorou das 19h40 às 21h55, quando as fortes instabilidades que causaram temporal na capital se dissiparam em direção ao Vale do Paraíba, litoral sul e litoral norte.

Segundo a Enel, responsável pela distribuição de energia, às 22h56 ainda havia 232 mil residências sem luz na área de concessão da companhia na região metropolitana.

O Corpo de Bombeiros recebeu 59 chamados para quedas de árvores, 22 chamados para enchentes e três para desabamento/deslizamento/soterramento até as 20h35 de ontem.

Conforme o CGE, a cidade registrou, até a noite, 21 pontos de alagamento. Até as 21h, o total desses pontos ativos era de 10 – a maioria na zona norte, nas regiões de Perus, Casa Verde e Santana. Com o agravamento das chuvas nas horas seguintes, a Avenida Edgar Facó ficou totalmente alagada. Imagens nas redes sociais mostram carros sendo arrastados pela enxurrada. Em outros registros, passageiros precisaram ficar em cima de um ônibus, sobre a lataria, do lado de fora, porque o veículo foi tomado pela água.

> **Falta de energia**
> **Segundo a Enel, às 22h56 ainda havia 232 mil residências sem luz na região metropolitana**

Parte da zona leste e o centro da cidade, na região da Sé, também registraram pontos de alagamento. Parte da estação Santa Cecília, da Linha 3-Vermelha do Metrô, ficou tomada pela água em um dos corredores internos.

ENCHENTES. Nos últimos meses, a cidade tem enfrentado repetidos casos de enchente. Os dados do CGE mostram que fevereiro acumulou até o momento 159 mm de chuva, o que corresponde a 73% dos 217,8 mm esperados para o mês. O período de chuvas vai até março. Além disso, a cidade enfrenta uma onda de calor. Conforme o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o fenômeno é o terceiro do ano no Brasil e atinge áreas de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas, Santa Catarina, Paraná, se estendendo, posteriormente, por Goiás e Bahia.

A previsão da Defesa Civil do Estado é de que as temperaturas comecem a baixar em São Paulo a partir desta quarta, com o aumento das nuvens de chuva por conta da chegada de uma frente fria no litoral.

De acordo com o CGE, o tempo seguirá abafado hoje na capital paulista, com temperaturas mínimas na casa dos 22°C e máximas acima dos 34°C. À tarde, pode haver pancadas de chuva isoladas de intensidade moderada a forte, com raios e rajadas de vento. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor se queixa de empresa de telefonia

Reclamação de Francisco José Sidoti: "Mesmo pagando para a Vivo R$ 329,76 por mês, eu estou há dias sem televisão e olha que houve o maior empenho dos meus netos mais velhos para tentar me ajudar. Até compareceu uma profissional da Vivo na residência. Disse que ia retornar no dia seguinte, mas não apareceu mais. Ela simplesmente sumiu. Nos meus 77 anos, eu jamais tinha visto tamanha falta de respeito com idosos."

Resposta: "A Vivo informa que entrou em contato com o cliente para prestar os esclarecimentos necessários. A Vivo tem como estratégia ter o cliente no centro de suas decisões, mesclando metodologias e promovendo a melhor experiência do cliente com ações 'de fora para dentro da empresa'. Além disso, tem investido fortemente em canais eletrônicos e oferece aos clientes o app Vivo, um grande hub para que o cliente solicite demandas comerciais e de atendimento de forma simples e rápida. Em redes sociais, a Vivo mantém um bot no Messenger no Facebook. A companhia também conversa com seus consumidores por meio de seu site www.vivo.com.br, da central telefônica 10315 (fixa) e *8486 (móvel), e das lojas físicas e do SMS." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Uma festa do trabalho

Na colonia Nova Louzã, estabelecimento agricola que faz honra á esta provincia, effectuou-se uma dessas festas que estão sendo repetidas para exemplo daquelles que desejam praticar o trabalho livre. A imprensa noticiou, ha mezes, uma festa em uma colonia allemã, na fazenda Sete Quedas, e não ha muitos dias uma outra nas officinas dos srs. Bierrembach e Irmão, ambas no municipio de Campinas. São factos desta ordem que recommendam a provincia de S. Paulo aos immigrantes, tornando-a digna de ser imitada em seus brilhantes tentamens para firmar-se entre nós a conquista da riqueza pelo trabalho livre. ●

Theatro Provisorio
RIBEIRO GUIMARAES
GABRIEL E LUSBEL
MILAGRES DE SANTO ANTONIO

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena**.

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2131 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11) 91123-8351 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

IN MEMORIAM

Laércio Borba - Dia 21, às 12 horas, na Catedral Basílica Menor de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, na R. Barão do Serro Azul, 31, Centro, Curitiba.

MISSAS

Maria Helena Guimarães Khouri - Hoje, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita somente por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo (SP-Regula). Não há funerárias particulares.

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br

Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br

Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/

Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**



Futebol brasileiro

Jogadores abrem guerra contra o uso de gramados sintéticos

Movimento liderado por Neymar, Thiago Silva e Lucas Moura pede o fim do piso artificial; não há comprovação científica de aumento de lesões

TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO - 27/3/2024



Gramados sintéticos estão novamente no centro de uma polêmica

INGRID GONZAGA
BRUNO ACCORSI

Os gramados sintéticos entraram de vez na mira dos jogadores no futebol brasileiro. Em ação coordenada, eles iniciaram ontem um movimento pelo fim do uso do piso artificial nos estádios do País. Neymar, Lucas Moura, Thiago Silva, os líderes, Gabigol, Dudu e Philippe Coutinho, entre outros, compartilharam textos nas redes sociais alegando preocupação e exigindo que os atletas sejam ouvidos sobre o tema.

A publicação dos jogadores foi acompanhada de uma imagem comparando um campo tradicional com um artificial. A frase "futebol é natural, não sintético" e a hashtag #NãoAoGramadoSintético reforçam o mote da campanha.

Os críticos alegam que os gramados sintéticos aumentam o risco de contusão, algo não comprovado cientificamente. Dudu, um dos participantes do movimento, sofreu grave lesão no joelho em 2023 no Allianz Parque, em lance em que seu pé ficou preso na grama. Ele jogava no Palmeiras, que implantou o piso artificial em 2020.

Além do Allianz, os principais estádios do País que têm gramado sintético são o Nilton Santos e a Ligga Arena, casas de Botafogo e Athletico-PR, respectivamente. Cada local usa um tipo diferente de material e todos têm o certificado de qualidade da Fifa. O Mercado Livre Arena Pacaembu, em São Paulo, também dispõe de campo sintético. O Atlético-MG está implantando na Arena MRV.

Os atletas, porém, colocam em xeque a qualidade do piso artificial. "Objetivamente, com tamanho e representatividade que tem o nosso futebol, isso não deveria nem ser uma opção. A solução para um gramado ruim é fazer um gramado bom, simples assim", escreveram. "Nas ligas mais respeitadas do mundo os jogadores são ouvidos e investimentos são feitos para assegurar a qualidade do gramado. Trata-se de oferecer qualidade para quem joga e assiste."

Para os atletas que se manifestaram, a medida de adotar apenas o gramado natural é essencial para o futebol brasileiro estar entre os principais do mundo. "Se o Brasil deseja definitivamente estar inserido como protagonista no mercado do futebol mundial, a primeira medida deveria ser exigir qualidade do piso que os atletas jogam e treinam", finalizaram.

Neymar deixou claro à diretoria do Santos que não jogará em estádios com grama sintética. A decisão foi tomada com a intenção de preservar o atleta de possíveis lesões.

SEM COMPROVAÇÃO. Não há, contudo, um consenso na área médica quanto à maior incidência de lesões em atletas em gramados artificiais quando comparados aos naturais.

Em 2023, a revista científica inglesa *The Lancet* analisou mais de mil estudos sobre o tema para concluir que não há uma correlação entre o sintético para o aumento de lesões. Segundo a publicação, a incidência de problemas físicos nos campos sintéticos é até menor quando comparado com os campos naturais – 14% inferior, em média.

"A incidência global de lesões no futebol é menor em grama artificial do que em natural. Com base nestas conclusões, o risco de lesões não pode ser usado como argumento contra a grama artificial quando se considera a superfície de jogo ideal para o futebol", apontou o estudo.

No entanto, isso não significa que os atletas não corram riscos. "No gramado sintético, o pé dos atletas fica mais preso junto ao campo. Não há a mesma maleabilidade que em gramados naturais", explicou, ao **Estadão**, Luiz Felipe Carvalho, ortopedista que já tratou lesões de Rodrigo Dourado e Ferreira. ● COLABORARAM RICARDO MAGATTI E MURILLO CÉSAR ALVES

Principais pisos artificiais

- **Allianz Parque** – Palmeiras
- **Estádio Nilton Santos** – Botafogo
- **Arena MRV** – Atlético-MG
- **Mercado Livre Arena Pacaembu**
- **Ligga Arena** – Athetico-PR

Palmeiras rebate as críticas 'rasas e sem base científica'

O Palmeiras, um dos clubes que têm grama sintética em seu estádio, rebateu as críticas de Neymar e outros jogadores, considerando-as "rasas e sem base científica".

"O campo sintético do Allianz Parque é certificado pela Fifa, que realiza inspeções anuais desde a sua implementação, em 2020, a fim de aferir que o piso siga os mesmos parâmetros de um campo de grama natural em perfeito estado", disse o clube. "Não há qualquer comprovação científica de que o risco de lesão em campos artificiais seja maior do que em campos naturais."

Em sua manifestação, o clube diz respeitar a opinião dos atletas e considera urgente o debate sobre a qualidade dos gramados do futebol brasileiro. "Este problema, contudo, não será solucionado com críticas rasas e sem base científica", finalizou. ●

Copa Libertadores

Corinthians coloca boa fase à prova em estreia na fase prévia do torneio

RODRIGO SAMPAIO



O dia para o qual o Corinthians trabalhou até agora na temporada chegou. O time inicia a sua trajetória na Libertadores hoje, às 21h30, diante do Universidad Central, em Caracas, na Venezuela. O jogo é válido pela segunda fase prévia do torneio. A partida de volta será na quarta-feira seguinte, na Neo Química Arena. Em caso de igualdade no confronto, a vaga na última etapa da fase preliminar será decidida nos pênaltis.

Vivendo grande fase, o Corinthians é o favorito para avançar. Neste ano, são oito vitórias em 11 jogos, com dois empates e apenas uma derrota. O time já está classificado para as quartas do Paulistão.

O Corinthians desembarcou na Venezuela na segunda-feira com o elenco praticamente completo e terá força máxima para o confronto. As únicas ausências são o zagueiro Gustavo Henrique, que ainda se recupera de problema no músculo adutor da perna direita, e o centroavante Pedro Raul, que tem negociações com o Ceará e foi cortado por opção técnica. O volante Breno Bidon permaneceu em Caracas após a disputa do Sul-Americano Sub-20 e deve ser relacionado.

"Estamos com muitas expectativas, a torcida também. Temos que melhorar algumas coisas, o jogo será mais agressivo, tático, e vocês vão notar quando jogarmos", disse o técnico Ramón Díaz, após o empate por 2 a 2 com a Portuguesa, sábado, no Pacaembu.

Quem passar do confronto entre Corinthians e Universidad Central vai enfrentar o vencedor do duelo equatoriano entre Barcelona e El Nacional por uma vaga na fase de grupos do torneio. ●

PRÉ-LIBERTADORES – JOGO DE IDA

UNIV. CENTRAL × CORINTHIANS

UNIVERSIDAD CENTRAL: Miguel Silva; Melendez, Maicol Ruiz, Carrillo e Simarra; Cuesta, Gonzalez, Granko e Zapata; Solé, Charles Ortiz.
Técnico: Daniel Sasso.
CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, André Ramalho, João Pedro Tchoca e Hugo; Raniele, José Martínez, André Carrillo e Rodrigo Garro; Memphis Depay e Yuri Alberto.
Técnico: Ramón Díaz.
Árbitro: Gustavo Tejera (URU).
Horário: 21h30.
Local: Estádio Olímpico de la UCV, em Caracas.

Rio Open

Irregular, João Fonseca perde para francês e é eliminado na estreia

Jovem brasileiro comete muitos erros em momentos cruciais e acaba superado por Alexandre Müller, que faz 2 sets a 0

FELIPE ROSA MENDES
ENVIADO ESPECIAL / RIO

Pouco mais de 48 horas após conquistar seu primeiro título de nível ATP, João Fonseca não conseguiu repetir no Rio Open a performance exibida em Buenos Aires e se despediu do torneio nacional de forma precoce. O carioca foi eliminado ontem na primeira rodada pelo francês Alexandre Müller, 60º do ranking, por 2 sets a 0, parciais de 6/1 e 7/6 (7/4).

"Não foi o jogo que eu gostaria, mas eu só tenho a agradecer a essa torcida maravilhosa. É uma honra jogar aqui. Só tenho a agradecer ao Rio Open por me proporcionar esses momentos maravilhosos. Vou me preparar para que seja melhor no ano que vem", disse o brasileiro ao deixar a quadra.

O carioca de apenas 18 anos vinha de sua maior conquista da carreira, ao levantar o troféu do ATP 250 disputado na capital argentina. O triunfo fez Fonseca superar diversas marcas de precocidade no circuito, desbancando até lendas como o suíço Roger Federer e o americano Pete Sampras. De quebra, deu um salto no ranking e se tornou o novo número 1 do Brasil.

Parte deste salto deve ser neutralizado na próxima atualização da lista da ATP, na segunda-feira. Sem defender os pontos das quartas de final do ano passado, Fonseca cairá oito posições e deve aparecer no 76º posto. Apesar disso, seguirá como número 1 do País.

Nas oitavas de final, Müller enfrentará o argentino Tomas Martin Etcheverry.

Diante da quadra Guga Kuerten com quase todos os seus 6.200 assentos ocupados, Fonseca fez uma entrada celebrada pela torcida, que comemorou até quando o brasileiro levou a melhor no "cara ou coroa". A festa, contudo, logo deu lugar à preocupação no primeiro set.

O tenista anfitrião chegou a ter o primeiro break point da partida logo no game inicial. Mas não aproveitou a chance e viu o rival francês impor domínio avassalador na sequência. Fonseca perdeu dois games seguidos de zero, levou a primeira quebra do confronto. Irreconhecível nos primeiros 17 minutos do duelo, sofreu 5/0, sem maior resistência. Praticamente sem cometer erros não forçados, o francês fechou o set inicial.

MAURO PIMENTEL / AFP



João Fonseca não fez um bom jogo e caiu na estreia no Rio Open

O segundo set começou mais equilibrado. Mesmo ainda longe da sua melhor performance, Fonseca cometia menos erros e disputava os games ponto a ponto. O francês, por sua vez, seguia com a mesma estratégia, numa noite inspirada, com raras falhas.

O confronto seguiu parelho e a parcial foi decidida no tie-break, quando o francês sustentou o altíssimo nível e confirmou a vitória, surpreendente para a torcida brasileira.

Fonseca tentava quebrar alguns tabus nesta semana. Nunca um tenista havia sido campeão do ATP 250 de Buenos Aires e do Rio Open na sequência. Em sua 11ª edição, a competição carioca nunca teve um campeão brasileiro na chave de simples - Rafael Matos venceu nas duplas no ano passado. Alcançar a semifinal já seria um feito inédito para um brasileiro.

> ***"Não foi o jogo que eu gostaria, mas só tenho a agradecer a essa torcida maravilhosa. É uma honra jogar aqui. Vou me preparar para que seja melhor no ano que vem"***
> **João Fonseca**
> **Tenista brasileiro**

Curiosamente, Fonseca tem a melhor campanha de um tenista nacional no Rio Open, com as quartas de final de 2024, empatado com Thomaz Bellucci (2014), Thiago Monteiro (2017 e 2024) e Thiago Wild (2024).

ZVEREV SOFRE. Alexander Zverev precisou trabalhar mais que o esperado para começar com vitória no Rio Open. Cabeça de chave número 1 do torneio e segundo colocado do ranking, o alemão salvou um set point antes de superar o chinês Bu Yunchaokete, ontem, por 2 sets a 0, parciais de 7/6 (7/4) e 6/4.●

Campeonato Paulista

São Paulo espera pôr fim à fase sem vitórias

19h30: RECORD, CAZÉTV E UOL PLAY

Sem vencer há quatro jogos, com uma derrota e três empates, o São Paulo volta ao MorumBis hoje para enfrentar a Ponte Preta, às 19h30. Todo o jejum de vitórias foi vivido longe do estádio tricolor, que teve seu calendário de shows em conflito com as datas das partidas do estadual.

Apesar da falta de triunfos, o São Paulo já está classificado para as quartas de final do Campeonato Paulista, fase na qual enfrentará o Novorizontino. Lidera o Grupo C, com 16 pontos, e pode confirmar o primeiro lugar em caso de vitória, já que a equipe de Novo Horizonte tem 15 e apenas mais um jogo para disputar.●

11ª RODADA DO PAULISTÃO

SÃO PAULO x PONTE PRETA

SÃO PAULO: Rafael, Cédric, Arboleda, Sabino (Alan Franco) e Enzo Diaz; Pablo Maia, Marcos Antonio, Oscar e Lucas; Luciano e Calleri.
Técnico: Luis Zubeldía.
PONTE PRETA: Diogo Silva, Sérgio Raphael, Emerson Santos e Danilo Barcelos; Maguinho (Pacheco), Léo Oliveira, Lucas Cândido (Rodrigo Souza), Serginho e Artur; Victor Andrade e Jean Dias.
Técnico: Alberto Valentim.
Árbitra: Daiane Muniz.
Horário: 19h30.
Local: MorumBis.

Santos vai ao ataque para encaminhar vaga

19h15: UOL PLAY

A tão propalada filosofia ofensiva, que fez Pedro Caixinha ser contratado, aliada ao brilho de Neymar, são as armas que o Santos pretende utilizar para tentar bater o Noroeste, hoje, às 19h15, na Vila Belmiro.

O time ainda busca classificação às quartas de final e uma vitória será fundamental. Líder do Grupo B com 12 pontos, o Santos está em uma luta acirrada, pois Guarani, Red Bull Bragantino e Portuguesa têm 11 pontos cada.

Caixinha tomou seus cuidados no treinamento para a partida desta noite. Ele fez ajustes na movimentação e cobrou intensidade da equipe, principalmente quando a bola estiver com o adversário.

11ª RODADA DO PAULISTÃO

SANTOS x NOROESTE

SANTOS: Gabriel Brazão; JP Chermont, Zé Ivaldo, Luan Peres e Escobar; Tomás Rincón, Diego Pituca e Neymar; Soteldo, Guilherme e Thaciano.
Técnico: Pedro Caixinha.
NOROESTE: Felipe Alves; Maycon, Rodolfo Filemon e Carlinhos; Cicinho, Dudu Mairaíma, Thiago Lopes, Denner e Maykon; Pedro, Felipe e Carlão.
Técnico: Allan Aal.
Árbitro: Matheus Delgado Candançan.
Horário: 19h15.
Local: Estádio Vila Belmiro, em Santos (SP).

O MELHOR DA TV

TÊNIS
● ATP 500 de Doha
12h / ESPN 2 e Disney+
● Rio Open
16h30 / SporTV 3

FUTEBOL
● Liga dos Campeões
Borussia Dortmund x Sporting
14h45 / TNT e Max
Real Madrid x Manchester City
17h / Max
PSG x Brest
17h / Space e Max
PSV Eindhoven x Juventus
17h / TNT e Max
● Campeonato Inglês
Aston Villa x Liverpool
16h30 / ESPN e Disney+
● Campeonato Paulista
Guarani x Velo Clube
19h/ UOL Play
Santos x Noroeste
19h15 / UOL Play
São Paulo x Ponte Preta
19h30 / Record, UOL Play e CazeTV
● Copa Libertadores
El Nacional x Barcelona
21h30 / ESPN 2 e Disney+
Univ. Central x Corinthians
21h30 / Globo, ESPN e Disney+

Eufrázio



Craque versátil

A nova incursão de Memphis Depay no mundo musical

Holandês, que desenvolve carreira paralela ao futebol, faz parceira com o MC Hariel e Corinthians está presente

RODRIGO SAMPAIO

O astro holandês Memphis Depay, do Corinthians, lançou um EP com quatro músicas, dando continuidade à carreira artística que toca em paralelo ao seu compromisso com o futebol. Intitulado *Falando com as Favelas*, o trabalho foi gravado em parceria com o MC Hariel e conta com quatro faixas.

Estilo

Memphis Depay tem no rap o seu estilo musical preferido; ele se aventura na música desde 2011

Como parte da divulgação do material, um videoclipe da faixa-título foi lançado na segunda-feira. As imagens foram gravadas no final do ano passado, em Gana, país africano onde nasceu seu pai – com quem ele nunca teve boa relação, pois não perdoa o fato de ter sido abandonado ainda criança – e onde Memphis tem uma fundação de apoio a jovens surdos e cegos.

O craque holandês já estava no Corinthians quando fez a gravação. Em um trecho das imagens do clipe, é possível ver Depay ao lado de uma bandeira do time alvinegro.

Além de *Falando com as Favelas*, as outras faixas do EP são *Peita do Coringão*, *Suor e Sangue* e *Renascer*. O trabalho conta com a produção musical dos DJs Perera e André Nine.

A música em homenagem ao Corinthians também tem o apoio de um videoclipe, com imagens gravadas na Vila Aurora, bairro da zona norte da cidade de São Paulo.

Corintiano "roxo", MC Hariel se aproximou de Memphis Depay desde a chegada do atacante ao futebol brasileiro, em setembro do ano passado. Imagens do jogador no estúdio do funqueiro circularam nas redes sociais nos últimos meses, e a dupla recentemente participou do programa *Altas Horas*, da Rede Globo.

EM CASA. Em seu curto período no Brasil, Memphis Depay demonstra estar muito bem adaptado. Ele já foi visto jantando em um bar e fazendo as tranças do cabelo em uma comunidade no bairro Jardim Santa Cristina, no município de Santo André; também visitou o campo de várzea de uma comunidade em São Bernardo, no ABC Paulista; foi à quadra da escola de samba Gaviões da Fiel e tocou surdo; e também esteve na Pinacoteca de São Paulo.

REPRODUÇÃO/YOU TUBE



Memphis Depay no videoclipe que gravou em Gana com MC Hariel

Além da paixão pelo futebol, Depay tem grande proximidade com a música, por isso decidiu se aventurar nesse campo, mais exatamente no rap, como um hobby. Ele tem 13 músicas lançadas e um canal no Youtube com mais de 850 mil seguidores. A soma das visualizações de seus videoclipes é de aproximadamente 50 milhões. Sua primeira incursão no ramo musical aconteceu em 2011, época em que ele jogava no PSV.

Nove anos depois, em 2020, o holandês lançou um álbum chamado *Heavy Stepper*, composto de nove faixas. Nele tem a canção de maior sucesso de Depay, que coincidentemente lembra o Corinthians no nome: *2 Coríntios 5:7*, baseado em uma passagem bíblica, tem 4,8 milhões de reproduções somente no Spotify.

Aos 31 anos, Memphis é considerado peça-chave no time de Ramón Díaz. O jogador tem oito gols em 21 jogos com a camisa corintiana.●

LEILÃO DE IMÓVEIS

OPORTUNIDADE DE FRAÇÃO IDEIAL DE TERRENO NA MOOCA, SÃO PAULO/SP

SOMENTE ONLINE

07/03/25 A PARTIR DAS 09H

COM POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X

EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS Nº 009/2024. Nº do Processo: 018.00013468/2023-14. Interessado: Centro de Desmobilização de Ativos Imobiliários. Alienação de imóvel localizado em São Paulo/SP. Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Patrimônio do Estado da Secretaria de Gestão e Governo Digital (CNPJ 39.467.292/0001-02), realizará licitação na modalidade LEILÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento por MAIOR LANCE POR ITEM, para venda do imóvel descrito e caracterizado no Anexo I do Edital, na situação jurídica e no estado de conservação em que se encontram. • LOTE ÚNICO: Fração ideal de imóvel urbano (desocupado), situado na Rua Chamantá esquina com a Rua São Nicósio, Parte Lote 48, Quadra 80, Parque da Mooca, São Paulo/SP. Metragem de 7.113,55m², consoante laudo de avaliação. LANCE INICIAL: R$ 28.788.110. Esta licitação será regida pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, pelo Decreto estadual nº 68.422, de 2 de abril de 2024, e pelas demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento. DATA E HORÁRIO DO LEILÃO ELETRÔNICO: Dia 07/03/2025 a partir das 9h00 (horário de Brasília). Necessário cadastramento prévio dos interessados no site do leilão www.sodresantoro.com.br. A abertura para lances será a partir das 09h00 (nove) horas do dia 07 de março de 2025 até as 15h00 (quinze) horas do dia 07 de março de 2025. Da participação no leilão, ressaltamos que o presente leilão terá início às 09h00 com encerramento previsto para às 15h00, sendo que o Leiloeiro Oficial iniciará o apregoamento do lote a partir das 12h00, ocasião em que o evento poderá ser encerrado a qualquer momento, com os interessados tendo a possibilidade de ofertar lances desde a sua abertura às 09h00. A hora prevista para o início dos pregões sempre será a de Brasília. A hora indicada para a colocação do lote no pregão será apenas estimada, podendo ser antecipada ou postergada, conforme o andamento do leilão, cabendo aos interessados acompanhá-lo do começo ao fim. Consulte edital completo: www.sodresantoro.com.br ou e-negócios públicos - Imprensa Oficial e Leilões (sggd.sp.gov.br) (sggd/transparência/editais/leilões), ou na sede da Unidade Contratante, mediante simples requerimento ou por meio eletrônico. Dúvidas: (11)2464-6460. Visitação mediante agendamento prévio através do e-mail of@sodresantoro.com.br - Leiloeiro Oficial FLÁVIO CUNHA SODRÉ SANTORO - JUCESP nº 581.



ÁREA DE TERRENO: 7.113,55M²

LANCE INICIAL: R$28.788.110



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.





SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

FOTO DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO

ESTADÃO
150
ANOS
+
Alice
Ferraz

Qual fato do presente molda o futuro?

Alice Ferraz conta no Estadão.

Apresentamos nossa nova colunista, que traz em sua página um retrato social com curadoria baseada na relevância do fato, da notícia e da imagem no momento presente.
Um lugar múltiplo tanto na forma quanto no conteúdo.



DIARIAMENTE
NO DIGITAL

O Estado
de S. Paulo

1875



Custo de vida **Volta atrás**

Disparada de preços faz governo adiar exigência de maior uso do biodiesel

Em meio a racha entre ministros, decisão veio do presidente Lula, preocupado com o impacto do aumento do óleo de soja, matéria-prima do combustível, no preço nas bombas

MARIANA CARNEIRO
ISADORA DUARTE
BRASÍLIA

Partiu do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a decisão de manter a atual mistura de biodiesel ao diesel em 14%, sacramentada ontem na primeira reunião do ano do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), do qual fazem parte 17 ministérios. Ainda na véspera, Lula procurou os ministros Carlos Fávaro (Agricultura) e Alexandre Silveira (Minas e Energia) para dizer que o momento não era o adequado para elevar a mistura a 15% em razão da inflação. O anúncio decepcionou produtores do combustível renovável e de óleo de soja.

Em reunião preparatória na semana passada, na Casa Civil, técnicos da Fazenda alertaram para o impacto do aumento do óleo de soja (principal matéria-prima do biodiesel) e também do etanol nos combustíveis e nos alimentos. No ano passado, o óleo de soja subiu quase 30% e o etanol, 18% – basicamente feito da cana-de-açúcar, ele também vem sendo fabricado a partir do milho.

No fim de 2023, o mesmo CNPE havia definido para março de 2024 a mistura de 14% de biodiesel ao diesel (B14), com a previsão de chegar a 15% (B15) agora no dia 1.º de março. Além da redução da emissão de dióxido de carbono na atmosfera, foi citada à época a redução da importação do combustível fóssil.

Fávaro e Paulo Teixeira, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conseguiram poupar o etanol, mas o biodiesel ficou na berlinda. Segundo relatos obtidos pelo **Estadão**, os números mostravam que o aumento da mistura de 14% para 15% iria, inegavelmente, produzir um aumento nas bombas.

Nas contas do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), o aumento seria de R$ 0,02, num terceiro reajuste seguido do combustível – o primeiro devido ao aumento feito pela Petrobras, em fevereiro, e o segundo como resultado da alteração do ICMS, tributo de competência dos Estados.

Além disso, a Fazenda mencionou o potencial aumento das fraudes na mistura do biodiesel, o que levaria à competição desigual entre as distribuidoras que seguem a lei e as que estão se desviando sem o controle da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Ministros afirmam, porém, que a preocupação maior neste momento é a inflação. As pesquisas de avaliação do governo mostram um descontentamento das classes de menor renda com a administração de Lula, o que vem sendo atribuído aos aumentos de preços. Na segunda-feira, o presidente chegou a culpar distribuidoras e postos de combustível pelo salto de preços nas bombas, o que foi rebatido pelo setor (*mais informações na pág. B2*).

RACHA. A resolução do Palácio não esconde, no entanto, a divisão que o assunto provocou no governo. Esse foi um dos motivos que levaram Fávaro a não comparecer à reunião de ontem do CNPE; ele acabou sendo representado pelo secretário executivo adjunto da pasta, Cleber Oliveira Soares. Procurada, a assessoria do Ministério da Agricultura não se manifestou.



"A decisão é equivocada e contradiz o posicionamento do governo, autor da Lei do Combustível do Futuro"
Nota da Frente Parlamentar do Biodiesel, assinada pelo deputado Alceu Moreira (MDB-RS)

Na véspera, Fávaro tentou apresentar a Lula dados que mostravam que o preço do óleo de soja tende a cair, mas foi enquadrado pelo presidente e pelo chefe da Casa Civil, Rui Costa, numa reunião interrompida mais de uma vez por telefonemas da primeira-dama, Rosângela da Silva.

Ontem, Marina Silva (Meio Ambiente) e Alexandre Silveira, adversários quando o assunto é a exploração de petróleo na Margem Equatorial, defenderam o biodiesel – Silveira, de maneira "moderada", segundo a descrição de um dos participantes. O vice-presidente Geraldo Alckmin também ficou a favor da mistura a 15%.

No lado oposto, Casa Civil, Fazenda e Desenvolvimento Agrário foram firmes na maior preocupação com a inflação – não só a dos combustíveis, mas também a dos alimentos.

O silêncio da Agricultura fez com que produtores fossem em peso ao encontro de Fávaro após a reunião do CNPE, onde conseguiram tirar dele o compromisso de que voltará a tentar retomar a discussão no governo em dois meses, além de agendar uma reunião do setor de biodiesel com o próprio Lula. Os empresários querem provar que, com o dólar mais baixo neste ano e a entrada da safra da soja, o preço do óleo deve cair.

O embate que divide o governo divide também o setor produtivo. Na segunda-feira, Lula esteve com representantes do setor de petróleo e da Petrobras em Angra dos Reis (RJ). A indústria do combustível fóssil vem advogando pelo seu próprio "combustível verde", chamado de coprocessado, porque a mistura é feita durante o refino do diesel.

A Petrobras tem um coprocessado com 5% de adição de biodiesel, mas foi alijada das metas do projeto do Combustível do Futuro, sancionado por Lula no ano passado e que prevê a ampliação até o fim da década dos porcentuais de combustíveis renováveis.

REAÇÃO. Em nota, a Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio) criticou a decisão do CNPE. "A decisão é equivocada e contradiz o posicionamento do governo federal, autor da Lei do Combustível do Futuro – aprovada por unanimidade pelo Congresso e sancionada com festa em ato com a presença do presidente da República e representantes de todas as pastas", diz trecho da nota, assinada pelo deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), presidente do colegiado. "A medida coloca em dúvida o real compromisso do Executivo com a agenda verde e a transição energética." ●



Quando se trata de segurança e serviços todo o cuidado é pouco

Escolha quem cuida muito



Reforma tributária: bicicletas compartilhadas

ARTIGO

Lina Santin e Pedro Siqueira
Advogados

O título pode parecer pitoresco, mas a verdade é que a Emenda Constitucional n.º 132/2023 trouxe mudanças que afetam todos os setores, inclusive a compra, venda e aluguel de bicicletas. Trouxe também novos princípios para o sistema tributário: a justiça tributária, o combate à regressividade e a defesa do meio ambiente.

As mudanças incluem a uniformização de alíquotas do IBS/CBS para todos os produtos e serviços comercializados em um mesmo território. Como toda regra admite exceção, alguns setores poderão ter benefícios, inclusive de redução de alíquota, tais como a saúde, desporto e transportes.

Estranha o fato de as bicicletas não constarem em nenhuma exceção do Projeto de Lei Complementar n.º 68/2024. Trata-se de atividade benéfica à saúde, utilizada para desporto e transporte, e que é amiga do meio ambiente. A bicicleta foi esquecida.

É certo que quanto mais exceções, maior a alíquota de referência. Também é certo que as exceções que estimulam comportamentos positivos trazem benefícios que compensam a perda arrecadatória e geram economia de gastos públicos.

A saúde é a primeira beneficiada: a Organização Mundial da Saúde (OMS) constatou que pedalar diariamente por 20 minutos reduz em 10% o risco de enfarte e 30% de diabetes.

Também é dever do Estado fomentar práticas desportivas, e o uso de bicicletas atende plenamente esse comando.

Incluir as bicicletas na hipótese de redução de alíquota do IBS/CBS em 60% reafirmaria nosso papel de liderança

No que tange ao meio ambiente, o transporte por bicicletas promove um impacto absolutamente positivo: enquanto a utilização de um veículo emite 107g de carbono/hora, as bicicletas não geram emissões.

O Estado deve assegurar o direito à mobilidade urbana, de modo que a bicicleta funcione como uma alternativa ao transporte público, permitindo o deslocamento de forma rápida e barata.

É sempre importante relembrar a realidade brasileira: a utilização de bicicletas permite o trabalho de milhões de cidadãos de baixa renda, o que se vê com as entregas diárias nas grandes cidades.

A experiência internacional já reconheceu a necessidade de desoneração desse bem.

Em 2021, a União Europeia introduziu nas diretivas do *Value Added Tax (VAT)* a indicação de redução nas alíquotas das bicicletas comuns e elétricas. Portugal e Bélgica já a adotaram, enquanto outros países estão em estágio avançado de discussão.

No Chile, as bicicletas compartilhadas são enquadradas como transporte público e sujeitas à alíquota zero de IVA. Na Colômbia, a alíquota é inferior a 0,2%.

No Brasil, incluir as bicicletas na hipótese de redução de alíquota do IBS/CBS em 60% reafirmaria nosso papel de liderança nas discussões de mudanças climáticas e serviria de exemplo para o mundo na iminência da realização do G-20. ●

Custo de vida **Embate**

Postos reagem a Lula e dizem que impostos pesam em preço de combustíveis

Para federação, funcionamento 'complexo' do setor é pouco conhecido pelo consumidor; Lula falou em 'assalto'

DENISE LUNA
RIO

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis) reagiu ontem às declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a população é "assaltada" pelos "intermediários" na cadeia de distribuição de combustíveis e que, por isso, a Petrobras deveria fazer a venda direta a grandes consumidores.

Segundo a entidade, que reúne 34 sindicatos patronais e representa os interesses de cerca de 45 mil postos de combustíveis no País, diferentemente do que foi afirmado seria "fundamental considerar" que a composição dos preços dos combustíveis também inclui os impostos federais. "Entre eles (*os impostos*), estão o PIS/Cofins, no valor de R$ 0,69 por litro, e a Cide, de R$ 0,10 por litro, além do ICMS (*este último cobrado pelos Estados*)", disse a entidade, em nota.

A Fecombustíveis destacou que, em 1.º de fevereiro, houve aumento do ICMS sobre gasolina, óleo diesel, biodiesel e etanol anidro. Na gasolina e no etanol, houve acréscimo de R$ 0,10 por litro, totalizando R$ 1,47, enquanto no diesel e no biodiesel o aumento foi de R$ 0,06 por litro, para R$ 1,12.

A Fecombustíveis avaliou que o "funcionamento complexo" da cadeia de combustíveis é pouco conhecido pela sociedade, mas também pelos governantes do País. "A gasolina que sai das refinarias é pura e ainda não está pronta para o consumo final. Somente nas bases de distribuição recebe a adição de 27% de etanol anidro, tornando-se gasolina C, que é a versão comercializada nos postos", disse. "O mesmo processo ocorre com o óleo diesel: ele sai puro das refinarias (diesel A) e, após a adição de biodiesel – atualmente, em 14% –, transforma-se em diesel B, que, então, é comercializado das distribuidoras para os postos de combustíveis."

Representação
Fecombustíveis reúne 34 sindicatos patronais e representa cerca de 45 mil postos no País

FATIA DA PETROBRAS. Em evento da Petrobras realizado na segunda-feira, no Rio, o presidente Lula defendeu que a estatal venda diesel, gasolina e gás diretamente a grandes consumidores, como forma de baixar os preços. Antes dos combustíveis, Lula já tinha defendido o boicote a produtos caros em supermercados. Segundo ele, "a gasolina sai da Petrobras a R$ 3,04 e é vendida a R$ 6,49". "É importante informar a população. Para o povo saber quem xingar na hora que aumenta." Pelo sistema em vigor, os combustíveis passam por redes de distribuidoras e, depois, pelos postos até chegar ao cliente final.

A entidade disse ainda que, da composição dos preços da gasolina, a fatia da Petrobras corresponde a 34,7% do preço total, ou seja, a R$ 2,21 por litro. No caso da composição de preços do óleo diesel, 46,8% correspondem à parcela do produto refinado pela Petrobras (R$ 3,03 por litro).

"As margens brutas da distribuição e revenda, na média Brasil, ficam em torno de 15%, retirando o frete. Vale destacar que, dessa margem, são descontados os salários, encargos sociais e benefícios dos funcionários, aluguel (se houver), água, luz, incluindo todas as demais despesas inerentes à manutenção do negócio", disse a entidade, em defesa da revenda, lembrando que o setor é um dos que mais empregam no Brasil, com cerca de 900 mil postos de trabalho diretos. ●

Energia **Impasse**

Reunião termina sem acordo sobre Angra 3

RENAN MONTEIRO
BRASÍLIA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem que não houve decisão sobre a retomada das obras de Angra 3 em reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O ministro da Casa Civil, Rui Costa, pediu o adiamento da liberação.

Silveira declarou que defendeu a continuidade das obras, mas condicionada à reestruturação da governança da Eletronuclear. Ele afirmou ainda que a decisão pode ficar para a próxima reunião do conselho, ou retornar à pauta do CNPE "a qualquer momento".

A 1.ª reunião extraordinária no ano do conselho – composto por 17 ministros – começou às 9h, no Ministério de Minas e Energia (MME). O encontro foi presidido por Silveira.

Pela última revisão, a estimativa de preço de tarifa de Angra 3 foi atualizada de R$ 653,31 para R$ 640 por megawatt-hora, após adaptações de estudo do BNDES sobre a viabilidade técnica da terceira usina nuclear brasileira.

A Eletronuclear entende que esse patamar pode ser reduzido para "um pouco" abaixo de R$ 600 por MWh. A possibilidade de emissão de debêntures incentivadas é considerada uma das alternativas de captação de recursos para bancar a obra.

O estudo do BNDES, apresentado no início do segundo semestre, mostrou que a obra demandará R$ 23 bilhões em investimento para a conclusão, valor que aumentará com a inclusão de correções monetárias. Mais de 65% da obra já foi realizada em cerca de 40 anos no processo de construção.

Do total de R$ 23 bilhões, 90% seriam em financiamento no mercado e 10% pagos em equity pelos acionistas – ou seja, pela União, representada pela Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional Sociedade Anônima (ENBPar), e pela Eletrobras. A expectativa inicial é de que a usina poderia entrar em operação comercial em 2031.

Adiamento
Pedido para adiar decisão sobre usina partiu do ministro da Casa Civil, Rui Costa

O presidente da Frente Parlamentar Nuclear, deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), chegou a gravar vídeo dirigido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, feito com o prefeito do Rio, Eduardo Paes, pedindo que a construção de Angra 3 continue, e destacou que "nenhum dinheiro público será usado na obra". "O governo já investiu muito, desmobilizar vai custar uma fortuna e não vale a pena", disse Paes, no vídeo publicado no Instagram. ● COLABOROU DENISE LUNA/RIO

NOTAS E INFORMAÇÕES

Displicência com a inflação



No Brasil, inflação nunca é algo que possa ser relativizado, especialmente pelo ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acredita que a inflação esteja "relativamente" dentro da normalidade brasileira desde o Plano Real, em 1994. "O Brasil deixou de ter uma inflação de dois dígitos. Hoje, tem inflação entre 4% e 5%, relativamente normal para o Brasil desde o Plano Real", afirmou, ao participar de um painel na conferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na Arábia Saudita.

Qualquer cidadão com mais de 40 anos tem memória vívida dos anos de hiperinflação. Felizmente, o País deixou para trás um período em que havia remarcações diárias de itens de supermercados, seguidas por troca de moedas, confiscos, congelamentos e tabelamentos, iniciativas tão conhecidas quanto fracassadas para controlar os preços. A hiperinflação deixou traumas profundos na sociedade brasileira, e não foi por acaso que o ministro da Fazenda que lançou um plano capaz de debelá-la foi eleito e reeleito presidente da República na década de 1990. A população estava cansada de tanto amadorismo e, no momento em que conheceu a estabilidade econômica, passou a defendê-la como um valor a ser preservado.

Dito isso, não se pode dizer que a inflação esteja dentro da normalidade quando o índice está acima da meta de 3%. Meta, como se sabe, é para ser cumprida, e os limites inferior e superior servem para acomodar choques. Em janeiro, o IPCA acumulado nos 12 meses ficou em 4,56%, mas o índice teria chegado a 5,13% não fosse o bônus nas contas de luz da energia gerada pela usina de Itaipu – uma contribuição que, aliás, não se repetirá em fevereiro.

Ademais, o IPCA espelha uma cesta de consumo média da população, mas há muitos itens que subiram bem mais e que pesam no bolso das famílias mais carentes, entre eles alimentos. Não parece ser mera coincidência, portanto, que a popularidade do presidente Lula da Silva tenha atingido o pior nível de seus três mandatos e caído mais entre mulheres e habitantes do Nordeste.

Inflação nunca é algo a ser relativizado, mas é especialmente preocupante quando é o ministro da Fazenda quem o faz. O gasto público excessivo é um motor que estimula a economia e aquece a demanda, e o governo, quando se recusa a fazer sua parte por meio de uma política fiscal mais austera, deixa toda a responsabilidade de conter a inflação para o Banco Central.

A atual taxa básica de juros, em 13,25% ao ano, é reflexo disso, e nada indica que o cenário deva melhorar no curto e médio prazos. Mesmo com a perspectiva de que o Copom eleve a Selic a 14,25% ao ano em março, a mediana das expectativas para o IPCA deste ano subiu pela 18.ª semana consecutiva, para 5,60%, segundo o *Boletim Focus*.

Com a experiência de quem coordenou o Índice de Preços ao Consumidor da Fipe por 26 anos, o economista Heron do Carmo disse ao **Estadão** que projeta uma inflação de 5,5% neste ano. Mas a previsão dele depende da adoção de medidas adicionais de controle do gasto público, já descartadas pelo presidente. Nada, portanto, parece relativamente dentro da normalidade, a não ser a displicência com que governos petistas lidam com a inflação.●

OPORTUNIDADES DE IMÓVEIS EM SP
20/02/25
A PARTIR DAS 9H
POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 60X
LEILÃO ONLINE
É AMANHÃ!



IMÓVEL URBANO
VILA CARMOSINA
LANCE INICIAL: R$1.155.000
ÁREA DE TERRENO: 650M²

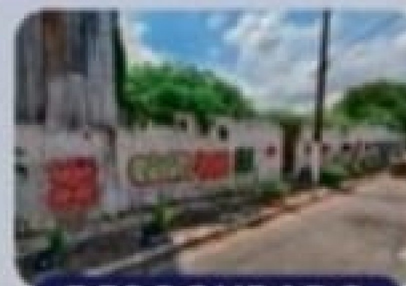


IMÓVEL RESIDENCIAL
CAMPO BELO
LANCE INICIAL: R$2.865.000
ÁREA DE TERRENO: 1.000M²

IMÓVEL URBANO
BROOKLIN PAULISTA
LANCE INICIAL: R$1.410.000
ÁREA DE TERRENO: 238,00M²



IMÓVEL
VILA PRUDENTE
LANCE INICIAL: R$4.115.000
ÁREA DE TERRENO: 1.998M²



DESOCUPADO

• LOTE 1: IMÓVEL URBANO. RUA ARRAIAL DE SÃO BARTOLOMEU (ANTIGA RUA ITATIBA), Nº 590 E 598, BAIRRO DA VILA CARMOSINA, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 650M². MATRÍCULA ÚNICA (DESMEMBRADO EM DOIS LOTES Nº 590 E 598): 118.165, DO 09º CRI DE SÃO PAULO/SP. • LOTE 2: TERRENO URBANO. RUA ANTÔNIO DE MACEDO SOARES (ANTIGA RUA PRUDENTE DE MORAES), Nº 584, CAMPO BELO, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.000M². PADRÃO CONSTRUTIVO: RESIDÊNCIA. ECONÔMICO 200,00 M², 1 PAVIMENTO. IMÓVEL ATRIBUÍDO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO ATRAVÉS DE DOAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO DER NO ANO DE 2020. • LOTE 3: OCUPADO. IMÓVEL URBANO. AV. PORTUGAL, Nº 1.074 COM RUA ARIZONA, BROOKLIN PAULISTA (ITAIM BIBI), SÃO PAULO/SP. ÁREA CONSTRUÍDA DE 238,00 M². MATRÍCULA Nº 55.824 DO 15º CRI DE SÃO PAULO/SP, CONTRIBUINTE Nº 085.122.0030- 8. IMÓVEL ADQUIRIDO POR DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL REALIZADA EM 1974 PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO - D.E.R. • LOTE 4: IMÓVEL URBANO. RUA JUSTINIANO, Nº 1.115, COM A RUA MARQUÊS DE SANTO AMARO, VILA PRUDENTE, SÃO PAULO/SP. ÁREA DE TERRENO DE 1.998M². MATRÍCULA Nº 242.665 DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP.O IMÓVEL FORA INCORPORADO AO PATRIMÔNIO ESTADUAL POR DESAPROPRIAÇÃO, TAL REGISTRO SE DEU NA MATRÍCULA Nº 242.665DO 06º CRI DE SÃO PAULO/SP, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2021 (R.2/242.665). DA PARTICIPAÇÃO NO LEILÃO RESSALTAMOS QUE O PRESENTE LEILÃO TERÁ INÍCIO ÀS 9H COM ENCERRAMENTO PREVISTO PARA ÀS 15H, SENDO QUE O LEILOEIRO OFICIAL INICIARÁ O APREGOAMENTO DOS LOTES A PARTIR DAS 12H, OCASIÃO EM QUE O EVENTO PODERÁ SERENCERRADO A QUALQUER MOMENTO, COM OS INTERESSADOS TENDO A POSSIBILIDADE DE OFERTAR DESDE A SUA ABERTURA ÀS 9H. A HORA PREVISTA PARA O INÍCIO DOS PREGÕES SEMPRE SERÁ A DE BRASÍLIA. A HORA INDICADA PARA A COLOCAÇÃO DOS LOTES NO PREGÃO SERÁ APENAS ESTIMADA, PODENDO SER ANTECIPADA OU POSTERGADA, CONFORME O ANDAMENTO DO LEILÃO, CABENDO AOS INTERESSADOS ACOMPANHÁ-LO DO COMEÇO AO FIM.



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2404-0404
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Moacir De Santi, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315

Combustíveis Consultoria da Opep+

'País não pode ter vergonha do petróleo', diz Silveira

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse ontem que houve aprovação para a adesão do Brasil a fórum consultivo da Opep+, grupo de países aliados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Ele esclareceu, porém, que não haverá adesão à Opep+, ou seja, o Brasil não vai ter obrigações como os países-membros.

"Não devemos nos envergonhar de sermos produtores de petróleo. O Brasil precisa crescer, se desenvolver, gerar renda, emprego, tributos para poder aplicar em educação, segurança e saúde. E o petróleo ainda é uma fonte energética global", disse ele.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) criticou a decisão anunciada pelo governo. "O Brasil insiste em caminhos opostos em um momento no qual deveria liderar pelo exemplo, manchando sua reputação na COP-30", disse o diretor executivo da entidade, André Guimarães, em nota. ● RENAN MONTEIRO e DENISE LUNA/RIO

Eufrázio



CONHEÇA OS MELHORES **BANCOS E PLATAFORMAS** PARA INVESTIR



Em parceria com o Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getulio Vargas (FGVCef) e a *Toluna Insights*, o E-Investidor apresenta, no próximo dia **19 de fevereiro**, às 19h, a mais nova edição do **Ranking Melhor Banco e Plataforma para Investir (MBPI).**

POR QUE PARTICIPAR?



• Transmissão ao vivo com insights valiosos sobre o mercado financeiro;



• Participação dos executivos que representam as instituições financeiras vencedoras;



• Acesso em primeira mão aos melhores bancos, plataformas e gestoras de fundos de investimento do Brasil.

Quem sabe antes, decide melhor

Aponte a câmera do seu celular para o **QR Code** ao lado e veja como acompanhar a premiação ao vivo gratuitamente!





Funcionalismo **Previdência privada**

Condenado no mensalão advoga contra inspeção em fundos de pensão

João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara, é sócio de escritório que acionou o STF para barrar fiscalizações do TCU

GUSTAVO CÔRTES
BRASÍLIA

Condenado a pelo menos seis anos de prisão no escândalo do mensalão, o ex-presidente da Câmara dos Deputados João Paulo Cunha (PT-SP) advoga hoje em ação na Justiça para impedir a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre fundos de pensão mantidos por empresas estatais.

Ele e seu sócio, Ophir Cavalcante, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), são procuradores da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), que acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) para tornar inconstitucionais as auditorias da Corte de Contas nas entidades previdenciárias.

A banca também tenta tornar o entendimento predominante em processos no próprio TCU, que discute o tema em um grupo de trabalho.

Procurado, Cunha não se manifestou. Cavalcante disse, por meio de nota, que só fala nos autos dos processos. O TCU não se manifestou.

A Abrapp afirmou que a contratação seguiu suas normas de governança corporativa. Disse ainda que o escritório de Cunha e Cavalcante "vem prestando excelentes serviços em favor desta entidade, em cumprimento do objeto definido no nosso estatuto social, com o acompanhamento de diversos procedimentos perante o Tribunal de Contas da União e Supremo Tribunal Federal, os quais, em regra, são de livre consulta por qualquer cidadão".

Se tiver êxito, a Abrapp inviabilizará medidas do TCU como a que determinou, no último dia 5, a abertura de uma auditoria em caráter de urgência para investigar as causas de uma perda de R$ 14 bilhões no Plano 1 da Previ, fundo que administra a aposentadoria de funcionários do Banco do Brasil.

Uma decisão favorável também anularia dezenas de outros processos em trâmite no tribunal relativos a atos apurados pela operação Greenfield no TCU, braço da Lava Jato que mirou desvios em fundos de pensão em favor de empreiteiras e empresas ligadas às gestões petistas.

A Abrapp sustenta, entre outros argumentos, que os fundos de pensão, embora mantidos em parte com recursos da União, são entidades de direito privado e, por isso, têm autonomia e não podem ser fiscalizados como entes da administração pública. Também alegam que o TCU invade competência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), órgão regulador do mercado. "A atuação do TCU nesse caso pode levar a uma duplicidade fiscalizatória, comprometendo a eficiência da regulação e gerando desperdício de recursos, além de possíveis entraves operacionais", diz a entidade, em nota.

PREVIDÊNCIA. Os fundos ligados à Petrobras (Petros), Banco do Brasil (Previ), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Correios (Postalis) administram ativos no valor de aproximadamente R$ 510 bilhões. Todos eles são associados à Abrapp, que conta com o apoio de 234 entidades no total.

A maior delas é a Previ, com cerca de R$ 270 bilhões sob gestão. Metade do valor que abastece os planos de aposentadoria sai dos cofres das companhias e o restante, de contribuições feitas pelos funcionários. Ou seja, as duas partes dão contribuições iguais.

Resposta
Cunha não se manifestou e associação que o contratou diz que seguiu normas de governança corporativa

Quando a gestão dos fundos causa prejuízos, é preciso realizar o equacionamento do déficit, uma operação em que ambas as partes realizam contribuições extraordinárias equivalentes para recuperar perdas do fundo e garantir os benefícios dos aposentados. Esse processo causa impactos negativos nos balanços das estatais e no bolso dos funcionários ativos e inativos.

Segundo o ministro Walton Alencar, do TCU, que determinou a apuração na Previ, o rendimento sobre os investimentos foi de apenas 1,58% no ano passado.

A ação do TCU faz parte de um processo aberto para averiguar se o fundo cumpriu requisitos técnicos e de governança na indicação de seu atual presidente, João Luiz Fukunaga.

Sindicalista e com formação em História, Fukunaga é funcionário de carreira do Banco do Brasil e não tem experiência na gestão de ativos financeiros.

MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL - 25/11/2016



Ex-deputado João Paulo Cunha, em 2016: procurador da Abrapp

A Previ nega prejuízo, pois afirma que a perda não foi realizada – ou seja, não houve venda dos ativos que desvalorizaram, como as ações da Vale.

Em outubro, a Previ tentou, sem sucesso, barrar o processo no TCU sobre a indicação de Fukunaga. A alegação era de que a Corte deveria esperar a conclusão de outro processo, que criou um grupo de trabalho para debater os limites da atuação do órgão na fiscalização dos fundos de pensão. É para essa discussão que Cunha foi escalado para atuar nos bastidores.

Em 2023, ele se reuniu com o então presidente do TCU, Bruno Dantas, para discutir a fiscalização dos fundos de pensão. Também participaram do encontro representantes da Abrapp e da Previc.

Na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) que a Abrapp move no STF, sob relatoria do ministro Luiz Fux, o escritório Ophir Cavalcante Advogados Associados, do qual Cunha é sócio, não consta como representante. Atualmente, o processo se encontra concluso para decisão do relator.

HISTÓRICO. Cunha foi presidente da Câmara de 2003 a 2005. Eleito nos dois mandatos seguintes, foi forçado a deixar sua cadeira no Legislativo em 2013 devido a uma condenação a seis anos e quatro meses de prisão por peculato e corrupção passiva na Ação Penal 470, o mensalão – esquema de pagamentos de propina a parlamentares da base do governo Lula em troca de apoio no Congresso.

Cunha cumpriu dois anos da pena – uma parte dela na penitenciária da Papuda, em Brasília, e outra em regime aberto – até 2016, quando o STF o absolveu após a então presidente Dilma Rousseff lhe conceder indulto, um perdão presidencial. ●

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

RELAXAMENTO E BEM-ESTAR!

No Hotel Resort e Golfe Clube dos 500, cada espaço é pensado para proporcionar momentos de descanso profundo. Aproveite a tranquilidade do nosso ambiente.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

CLUBE DOS 500

Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
@hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Eufrázio

Nas alturas

Nos EUA, preço do ovo dispara e item some das gôndolas

Com surto de gripe aviária, produto registra alta de 15% só em janeiro e se torna alvo de ladrões de carga

WASHINGTON

Prateleiras vazias e preços nas alturas: os Estados Unidos estão sob o efeito de uma escassez nacional de ovos. A falta da mercadoria não afeta apenas as casas americanas. A alta dos preços agora chega aos restaurantes, que já repassam os custos aos clientes. A rede de restaurantes Waffle House, por exemplo, anunciou um acréscimo de US$ 0,50 (por volta de R$ 2,85) nos pratos que levam ovos.

O produto tem sido o grande vilão da inflação, com alta de 15,2% em janeiro, a maior elevação mensal desde junho de 2015. Desde o ano passado, o produto já subiu 53%.

"Fui ao supermercado e não havia ovos. Uma dúzia está custando US$ 20 (*R$ 114*), o que significa que nem os pobres podem comprar mais ovos", reclama Margarita Oliva, moradora em Miami. "Às vezes, vou às lojas com US$ 100 (R$ 570) e não consigo comprar o que quero porque os preços estão muito altos."

No fim de janeiro, foi registrado um roubo de uma carga de ovos na Pensilvânia. O carregamento, com cerca de 100 mil unidades, estava avaliado em US$ 40 mil (R$ 227 mil), segundo a polícia local.



GEORGE WALKER/AP

Preço alto e prateleira esvaziada em supermercado em Nashville

GRIPE AVIÁRIA. A principal causa para a subida de preços do alimento são casos de gripe aviária. O vírus H5N1 dizimou quase 123 milhões de galinhas, perus e outras aves em 49 Estados dos EUA desde o início dos surtos, em 2022. Só em dezembro do ano passado, cerca de 13 milhões de aves morreram devido à doença, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

"Esta é a onda mais devastadora do surto de gripe aviária que vimos desde que começou a se espalhar, há três anos", disse Karyn Rispoli, gerente da Expana, empresa que faz pesquisas para o mercado sobre o preço do produto em todo o país. "Dessa vez, as fazendas que atendem ao setor varejista foram impactadas desproporcionalmente, e isso tem causado um grande problema de oferta."

As autoridades confirmaram recentemente que uma cepa foi encontrada no gado bovino, e o aumento de casos em mamíferos desatou preocupações com novas mutações do vírus da doença. Os Estados Unidos registraram a primeira morte em humanos em janeiro, mas especialistas destacaram que a vítima tinha comorbidades e que o risco para a população permanece bem pequeno.

Empresários do setor varejista e de produção de ovos estão pessimistas.

Karen Meleta, porta-voz da Wakefern, cooperativa de supermercados que tem marcas como ShopRite e Gourmet Garage, disse que a rede tenta manter os preços em patamares razoáveis, mas está "difícil de equilibrar, principalmente devido à volatilidade do mercado e à incerteza resultante desses surtos contínuos".

SEM PERSPECTIVA. Tracy e Jason Ramsdell, que mantêm granjas nos Estados de Dakota do Sul e Califórnia, enfrentaram surtos de gripe aviária em suas propriedades. Em dezembro, eles tiveram de sacrificar 40 mil galinhas. Tracy estima que ainda vai ter de administrar "dezenas de milhares" de dólares em perdas, e levará pelo menos seis meses para repovoar sua granja e retomar os negócios.

"Qualquer pessoa na indústria animal agora deveria estar nervosa", disse ela. "Até que nos reunamos coletivamente e tenhamos algumas respostas sólidas e concretas sobre o que está acontecendo, não acho que isso vá parar." ● AFP e NYT

NÃO SEJA UM YOUNG LION

Ganhar prêmios não é a sua pegada?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.
O job do dia a dia tá de bom tamanho?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.
Quer evitar a caixa de entrada cheia de propostas?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.
Prefere manter o cargo com o sobrenome junior?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.
Começar a carreira sem uma conquista de peso?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.
Não quer ser reconhecido pra sempre como um Young?
NÃO SEJA UM YOUNG LION.

Se você quer ter uma carreira brilhante, ignore o título deste anúncio e se inscreva no Young Lions Brazil: a competição que leva só os melhores talentos para uma disputa mundial durante o Cannes Lions Festival.

Inscrições de 24 de fevereiro a 16 de março às 18h

ESTADAO.DALACODE.COM.BR

Patrocínio







Apoio



Realização





ampfy

CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SPA/ME Nº 03.039920/2025

HDI

HDI Global Seguros S.A.

CNPJ nº 18.096.627/0001-53

www.hdiglobalbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas as demonstrações financeiras da HDI Global Seguros S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **A empresa:** A HDI Global é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Global Network AG. A Talanx é um dos maiores grupos seguradores da Europa. A empresa, sediada em Hannover, atua em mais de 175 países. Em 2023, o Grupo destacou-se pelo crescimento robusto, com 43,2 bilhões de euros em receitas de prêmios e um lucro líquido de 1.581 milhões de euros. A HDI Global traz ao mercado brasileiro as mesmas características que a distinguem no mercado internacional: solidez, adoção de soluções inovadoras, foco incondicional nas necessidades do cliente, gerenciamento de riscos e superior gestão de sinistros. **Resultados e evolução patrimonial:** A HDI Global atingiu a incrível marca de R$ 1,6 bilhão de prêmios emitidos, com crescimento de 34,6% em relação ao exercício anterior. Para sustentar essa operação, a Seguradora conta com ativos de R$ 2,4 bilhões e reservas de R$ 1,4 bilhão. Os eventos climáticos do Rio Grande do Sul ocorridos em maio de 2024, elevaram a sinistralidade bruta dos seguros patrimoniais em 4 pontos percentuais. Este aumento foi compensado pela redução na sinistralidade nas carteiras de seguros de responsabilidade e de transporte, mantendo a sinistralidade total estável em 36,9% em 2024 (36,6% em 2023). O impacto no resultado foi reduzido em grande parte pelas recuperações dos resseguradores. Os custos de aquisição apresentaram uma redução de 0,9% sobre os prêmios ganhos em função do aumento dos seguros com relevante cessão de resseguro em nosso portfólio com menores índices de comissionamento. O resultado financeiro aumentou de R$ 42 milhões para R$ 60,7 milhões. Parte dos ganhos provêm do aumento dos valores sob gestão e os respectivos rendimentos financeiros. Outro fator importante foram os resultados cambiais positivos com o aumento da taxa do dólar americano. As demais rubricas se mantiveram estáveis em relação aos prêmios ganhos nos dois períodos. A empresa apresentou um lucro líquido no exercício de R$ 57 milhões, um crescimento de 48,2% em relação ao exercício anterior, com um retorno sobre patrimônio de 37,5%. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta um crescimento de 8,2% para os seguros de ramos elementares em 2025. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A Companhia declarou dividendos sobre as reservas de lucros acumulados em exercícios anteriores no montante de R$ 64 milhões, mantendo a solvência em níveis adequados. Por este motivo, a Administração propôs aos acionistas o pagamento de dividendos sobre o resultado deste exercício em montante inferior ao mínimo obrigatório. **Agradecimentos:** Agradecemos aos acionistas, segurados, corretores, resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados, pela confiança e apoio dedicados à Companhia. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**2.120.637**	**1.655.484**
Disponível		**11.610**	**29.706**
Caixa e bancos		11.610	29.706
Aplicações	5	**180.271**	**277.691**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**696.850**	**398.541**
Prêmios a receber		457.339	323.989
Operações com seguradoras		31.644	10.043
Operações com resseguradoras		207.867	64.509
Outros créditos operacionais		**5.111**	**4.616**
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	**1.173.207**	**899.929**
Títulos e créditos a receber		**5.428**	**5.286**
Títulos e créditos a receber	8.1	532	631
Créditos tributários e previdenciários	8.2a	4.463	4.441
Outros créditos		433	214
Outros valores e bens	9a	**640**	–
Bens à venda		640	–
Despesas antecipadas		**72**	**138**
Custos de aquisição diferidos	10	**47.408**	**39.577**
Seguros		47.408	39.577
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**269.178**	**130.960**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**264.859**	**125.934**
Aplicações	5	**212.395**	**88.306**
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	**19.128**	**15.514**
Prêmios a receber		19.128	15.514
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	**4.232**	**3.811**
Títulos e créditos a receber		**15.643**	**6.334**
Créditos tributários e previdenciários	8a	15.643	4.594
Depósitos judiciais e fiscais		–	1.740
Outros valores e bens	9c	**3.425**	**3.859**
Custos de aquisição diferidos	10	**10.036**	**8.110**
Seguros		10.036	8.110
IMOBILIZADO	11	**596**	**228**
Bens móveis		596	226
Outras imobilizações		–	2
INTANGÍVEL	12	**3.722**	**4.758**
Outros intangíveis		3.722	4.758
TOTAL DO ATIVO		**2.389.815**	**1.786.444**

PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		**2.166.132**	**1.543.425**
Contas a pagar	13	**94.918**	**56.233**
Obrigações a pagar		72.715	13.531
Impostos e encargos sociais a recolher		15.657	13.104
Encargos trabalhistas		2.521	2.416
Impostos e contribuições		2.684	937
Outras contas a pagar		1.341	26.245
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	**675.033**	**392.832**
Prêmios a restituir		1.279	382
Operações com seguradoras		44.523	34.377
Operações com resseguradoras		586.298	319.608
Corretores de seguros e resseguros		42.807	38.389
Outros débitos operacionais		126	76
Depósitos de terceiros	15	**25.527**	**29.247**
Depósitos de terceiros		25.527	29.247
Provisões técnicas - seguros	16	**1.369.712**	**1.063.985**
Danos		1.369.652	1.063.918
Pessoas		60	67
Outros débitos	9c	**942**	**1.128**
Débito diversos		942	1.128
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**87.326**	**74.784**
Contas a pagar	13	–	**1.457**
Tributos diferidos		–	1.457
Débitos das operações com seguros e resseguros	14	**5.017**	**4.983**
Operações com segurados		518	1.013
Corretores de seguros e resseguros		4.499	3.970
Provisões técnicas - seguros	16	**79.541**	**65.306**
Danos		79.541	65.306
Outros débitos	17	**21**	**20**
Provisões judiciais		21	20
Débitos diversos	9c	**2.747**	**3.018**
Débitos diversos		2.747	3.018
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	**136.358**	**168.235**
Capital social		72.947	72.947
Reservas de lucros		73.461	93.090
Ajuste de avaliação patrimonial		(10.050)	2.198
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**2.389.815**	**1.786.444**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	19.1	1.637.448	1.216.606
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(278.299)	(99.518)
PRÊMIOS GANHOS		**1.359.149**	**1.117.088**
Sinistros ocorridos	19.3	(501.586)	(408.335)
Custos de aquisição	19.4	(99.166)	(93.522)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(2.038)	(776)
Resultado com resseguro	19.6	(641.101)	(520.759)
Receita com resseguro		408.164	317.537
Despesa com resseguro		(1.049.265)	(838.296)
Despesas administrativas	19.7.1	(64.130)	(58.254)
Despesas com tributos	19.7.2	(25.077)	(18.619)
Resultado financeiro	19.8	60.654	42.014
RESULTADO OPERACIONAL		**86.704**	**58.837**
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		**86.704**	**58.837**
Imposto de renda	19.9	(17.658)	(12.276)
Contribuição social	19.9	(11.145)	(7.388)
Participações sobre o lucro		(767)	(632)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**57.134**	**38.541**
Quantidade de ações		**101.247.289**	**101.247.289**
Lucro líquido por ação - R$		**0,56**	**0,38**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**57.134**	**38.541**
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	(20.416)	4.322
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	8.166	(1.729)
Perdas esperadas de ativos financeiros	1	–
Resultados abrangentes	(12.249)	2.593
Total dos resultados abrangentes	**44.885**	**41.134**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**72.947**	**4.466**	**59.665**	**(395)**	–	**136.683**
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	–	–	–	2.593	–	2.593
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	38.541	38.541
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	1.927	–	–	(1.927)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	27.032	–	(27.032)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(9.582)	(9.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**72.947**	**6.393**	**86.697**	**2.198**	–	**168.235**
Ajuste adoção inicial CPC 48	–	–	(1.334)	1	–	(1.333)
Distribuição de dividendos	–	–	(64.000)	–	–	(64.000)
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	–	–	–	(12.250)	–	(12.250)
Perdas esperadas de ativos financeiros	–	–	–	1	–	1
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	57.134	57.134
Proposta para distribuição do resultado:						
Reserva legal	–	2.857	–	–	(2.857)	–
Reserva de retenção de lucros	–	–	42.848	–	(42.848)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(11.429)	(11.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**72.947**	**9.250**	**64.211**	**(10.050)**	–	**136.358**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	57.134	38.541
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	278.298	99.518
Variação do custo de aquisição diferido	(9.499)	(8.382)
Variação da despesa de resseguro	(256.056)	(77.490)
Depreciações e amortizações	1.227	1.232
Perdas esperadas de ativos financeiros	1.303	306
Outros ajustes	–	2.593
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(47.085)	25.318
Créditos das operações de seguros e resseguros	(304.597)	(66.972)
Outros créditos operacionais	(495)	(1.590)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	(17.643)	(72.524)
Títulos e créditos a receber	(1.285)	2.272
Outros valores e bens	(206)	1.426
Despesas antecipadas	66	151
Custos de aquisição diferidos	(257)	32
Contas a pagar	6.031	47.985
Débitos de operações com seguros e resseguros	282.235	(53.151)
Depósito de terceiros	(3.720)	8.666
Provisões técnicas - seguros	41.664	83.171
Outros débitos	(456)	(1.397)
Caixa gerado pelas operações	**26.658**	**29.705**
Impostos sobre o lucro pago	(32.804)	(21.562)
Caixa líquido (consumido)/gerado nas atividades operacionais	**(6.146)**	**8.143**
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(521)	(582)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(521)**	**(582)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(11.429)	(9.582)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	**(11.429)**	**(9.582)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(18.096)**	**(2.021)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.706	31.727
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.610	29.706
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(18.096)**	**(2.021)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é integrante do grupo segurador alemão Talanx, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo. O endereço da sede da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.261, 21º, Conjunto A, ala B, Condomínio WT Morumbi - Brooklin Paulista, São Paulo. Tem por objeto social a exploração de todas as modalidades de seguros de danos e de pessoas em todo território nacional. A Companhia controladora direta da HDI Global Seguros S.A. é HDI Global Network AG, e o controlador em última instância é a Talanx AG, ambas sediadas em Hannover, Alemanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 17 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025. **2.1. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e • Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: • Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro; • Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras); • Notas 3.6 e 12 - Ativo intangível; • Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas; • Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais; • Nota 3.15 e 9 - Arrendamentos; e • Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Representam numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "Caixa e bancos". **3.2. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: valor justo por meio do resultado, custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A classificação e mensuração de ativos financeiros dependem do modelo de negócios no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*). **Modelo de negócios:** representa a forma como é efetuada a gestão dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de: i) obter fluxos de caixa contratuais; ii) obter fluxos de caixa contratuais e venda; ou iii) outros. Para avaliar os modelos de negócios, a Companhia considera os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; como os gestores do negócio são remunerados; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração. Quando o ativo financeiro é mantido nos modelos de negócios i) e ii) é necessária a aplicação do *SPPI Test*. *SPPI Test:* avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição a riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, tais como exposição a alterações nos preços de instrumentos de patrimônio ou preços de *commodities*, o ativo financeiro é classificado como ao valor justo por meio do resultado. Contratos híbridos devem ser avaliados como um todo, incluindo todas as características embutidas. A contabilização de um contrato híbrido que contenha derivativo embutido é efetuada de forma conjunta, ou seja, todo o instrumento é mensurado ao valor justo por meio do resultado. **i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja aquisição tem a principal finalidade de gerar resultados em curto prazo por meio de negociações frequentes. Esses ativos são registrados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Esses ativos são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento. **ii. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Caso o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, então tais ativos financeiros são classificados como custo amortizado. Esses ativos são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais pela venda de ativos financeiros e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários. **iv. Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado, referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado, ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: *SPPI Test:* O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada. **Cenários de perda ponderados pela probabilidade:** A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação às normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto e país. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento do risco de crédito das contrapartes, etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não-exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **vii. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, destinados exclusivamente ao *hedge* econômico de seus investimentos e operações. Os derivativos são classificados na categoria valor justo por meio do resultado (vide nota 3.2.i). Estas operações são registradas e negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. **3.3. Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados e adiantamentos de sinistros. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.4. Bens à venda (salvados):** Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda

continua →

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA HDI GLOBAL SEGUROS S.A. (Em milhares de reais)

3.5. Ativo imobilizado: O ativo imobilizado compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos, e benfeitorias em imóveis de terceiros. É reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 5 anos. **3.6. Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21, e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG-RVE é calculada pelo método "*pro rata die*" com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cujas apólices ainda não foram emitidas. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 25 meses e acrescida as informações já conhecidas de riscos vigentes, mas ainda não emitidos na data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (*IBNR*) é constituída com base em metodologia atuarial para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência, considerando a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo aviso à Seguradora, utilizando-se triângulos de *run-off* para o período de 24 trimestres, podendo ainda ser aplicado um fator de agravo caso a estimativa seja inferior à necessidade de provisionamento do grupo analisado, em função de ainda existir pouco histórico de dados para fins de *IBNR*. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (*IBNER*), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do *IBNP* - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas pré-fixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção orçamentária que é projetada com base na expectativa de crescimento em prêmios ou sinistros da Companhia, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já incorridos, considerando as despesas alocáveis (*ALAE*) e não alocáveis (*ULAE*). Para estimativa das Despesas Alocáveis (*ALAE*) e de Sucumbência, é considerada a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes despesas alocadas ou de sucumbência, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off*, no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas e metodologia de *Bornhuetter - Ferguson (BF)*. Para o cálculo da PDR Provisão de *ULAE*, foi adotado o critério de aplicação de percentuais esperados de despesas, obtido a partir do estudo do histórico de despesas observadas da companhia por grupo de ramo, sobre o saldo total de provisões técnicas de sinistros com defasagem. **3.8. Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram agrupados pelos ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22 e alterações, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxas de Juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Pré-Fixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 24 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 41,02% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O Resultado do fluxo de "sinistro a ocorrer" do TAP está apresentado abaixo:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Patrimonial	572.401	207.895	(364.506)
Responsabilidades	121.304	17.303	(104.001)
Transporte	19.375	11.402	(7.973)
Pessoas Coletivo	3	1	(2)
Total	713.083	236.601	(476.482)

3.9. Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósitos de terceiros. **3.10. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - Plano Gerador de Benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 20b. **3.11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **3.12. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo. **3.13. Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo. **3.14. Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores. **3.15. Arrendamentos:** De acordo com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16), um contrato é ou contém um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início dos arrendamentos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, e ajustado por remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental. A taxa incremental é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

David Hulin - Presidente
João Francisco Silveira Borges da Costa - Vice-Presidente
Emanuel David Battis
Eduardo Stefanello Dal Ri

DIRETORIA

Guillermo Eduardo León - Diretor Presidente
Wilson Roberto Alves - Diretor Administrativo Financeiro
Karen Ferraz de Aguiar Schiavon - Diretora de Controles Internos

Rogerio do Nascimento
Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes
Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES E DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Administradores da HDI Global Seguros S.A. - "As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente, relatório do auditor atuarial independente sobre a Auditoria Atuarial, bem como o relatório do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/. Os referidos relatórios do auditor independente, auditor atuarial independente e do comitê de auditoria sobre essas demonstrações contábeis foram emitidos em 18 de fevereiro de 2025, sem modificações."

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.
ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS
ACESSE E CONHEÇA
LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS
A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)
ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS
LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE
CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast
FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22



Fábio Alves E-mail: fabio.alves@estadao.com; X:@colunafabioalve

O PIB e os juros de Lula

É crescente o temor de que o tombo nos índices de aprovação do presidente Lula terá um impacto populista sobre as principais variáveis macroeconômicas em 2025 e, sobretudo, em 2026, ano de eleição presidencial: um piso para a desaceleração do crescimento do PIB e um teto para o aumento dos juros, com efeito colateral sobre a inflação.

Com a reeleição no foco do presidente, especialmente depois de ter colocado o seu marqueteiro da campanha eleitoral em 2022 como funcionário do governo, ocupando a Secretaria de Comunicação Social, dificilmente Lula abrirá mão das suas principais bandeiras políticas, como criação de postos de trabalho, baixa taxa de desemprego e programas de transferência de renda.

Para tanto, seria necessário evitar que um aperto adicional na política monetária leve a um esfriamento demasiado da economia. Assim, o Banco Central manteria a taxa Selic no patamar de 14,25% ou não a elevaria muito além desse nível. Mas, se o BC decidir adotar uma postura mais dura, jogando os juros para acima de 15%, a suspeita é de que Lula possa neutralizar o efeito restritivo da política monetária ao adotar medidas fiscais de estímulo ao consumo. Um exemplo disso seria a aprovação do aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda para R$ 5 mil, sem as devidas medidas de compensação da arrecadação.

> *A aposta é de que a ala política, com o marqueteiro à frente, vai ditar as decisões do governo até 2026*

Na última pesquisa Focus, do BC, o consenso das projeções aponta para um crescimento de 2,01% do PIB, em 2025, e de 1,70% em 2026. A estimativa dos analistas é de uma taxa Selic a 15% no fim deste ano, com a inflação subindo 5,60%, em 2025, e 4,35% em 2026, acima da meta de 3% perseguida pelo BC.

Uma das vítimas acidentais desse cenário de "tudo pela reeleição" é o modelo dos economistas para projetar as variáveis macroeconômicas. Os erros dessas projeções ao longo dos anos são até corriqueiros, mas agora o grau de confiabilidade é ainda menor. Se um economista trabalhar com o cenário de uma Selic a 15,50% ou até 15,75%, a sua projeção de PIB talvez não seja reduzida tanto, como a hipótese de juros mais altos exigiria, diante da suspeita de que uma postura fiscal mais frouxa acabe sabotando a intenção de esfriar a economia para trazer a inflação de volta à meta.

Já está sacramentada a visão entre analistas de que, para Lula e o PT, gasto é vida e que, para isso, não há problema em ter um pouco mais de inflação. Não à toa, a aposta é de que a ala política, com o marqueteiro à frente, vai ditar as decisões do governo até 2026. A política fiscal de Fernando Haddad perdeu completamente a relevância. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

IMPERDÍVEL
LEILÃO DE IMÓVEL
CASA RESIDENCIAL

MACHADINHO
JARINU - SP

20/03 ÀS 11H
SOMENTE ONLINE

TERRENO COM
983,12M²

LANCE INICIAL:
R$4.700.000











• 3 VAGAS DE GARAGEM (COBERTAS) • QUADRA DE BASQUETE INDOOR • PISCINA • VARANDA INTEGRADA C/ ESPAÇO GOURMET • SAUNA • QUARTOS COM CLOSET

JARINU/SP, MACHADINHO. CASA, LOCALIZADA NO LOTE 6-A, UNIFICADO DOS LOTES 06, 07 E 08 DA QUADRA 24, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL LAGOS DE JARINU, NO ENDEREÇO ESTRADA MUNICIPAL PEDRO CONTESINI COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 983,12M², SOB O Nº 107 DA RUA LEMAN E INSCRIÇÃO MUNICIPAL SOB O Nº DE 0650.024.0006.00-00, 0650.024.0007.00-0 E 0650.024.0008.00-0, MELHOR DESCRITO E CARACTERIZADO NA MATRÍCULA SOB Nº 147.088 DO OFICIAL DE REGISTO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE ATIBAIA DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP - OCUPADO.. VISITAS DEVERÃO SER PREVIAMENTE AGENDADAS COM EMERSON (SETOR DE IMÓVEIS), NO TELEFONE: (11) 2464-6460 - RAMAL: 6460 OU ATRAVÉS DO E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR.

CONSULTE O EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR VISITAS AOS IMÓVEIS DISPONÍVEIS PARA VISITAÇÃO OU ESCLARECER DÚVIDAS, ENTRE EM CONTATO PELO TELEFONE (11) 2464-6460



SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 581

Indicadores **Câmbio**

Dólar fecha no menor valor desde 7 de novembro

O dólar recuou ontem e voltou a fechar abaixo da linha de R$ 5,70, apesar do sinal predominante de alta da moeda americana no exterior. Além da valorização de commodities e da rolagem de US$ 3 bilhões em linhas pelo Banco Central, operadores afirmam que o real pode ter se beneficiado de eventual entrada de capital externo para renda fixa no leilão de NTN-B – título público emitido pelo governo que tem taxa de rentabilidade indexada à inflação – realizado pelo Tesouro.

Após oscilar entre máxima de R$ 5,724 e mínima de R$ 5,675, o dólar à vista terminou o pregão em baixa de 0,41%, cotado a R$ 5,689 – menor valor desde 7 novembro (R$ 5,675). Neste ano, a moeda americana acumula recuo de 7,94%. "Deve ter tido um fluxo grande de entrada de estrangeiros", disse Marcos Weigt, da Travelex Bank.

Já o Ibovespa, após três dias de ganhos, registrou uma leve baixa de 0,02%, aos 128,5 mil pontos. No mês, o principal índice da Bolsa está positivo em 1,90%. ● ANTONIO PEREZ E LUIS LEAL

Eufrázio

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras**, cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 2086/2024-00 "HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SALAS PARA EVENTO - FMUSP"

FÊNIX EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ - 51.319.358/0001-12 - NIRE - 35.300.006.194

Edital de Convocação Resumido - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix"), para a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 06/03/2025, às 10h00, em sua sede social, na Rodovia SP-304, km 141,5, sala 2, Santa Bárbara d'Oeste, SP, a fim de tratar das matérias descritas no Edital disponibilizado na íntegra nos endereços eletrônicos abaixo indicados. Aviso: O presente Edital é feito na forma resumida. As informações completas para a participação dos acionistas na AGE estão disponíveis no endereço eletrônico do Jornal "O Estado de São Paulo" (Estadão) (https://www.estadao.com.br).

Santa Bárbara d'Oeste, 18 de fevereiro de 2025

América Emília Romi Neta - Vice-presidente do Conselho de Administração

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 94ª (Nonagésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 94ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 15.2.2. e seguintes, do "*Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 94ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreado em Créditos do Agronegócio devidos pela Destilaria de Álcool Libra Ltda.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (Primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 11 de março de 2025, às 15:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em 2ª (Segunda) convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no **dia 20 de março de 2025, às 14:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso Assembleia correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 1ª (Primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria simples dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia de Titulares de CRA instalar-se-á em 2ª (Segunda) convocação com a presença de qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por qualquer número de votos dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia de Titulares de CRA. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópias dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do *chat* que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 154ª (Centésima Quinquagésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 154ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Série Única da 154ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 12 de março de 2025, às 10:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no **dia 26 de março de 2025, às 15:00 horas**, exclusivamente de forma digital inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 14.4. do Termo de Securitização. Ainda, as matérias serão aprovadas, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação dos presentes na Assembleia, conforme cláusula 14.5. do Termo de Securitização. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares, desde que presentes à Assembleia, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação, cabendo a cada certificado 1 (um) voto. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrados, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Fundação Butantan

CNPJ 61.189.445/0001-56

COMUNICA: Abertura de Seleção de Fornecedores

Edital nº: 024/2024. **Modalidade:** Ato convocatório. **Tipo:** Menor preço. **Objeto da seleção:** Contratação de empresa especializada para realização de reforma adequações do prédio 54, visando à expansão da sala de cultivo celular do Controle de Qualidade Biológico in vivo. **Data:** 17/03/2025. Hora: 10h30min. **Local:** Por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado SAP - Ariba Spend Management. O edital está disponível no site: http://www.fundacaobutantan.org.br

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00568420552025
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Nº PROCESSO: 154.00007344/2024-90
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90302/2024

Objeto: Saco em bobina. Total de Itens Licitados: 09 itens licitados (nove itens). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 19/02/2025. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes.Link do PNCP: 63025530000104-1-000407/2025. Entrega das Propostas: a partir de 19/02/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 06/03/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 124ª (Centésima Vigésima Quarta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 124ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 124ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no **dia 12 de março de 2025, às 10:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no **dia 26 de março de 2025, às 14:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação de cada série ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme o caso. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem no mínimo, a maioria simples de CRA presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por Titulares de CRA em Circulação que representem, maioria de CRA presentes respectiva Assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrados, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

PODCAST
Estadão Analisa
com Carlos Andreazza
Com um texto irreverente e críticas contundentes, Andreazza tem um encontro marcado com você nas manhãs para um papo intimista, em que analisa temas do momento a partir do discurso de figuras centrais da política e da economia.
Assista AO VIVO pelo canal do Estadão no Youtube.
Estadão Analisa com Carlos Andreazza
DE SEGUNDA A SEXTA 7h DA MANHÃ
Ou ouça depois nas principais plataformas de áudio e vídeo do Estadão.
ESTADÃO

Edital de Convocação

Sindicato dos Empregados de Clubes Esportivos e em Federações, Confederações e Academias Esportivas, no Estado de São Paulo. Pelo presente edital, e para todos os fins previstos no Estatuto Social da Entidade, ficam convocados todos os trabalhadores do ESPORTE CLUBE SÍRIO, inscrito no CNPJ: 61.008.839/0001-21, sejam associados ou não associados, representados por esta Entidade, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 27 de fevereiro de 2025, no Salão Nobre do Esporte Clube Sírio, às 11:00 horas em primeira convocação e às 11:30 horas em segunda e última convocação, com a seguinte pauta:

1. Deliberação e aprovação ou não do acordo para fornecimento de refeição aos funcionários.

Serão consideradas aprovadas o acordo ou as propostas que obtiverem o apoio da maioria dos presentes ou, nesse sentido, forem aclamadas pela Assembleia.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025.
Jachson Sena Marques - Presidente

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.
AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS
INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL
BUSCADOR INTELIGENTE
PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS
CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS
PORTAL ESTADÃO RI
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI 107,3
broadcast

ESTADÃO
QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

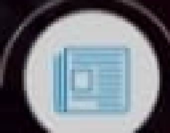
Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



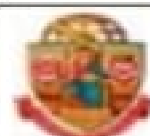
CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA



ESTADÃO150 ESTADÃO RI 107,3
broadcast



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA USP
CNPJ Nº 63.025.530/0085-12
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90054/2025 – HU
PROCESSO SEI Nº 154.00008218/2024-52
REF.: ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA

DEVIDO AO ESCLARECIMENTO, OCORRERÁ ALTERAÇÃO NO DESCRITIVO DO EDITAL: Foi acrescentado: ANEXO IX – Cronograma para Execução dos Serviços. Onde se lê - ... o prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato... Leia-se - ... o prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato... Demais informações e condições permanecem inalteradas. **NOVA DATA:** SESSÃO DE ABERTURA: 07/03/2025 às 9h. Demais informações estarão disponíveis nos endereços: www.gov.br/compras, www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE CECILIA MASSAKO SHIKAWA, REQUERIDO POR FERNANDO KENDI ISHIKAWA- PROCESSO Nº. 1036260-27.2021.8.26.0001

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Luiz Rogério Monteiro de Oliveira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 21 de junho de 2024, foi decretada a CURATELA de CECILIA MASSAKO SHIKAWA, R.G. n.º 5.287.312-2 SSP/SP e C.P.F.n.º 425.793.768-87, declarando(a) relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, relativos àqueles de natureza patrimonial e negocial, e nomeado(a) como CURADOR, em caráter DEFINITIVO, o Sr. FERNANDO KENDI ISHIKAWA, R.G. n.º 30.096.062-1 SSP/SP e C.P.F. n.º220.794.388-75. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2025.

PETROBRAS — MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.
UNIDADE DE NEGÓCIO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DA BACIA DE CAMPOS – UN-BC

AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS torna público que requereu, em 31.01.2025, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a renovação da Licença de Operação (LO) Nº 429/2005, Processo IBAMA nº 02022.004191/2001-45, que autorizou a atividade de produção de petróleo e gás natural no Campo de Caratinga, na Bacia de Campos, através do FPSO P-48, posicionado nas coordenadas UTM Norte = 7.493.314 e Leste = 372.440, em lâmina d'água de 1.040 metros.

Alex Murteira Celem
Gerente Geral da Unidade de Operações de Exploração e Produção da Bacia de Campos

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 93ª (Nonagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 93ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 17.3 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 93ª (Nonagésima Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em assembleia geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 15:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:* (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme aplicável. As deliberações em Assembleia, em primeira convocação, serão tomadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação ou dos CRA em Circulação da respectiva Série, conforme aplicável. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 115ª (centésima décima quinta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 115ª (Centésima Décima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Caramuru Alimentos S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 16:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda as matérias serão aprovadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo (i) 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, em primeira convocação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 92ª (Nonagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 92ª (nonagésima segunda) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.2 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 92ª Emissão, Em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos Pela JSL S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **11 de março de 2025, às 15:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora*, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 14:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora*, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem no mínimo, 2/3 dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem a maioria dos presentes, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de com qualquer número de Titulares de CRA. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem a maioria dos presentes, desde que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da Série Única da 121ª (Centésima Vigésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (centésima vigésima primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do *"Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 121ª (centésima vigésima primeira) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A."* ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:00 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário* ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 14:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica *Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora*, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelo voto favorável de titulares de CRA que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de qualquer número dos Titulares de CRA em Circulação presentes. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, por 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares, desde que representem, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025
Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Metais estratégicos **Ocupação de espaços**

Em disputa com os EUA, China avança na compra de mineradoras no Brasil

Grupos chineses investem cerca de R$ 4,7 bi no País em menos de seis meses; razão é a corrida por metais ligados à transição energética e à indústria de carros elétricos

IVO RIBEIRO

Em menos de seis meses, grupos chineses adquiriram dois negócios de metais não ferrosos no Brasil, como parte de um plano para assegurar o fornecimento de minerais e metais estratégicos para a indústria de transformação da China. O desembolso foi de US$ 840 milhões (R$ 4,7 bilhões).

O país asiático é o maior consumidor mundial de matérias-primas metálicas, como minério de ferro usado na fabricação de aço e ainda metais como cobre, níquel, estanho e alumínio. O avanço de negócios bilionários chineses no Brasil acontece em meio a uma corrida mundial por metais essenciais à transição energética e à indústria de carros elétricos. Sob a nova gestão de Donald Trump, os Estados Unidos mostraram planos agressivos para garantir a posse de reservas desses tipos de materiais.

Em novembro, a estatal China Nonferrous Metal Mining (CNMC) já havia comprado da peruana Minsur a mineradora Taboca, no Amazonas, que explora estanho e nióbio, por US$ 340 milhões (R$ 1,9 bilhão). A mina, localizada a 100 km de Manaus, no município de Presidente Figueiredo, tem enormes reservas de estanho.

Ontem, novo movimento foi feito por outra companhia chinesa, a MMG Singapore Resources, subsidiária integral da MMG Limited (MMG), que por sua vez é ligada à gigante China Minmetals, organização estatal e uma das maiores mineradoras do país.

A empresa firmou com a Anglo American a aquisição de seus ativos de níquel no Brasil por valor que pode chegar a US$ 500 milhões (R$ 2,8 bilhões). O negócio envolve as duas unidades operacionais de ferro-níquel situadas em Goiás, nos municípios de Barro Alto e Niquelândia. A capacidade de produção das unidades vendidas é de 40 mil toneladas de níquel por ano.

O negócio dos ativos de níquel entre a Anglo e a MMG inclui dois projetos minerais para desenvolvimento futuro de novas minas do metal no Brasil. Um deles, Morro Sem Boné, fica em Mato Grosso; o outro, Jacaré, no Pará.

A transação envolvendo os ativos de ferro-níquel faz parte da estratégia de saída de mineração de bens considerados não mais estratégicos no portfólio da Anglo American, anunciada no ano passado. Foi lançada logo após a companhia, sediada em Londres, receber uma oferta hostil de aquisição por parte da rival anglo-australiana BHP. A transação foi rejeitada pela Anglo.

A empresa decidiu então se concentrar em três produtos: minério de ferro premium (Brasil e África do Sul), cobre (Chile e Peru) e nutrientes agrícolas (fertilizantes).

CORRIDA GLOBAL. Há uma corrida mundial pelos metais considerados críticos, como lítio, níquel, cobre, cobalto, nióbio, grafita e manganês, ligados à transição energética e à indústria de mobilidade elétrica.

Trump, que completa amanhã um mês de seu segundo mandato, anunciou a intenção de anexar o território da Groenlândia, onde se estima haver vastas reservas minerais. Ele ainda propôs ao presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, ajuda na guerra com a Rússia em troca de acesso a jazidas de bens minerais. Os movimentos dos Estados Unidos sinalizam um contra-ataque ao avanço chinês no mundo.

A China é o maior consumidor de minério de ferro do Brasil. O país importa cerca 1,2 bilhão de toneladas da matéria-prima do aço por ano, além de deter recursos minerais de carvão, estanho, ferro e alumínio. Segundo especialistas que acompanham operações no setor mineral, a participação de um único país na produção de minérios é motivo de preocupação para outros países, como os Estados Unidos e Europa.

Há quase 20 anos, os chineses tentaram comprar o controle da CBMM, maior produtora mundial de nióbio, pertencente à família Moreira Salles. Como uma decisão estratégica, a empresa vendeu 15% do capital a um consórcio chinês e mais 15% a um grupo de companhias do Japão e da Coreia do Sul.

Assim, a CBMM atendeu aos anseios de "gregos e troianos" da Ásia para garantir suprimento do metal para sua siderurgia. O nióbio na última década, no entanto, ganhou mais relevância, além do aço, em aplicações da transição energética e da mobilidade elétrica. É visto como material crítico e também estratégico. ●

DANIEL MANSUR/ANGLO AMERICAN-21/3/2022



Operação de níquel da Anglo American em Barro Alto, no Estado de Goiás, vendida para o grupo chinês MMG Singapore Resources

JOSÉ PATRÍCIO/ESTADÃO



Atividade de mineração de nióbio da CBMM em Araxá, Minas Gerais

Negócios bilionários

R$ 4,7 bi foi o valor aproximado de 2 negócios envolvendo mineração de metais não ferrosos no Brasil em menos de seis meses

R$ 1,9 bi foi o montante pago pela CNMC para aquisição da mineradora Taboca, no Amazonas

R$ 2,8 bi foi o valor da venda dos ativos de níquel da Anglo American

Eufrázio

Investida chinesa no País começou na primeira década deste século

Em 2010, aquisição da Sul Americana de Metais, no norte de Minas Gerais, que era da Votorantim, marcou a entrada asiática

Em 2016, a chinesa CMOC (China Moliybdenum Company Limited) comprou, também da Anglo American, as operações de nióbio e fertilizantes (fosfato) com mineração em Catalão (GO) e industrialização do fosfato em Cubatão (SP). O investimento foi de US$ 1,5 bilhão (R$ 8,5 bilhões). Com isso, de acordo com a empresa, ela se tornou a segunda maior produtora mundial do metal (11% da produção). No ano passado, sua produção de nióbio atingiu 10.024 toneladas, maior volume desde que assumiu o negócio, há nove anos.

BATERIAS. Recentemente, a montadora de automóveis BYD confirmou que adquiriu direitos de exploração de reservas de lítio – mineral essencial para as baterias de carros elétricos – no Vale do Jequitinhonha, onde estão as principais reservas conhecidas do País e onde já há produção da Sigma Lithium e da CBL (Cia. Brasileira de Lítio), além de outros projetos em andamento.

INÍCIO. Em 2010, a Honbridge Holdings, de Xangai, comprou a Sul Americana de Metais, detentora de uma mina de ferro no norte de Minas Gerais, que era do grupo Votorantim. O projeto ainda se encontra na etapa de implantação, dependendo essencialmente de logística (ferrovia e porto) para escoamento da produção. A empresa também adquiriu a Xianglan Brazil, detentora de jazidas de manganês na Bahia.

Em 2017, dois grupos chineses das áreas de construção e logística chegaram a avaliar uma parceria no projeto de mineração de ferro da Bahia Mineração (Bamin), controlada pelo grupo ERG, do Cazaquistão. O plano, que não foi adiante, era formar um consórcio da ERG com a China Communication Construction (CCC) e a China Railway Engineering Corporation (CREC), duas gigantes de logística.

Atualmente, o projeto da Bamin (mina, ferrovia e porto) está orçado em cerca de R$ 30 bilhões para sair do papel, com desenho para produzir 26 milhões de toneladas anualmente. A Vale, em parceria com o BNDESPar e o grupo Cedro, de Minas Gerais, negocia com a ERG a compra do empreendimento.

TABA BENEDICTO / ESTADÃO-4/7/2023



Mineradora Sigma, no Vale do Jequitinhonha: lítio para baterias

Segundo informações da Agência Nacional de Mineração (ANM), a China tem presença em projetos de mineração nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Pará e Amazônia, entre outros, muitos em fase de parcerias e prospecção. São tocados principalmente por CNMG (China Metal Mining Group) e China Nonferrous Trade (CNT).

Tentáculos

Segundo a ANM, a China tem presença em projetos de mineração em Minas, em Goiás e na Amazônia

A MMG, segundo a Anglo American, opera e desenvolve projetos de cobre, zinco e outros metais básicos na Austrália, Botsuana, República Democrática do Congo, Peru e Canadá. A empresa tem sedes em Melbourne e Pequim e está listada nas Bolsas de Valores de Hong Kong (HKEX) e da Austrália (ASX). ● I.R.

O Estado de S. Paulo

1875

150 anos do Estadão:
Memórias que constroem nosso futuro



Em comemoração dos **150 anos do Estadão**, convidamos a sociedade a refletir e compartilhar sua relação com este marco do **jornalismo brasileiro**.

No **vídeo especial**, veja como personalidades do País expressam o impacto do **Estadão** em suas vidas e histórias ao longo do tempo.

Realização: ESTADÃO 150
Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO
Apoio: ELDORADO FM 107.3



Escaneie o QR code e assista agora!

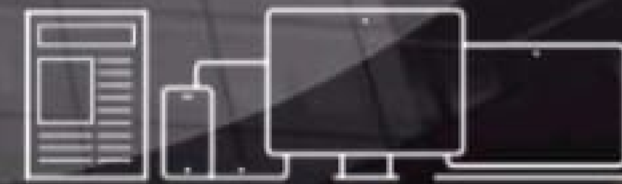
ESTADÃO

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

Eufrázio

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agro sob nova perspectiva



Uma parceria: Criação:

Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing, Marketing Direto e Conexos

Edital de Convocação

Convidamos as empresas associadas a participarem da Assembléia Geral de Associados, que se realizará no dia 24 de fevereiro de 2025, às 15:30 horas em primeira chamada, e segunda chamada às 16:30 horas com qualquer número de associados. Local: em conformidade com o autorizado pelo artigo 17, inciso II da Lei 14.020/20, aplicada no seu entendimento e por analogia, será realizada por meio remoto, através da plataforma Zoom.us. Ordem do dia: a) Aprovação do balanço do ano 2024; b) Aprovação do orçamento para o ano 2025; c) Assuntos de interesse geral.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Luis Carlos Crem - Presidente

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pregão Eletrônico TJMSP nº 90002/2025

Processo nº 24.1.000002749-2

Contratante (UASG) nº 929581

Acha-se aberto, na Secretaria Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo, o Pregão Eletrônico acima referenciado para a aquisição de aparelhos Nobreaks. A sessão pública será realizada, por meio eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal (www.compras.gov.br), com início previsto para o dia 11/03/2025, às 12h30. O edital, na íntegra, está disponibilizado nos endereços eletrônicos: www.compras.gov.br e www.tjmsp.jus.br.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 172ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 18.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 172ª (Centésima Septuagésima Segunda) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Devidos pela Camaru Alimentos S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia **12 de março de 2025, às 10:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares de CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia instalar-se-á, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, devidamente registrados, e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária, devidamente registrada, outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da Assembleia, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da Assembleia, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 142ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 142ª emissão, em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 142ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pelo Grupo Fartura De Hortifrut S.A.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **10 de março de 2025, às 11:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 10:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, metade dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, por votos favoráveis de titulares de CRA em Circulação que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRA em Circulação. (ii) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de Titulares de CRA em Circulação presentes. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de titulares de CRA em Circulação que representem 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos Titulares de CRA em Circulação presentes, desde que representem pelo menos 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (v) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Secretaria de Gestão



SALVADOR PREFEITURA

AVISO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Salvador, capital do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria Municipal de Gestão (SEMGE), por meio da Comissão Central Permanente de Contratos (COMPEL), torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a seguinte licitação: Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO - SEMGE Nº 90006/2025 - PROC: 244059/2024 - SEMGE, cujo objeto é a elaboração de registro de preço para aquisição de ÁGUA MINERAL,** com a abertura da sessão no dia 07/03/2025, às 10h. Obs.: horário oficial de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados, que poderão retirar, gratuitamente, da seguinte forma: Portal da SEMGE (www.gov.br/compras). Informações: email compel@salvador.ba.gov.br.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Investidores da 90ª Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 90ª emissão, em série única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 17.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 90ª (nonagésima) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Vix Logística S.A. e Vix Transportes Dedicados Ltda.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **10 de março de 2025, às 10:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral De Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer número. Ainda, as matérias serão aprovadas pelos votos favoráveis de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia, em primeira ou segunda convocação, desde que os votos favoráveis à matéria representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) dos CRA em Circulação presentes na respectiva Assembleia Geral de Investidores. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Primeira e Segunda Convocação para Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 137ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 137ª emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 12.4 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª séries da 137ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda. - Cotribá*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares de CRA ("AGTCRA"), a realizar-se no dia **10 de março de 2025, às 11:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, ou a realizar-se em segunda convocação, caso não sejam atingidos os quóruns de instalação e/ou deliberação, conforme o caso, no dia **20 de março de 2025, às 10:15 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas; e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (ii) A Assembleia Geral instalar-se-á, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em segunda convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA em Circulação que representem, no mínimo, a maioria dos CRA em Circulação presentes na respectiva assembleia. (iii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iv)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iv) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(iii)" anterior e "(v)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação destes Titulares de CRA via instrução de voto a distância.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CYNTHIA DECLOEDT, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, MATHEUS PIOVESANA E TALITA NASCIMENTO
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Venda de ativos de cobre da BHP no Brasil avança e deve movimentar US$ 300 mi

Após fechar a venda de seus ativos de ouro no Brasil para a canadense G Mining Ventures no final do ano passado, a BHP, maior mineradora do mundo, tem o processo de venda dos ativos de cobre bem encaminhado, com expectativa de conclusão no meio deste ano. A *Coluna* apurou que a BHP já abriu as informações a potenciais investidores e começa a receber propostas não vinculantes este mês. O processo está sendo conduzido com bastante cuidado e entre os possíveis interessados estão a canadense Ero Cooper e a Vale, segundo fontes. Chineses também estão entre os potenciais compradores, em um negócio que pode ficar na casa dos US$ 300 milhões. Procurada, a BHP informou que não comenta especulações de mercado.

Negócio foi adquirido em 2023

As operações à venda são da australiana OZ Minerals, adquirida pela BHP em 2023. Segundo fontes, a BHP escolhe o comprador a dedo e tem intenção de evitar propostas de fundos. O ativo de cobre é próximo a Carajás (PA), onde a Vale anunciou um projeto de expansão de sua mina de cobre de R$ 70 bilhões.

Operação fica ao lado de área da Vale

A operação da BHP é pequena para a Vale, disse uma fonte. Mas, eventualmente, a empresa pode ficar com a mina para evitar problemas para si própria, especialmente ambientais. De toda forma, o comprador terá que manter boa relação com a Vale, por conta de infraestruturas compartilhadas na exploração de cobre.

● **REVISÃO.** A venda do ativo de cobre da BHP vem na esteira da venda pela rival Anglo American das operações de níquel no Brasil, transação anunciada ontem e que pode chegar a US$ 500 milhões. Os processos de desinvestimento das duas gigantes da mineração começaram no mesmo momento, mas por razões diferentes.

● **REVISÕES.** A BHP está se desfazendo de ativos que herdou da OZ Minerals. Já a Anglo está engajada em uma revisão estratégica de seus ativos, após rejeitar proposta de aquisição por US$ 50 bilhões, feita no começo de 2024 pela BHP.

● **OURO.** Nas minas de ouro da BHP, o anúncio da venda para os canadenses da G Mining ocorreu em setembro de 2024. A mina de Tocantinzinho, depósito de ouro a céu aberto no Pará, contém 2 milhões de onças de reservas. A conclusão da operação ocorreu em dezembro. Nos termos acertados, a G Mining dará à BHP royalties sobre as operações.

BUSCA POR FÔLEGO

VALERIA GONÇALVEZ/ESTADÃO -25/8/2020



Rede de supermercados St Marche tenta renegociar com credores suas dívidas, que somavam R$ 300 milhões, segundo balanço de 2023

● **APERTOU.** O St Marche, rede de supermercados para o público de alta renda, tem buscado credores para renegociar suas dívidas, que somavam ao redor de R$ 300 milhões, de acordo com o balanço de 2023. Segundo apurou o *Estadão/Broadcast*, a companhia estaria avaliando, inclusive, caminhos para uma recuperação extrajudicial. Um dos maiores credores do grupo é o BTG Pactual.

● **JUROS.** Uma fonte que acompanha o setor explica que o caso do St Marche é parecido com os de outras empresas do ramo, que se endividaram para alavancar o crescimento em um cenários de juros baixos e agora sofrem com a alta das taxas. O grupo saiu de cerca de R$ 700 milhões em vendas, em 2019, para cerca de R$ 1,4 bilhões em 2024. Atualmente, tem 30 lojas. Procurados, St Marche e BTG não se pronunciaram.

● **FATIAS.** Fontes afirmam ainda que a empresa estaria à venda, principalmente a participação do fundo americano L Catterton, dono de cerca de 70% do negócio. Bernardo Ouro Preto, CEO do grupo, negou a informação em entrevista à *Coluna* no ano passado, quando afirmou que buscava, com intermédio da gestora Vinci, levantar até R$ 300 milhões por meio de uma oferta privada de ações, para dobrar o faturamento da companhia em cinco anos, para R$ 2,8 bilhões.

● **JUNTOS.** O Itaú deve unir os canais digitais da credenciadora Rede aos do banco ao longo do ano, depois de juntar equipes comerciais dos dois lados. Com o movimento, comerciantes que usam as máquinas "laranjinhas" ou outros serviços da empresa passarão a usar os aplicativos e plataformas do banco, mesmo que tenham conta em outras instituições.

● **UNIÃO.** A união de forças já aconteceu nas equipes comerciais. Hoje, um mesmo representante fala das "laranjinhas" e de outros produtos do Itaú para os comerciantes, dentro da visão de que a maquininha é uma alavanca da relação entre o pequeno negócio e o banco, e não um negócio por si só. Essa mudança ajudou a Rede a se tornar líder de mercado no País em 2023. Só no quarto trimestre do ano passado, processou R$ 244,9 bilhões em transações.

SOBE

Preço de combustíveis sobe acima do reajuste do ICMS

WERTHER SANTANA/ESTADÃO -15/1/2020



O preço médio da gasolina subiu R$ 0,175 por litro nas duas primeiras semanas de fevereiro, chegando a R$ 6,505. O aumento foi 75% superior ao acréscimo do ICMS, que foi de R$ 0,10 por litro. Já o etanol teve uma alta ainda mais expressiva: o litro subiu R$ 0,219 (5,12%), chegando a R$ 4,502, mais do que o dobro do reajuste do imposto. Os dados são de estudo da ValeCard, que tem como base transações realizadas em mais de 25 mil postos de combustíveis no País.

DESCE

Pão de Açúcar cai 6,7% com rebaixamento do JPMorgan

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO- 26/6/2024



As ações do Grupo Pão de Açúcar (GPA) lideraram ontem as perdas do Ibovespa, com recuo de 6,69%. O movimento refletiu o rebaixamento da recomendação do papel pelo JPMorgan para *underweight*, o que equivale a "venda". A empresa divulgou seus resultados do último trimestre de 2024 ontem à noite, após o encerramento do pregão. Assaí figurou na segunda posição entre as maiores baixas do Ibovespa, com queda de 5,78%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 128.531,71 PTS. | Dia -0,02% | Mês 1,90% | Ano 6,86%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
BBSEGURIDADE ON	35,70	4,47	26.517
MINERVA ON NM	4,70	3,78	7.403
AZZAS 2154 ON NM	32,81	3,56	10.930

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
P.AÇUCAR-CBDON	3,93	-6,69	12.099
ASSAI ON NM	7,30	-5,78	28.280
LWSA ON NM	3,30	-4,63	8.529

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

15/2 a 15/3	0,0741	0,8416	0,5745	0,5000
16/2 a 16/3	0,0741	0,8416	0,5745	0,5000
17/2 a 17/3	0,0741	0,8416	0,5745	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	44.556,34	0,02	0,03	4,73
FRANKFURT - DAX	22.844,50	0,20	5,12	14,74
LONDRES - FTSE	8.766,73	-0,01	1,07	7,26
TÓQUIO - NIKKEI	39.314,97	0,25	-0,65	-1,45

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	7,34	3.278,76
	15/8/2040	7,23	1.508,47
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	7,47	4.050,55
PREFIXADO	1/1/2029	14,35	682,45
	1/1/2032	14,41	399,20
SELIC	1/3/2029	0,05	16.056,84

(*)TAXAS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,48	0,00	0,00	4,17
IGP-M (FGV)	0,94	0,27	0,27	6,75
IGP-DI (FGV)	0,87	0,11	0,11	7,27
IPC (FIPE)	0,34	0,24	0,24	4,46
IPCA (IBGE)	0,52	0,16	0,16	4,56
CUB (Sinduscon)	0,16	0,00	0,00	4,10
FIPE/IAP-SP (FIPE)	0,50	0,41	0,41	6,70

Índices de reajuste do aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	1,0675	IPCA (IBGE)	1,0456
IGP-DI (FGV)	1,0727	INPC (IBGE)	1,0417
IPC-FIPE	1,0446	ICV-DIEESE	

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)

Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.518,00	7,5%
DE R$ 1.518,01 ATÉ R$ 2.793,88	9%
DE R$ 2.793,89 ATÉ R$ 4.190,83	12%
DE R$ 4.190,84 ATÉ R$ 8.157,41	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.518,00 A 8.157,41	20%	DE 303,60 A 1.631,48

[illegible] 1% MAIS TAXA SELIC

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/2)	13,10	0,05	1,15	1,60
CDI	13,15	0,05	0,80	0,23

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Mín.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR 11*	MAR/25	20,12	92.420	20,47	20,12	0,40
CAFÉ N*	MAR/25	405,2	76.023	391,8	407,21	-0,53
SOJA CBOT**	MAR/25	10,31	98.565	10,21	10,41	0,26
MILHO CBOT**	MAR/25	5,11	136.295	5,055	5,11	1,38

(*) CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	135,10	-0,83	11,40
BOI Cepea/esalq, R$/@	317,45	-2,05	33,02
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	78,91	-0,71	36,32
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	2.660,82	-3,41	102,73

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,6893	-0,4	-2,52	-7,94
DÓLAR TURISMO	5,9210	-0,47	-2,78	-8,18
EURO	5,9430	-0,77	-1,87	-2,52
OURO US$/ONÇA TROY	2.936,40	0,80	4,52	11,26
WTI US$/BARRIL	71,400	0,57	-2,43	-0,18
BRENT US$/BARRIL	75,780	0,5	-0,81	1,34

	US$ NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0446	1,2609	0,1757
EURO	0,957	1,0000	1,2070	0,1682
FRANCO SUÍÇO	0,904	0,9438	1,1392	0,1588
LIBRA ESTERLINA	0,793	0,8285	1,0000	0,1394
IENE	151,98	158,845	191,840	26,7330

AS MOEDAS NA VERTICAL VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS /FONTE: BC

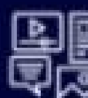


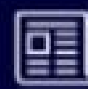
Fique por dentro dos principais Fatos Relevantes das companhias de seu interesse.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO 107,3 broadcast

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ ARES-PCJ

CNPJ nº 13.750.681/0001-57

Pregão Eletrônico nº 02/2025

Objeto: Serviço de Pintura da Sede da ARES-PCJ com fornecimento de mão de obra e material conforme descrição do edital. Data da sessão: 10/03/2025, às 13:30h. O Edital completo encontra-se disponível na sede da ARES-PCJ, na Av. Paulista, 633 – Jardim Santana, Americana - SP e nos sites: HYPERLINK "http://www.arespcj.com.br" www.arespcj.com.br e https://www.compras.arespcj.com.br/licitacao e no Portal Nacional de Contratações Públicas, https://pncp.gov.br/ - **Dalto Favero Brochi – Diretor Geral**

EDITAL – ASSEMBLEIA CATEGORIA FARMACÊUTICA - SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS, FARMACÊUTICAS, PLÁSTICAS E SIMILARES DE SÃO PAULO, TABOÃO DA SERRA, EMBU, EMBU-GUAÇU e CAIEIRAS, neste ato representado por meio do seu Presidente, pelo presente edital, nos termos das disposições estatutárias e da legislação vigente, convoca todos os trabalhadores (associados ou não), empregados das empresas pertencentes às indústrias de produtos farmacêuticos na base territorial abrangida, para comparecerem à **Assembleia Geral Extraordinária Híbrido-Presencial e online através do link** https://zoom.us/j/91866420606?pwd=bbOYOfD0yUEknZy8xQMbtpQsVtwLaf.1, que ocorrerá no dia 21 de fevereiro de 2025, às 17h30, em primeira convocação, e às 18h00 em segunda convocação, na sede localizada na Rua Ada Negri, 127, Santo Amaro/SP, CEP: 04755-000 e nas sedes regionais localizadas à Rua Domingos Rodrigues, 420, Lapa/SP, CEP: 05075-000, no mesmo horário e dia, cuja pauta é a seguinte: 1) Discussão e deliberação sobre a Pauta de Reivindicações a ser encaminhada ao Sindicato Patronal representada pelo SINDUSFARMA, por ocasião da Campanha Salarial que definirá a norma coletiva para o período 01/04/2025 a 31/03/2026; 2) Discussão e deliberação sobre a cobrança de taxa para o custeio da negociação coletiva e negociações por empresa; 3) Outorga de poderes à diretoria do Sindicato para encaminhamento das negociações com os sindicatos econômicos, bem como assinar Convenção Coletiva de Trabalho; 4) Em caso de restarem infrutíferas as tentativas de acordo, poderes para defender-se ou suscitar Dissídio Coletivo de Trabalho perante ao TRT da 2ª região, podendo outorgar poderes a advogados para tanto. E para que chegue ao conhecimento de todos os trabalhadores da categoria e no futuro ninguém alegue desconhecimento, publica-se o presente edital a ser fixado na sede e subsedes e no órgão informativo da entidade bem como na imprensa local.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025. Presidente – **Hélio Rodrigues de Andrade**.

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO– SECITECI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024 SECITEC-PRO-2024/05820

AVISO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação– SECITEC, por intermédio do seu Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 058/2024, torna público para conhecimento dos interessados abertura de PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto é aquisição de 17 Nobreaks de 2,2KVA e 153 Nobreaks de 800VA, tendo como finalidade a proteção de computadores e equipamentos de TI nas Escolas Técnicas Estaduais de MT.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:

Das 08:00 horas do dia 10 de março de 2025 até as 08:15 horas do dia 20 de março de 2025, horário local (Cuiabá/MT).

ABERTURA DE PROPOSTA:

A partir das 08:30 horas do dia 20 de março de 2025 – quinta-feira – horário local (Cuiabá/MT).

AQUISIÇÃO DO EDITAL:

Sistema Eletrônico no site http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br, e no http://www.secitec.mt.gov.br/ (site da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, na aba licitações).

Cuiabá-MT, 18 de fevereiro de 2025.

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA - Secretário Adjunto de Administração Sistêmica
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

SINDICATO DOS EMPREGADOS DE COOPERATIVAS MÉDICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO – SECMESP – CNPJ 61.054.623/0001-31. EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL COM EMPREGADOS DA UNIMED DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO QUE RECEBEM EM SUA REMUNERAÇÃO COMISSÃO SOBRE AS VENDAS EFETUADAS. De acordo com o que determina o Estatuto Social, ficam convocados todos os empregados da **UNIMED DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO QUE RECEBEM EM SUA REMUNERAÇÃO COMISSÃO SOBRE AS VENDAS EFETUADAS**, inclusive os coordenadores de vendas, supervisores de vendas, consultores de venda de planos para pessoas físicas ou jurídicas, associados ou não ao Sindicato, para participar da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA EM AMBIENTE VIRTUAL que faremos realizar no **dia 05 de março de 2025**, em primeira convocação às – 14H00, com o número legal, ou em segunda convocação às 15H00, com qualquer número de presentes, em ambiente virtual, que poderá ser acessado pelo endereço: www.secmesp.org.br, onde, através do botão assembleias virtuais, a partir do dia 27/02/2025, poderá acessar a página onde encontrará o edital, proposta de acordo e explicação sobre o mesmo, e poderá também tirar suas dúvidas previamente. Para acessar esta página será obrigatório informar o número do CPF/MF, data nascimento e número de matrícula do empregado. No horário estabelecido será aberto para que possam votar, sendo que o horário de votação será até as 16H00, e caso o trabalhador não consiga manifestar o seu voto por pelo ambiente virtual, poderá encaminhar no mesmo horário uma mensagem para votosecmesp@gmail.com informando seus dados e se é a favor ou contra o acordo proposto, e se aprovar estará autorizando a formalização do acordo, porém, aqueles que tiverem efetuado o seu voto pelos dois canais terá seu voto por e-mail ignorado. Informamos que o voto manifestado pelo empregado na plataforma é secreto. **JUSTIFICATIVA** - Considerando que o artigo 3º da Lei 14.309/22 e o artigo 4º-A da Lei 13.019/2014 permite a realização de reuniões e assembleias das entidades civis de direito privado, como é um sindicato, a assembleia será realizada virtualmente por meio telemático, com processo de deliberação em plataforma digital (internet), contendo a apresentação da proposta e acesso ao interessado para perguntas pertinentes e votação secreta na plataforma, o que assegura o direito de voz e voto dos participantes. **ORDEM DO DIA** - Na ordem do dia os empregados convocados deliberarão sobre a seguinte ordem do dia: Estabelecer critérios e regras que garantem a realização de pagamentos de comissionamentos das vendas realizadas através da Equipe Interna com contratação individual ou familiar (PF) e produtos com contratação coletivo empresarial ou coletivo por adesão (PJ), apreciando e aprovando ou não, a proposta da empregadora acima identificada, e autorização ao SECMESP para firmar acordo coletivo com a empregadora, caso seja aprovada por maioria, com validade por 12 (doze) meses, iniciando sua validade em 01/01/2025 e encerrando sua validade em 31/12/2025.

Campinas, 18 de fevereiro de 2025. **EDSON PEREIRA DA SILVA - PRESIDENTE**

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

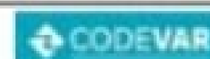
Edital de Primeira Convocação para Assembleia Geral de Investidores das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 136ª (Centésima Trigésima Sexta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 136ª (centésima trigésima sexta) emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 14.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 136ª (Centésima Trigésima Sexta) Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Spaço Agrícola Ltda.*" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia 10 de março de 2025, às 11:00 horas, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de setembro de 2024, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas e (ii) autorização e aprovação expressa para que sejam celebrados e registrados conforme o caso, quaisquer instrumentos relacionados à matéria aqui aprovada, inclusive aditivos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRA e refletir as alterações necessárias. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia geral de investidores correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i) A Assembleia Geral de Investidores instalar-se-á em 1ª (primeira) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, pelos votos favoráveis de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação presentes na Assembleia Geral de Investidores. (ii) Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. (iii) Observado o disposto na Resolução CVM 60, §1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleias@ecoagro.agr.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. (iv) Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

letsbank **Banco Letsbank S.A.**



CNPJ/ME: 58.497.702/0001-02 - NIRE: 35300011820-1

Ata de Reunião de Diretoria Realizada em 10 de Janeiro de 2025

Em 10/01/2025, às 11h, na sede social do Banco Letsbank S.A. **Presença:** A presença da maioria simples dos Diretores da Companhia. **Deliberações:** Os Diretores deliberaram por aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, passando de Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 4º andar/parte, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04543-000 para Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732, 11º andar/Parte A, 12º andar/Parte A e 14º andar/Parte A, Edifício Adalmiro Dellape Baptista "B32", Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP: 04538-133. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São Paulo, 10/01/2025. **Mesa:** Viviane Aparecida Rodrigues Afonso - Presidente da Mesa; Alexandra Silva de Lima - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 52.848/25-5 em 12/02/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CODEVAR

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDÊNCIA/VICE-PRESIDÊNCIA E CONSELHO FISCAL DO CODEVAR REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2.025. Aos 14/02/2.025 às 14:00 h, na cidade de Barretos, sede do CODEVAR, sito à Rua 30, 564, Centro, de acordo com o estatuto do CODEVAR, e constatado a representatividade de trinta e sete municípios, dos trinta e oito consorciados, O presidente da Comissão eleitoral deu início as atividades da Assembleia apresentando a ordem do dia para: a) Aprovação dos atos da Presidência Interina e da Comissão Eleitoral; b) Eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Conselho Fiscal, conforme disposições estatutárias dos artigos 34, 35, 47 e 48 e seus parágrafos, todos do Estatuto. Foi colocada em votação a aprovação da pauta e trabalhos da comissão eleitoral, sendo aprovados por unanimidade pela Assembleia. Votação, de forma secreta. Chapas – chapa 1 (Guilherme Augusto de Almeida Secchieri – Presidente; Renato Ribeiro Azeda de Aguiar – Vice-Presidente) e chapa 2 (Lucas Gibin Seren – Presidente; Silvio Vaz de Almeida), o Presidente da Comissão Eleitoral anunciou que na apuração dos votos não alcançou o número de votos necessário para proclamar os vencedores no primeiro turno conforme disposição estatutária, tendo em vista que não foi alcançado o quórum de (2/3) dois terços dos presentes, nos termos do art. 35, §8º, do Estatuto do CODEVAR, sendo necessária nova votação, em segundo turno, conforme estabelece o §9º do art. 35. Terminada a votação o Presidente da Comissão eleitoral, posteriormente homologou a chapa vencedora: CHAPA 02 – Presidente: Lucas Gibin Seren (Bebedouro) e Vice-presidente Silvio Vaz de Almeida (Jaborandi) - resultado final de 21 votos para Chapa 2, a 16 votos, estes da Chapa 1. O Presidente da Comissão Eleitoral proclamou eleito o candidato prefeito Lucas Gibin Seren, nomeando-o Presidente do CODEVAR, seguido da nomeação e o resultado das eleições de composição do Conselho Fiscal. Titulares: 1- Eugenio JoseZulaini (Olimpia); 2- Lucas Aparecido da Assumção (Palmares Paulista); 3- SueliAparecida Mendes Biancardi (Taiaçu); 4- Antonio Manoel da Silva Junior (Guaira); 5 -Walter Rodrigo da Silva (Queiroz). Suplentes:
1- Mardqueu Silvio França (Monte Azul Paulista); 2- Osvaldo José Bovoni (Paraíso); 3- Claudemir José Grava (Cajobi); 4- Mariel Sebastião da Rocha (Fernando Prestes); 5- Nilton Augusto Alves Filho (Viradouro). As eleições foram conduzidas pela Comissão Eleitoral do CODEVAR, sendo o Presidente, Dr. João Brocanello Neto, e os vogais das duas Chapas para Presidência e Vice-Presidência do Consórcio, Dr. Caio Cezar Ilario e Dr. Daniel Henrique Rodrigues Gonçalves. O processo foi acompanhado pelo Dr. Lucas de Souza Lehfeld, advogado do CODEVAR; Dr. Caio Piton, advogado do Presidente Interino Mardqueu Silvio França, e do Controle Interno do CODEVAR, Dr. Paulo Panhoza Neto. Ata assinada pelos membros da Comissão e pela presidência empossada. A ata integral e anexos publicados no site do CODEVAR e registrados em Cartório.



Casa Civil SALVADOR PREFEITURA

AVISO

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE Nº 001/2025

SERVIÇOS DE CONSULTORIA - PESSOAS JURÍDICAS

País: Brasil
Projeto Salvador Social
Empréstimo nº: 9162-BR
Objeto: seleção e contratação de empresa especializada para realizar o diagnóstico e redesenho de fluxos dos Benefícios Eventuais no Município de Salvador

Referência STEP Nº: 382700-CS-LCS

PR. E-Salvador Nº 179918/2024

O MUNICÍPIO DE SALVADOR recebeu um financiamento do Banco Mundial para o custo do Projeto Salvador Social, Acordo de Empréstimo nº: 9162-IBRD, que visa o fortalecimento da prestação dos serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social em Salvador. Assim, esta Consultoria objetiva a contratação de empresa especializada e deverá elaborar: **diagnóstico e apresentar proposta de melhoria nos processos de identificação, concessão, gestão e acompanhamento dos cidadãos relacionados a concessão de benefícios eventuais disponibilizados pelo município de Salvador por meio da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (SEMPRE).** Os serviços serão realizados pelo consultor (a) contratada (o) em conformidade com o Termo de Referência, disponível em: **https://salvadorsocial.salvador.ba.gov.br/consolidacao-licitacoes/**, no prazo de 270 (duzentos e setenta dias corridos). A Casa Civil, por meio da Comissão Especial Mista de Licitação, convida consultoras elegíveis ("Pessoa Jurídica") para indicar seu interesse na prestação dos Serviços. Os Consultores interessados devem fornecer informações que demonstrem que possuem as qualificações necessárias e a experiência relevante para prestar os serviços solicitados, anexando folhetos, descrição de serviços executados, experiência em condições semelhantes ou quaisquer outros documentos que julgar conveniente. Os critérios de lista curta são: **(i) experiência na elaboração de diagnóstico do processo de concessão e monitoramento dos benefícios eventuais (ii) experiência na elaboração no redesenho dos processos de identificação da demanda, atendimento ao cidadão, concessão e acompanhamento familiar no contexto dos benefícios sociais e eventuais nos equipamentos socioassistenciais (iii) experiência em atendimento pautado na melhoria da concessão dos benefícios eventuais a partir da articulação entre serviços de acompanhamento das famílias beneficiárias no âmbito do PAIF, PAEFI, atendimento aos cidadãos em situação de rua e atendimentos em outras equipes.** As empresas de consultoria interessadas (Pessoa Jurídica) poderão participar do processo de seleção para composição da lista curta visando a contratação do objeto anteriormente descrito, especial atenção deve ser dada pelos consultores interessados aos parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17, seção II, do Regulamento, que define a política do BIRD em matéria de Conflito de Interesses, bem como, Fraude e Corrupção, Anexo IV do regramento em epígrafe. A seleção de empresa de consultoria será pela metodologia de Seleção Baseada no Menor Custo. As consultorias podem se associar com outras empresas na forma de consórcios, com vistas a melhorar suas qualificações e/ ou experiências. As manifestações de interesse (portfólios) devem ser entregues até as 17h do dia 11 de março de 2025, no endereço eletrônico salvadorsocial@salvador.ba.gov.br, pessoalmente ou por endereçamento postal, descrito abaixo:

Casa Civil do Município de Salvador;
Unidade Gestora do Projeto Salvador Social (UGP);
Em atenção de George Melo Barreto;
Presidente da Comissão de Contratação
Avenida Antônio Carlos Magalhães nº 3244 - Edf. Empresarial Thomé de Souza - 14º andar sala 1401 - Pituba
CEP 41.800-700;
Salvador, Bahia, Brasil.

Salvador, 19 de fevereiro de 2025. **GEORGE MELO BARRETO** - Presidente da Comissão de Contratação.



COMPROMISSO E PARCERIA QUE IMPULSIONAM O SETOR

agro.estadao.com.br

1 ANO
PORTAL AGRO ESTADÃO

PRÊMIO
ABAG/RP DE JORNALISMO 2024

+ 9,3
MILHÕES DE PAGEVIEWS



+ 6,7
MILHÕES DE USUÁRIOS ÚNICOS





1 M
DE PESSOAS IMPACTADAS NAS REDES SOCIAIS

MARCAS PATROCINADORAS









SINDICATOS RURAIS
SP.GOV.BR




Uma parceria:
ESTADÃO 150
broadcast agro
PYXYS

Criação:
ESTADÃO BLUE STUDIO

Carros elétricos **Reação**

Vendas da Tesla despencam após gesto de Musk

Comportamento do bilionário, que fez saudação semelhante à dos nazistas na posse de Trump, levou a um tipo de boicote

JOÃO PEDRO ADANIA

As atitudes de Elon Musk depois que se tornou integrante do novo governo de Donald Trump estão fazendo com que a Tesla, montadora de carros elétricos do bilionário, sofra com queda de vendas em todo o mundo. Desde o ano passado, quando declarou apoio ao então candidato a presidente dos Estados Unidos, que foi eleito e tomou posse em janeiro, a montadora com sede em Austin, no Texas, tem visto seus números de vendas diminuírem, e agora ainda lida com um boicote que associa a marca e seu dono a ideologias nazistas.

As vendas da Tesla despencaram principalmente na Europa. Na Noruega, onde a frota de veículos elétricos ultrapassou a de movidos a combustão em 2024, a marca registrou queda de 37,9% em janeiro. O mesmo aconteceu na França, onde as vendas caíram 63,4%. Na Espanha, o cenário fica pior: a Tesla viu suas vendas encolherem 75,4%.

Um dos motivos que têm levado dezenas de pessoas às ruas é a reação a comportamento recente de Musk – e como ele se portou na posse de Trump. Ao fazer um discurso na cerimônia, o bilionário fez uma saudação semelhante a um gesto nazista, levantando o braço direito com a palma da mão aberta.

Dias depois do gesto de Musk, ativistas do grupo alemão Center for Political Beauty e manifestantes britânicos da organização política Leaded by Donkeys projetaram a cena do bilionário com o braço erguido na Gigafactory da Tesla em Berlim, com a saudação "Heil Tesla" ao lado.

"Esse é o verdadeiro Elon Musk", disse o Leaded by Donkeys, em suas redes sociais. "Não compre um Tesla", pediram os ativistas.

'MAGA SOBRE RODAS'. Mesmo os proprietários de carros da marca arrumaram um jeito criativo – e bem-humorado – de protestar. Eles têm colado nos seus veículos um adesivo que diz: "Eu comprei isso antes de sabermos que Elon era louco".

> ***"Esse momento** (do gesto na posse) **ultrapassou todo o barulho usual em torno de Musk. Até mesmo os moderados que não prestavam muita atenção acordaram"***
> **Matthew Hiller**
> Dono da Mad Puffer Stickers

"Vi um aumento massivo nas vendas em toda a Europa", disse Matthew Hiller, dono da loja de adesivos Mad Puffer Stickers, com sede no Havaí, ao site especializado Wired. "Os maiores compradores vêm da França, Noruega e Reino Unido", contou ele, informando já ter enviado milhares de adesivos a países ao redor do mundo. "Deve haver muitos donos de Tesla descontentes por aí."

"Fiz um test drive em um Tesla em 2023, mas naquela época Musk já havia comprado o Twitter, e eu vi o que ele estava fazendo com a plataforma", disse Hiller. Para ele, ao manipular o algoritmo da plataforma para favorecer opiniões de extrema direita, mudar as políticas de checagem de informações falsas e banir perfis de que ele não gostava Musk desincentivou o empresário a comprar um Tesla. "É como ter um boné MAGA sobre rodas."

A polêmica saudação de Musk, no dia da posse para o segundo mandato de Trump, impulsionou as vendas de Hiller. "Desde então, tem sido uma média de 500 vendas por dia", disse ele. "Esse momento ultrapassou todo o barulho usual em torno de Elon. Até mesmo os moderados que não prestavam muita atenção ao governo (*Trump*) acordaram e pensaram: 'Meu Deus, o que fizemos?'."

Outro adesivo popular da Mad Puffer Stickers diz "Club Anti-Elon Tesla" e são vistos até em carros de acionistas da empresa, cujo descontentamento vai além dos adesivos.

Em janeiro, o fundo de pensão do serviço público holandês ABP vendeu sua participação de €782 milhões na empresa. Ainda no começo do ano, o ministro do Esporte e Turismo da Polônia, Slawomir Nitras, defendeu o boicote à Tesla. "Não há justificativa para que um polonês razoável continue comprando Teslas", disse.

Na Alemanha, onde Musk causou indignação ao apoiar publicamente o partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla em alemão), algumas empresas cortaram relações com a Tesla. A rede de farmácias Rossmann, com 4,7 mil lojas na Europa, trocou sua frota de Teslas por outros veículos elétricos e citou "incompatibilidade" entre seus valores e a ideologia do bilionário.

A também alemã LichtBlick rompeu laços com a montadora ao anunciar no LinkedIn: "Estamos desconectando os veículos Tesla de nossa frota". ●

CLASSIFICADOS JORNAL DO CARRO IMÓVEIS OPORTUNIDADES & LEILÕES CARREIRAS & EMPREGOS

Para anunciar:
(11) 3855-2001

LITORAL

Temporada

SANTOS GONZAGA
Canal 4 - Apto 113m², mobiliado p/8 pessoas, 50m praia, lado Shop Balneário. ☎ (11)97686-6624

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO

OPORTUNIDADES

LEILÕES

MIGUEL SALLES ESCRITÓRIO DE ARTES
Exposição aberta a partir de 14 de fevereiro de 2025, das 10h às 19h. Al. Gabriel Monteiro da Silva, 1935, Jd. Paulistano, São Paulo. Leilão online: 24, 25, 26 e 27 de fevereiro de 2025, a partir das 20h. ☎ (11) 2579-6076 ou ☎ (11)96637-8576. Leiloeiro: Rafael Zafalon - JUCESP nº 1150.

RELAX / ACOMPANHANTES

AZUMA ORIENTAL
P/exec.Hotel/motel 98518-5351

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001 (11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com
Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

PENSOU EM ANUNCIAR,
PENSOU ESTADÃO

O SEU MELHOR NEGÓCIO ESTÁ
AQUI NO IMPRESSO E NO DIGITAL

Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
anunciar.classificados@estadao.com

Segunda a Sábado: 8h às 20h
Domingo e feriados: 14h às 20h

107,3
SUA PLATAFORMA PESSOAL DE INFORMAÇÃO

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

Eufrázio



Felipe Matos felipe@felipematos.net

A nova IA de Elon Musk

O mundo da tecnologia acaba de presenciar mais um marco inovador com o lançamento do Grok 3, a mais recente versão da inteligência artificial (IA) desenvolvida pela xAI, empresa liderada por Elon Musk.

Desde o anúncio, Musk tem se referido ao Grok 3 como a "IA mais inteligente da Terra", e os primeiros indícios sugerem que essa não é apenas uma audaciosa afirmação de marketing. Os resultados iniciais de testes indicam que o Grok 3, de fato, impressiona, demonstrando um desempenho notavelmente superior em diversas áreas, como raciocínio lógico e capacidade de aprendizado.

Para além do aumento significativo em inteligência, o Grok 3 chega ao mercado com funcionalidades inéditas que expandem suas capacidades em relação aos modelos até então existentes. Uma delas é a habilidade de analisar imagens e responder a perguntas complexas sobre o conteúdo visual, abrindo um leque de possibilidades em áreas como segurança, análise de dados e acessibilidade.

Outro destaque é a integração aprimorada com o X (antigo Twitter), que permite que a IA use seu conteúdo para curadoria, atualizações, análises de tendências e suporte a clientes.

O lançamento do Grok 3 reacendeu a antiga disputa entre Elon Musk e Sam Altman, CEO da OpenAI. Musk tem sido um crítico ferrenho da OpenAI, acusando Altman de ter transformado a empresa em uma máquina de fazer dinheiro, abandonando sua missão original de desenvolver uma IA que beneficiasse a humanidade, e tem incansavelmente buscado desenvolver uma IA que compita com eles.

> *Os resultados iniciais de testes indicam que o Grok 3, de fato, impressiona*

Do outro lado do mundo, a entrada de novos players e modelos chineses acirra ainda mais a competição no setor. Empresas como a Deepseek, Alibaba e a novata Kimi têm apresentado, constantemente, novos modelos de IA com desempenhos superiores e funcionalidades inovadoras.

Independentemente do vencedor dessa disputa, os consumidores saem ganhando com acesso a opções cada vez melhores e mais baratas. Modelos de código aberto permitem que qualquer pessoa ou startup lance novas soluções competitivas. Ao mesmo tempo, como sociedade nos cabe perguntar se essa aceleração ainda maior pode vir à custa da segurança. Precisamos estar atentos e preparados para o lado ruim do uso da tecnologia, como fraudes cada vez mais sofisticadas, deep fakes, vieses, alucinações e vazamentos de dados. De toda forma, uma coisa é certa: a IA virá cada vez mais forte, gerando mudanças transformadoras para nossas vidas. ●

ESPECIALISTA EM EMPREENDEDORISMO, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO. É CONSULTOR, PALESTRANTE E SÓCIO DA FACULDADE SIRIUS

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Tecnologia Inteligência artificial

ChatGPT flexibiliza suas políticas para conteúdo de violência e pornografia

Nova diretriz torna regras mais brandas para controle de temas considerados sensíveis; empresa diz manter controles

JOÃO PAULO ADANIA

A OpenAI publicou uma atualização do seu Model Spec, um conjunto de diretrizes com as especificações de como o ChatGPT se comporta e responde a comandos dos usuários. O documento revela uma mudança importante nas políticas de conteúdo da gigante, em especial as relacionadas a temas sensíveis, como erotismo e violência extrema, que serão permitidos "sem alertas de contextos apropriados".

Essa flexibilização nas regras de conteúdo está em andamento desde maio de 2024, quando, pela primeira vez, a empresa de inteligência artificial (IA) mencionou que estava avaliando "se podemos fornecer de forma responsável a capacidade de gerar conteúdo NFSW em contextos apropriados para a idade por meio da interface de programação de aplicações do ChatGPT".

NFSW é a sigla para a expressão em inglês Not Safe For Work (Não Seguro Para o Trabalho, em tradução literal), que é usado na internet para indicar material considerado inadequado para ambientes profissionais ou públicos. Na maioria dos casos, NFSW é sinônimo de conteúdo erótico, sexual, imagens ou descrições de violência extrema (também chamado de gore) ou linguagem ofensiva e explícita.

"O assistente não deve gerar erotismo, representações de atividades sexuais ilegais ou não consensuais, ou violência extrema, exceto em contextos científicos, históricos, jornalísticos, criativos ou outros onde conteúdos sensíveis sejam apropriados", diz o documento da OpenAI. "Isso inclui representações em texto, áudio (*por exemplo, sons eróticos ou visceralmente violentos*) ou conteúdo visual."

Em testes compartilhados pelo Reddit, usuários afirmam que os filtros de conteúdo do ChatGPT foram de fato relaxados. Inclusive, alguns deles conseguiram gerar cenas explícitas de sexo ou violência sem aviso de conteúdo.

> ***"Após o lançamento inicial do Model Spec (diretrizes), em maio de 2024, muitos usuários e desenvolvedores expressaram apoio à habilitação de um 'modo adulto'"***
>
> **OpenAI**
> **Em documento interno**

POLÍTICAS DE USO. A OpenAI reafirma que suas políticas de uso ainda "se aplicam e bloqueiam" os resultados que incluam conteúdo sexual a menores de idade.

O ChatGPT restringia suas respostas com base em um conceito descrito como "saber o que é melhor para o usuário", uma espécie de paternalismo (responsabilidade) na área da IA. Além de bloquear a criação de pornografia, esse princípio na IA foi alvo constante de queixas por impedir que profissionais usassem o ChatGPT para analisar descrições de cenas de crime, investigações policiais, certos tipos de reportagens, documentos legais que contenham violência ou conteúdo sexual e até laudos médicos.

Esse tipo de interferência que o assistente impunha motivou pedidos por uma versão sem censura – ou, ao menos, com pouca censura – do ChatGPT. "Após o lançamento inicial do Model Spec (*em maio de 2024*), muitos usuários e desenvolvedores expressaram apoio à habilitação de um 'modo adulto'", diz a OpenAI.

"Estamos explorando maneiras de permitir que desenvolvedores e usuários gerem erotismo e violência gráfica em contextos apropriados para a idade por meio da interface de programação de aplicações (API) e do ChatGPT, desde que nossas políticas de uso sejam atendidas – ao mesmo tempo que traçamos uma linha rígida contra usos potencialmente prejudiciais, como deepfakes sexuais e pornografia de vingança."

O termo pornografia por vingança se relaciona à divulgação de imagem, texto ou vídeo com material íntimo sem autorização e com objetivo de causar dano à outra pessoa.

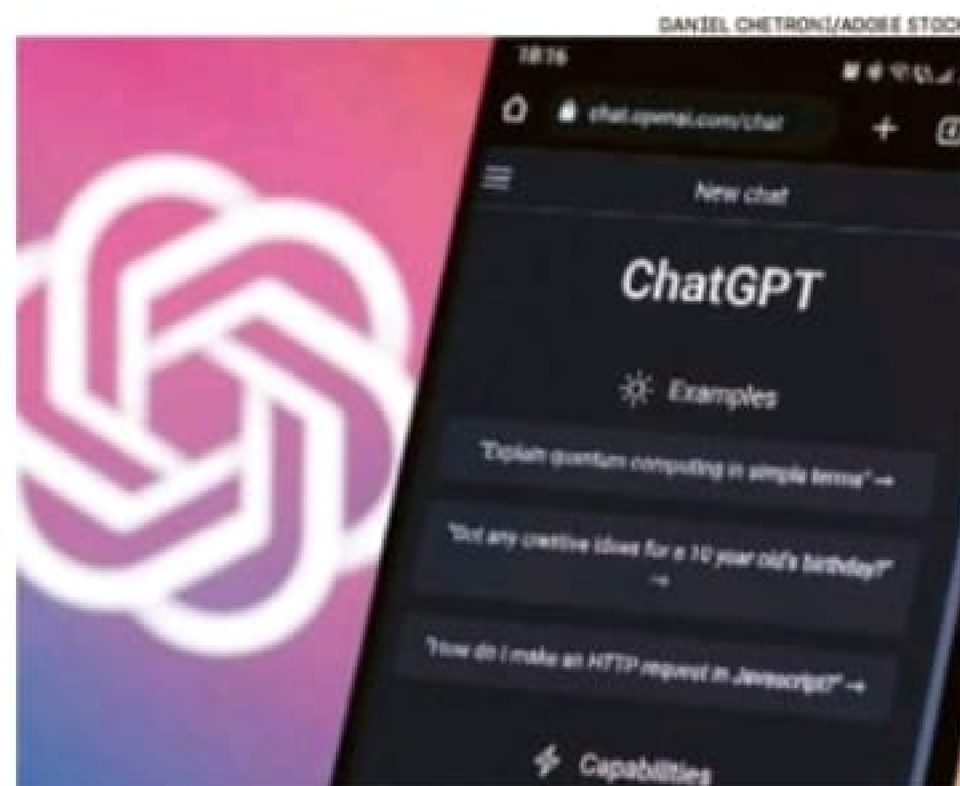
Sam Altman, CEO da OpenAI, citou publicamente a necessidade de um "modo adulto". E mesmo que o "modo adulto" pareça ter chegado, na verdade ele tecnicamente é uma nova política universal que potencialmente dá aos usuários do ChatGPT flexibilidade na interação com o modelo de IA.

Grandes modelos de linguagem (LLMs) sem censura existem há anos. Há comunidades ao redor deles, com entusiastas e desenvolvedores motivados, em geral, pela geração de pornografia personalizada ou a simples rejeição de paternalismo online.

Em julho de 2023, foi a primeira vez que a base de usuários do ChatGPT registrou uma queda. Isso aconteceu depois que a OpenAI começou a censurar suas respostas com mais ênfase, devido a pressões da sociedade e dos legisladores. Na época, alguns usuários recorreram a chatbots sem censura, que podiam ser executados em hardware local e eram frequentemente disponibilizados em modelos abertos.

CONTEÚDOS SENSÍVEIS. O Model Spec define regras formais para bloquear ou gerar conteúdo potencialmente de risco enquanto mantém as diretrizes da OpenAI, que agora colocou esse material em três categorias de gravidade, do maior para o menor: conteúdo proibido, conteúdo restrito e conteúdo sensível em contextos apropriados. ●

DANIEL CHETRONI/ADOBE STOCK



Aplicativo do ChatGPT em telefone celular: com novas diretrizes

C6 E C7 A fundo

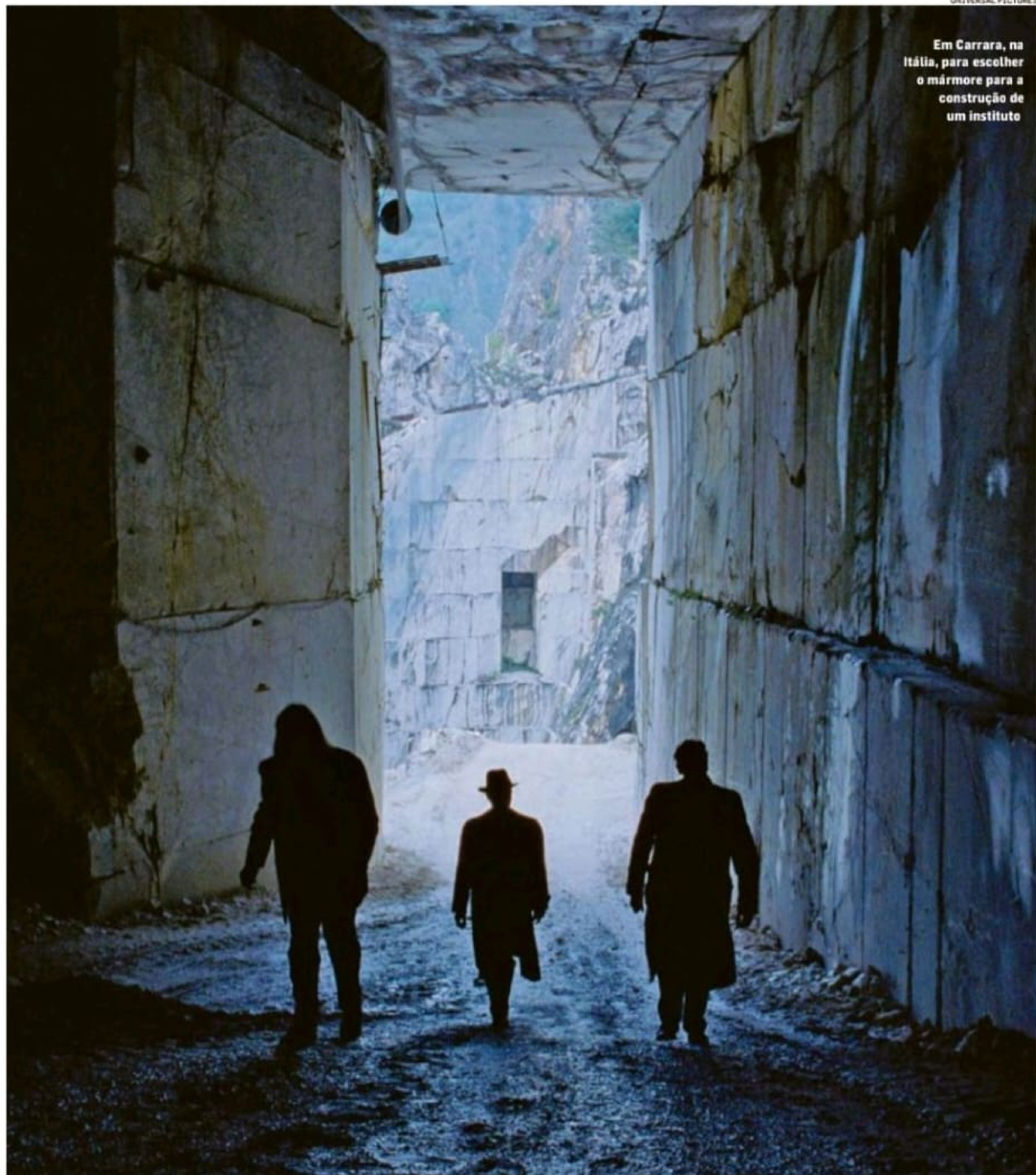


Plataforma revela cidades de SP que mais sofrem com ilhas de calor

CULTURA & COMPORTAMENTO
QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2025 O ESTADO DE S. PAULO
C2



UNIVERSAL PICTURES



Em Carrara, na Itália, para escolher o mármore para a construção de um instituto

C3 Cinema

Arquitetura da destruição

'O Brutalista', que estreia amanhã, usa a arte como meio de denúncia e discute noção idealizada dos Estados Unidos

Eufrázio

Na Alemanha

Editora se desculpa por texto sobre o Brasil

Obra didática foi acusada de preconceito contra o País; casa editorial interrompeu vendas e vai entregar nova versão para escolas

DANIEL VILA NOVA

A editora alemã Mildenberger publicou um pedido de desculpas à comunidade brasileira e prometeu retirar de circulação um livro acusado de reproduzir estereótipos preconceituosos sobre os brasileiros.

"Prezada comunidade brasileira, ouvimos com clareza sua raiva e indignação. Cometemos um erro ao publicar um retrato estereotipado e inadequado de uma criança brasileira em um de nossos livros didáticos, ferindo sentimentos e retratando uma imagem falsa do Brasil", afirmou a editora em uma nota publicada em seu perfil do Instagram.

Nas últimas semanas, uma imagem do livro *ABC der Tiere* (ABC dos Animais, em português) viralizou nas redes sociais. No trecho, divulgado por pais brasileiros que moram na Alemanha, a foto de um garoto ao lado de uma imagem do Rio de Janeiro é acompanhada de um texto em alemão: "Olá, meu nome é Marco. Eu vivo no Rio de Janeiro. Eu não vou à escola. Pela manhã, procuro restos de comida nas latas de lixo. Eu gostaria de me tornar um jogador de futebol profissional", afirma o conteúdo, que circulou pela internet em uma tradução para o português.

EMBAIXADA. O texto ofendeu a comunidade brasileira que mora na Alemanha. A própria Embaixada do Brasil em Berlim chegou a se posicionar sobre o tema, criticando a editora pelo uso do texto preconceituoso.

"A Embaixada do Brasil em Berlim lamenta a abordagem insensível e pouco informada da editora Mildenberger no livro em questão. Para além da dificuldade em entender como texto dessa natureza possa ter a pretensão de ser didático, preocupa o impacto em crianças de sua exposição a estereótipos e preconceitos sobre outros países", afirmou a representação brasileira em nota distribuída à imprensa.

O Instagram da editora Mildenberger foi tomado por brasileiros, que pediam algum tipo de retratação. "Pedimos sinceras desculpas. Nunca foi a nossa intenção agir com desrespeito", diz o texto publicado nas redes sociais pela editora, que explicou quais passos pretende tomar para remediar a situação.

"Interrompemos as vendas do livro e destruiremos todos os exemplares restantes. Imprimiremos uma versão totalmente nova do livro e a entregaremos gratuitamente às escolas, para que o livro possa ser substituído. Discutiremos a nova versão do texto com representantes da comunidade brasileira antes de imprimi-la." A postagem foi escrita em português. ●

REPRODUÇÃO/MILDENBERGER



Página do livro; 'Cometemos um erro ao publicar um retrato estereotipado e inadequado de uma criança brasileira', diz a Mildenberger

"Olá, meu nome é Marco. Eu vivo no Rio de Janeiro. Eu não vou à escola. Pela manhã, procuro restos de comida nas latas de lixo. Eu gostaria de me tornar um jogador de futebol profissional"

Trecho de 'ABC der Tiere'

"Para além da dificuldade em entender como texto dessa natureza possa ter a pretensão de ser didático, preocupa o impacto em crianças de sua exposição a estereótipos e preconceitos"

Embaixada brasileira em Berlim, em nota

Na Berlinale

Todd Haynes pede a cineastas que lutem contra Trump

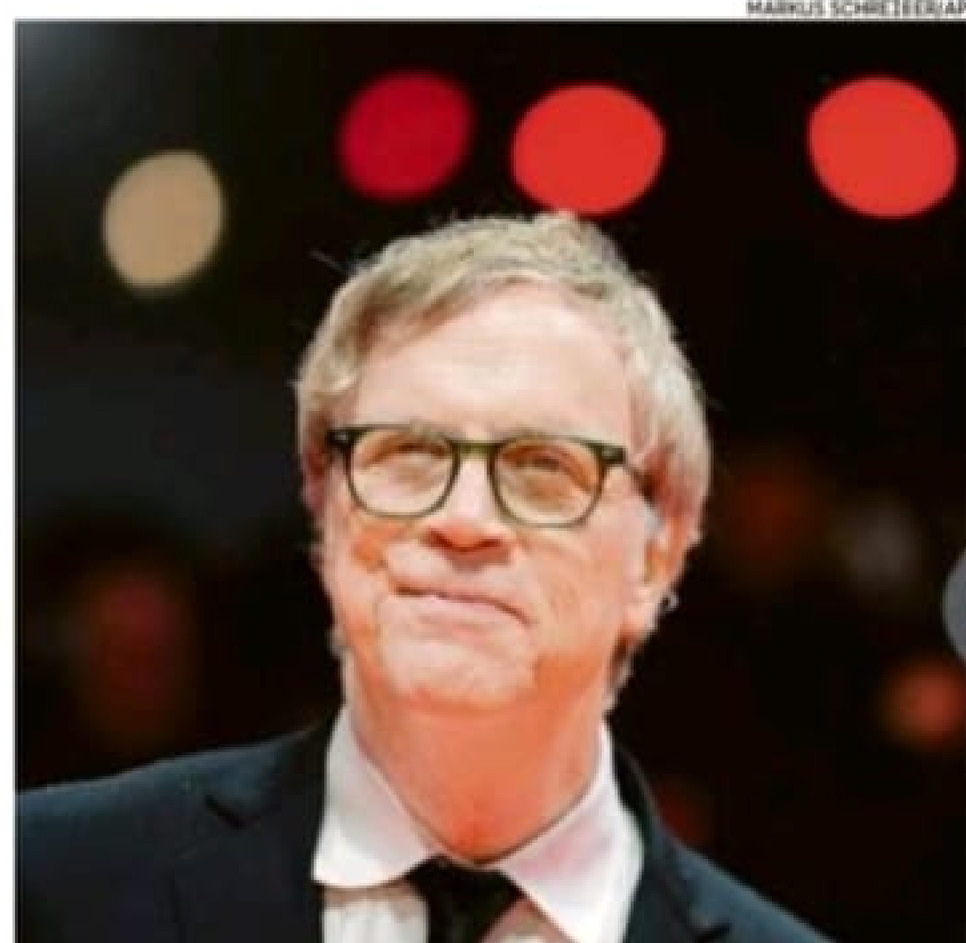
FRANÇOIS BECKER
BERLIM / AFP

O cineasta americano Todd Haynes, presidente do júri que definirá o vencedor do Urso de Ouro da 75.ª edição do Festival de Berlim, fez um apelo aos cineastas para que comecem a "lutar de novo" contra o "ambiente reacionário" após a eleição de Donald Trump.

"Não tenho nenhum problema em apontar para Donald Trump, Elon Musk e todo o Partido Republicano e condená-los pelo que está acontecendo, este ataque bárbaro contra as instituições democráticas americanas", diz Haynes.

"É um momento atroz em que nos encontramos. Precisaremos de toda a nossa energia para resistir e voltar a um sistema que, por mais imperfeito que seja, é algo que damos como garantido como americanos. Tudo o que consideramos garantido está em perigo."

MARKUS SCHREIBER/AP



Presidente do júri do Festival de Berlim; 'consciência do perigo'

HOLLYWOOD. Para o cineasta de 64 anos, todos os filmes são políticos. "Quando Rainer Werner Fassbinder, que veio de um ambiente muito político depois de 1968, viu os melodramas de Douglas Sirk em Hollywood, decidiu que as histórias mais relevantes e políticas eram sobre a vida doméstica", lembra ele.

"Todo mundo tem um papel a desempenhar. O cinema é intrinsecamente um subproduto cultural. Mesmo o filme hollywoodiano mais comercial é um reflexo da cultura. Os significados são importantes. Infelizmente, já estamos vendo, não necessariamente em Hollywood, mas sim em outros lugares vinculados ao poder das grandes empresas, um abandono diante da administração, que é chocante. Temos de ter consciência do perigo." ●

Crítica internacional celebra o brasileiro 'O Último Azul'

O Último Azul, filme de Gabriel Mascaro, exibido em Berlim no dia 16, foi celebrado pela crítica internacional. O longa concorre no final da semana ao Urso de Ouro.

Peter Debruge, da _Variety_, afirmou que, no filme, "Mascaro encontra um sinal de otimismo em sua própria visão de futuro distópico". Para Jonathan Romney, do _Screen Daily_, o diretor e a designer de produção Dayse Barreto criam "uma visão muito plausível de um futuro hipócrita e sombrio". O filme "é imprevisível de modo fascinante em seu desvendar picaresco, com toques de realismo mágico". Já David Mouriquand, do site Euro News, escreveu: "O Brasil pode vencer o Urso. Ainda é cedo, mas o filme é um triunfo que toca e preenche o coração".

Eufrázio

Cinema *Estreia*

‘O Brutalista’ utiliza tom épico para abordar drama social

UNIVERSAL PICTURES



Adrien Brody como o arquiteto judeu-húngaro sobrevivente do Holocausto László Tóth; pelo papel, ator já levou o Globo de Ouro e o Bafta

Longa indicado para 10 Oscars e com 3h30 de duração expõe um fragmentado sonho americano e o lado obscuro da América

GABRIEL ZORZETTO

“Ninguém estava pedindo um filme de três horas e meia sobre um designer de meados do século passado, mas funcionou”, afirmou o diretor Brady Corbet em seu discurso de aceitação do Globo de Ouro de melhor filme de drama por *O Brutalista*, longa que estreia no Brasil nesta quinta, 20, com 10 indicações para o Oscar, 4 Baftas e o Leão de Prata no Festival de Veneza no currículo.

O jovem cineasta americano, de apenas 36 anos, tem lembrado com frequência as dificuldades que enfrentou para viabilizar o projeto. Ele demorou anos para escrever o roteiro com sua mulher, Mona Fastvold, e conduziu as filmagens na Hungria por questões financeiras. Entre os dez indicados para o Oscar de melhor filme, *O Brutalista* tem um dos menores orçamentos – cerca de US$ 10 milhões – diante de blockbusters como *Duna: Parte 2* e *Wicked*, que ultrapassaram U$ 150 milhões em custos.

Além disso, apesar da resistência dos executivos de Hollywood ao formato radical, o diretor foi irredutível e se ateve à sua visão épica. A obra é dividida em duas partes e conta com uma pausa entre elas, após cerca de 1h40 de projeção, na qual há cronômetro em contagem regressiva no canto da tela. No final, há um epílogo arrebatador que resume toda a essência de *O Brutalista*.

Em entrevista ao **Estadão**, os atores Guy Pearce e Felicity Jones, ambos indicados para a estatueta dourada por seus papéis, falaram sobre a temática da obra e a profundidade de seus personagens.

“A grande arte surge de grandes lutas”, afirma a britânica de 41 anos, recordando a batalha do casal para levar a história às telas. “A perseverança de Brady e Mona possibilitou que eles avançassem, mesmo que o mercado não quisesse que esse filme fosse feito. Conformar-se ao poder do algoritmo pode ser prejudicial porque precisamos incentivar a expressão humana única.”

COLOSSAL. Na trama, acompanhamos a jornada de László Tóth (Adrien Brody, premiado no Globo de Ouro e no Bafta), um fictício arquiteto judeu húngaro e sobrevivente do Holocausto que emigra para os Estados Unidos, deixando para trás a mulher Erzsébet (Jones). Lá, ele é contratado pelo magnata Harrison Lee Van Buren (Pearce) para supervisionar a construção de um colossal instituto na Pensilvânia.

A intenção do filme é clara: expor a fragmentação do “sonho americano”, seguindo os moldes epopeicos de estandartes da sétima arte, como *O Poderoso Chefão* (1972), *Era Uma Vez na América* (1984) e *O Mestre* (2012), no sentido de investigar a mentalidade transtornada da população após os pavores da 2.ª Guerra, bem como o lado obscuro dos EUA.

“O filme olha essa noção idealizada de que você pode chegar aos EUA e fazer qualquer coisa, mas isso não é realmente o caso. Para cada pessoa que alcança o sucesso, há muitas outras que não conseguem”, explica Pearce. “Ele olha para o lado feio do capitalismo”, complementa o ator, corroborado por Felicity: “Quando há muita disparidade entre os mais ricos e os mais pobres, isso não contribui para um conjunto de pessoas saudável e funcional”.

“O filme é uma peça histórica, mas provavelmente há algumas coisas com as quais as pessoas podem se identificar nos dias de hoje”, opina Pearce.

A incomum relação amorosa do casal László e Erzsébet é aprofundada na segunda parte da produção, na qual eles expõem um vínculo complexo e intenso. “Acho que a química existe ou não existe. Você não pode fabricá-la. Adrien e eu fomos inabaláveis em nossa abordagem, pois sabíamos o quão especial era”, analisa Felicity, famosa por suas atuações em *A Teoria de Tudo* (2014), como a mulher de Stephen Hawking, e *Rogue One: Uma História Star Wars* (2016), como Jyn Erso.

> ***“O filme olha essa noção idealizada de que você pode chegar aos EUA e fazer qualquer coisa, mas isso não é realmente o caso. Para cada pessoa que alcança o sucesso, há muitas outras que não conseguem”***
> **Guy Pearce**
> **Ator**

ELO. Já o elo do protagonista com a poderosa figura encarnada por Pearce transita entre a admiração mútua e o horror. “A batalha que há dentro dele é válida de explorar. Mesmo que ele tenha a habilidade de ser generoso ou de reconhecer a arte, também é atormentado por sentimentos de insegurança e inveja”, explica o veterano artista australiano de 57 anos, acostumado a representar homens complexos como Andy Warhol em *Uma Garota Irresistível* (2006) ou Leonard Shelby no cultuado *Amnésia* (2000).

A passagem mais impactante entre László e seu patrão é situada na cidade de Carrara, na Itália, famosa pelas montanhas de mármore, que são escavadas há mais de 500 anos. Lá, os dois vão colher a rocha em estado puro para o empreendimento arquitetônico. A sequência serve de metáfora para todo o conceito de *O Brutalista*.

“O aspecto mais memorável foi a incrível beleza de poder ver esse mármore natural. Era muito místico e belo, mas também devastador, ver o que nós, seres humanos, fazemos com o mundo natural só para ter uma bela bancada de cozinha. Foi realmente uma experiência reveladora”, diz o ator.

Os atores ainda foram questionados se já assistiram a *Ainda Estou Aqui*, rival de *O Brutalista* na disputa pelo prêmio máximo do cinema. Ambos alegaram não ter visto o longa de Walter Salles. “É o próximo da minha lista, estou doida para ver”, falou Felicity. “Estou ansioso para assistir, parece fascinante”, acrescentou Pearce. ●

Oscar 2025

Onde ver os principais concorrentes à premiação

MARES FILMES



● Em cartaz
- *Ainda Estou Aqui*
- *Conclave*
- *Anora*
- *A Semente do Fruto Sagrado* (foto)
- *Nosferatu*
- *Maria Callas*
- *Trilha Sonora para um Golpe de Estado*
- *Better Man*
- *A Verdadeira Dor*
- *Emilia Pérez*
- *Sing Sing*

● Próximas estreias
- *Flow* (20/2)

MUBI



MACALL POLAY/SEARCHLIGHT PICTURES



- *Um Completo Desconhecido* (27/2); foto

● Streaming
- *A Substância* (Mubi); foto
- *Duna: Parte 2* (Mubi)
- *Sugarcane* (Disney+)
- *Anuja* (Netflix)
- *Wallace & Gromit* (Netflix)
- *Nickel Boys* (estreia no dia 27/2 no Prime Video)



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Dando corda

Data estelar: Lua mingua em Escorpião

Antes da Era da Desinformação promovida por esse negócio bilionário que são as redes sociais, se alguém gritasse na rua "pega ladrão!", era enorme a chance de que o aviso fosse verdade, mas (des)graças à relativização da verdade e à sua rebaixa à condição de mera opinião, a qual deve ser respeitada, porque todo indivíduo teria direito a ter a razão, nos dias atuais são os ladrões que gritam "pega ladrão!" para desviar a atenção, promovendo a devida excitação do entretenimento, e a massa torcendo a favor deles enquanto o crime rola solto.

O crime era antes uma exceção, agora é a regra, mas apesar de isso parecer o fim do mundo, é apenas o remédio amargo e de difícil metabolização, porque o Divino fez a sua intervenção e determinou que é dando corda ao crime que esse se enforcará sozinho. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4
Tudo tende a parecer mais difícil e denso do que verdadeiramente é, não porque o mundo ande um mar de rosas, é evidente que não, mas porque a alma, nesta parte do caminho, tende a perceber mais as sombras do que a luz.

TOURO 21-4 a 20-5
Resolva as pendências, faça contato com aquelas pessoas com as quais precisa ajustar contas, este é um momento no qual, com mínimo esforço e muita boa vontade, você pode harmonizar o que antes era só conflito.

GÊMEOS 21-5 a 20-6
Observe os detalhes, porque ainda que sua mente pretenda grandes voos, é nos detalhes que você vai conseguir construir direito esse caminho grandioso com que a alma sonha. É nos detalhes que está a escrita divina.

CÂNCER 21-6 a 21-7
Agora você pode aproveitar o tempo para relaxar um pouco e se divertir, porque não somente de esforço cotidiano se faz a construção do destino, mas também de momentos de dispersão em que a alma se despreocupa.

LEÃO 22-7 a 22-8
Proteja seus interesses, mas com elegância, sem partir para a hostilidade, este é um momento em que é preciso tomar cuidado porque as pessoas andam melindradas demais, levando a sério o que seria apenas uma piada.

VIRGEM 23-8 a 22-9
Pense bem, pense direito, se por essas coisas misteriosas do destino sua alma se preocupar ou ficar ansiosa, é porque não está pensando direito. Quando você pensa bem, o cenário se amplia e fica gostoso.

LIBRA 23-9 a 22-10
As questões financeiras hão de ser tratadas sem nenhuma ansiedade, porque ainda que você sofra certas limitações, se você permitir que a ansiedade se apodere dos pensamentos, aí a ansiedade do mundo inteiro surgirá.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11
Se tiver em mente alguma iniciativa, agora é a hora certa, mas cuidando, como sempre, para não atropelar ninguém, porque não se trata de agregar hostilidade a um ambiente que não precisa mais disso, não é?

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12
Tome distância e fique em silêncio, neste momento contenha seus impulsos, dentro do possível, porque assim você ganhará terreno e poderá amadurecer melhor as atitudes que seria necessário tomar. Melhor assim.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1
Cuide para que ninguém manipule você, porque ainda que esse tipo de comportamento tenha sido normalizado, mesmo assim, quando você descobrir, sua alma não vai se sentir nada bem com a situação. Melhor evitar.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2
Otimize o tempo, porque ainda que a mente continue dispersa, se você fizer pouco, mas bem, verá que os resultados compensam. Evite lutar contra a dispersão, apenas a trate com indiferença, e continue na sua.

PEIXES 20-2 a 20-3
Permita-se viajar longe com sua mente, sem freios, sem compromisso com a realidade, porque agora é o momento de viver a liberdade que os compromissos cotidianos impedem, mas que a mente proporciona.

Literatura

Flip volta ao mês original cinco anos depois e vai começar em 30 de julho

Evento realizado em Paraty, litoral do Rio de Janeiro, tem curadoria da escritora e editora Ana Lima Cecilio

Cinco anos depois, a 23.ª Flip – Festa Literária Internacional de Paraty vai voltar a seu mês original, julho. Após ser realizada em outubro do ano passado, dois anos seguidos em novembro e outros dois sendo feita online por conta da pandemia de covid-19, este ano a festa ocorre de 30 de julho a 3 de agosto. O retorno ao mês original, que coincide com o período de férias escolares, pode ajudar famílias e estudantes a voltarem às ruas da cidade histórica.

"Estamos muito contentes com o engajamento dos agentes locais de Paraty, sobretudo prefeitura, pousadas e restaurantes, e a sensibilização dos patrocinadores, que tornou possível a volta da Flip para sua época original", diz Mauro Munhoz, diretor artístico, em comunicado.

A realização da maior festa literária do País no meio do ano sempre foi, desde sua primeira edição, pensada para movimentar as ruas de Paraty em um período fora da alta temporada. Tudo alinhado com o poder público e moradores da cidade, que fica no litoral do Rio, na região conhecida como Costa Verde.

"Com a realização da Flip nos meses de julho e agosto, ao longo dessas últimas duas décadas, a cidade conseguiu equacionar economicamente essa sazonalidade, consolidando uma segunda alta temporada no ano", continua Munhoz.

A curadoria da festa segue sendo da escritora e editora Ana Lima Cecilio, que já foi responsável por publicações da Carambaia e do selo Biblioteca Azul, da Globo Livros, em que foi responsável por trazer ao Brasil importantes autores, como Elena Ferrante. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz



Recruta Zero Mort Walker



Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson



Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO ***"O real tem limites; a imaginação não tem fronteiras"*** **Rousseau**



Roberto DaMatta

Adeus para Cacá Diegues

Acabo de chegar do velório do cineasta Cacá Diegues. Estou diante do meu oratório-computador e o cineasta arrebatado deste nosso Brasil, que para ele foi obsessão, jaz, coberto de flores, num solene salão da Academia Brasileira de Letras que cuida dos seus membros mortos.

Chegamos cedo ao velório e lá falei sobre o morto. Era um homem sagaz, mas doce e amável. Tinha posicionamento definido, mas não deixava de enxergar outras dimensões. Sempre me impressionou seu senso de realidade e sua obra focaliza com criatividade inúmeros paradoxos nacionais. Talvez tivesse puxado ao pai, o sociólogo igualmente sereno e devotado ao entendimento do Brasil, Manuel Diégues Jr., um homem com esse dom de aplacar sem vender a alma. Ao pai do Cacá, devo meu curso de aperfeiçoamento em Teoria e Pesquisa em Antropologia Social, criado nos anos 60, por Roberto Cardoso de Oliveira, no Museu Nacional. Curso que teve como patrocinador o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, dirigido por Manuel Diégues Jr. Ali firmei convicções profissionais auxiliado por uma bolsa de estudos. Mas meu laço com os Diegues continuou com Madalena, irmã do Cacá, que fez o mestrado nesse programa e teve como examinador esse cronista. Nos anos 70, esse mesmo Manuel Diégues Jr., então diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, contribuiu para minha pesquisa sobre o carnaval brasileiro lido não como festa, mas como um rito orgiástico de reversão político-social. Todas essas expandidas memórias e a obra cinematográfica de Carlos Diegues cimentavam nossas relações. Elos que a morte corta, mas o que pode a morte diante da criatividade da vida senão complementá-la, abrindo caminho para a história, a mudança ao lado de uma saudade inspiradora e das lágrimas que remetem à nossa própria finitude?

Escrevo, pois, com a lembrança viva de minha relação com Cacá e sua mulher, Renata, com quem convivi num documentário na Amazônia e em encontros no Brasil e na Universidade de Notre Dame, onde discutimos o filme *Orfeu* com alunos e colegas.

Carlos Diegues amava sua profissão e se permitia discutir cinema comigo, lembrando cenas que nos falaram à mente e ao coração. Numa dessas conversas, lembramos cenas dos musicais mais marcantes. Cacá dizia que a cena de Fred Astaire dançando a música *Dancing in the Dark*, com Cyd Charisse no filme *The Band Wagon* (*A Roda da Fortuna*), era singular na sua harmonia e delicadeza. Para mim, seria uma sequência de sapateado de *Cantando na Chuva*. Mas acabo de assistir à cena preferida do Cacá que molhou meus olhos. O cineasta e não cinéfilo tem razão. Aliás, ele estava aqui do meu lado se deliciando com a sequência que, como algumas cenas dos seus filmes, ajudam a permanecer realizando a única coisa que a vida demanda: vivê-la. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

TER. Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Luiz Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli ● **DOM.** Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas https://bit.ly/4hsFEK2

- Sem lastimoso; lamento
- Alunos que auxiliam professores
- Transpiração malcheirosa (bras.)
- Moeda japonesa
- Joias para os dedos
- Perseguir; prender
- Inicia nomes próprios
- Fazer circular o ar em um recinto
- Peça de roupa íntima
- Premiar; condecorar
- Nove, em inglês
- (?) Costa, cantora da MPB
- Tribunal Regional Eleitoral (sigla)
- Trocar uma (?): bater papo
- Criador de uma obra
- Peça de xadrez
- Desvio moral; perversão
- Produto de ferro-velho
- Aspecto exterior
- Loteria de números da CEF
- Distúrbio típico da vida moderna
- Projeto de proteção às tartarugas
- Recusar; rejeitar
- Móvel da copa
- As roupas separadas para lavar
- Cada peça que compõe o esqueleto
- Divisões de piscinas olímpicas
- Vasilha para estocar uísque
- Qualquer corpo celeste
- Solução de problema
- Alcar (fogo)
- Condição da pessoa estressada
- Cintura de calças e saias → C O S
- Sílaba de "surga"
- Siga em frente
- Sua capital é Porto Velho (sigla)
- O clube da Cruz de Malta (fut.)
- Quase, em espanhol
- Possuir determinado preço
- Volta (o namoro)
- Saudação dita ao telefone

BANCO 3/aca. 4/casi — loto — nine. 5/tamar. 5/arejar.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, os ativos de renda fixa cujo retorno não pode ser estimado no instante da aplicação.

Escola teatral carioca.		1	2	3	1	4	5
Apoio em que se moldam metais.	2		6	5	7	8	1
A província mais populosa do Canadá.	5	8		1	7	9	5
Em + aquele (Gram.).	8	1	10		11	3	11
Reserva de dinheiro.	12	11	13	14		9	5
Que afirma que não.	8	11	6	1	4		7
As pedras que formam o Stonehenge.	12	5	3	9	4	1	
A entrada principal de um edifício.		5	7	15	9	13	5
Que imita a voz lamentosa do lobo.		9	16	1	8	15	11
Agulha magnética.		14	17	17	5	3	1
Protegia os rebanhos (Mit.).		14	12	11	7	13	5
Nascido na Espanha ou em Portugal.		2	11	7	9	13	5
A pessoa que atrai com "caras e bocas".		5	10	14	11	15	11
Glândulas produtoras de estrogênio e progesterona.		16	1	7	9	5	17
(?) Sato, uma das apresentadoras do "Saia Justa".		1	2	7	9	8	1

© Revistas COQUETEL

SUDOKU

NA WEB | Jogue o sudoku https://bit.ly/41g8k4r

Nível Fácil

		4	5	2		6		
		6			1			
7					8		9	4
	9	1						8
2				6				7
5						3	4	
3	6		2					1
			4			5		
		8		9	6	7		

SOLUÇÕES

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA
#FaçaCoquetel
ASSINE AGORA!

FÁBIO VIEIRA/ESTADÃO – 5/2/2025



Imagem do bairro Pauliceia, em São Bernardo do Campo; conforme a plataforma UrbVerde, município tem 14% de cobertura vegetal urbana, bem abaixo do mínimo de 30%

__Plataforma revela cidades de SP que mais sofrem com as ilhas de calor; Estado diz ter plano de resiliência climática

As campeãs de calor no interior paulista

ERA DO CLIMA

JULIANA DOMINGOS DE LIMA
LUCAS THAYNAN



Especialistas alertam

Cidades no topo do ranking deveriam dar urgência e prioridade ainda maior às ações de adaptação a altas temperaturas

As cidades de São Bernardo e Santo André, no ABC, e Guarulhos, entre outras da região metropolitana, além de grandes centros urbanos do interior, como Campinas e Ribeirão Preto, estão entre os municípios paulistas mais vulneráveis aos efeitos de ilhas de calor, segundo dados da plataforma UrbVerde.

O fenômeno faz com que áreas urbanas inteiras e regiões específicas dentro delas tenham temperaturas médias mais altas em comparação com o entorno, agravando impactos das ondas de calor, mais frequentes com a crise climática.

Em nota, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado informa atuar por meio do plano de resiliência climática, com projetos de proteção de biodiversidade e das nascentes. Já o Consórcio do Grande ABC diz planejar novas unidades de conservação e corredores ecológicos em áreas de mananciais. Procuradas, as prefeituras de Campinas, Guarulhos e Ribeirão Preto não comentaram.

A ferramenta de monitoramento apresenta indicadores socioambientais de temperatura e vegetação situados espacialmente nas cidades paulistas e foi desenvolvida pela USP São Carlos, pelas universidades federais de São Carlos e da Bahia (UFSCar e UFBA) e pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em parceria com prefeituras e outras entidades.

Um dos indicadores apresentados é um coeficiente de ilha de calor, que leva em conta a intensidade das ilhas de calor (soma dos graus Celsius acima da média de temperatura, dividida pela área com temperatura superior à média), vezes a quantidade de população mais sensível ao tempo quente (idosos e crianças).

Segundo pesquisadores da UrbVerde – a plataforma é composta por uma rede de 55 cientistas –, o dado não indica necessariamente qual cidade é a mais quente, mas a forma como a população está distribuída nas áreas com temperaturas mais elevadas nos municípios.

Quanto maior o valor do coeficiente, mais a população da cidade ficará exposta, proporcionalmente, ao calor extremo durante os eventos de ondas de calor.

Para os especialistas, cidades que ocupam o topo do ranking deveriam dar urgência e prioridade ainda maior a ações de adaptação ao calor nos planos climáticos e de arborização urbana.

URBANIZAÇÃO ULTRAPASSADA REPRODUZIDA PELO ESTADO. Alguns municípios, como São Bernardo, chamam atenção pelos valores altos de coeficiente em relação ao tamanho da população.

Segundo os pesquisadores da UrbVerde, a incidência de ilhas de calor no Estado está associada a características climáticas, geográficas e ao histórico de ocupação. Em alguns casos, estudos locais ainda são necessários para entender particularidades da incidência das ilhas nas cidades.

Na região metropolitana e no ABC, a influência da capital paulista, que tem o mais alto coeficiente de ilha de calor do Estado, ajuda a explicar a incidência do fenômeno.

Marcel Fantin, coordenador da Urbverde, afirma que são cidades com padrões de urbanização, em geral, muito similares à capital: ocupação das margens de rios, muita impermeabilização e pouca vegetação, fatores que influem diretamente na formação das ilhas de calor.

Situadas entre as piores do ranking, São Bernardo, Guarulhos, e Santo André têm porcentuais baixos de cobertura vegetal urbana, diz a plataforma: 14%, 11,3% e 9,4%, respectivamente, bem abaixo do mínimo de 30% necessário para quebrar os efeitos de ilhas de calor.

No ABC, como em outras partes do Brasil, Fantin lembra que a urbanização acelerada foi "puxada" pela industrialização, sem planejamento e política habitacional adequados, o que resultou em um processo de ocupação "caótico".

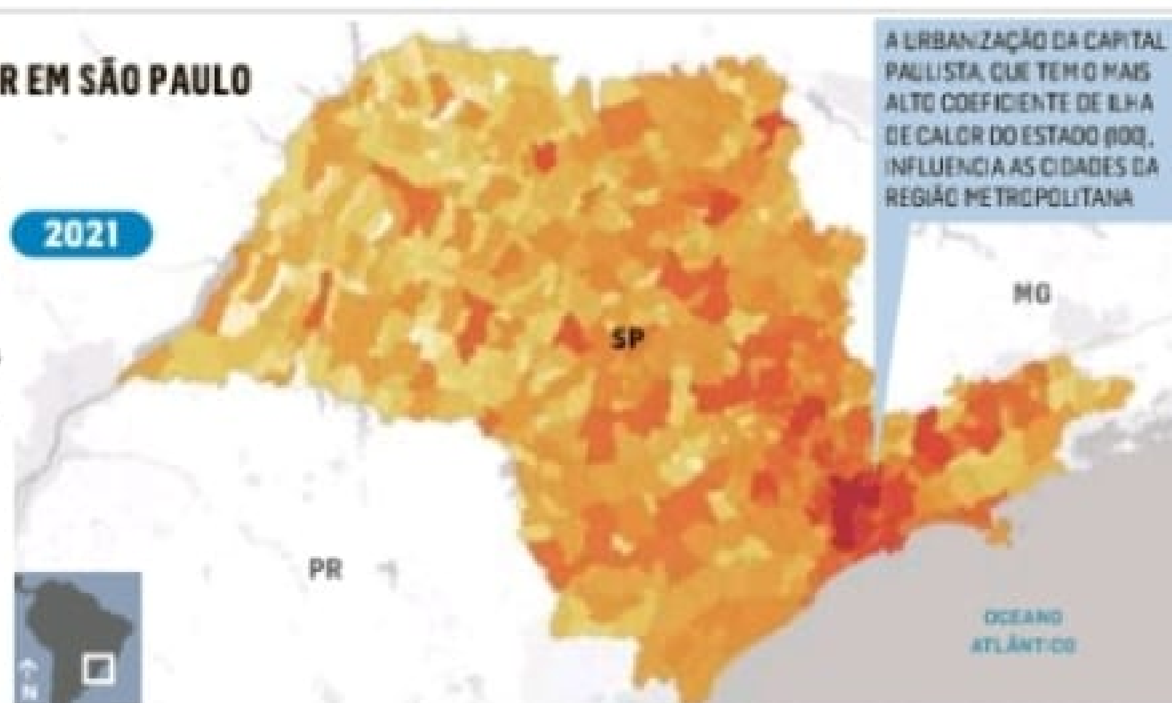
Em paralelo, as cidades da região seguiram o modelo de expansão urbana de São Paulo, baseado no Plano de Avenidas, que ocuparam margens de rios, muitos dos quais foram canalizados e tamponados. Hoje, pelos impactos das mudanças climáticas, é recomendado que as várzeas sejam ocupadas por vegetação, como parques lineares.

ILHAS DE CALOR EM SÃO PAULO

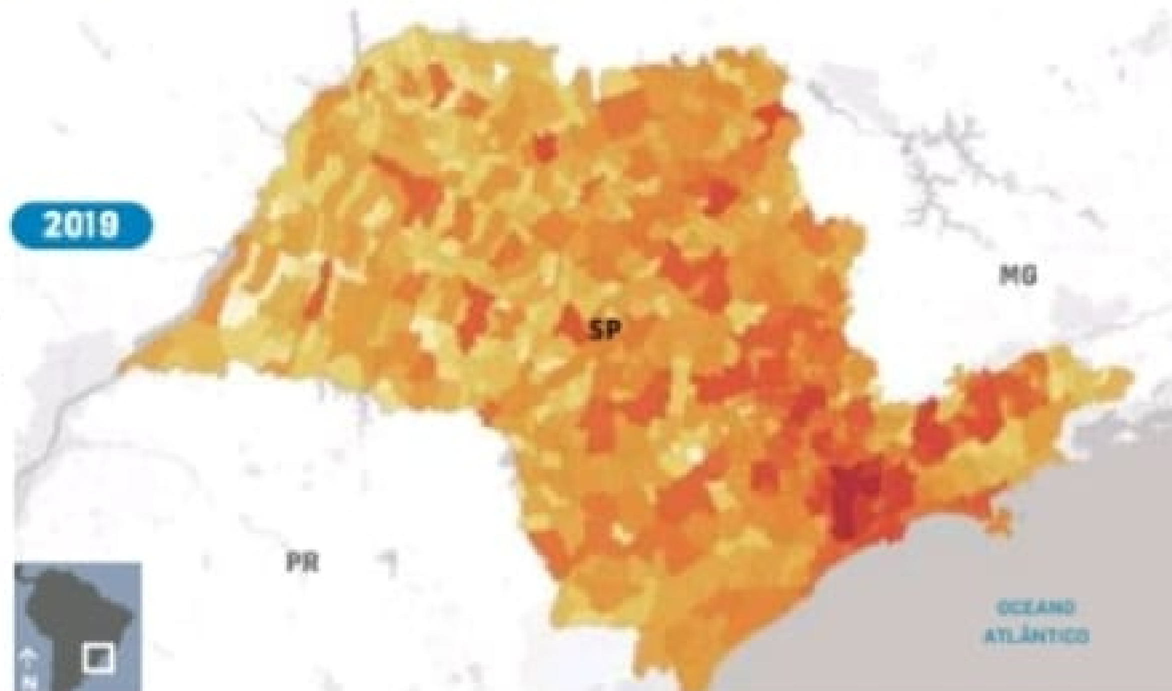
Coeficiente de Ilha de Calor

TEMPERATURA ACIMA DA MÉDIA DIVIDIDA PELA ÁREA, MULTIPLICADO PELA QUANTIDADE DE POPULAÇÃO VULNERÁVEL (IDOSOS E CRIANÇAS)

- 0 A 20
- 20,1 A 40
- 40,1 A 60
- 60,1 A 80
- 80,1 A 99,9
- 100



SITUADAS ENTRE AS PIORES DO RANKING, SÃO BERNARDO, GUARULHOS, E SANTO ANDRÉ TÊM PORCENTUAIS BAIXOS DE COBERTURA VEGETAL URBANA, SEGUNDO A PLATAFORMA URBVERDE



A URBANIZAÇÃO E A IMPERMEABILIZAÇÃO DE GRANDES CIDADES COMO CAMPINAS, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, RIBEIRÃO PRETO, SOROCABA E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, CONTRIBUEM COM O AUMENTO DA TEMPERATURA



FONTE: URBVERDE / INFOGRÁFICO ESTADÃO

"Os rios são fundamentais no controle do clima urbano. (O *enterramento*) elimina esse efeito positivo da rede de drenagem", explica Fantin, que é professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP em São Carlos.

"Um conjunto de ações levou à condição climática que temos hoje, (*entre eles*) a ocupação máxima do espaço urbano e a desconsideração dos elementos ambientais no planejamento. Estamos construindo cidades ainda com o paradigma dos anos 30, mas com os desafios do século 21", complementa.

Algumas características desse modelo seguem sendo não só replicadas como intensificadas nas cidades paulistas, com o aumento de gabaritos dos prédios, de um lado, e pouco investimento e exigências em relação à construção de áreas verdes, de outro.

Esse padrão de urbanismo também foi reproduzido em cidades do interior paulista, principalmente por meio do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), criado na década de 1960, responsável pelos primeiros planos diretores de cidades como São Carlos, São José dos Campos e Bauru, que transformaram a beira de rios em local preferencial para a passagem de avenidas.

Nesse contexto, a urbanização e a impermeabilização de grandes cidades como Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba, e São José do Rio Preto, contribuem significativamente com o aumento das temperaturas.

Por outro lado, as metrópoles interioranas tendem a ser menos densas – em comparação com a capital e cidades da região metropolitana – e mais arborizadas, o que, segundo pesquisadores da UrbVerde, permite maiores intervenções urbanísticas para atenuar as ilhas de calor.

'CALIFÓRNIA PAULISTA'. Essa "vantagem", porém, se enfraquece nos bairros de menor renda, onde as ilhas de calor estão mais presentes. É o que ocorre, por exemplo, na área do Jardim Aeroporto, bairro periférico de Ribeirão Preto, próximo à Rodovia Anhanguera, com maior incidência do fenômeno. Na "Califórnia Paulista" – apelido cunhado nos anos 1980, em função do clima, da pujança econômica e agrícola da cidade – o índice de cobertura vegetal na área urbana é de apenas 17%, e o relevo agrava a condição climática.

Condições de relevo e atitude também ajudar a explicar por que São Carlos – mais alta – tem temperaturas mais amenas que Araraquara, cidade vizinha e com população semelhante.

'TEM SALVAÇÃO'. Os dados da UrbVerde chamam atenção para o fato de que, em geral, o território das cidades foi ocupado sem considerar as áreas mais propensas à formação de ilhas de calor. A recomendação dos especialistas é que esses locais sejam transformados em parques e não façam parte dos eixos de verticalização, buscando amenizar o problema.

Para os pesquisadores, o mapa não deve ser visto de forma fatalista. Mais do que decretar quais cidades estão "condenadas" a sofrer mais com o calor, a expectativa é que os dados ajudem a elaborar estratégias de intervenção, considerando as áreas mais quentes como prioritárias. "As cidades têm salvação, principalmente no interior, onde há menor densidade e mais espaço para a reestruturação", diz Fantin.

Em nota, a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado informa atuar por meio do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática para dar suporte aos municípios do interior e da Grande São Paulo (RMSP) em ações de adaptação, especialmente no enfrentamento das ilhas de calor.

A pasta destaca "projetos específicos de restauração em áreas estratégicas para a segurança hídrica e a preservação da biodiversidade, que também ajudam a reduzir o efeito das ilhas de calor", integrando o Programa Reflloresta-SP no projeto Nascentes, desenvolvidos em diferentes cidades, que desde 2023 colocou em restauração o equivalente a 16,5 mil campos de futebol no Estado.

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC diz, em nota, que a pauta climática é prioritária, destacando a participação de integrantes das áreas de Meio Ambiente e Planejamento Urbano dos municípios consorciados desde o início da implantação da Urbverde, que será "ferramenta primordial para implementação de políticas públicas voltadas ao tema do urbanismo sustentável", subsidiando a revisão do Plano Regional de Mudanças Climáticas, de 2016.

O consórcio afirma ter captado, por meio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, R$ 778,2 mil em 2023 para implementar novas unidades de conservação e corredores ecológicos e verdes nas áreas de mananciais, além de R$ 1,49 milhão para elaborar os planos de redução de riscos de Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – os demais municípios pertencentes ao Consórcio ABC já contam com estudos desse tipo, que buscam identificar as áreas de risco e apontar soluções. ●

RANKING

Veja a ordem das cidades mais quentes do Estado

1º	São Paulo (2021)	100/100
2º	São Bernardo do Campo (2021)	86,8
3º	Guarulhos (2021)	86,4
4º	Campinas (2021)	84,8
5º	Carapicuíba (2021)	83,8
6º	Santo André (2021)	83,5
7º	Santos (2021)	83,3
8º	São José dos Campos (2021)	82,7
9º	Cotia (2021)	82,5
10º	Mogi das Cruzes (2021)	82,4
11º	Osasco (2021)	82,2
12º	Mauá (2021)	80,8
13º	Embu das Artes (2021)	80,4
14º	Ribeirão Preto (2021)	80,3
15º	Suzano (2021)	79,8

Entenda

Como o fenômeno se forma dentro das cidades

Outros fatores gerais favorecem temperaturas mais altas no interior do Estado:

- **Continentalidade**
Efeito presente em áreas mais afastadas do litoral, que torna as temperaturas mais extremas e aumenta amplitude térmica e é potencializado pela baixa umidade que atinge a região.

- **Crescimento desordenado**
Expansão urbana não planejada, com uso intensivo de materiais como concreto e asfalto, que intensificam a absorção de calor, e pouca disponibilidade de áreas verdes.

- **Monoculturas**
A substituição de vegetação nativa por plantações de cana, muito presente no entorno de cidades do interior paulista, ou por pastagens, reduz a resiliência térmica dessas localidades.

O que alguns dos municípios paulistas que mais sofrem com altas temperaturas estão fazendo para mitigar os efeitos do fenômeno das ilhas de calor.

- **Ribeirão Preto**
Tem um projeto de restauração ecológica com 24 hectares no Programa Nascentes, incluindo ações para revitalizar a vegetação local e aumentar a cobertura verde. Isso pode ajudar no controle da temperatura local.

- **São José do Rio Preto**
Com 61 hectares disponíveis na Prateleira de Projetos do Programa Nascentes, tem grande foco na restauração, e toda a área já está contratada.

- **Sorocaba**
Tem projeto de restauração de 6,4 hectares no Programa Nascentes, com mais seis projetos na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) local, totalizando 483 hectares em restauração.

- **São José dos Campos**
Tem dois projetos em andamento, somando 29,4 hectares (sendo 5 hectares disponíveis e 24,4 hectares no processo de restauração). Na mesma unidade há uma área adicional de 153 hectares em restauração.

- **Campinas**
Tem 531 hectares em processo de restauração em diversos projetos.

Gastronomia *Viagem*

Uma nova proposta em Lyon, o restaurante onde só se entra vendado

FOTOS THIBAULT MANUEL



Para curtir a casa na floresta, o cliente é obrigado a abandonar os telefones celulares – e vive um misto de tradição e inovação

No 220 BPM, o chef francês Jérémy Galvan põe máscara nos olhos do cliente e o leva a uma aventura inédita; há quem se deslumbre

FERNANDA MENEGUETTI

Assim que terminam as férias em Vieux-Lyon (a Velha Lyon), na França, não são apenas os estudantes que se preparam para um novo começo. Jérémy Galvan aproveita o período para fechar seu restaurante estrelado e se dedicar ao Contre-Champ, um bistrô autoral.

Espécie de casa de campo em plena capital gastronômica do país, o novo espaço serve, comme il faut, pratos reconfortantes, baseados em ingredientes sazonais da região. Sem menu-degustação, deixa os comensais à vontade para dividir o que quiserem, incluindo os bons rótulos da curta carta de vinho. É o tipo de lugar que nunca enjoa, para se repetir e repetir – até porque as receitas mudam o tempo todo.

Para Jérémy, porém, essa mexida não bastou. Em pleno inverno europeu, ele inaugurou um projeto imersivo: o 220 BPM. Sim, o coração do chef está em frequência cardíaca máxima de "batidas por minuto" – e ele espera que o coração de até 14 comensais por noite também bata loucamente.



Uma das receitas do 220 BPM

"O 220 BPM é desligar o contato com o mundo. É perder o senso de espaço e de tempo. Permitir-se viver ao sabor da experiência"
Jérémy Galvan
Chef

De segunda a sábado, o programa começa às 19 horas em um encontro na principal praça de Lyon, a Bellecour, pertinho da estátua de Saint-Exupéry com o Pequeno Príncipe nos ombros. Ali, quatro pessoas entram em um carro, colocam o celular numa caixa, uma máscara nos olhos e embarcam na aventura.

Durante o caminho escutam batidas cardíacas, falas de criança (no caso, a filha do cozinheiro) e divagações filosóficas. Sentem curvas, altitude e o distanciamento da cidade. Assim se passam mais de 40 minutos, sem trânsito, sem parar.

Então, o motorista – na verdade, um dos cozinheiros e garçons da noite – permite baixar as vendas e espiar os pinheiros ao vento. Em alguns metros, o carro para. Não parece a entrada de um restaurante. Você mesmo guarda casaco, luvas e sobe uma escada estreita.

O salão é escuro, as mesas são galhos, as poltronas, cavernosas. Aromas e sabores de floresta desfilam ao longo da noite com ervas, carnes e fumaça. Falando em carnes, "a ideia é usar o animal sacrificado na íntegra, com o mínimo de desperdício", explica Jérémy. Traduzindo: espere por miúdos.

Outra ideia é não revelar nada sobre pratos até serem degustados. Motivo? Não instigar preconceitos, estimular os sentidos. Ao longo de quatro horas, há quem se deslumbre.

SEM CARBONO. "O público-alvo são todas as pessoas que buscam viajar, descobrir cozinhas, descontrair. E também todo o público interessado nas riquezas da culinária regional, limitando o impacto de carbono", aposta o criador do projeto.

Orgulhoso, em traje inspirado em chasseur-cueilleur (os caçadores nômades), ele o define como "uma esfera suplementar da gastronomia lionesa, em que tradição e inovação podem coexistir". "O 220 BPM é desligar seu telefone e o contato com o mundo que define o nosso dia a dia. É perder todo o senso de espaço e de tempo. Permitir-se viver ao sabor da experiência, sem se distrair com nada além do presente."

A definição de Jérémy é vaga – mas, para quem esteve lá, bastante precisa. No trajeto da volta, deu vontade de fazer mais perguntas ao chef. Afinal, era o próprio quem dirigia. Contudo, o breu da uma da manhã ajudou o sono a vencer.

A saber: a experiência única custa € 455 (ou € 650 com harmonização) e é preciso fazer uma reserva antecipada. O valor não é só alto na conversão para reais. Para se ter noção, no lendário Paul Bocuse, grande símbolo de Lyon, o menu mais caro custa € 350. Ah, e, ao menos por ora, os áudios do caminho são todos em francês. ●

Em Roma, Pipero eleva o carbonara à alta gastronomia; sem dar a receita

No Pipero, em Roma, a massa à carbonara chegou bem antes do chef. Mas é Ciro Scamardella quem tem se dedicado a ela nos últimos sete anos. "Talvez tenhamos tornado a carbonara aceitável na gastronomia requintada", diz Alessandro Pipero, restaurateur que abriu a casa há oito anos.

Ele não costuma compartilhar detalhes da receita: "Só uma vez, na ambulância, para manter um amigo acordado, contei a receita verdadeira". Já Scamardella é menos misterioso, pois sabe que ela dificilmente será replicada.

A massa, um rigatoni mais curtinho, é feita especialmente para o chef. A cocção? Mais al dente do que qualquer restaurante paulistano teria coragem de servir. E tem o guanciale. "Vem de um produtor familiar da região de Marche, que cria porcos desde os anos 1950 – mas a esse corte, só nós temos acesso", conta Scamardella. Cortado em retângulos robustos, ele tempera sobretudo os macarrõezinhos ao redor, mas perfuma o prato como um todo, a ponto de que, à primeira garfada, mal se sintam as gemas.

PIPERO



Com aroma de mel e cogumelo, pasta flui gentilmente pela boca

Mesmo o sabor do ovo não aparece de imediato: generosas doses de pimenta-do-reino preta moída na hora e um blend de queijos pecorino e grana padano de origens protegidas fazem com que ele chegue atrasado, mas em grande estilo.

DOURADO. Para acompanhar, Pipero propõe uma harmonização ousada: o Maximo 2022 de Umani Ronchi. Trata-se de um vinho de sobremesa, que remete a um Sauternes. Um 100% Sauvignon Blanc afetado pela *Botrytis cinerea* produzido em clima frio, com alternância entre umidade e vento seco.

Mais complexo do que adocicado, mais dourado do que o molho carbonara, ele traz aromas de mel e de damasco, tem frutas cítricas e cristalizadas, a ponto de lembrar um panetone, mas também cogumelos. Nessa maluquice de fragrâncias, flui gentil pela boca.

Natural de Bacoli, o cozinheiro de 36 anos fez parte de seu percurso no País Basco, com Martín Berasategui. É apegado à execução rigorosa da técnica, mas inspirado por viagens – algumas delas apenas dentro de sua cabeça. Para provar seu carbonara, no entanto, não tem jeito: só indo à Itália. ●

JORNAL DO CARRO
JC
QUARTA-FEIRA, 19 DE FEVEREIRO DE 2025 • ANO 43 • Nº 2163 O ESTADO DE S. PAULO



FOTOS: FIAT



Visual da picape não mudou na linha 2026

Ficha técnica

● Fiat Toro Ranch 2.2

Preço sugerido	R$ 224.990
Motor	2.2, 4 cil. 16V, turbodiesel
Potência	200 cv a 5.750 rpm
Torque	45,9 mkgf a 1.500 rpm
Câmbio	Automático, 9m.
Tração	4x4
Comprimento	4,94 metros
Largura	1,85 metro
Entre-eixos	2,98 metros

FONTE: FIAT

Prós & contras

● Fôlego extra
Além do ganho de potência e torque, Toro ficou mais econômica e mantém virtudes como o bom isolamento acústico;

● Diâmetro de giro
Com 12,4 m de diâmetro de giro, dá trabalho manobrar a picape em vagas estreitas.

Avaliação

Toro ganha motor 2.2 da Rampage, fica 30 cv mais potente e econômica

Fiat troca antigo 2.0 turbodiesel de 170 cv das versões de topo, Volcano e Ranch, da picape intermediária pelo de 200 cv do modelo da Ram; preços partem de R$ 206.990

RAPHAEL PANARO
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

Com mais de 500 mil unidades vendidas e líder do segmento de picapes intermediárias, a Toro é um tremendo sucesso no Brasil. Em tese, isso seria mais do que suficiente para seguir a máxima de que "em time que está ganhando não se mexe". Porém, a Fiat teve de atualizar o trem de força do modelo para atender a nova fase do Proconve L8, o programa brasileiro de controle de emissões. Com isso, nas versões Volcano e Ranch, de topo da linha, o antigo motor 2.0 turbodiesel de 170 cv de potência foi trocado pelo 2.2 de 200 cv, que estreou na Rampage no fim do ano passado – Fiat e Ram fazem parte do Grupo Stellantis.

Além do ganho de 30 cv, com o novo motor a picape fabricada em Goiana (PE) ficou 4,6% mais econômica em uso rodoviário. Segundo a Fiat, na estrada a Toro agora pode rodar até 13,6 km com um litro de diesel. Isso é resultado também do diferencial 14% mais longo e da nova calibração do câmbio automático de nove marchas. No ciclo urbano, a média continua nos 10,5 km/l, de acordo com dados da marca.

Houve melhorias ainda em outros números, segundo informações da marca. O torque, por exemplo, foi ampliado em 10,2 mkgf e agora é de 45,9 mkgf. A aceleração de 0 a 100 km, que na configuração Ranch 2.0 era feita em 11,6 segundos, baixou dois segundos para 9,6 s na Ranch 2.2. Já a velocidade máxima passou de 193 km/h para 201 km/h.

No visual, a nova Toro, que já faz parte da linha 2026, não traz novidades. Tampouco na lista de equipamentos.

EM MOVIMENTO. Nosso primeiro contato com a Toro com o novo motor 2.2 turbodiesel foi em um espaço no mínimo curioso para uma picape. Mas durante as três voltas feitas no Circuito Panamericano, no interior de São Paulo, foi possível perceber o ganho de força, sobretudo nas retomadas de aceleração. O ganho de velocidade ocorre de forma progressiva, sem arroubos esportivos. Ou seja, nada diferente do que se pode esperar de picapes com motores a diesel.

Porém, surpreende o comportamento do carro, que pesa quase duas toneladas, na pista. Em curvas, não há rolagem demasiada da carroceria e a resposta da direção é bem aceitável. Por causa do aumento da força, os freios foram redimensionados e os discos de 305 mm foram substituídos por outros maiores, de 330 mm. Na prática, ao cravar o pé no pedal da esquerda a Toro estanca.

A marca manteve o bom isolamento acústico da cabine. Na reta, a 120 km/h e com o motor a 1.500 rpm, o ruído a bordo era mínimo, o que aumenta o conforto em viagens.

Aliás, para reduzir a percepção da vibração do motor a diesel, a Fiat lançou mão de novos coxins e fez uma revisão geral na calibração da suspensão.

As versões com motores a diesel têm cerca de 35% de participação das vendas da Toro. No ano passado, os emplacamentos totais da picape somaram quase 54 mil unidades.

A Toro 2026 com motor 2.2 a diesel parte de R$ 206.990 na versão Volcano. Na Ranch, a tabela começa em R$ 224.990. ●





1. Cabine é caprichada e completa nas versões de topo;

2. Caçamba tem 937 l e entre-eixos mede quase 3 metros

Tecnologia

Carro flexível mais econômico do País percorre até 17,4 km/l

TOYOTA



Dos que rodam mais com menos litros de combustível, Corolla híbrido domina e Onix Plus é o melhor sem eletrificação

REDAÇÃO

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) publica regularmente a lista dos carros mais eficientes do Brasil. A tabela do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro (PBEV) classifica os modelos com base em aspectos como eficiência energética, consumo, autonomia e emissão de gases poluentes, por exemplo.

Assim, veículos com sistema flexível, que permitem o uso de etanol, são os mais bem classificados. Sobretudo quando aliados à eletrificação.

Portanto, a linha Corolla é a mais eficiente do País. De acordo com o ranking do Inmetro, o sedã pode rodar até 18,5 km com um litro de gasolina na estrada. No caso do SUV Cross, são até 17,7 km/l de gasolina em circuito rodoviário.

Porém, considerando os modelos sem qualquer tipo de eletrificação, o flexível mais econômico do Brasil é o Chevrolet Onix Plus. Na estrada, o sedã compacto pode rodar 17,4 km com um litro de gasolina.

A atualização da tabela ocorreu após a entrada em vigor da nova fase do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), no dia 1º de janeiro. Com as atualizações, muitos modelos ficaram menos potentes e outros tiveram de trocar de motor. É o caso da Fiat Toro, por exemplo (*confira a avaliação na página anterior*).

Com base na nova tabela, o *Jornal do Carro* listou os dez carros com motor flexível mais econômicos e eficientes à venda no mercado brasileiro. O ranking, não por acaso, é dominado por hatches e sedãs compactos e, geralmente, com motor aspirado e transmissão manual. O Honda City, no entanto, é a exceção.

Por fim, o Mobi ficou de fora da lista porque o Inmetro ainda não divulgou seus novos dados de eficiência energética. O Fiat acaba de receber o motor 1.0 Firefly de até 75 cv.

Os critérios utilizados pelo *JC* são os seguintes: só entram carros com motor flexível. Híbridos não foram incluídos.

RENAULT



CHEVROLET



1. Sedã Corolla Hybrid roda 18,5 km/l de gasolina em rodovias; 2. Kwid faz até 15,7 km/l; 3. Onix é o vice-líder sem eletrificação

OS 10 MAIS EFICIENTES

	MODELO	MJ/km
1º	RENAULT KWID	1,36
2º	CHEVROLET ONIX PLUS	1,39
3º	CHEVROLET ONIX	1,41
4º	FIAT CRONOS	1,44
5º	VOLKSWAGEN POLO	1,45
6º	PEUGEOT 208	1,47
7º	HYUNDAI HB20S	1,48
8º	HYUNDAI HB20	1,48
9º	FIAT ARGO	1,50
10º	HONDA CITY	1,53

FONTE: **INMETRO**

A classificação foi feita com base no índice de eficiência energética, e não no consumo. Foi considerada a versão/trem de força mais eficiente.

Como resultado, o 1º colocado foi o Renault Kwid com motor 1.0 aspirado de até 71 cv e câmbio manual. Seu consumo energético é de 1,36 MJ/km.

Assim, o hatch feito em São José dos Pinhais (PR roda até 15,7 km com um litro de gasolina na estrada. Ou seja, 1,7 km a menos que o Onix Plus.

Confira (*acima*) a lista dos 10 carros mais eficientes do Brasil, segundo o Inmetro. ●



HYUNDAI

Kona Hybrid virá em abril de olho em clientes do Corolla

Quase um ano após apresentar o novo Kona no Brasil, a Hyundai confirma a vinda do modelo sul-coreano. A segunda geração do crossover chega em abril na versão Hybrid (HEV), que combina motores a gasolina e elétrico, e deve mirar fãs do Corolla Cross híbrido. Com 4,35 metros de comprimento, 1,82 m de largura, 1,58 m de altura e 2,66 m de entre-eixos, o Kona é um pouco maior que o Creta. Bem equipado, o novato tem potência total de 141 cv e torque de 27 mkgf. Ainda não há preços. ●

● **FRONTIER 'MEIO' TRITON.** Os rumos da Nissan podem não ser os mais tranquilos nos últimos tempos, mas isso não interrompeu o desenvolvimento de modelos estratégicos, entre eles a próxima geração da picape média Frontier. A nova picape deverá ter chassi sobre longarinas com a Mitsubishi Triton, uma decisão previsível na aliança Renault-Nissan-Mitsubishi. Contudo, não compartilhará muita coisa além disso com a picape da Mitstubishi. A Nissan também deu indícios de que pode lançar uma versão de alto desempenho, como uma Frontier Nismo. Essa opção seria rival da Ford Ranger Raptor, por exemplo. Embora a marca não confirme, a nova Frontier deve ser lançada em 2027.

● **RENAULT + GEELY = BRASIL.** Começar a vender carros em um país como uma montadora desconhecida do público não é tarefa fácil. Desse modo, a Geely, grupo chinês dono de marcas como Volvo, Lotus e Zeekr – esta última também recém-chegada por aqui –, vai receber uma ajudinha da Renault. As duas empresas mantêm uma joint venture, por isso a "forcinha" de uma marca com a qual os brasileiros já estão acostumados deverá ser de grande valia. A parceria surgiu por meio da fabricante de motores Horse. Porém, nesta segunda-feira (17) a Renault e a Geely anunciaram um acordo para expandir a cooperação estratégica na produção e venda de veículos no Brasil. Um dos modelos que poderá ser produzido no Paraná é o SUV compacto Galaxy E5, rival do BYD Yuan Plus.

● **SPARK CHEGA NESTE ANO.** Em janeiro, a GM completou 100 anos e revelou um jipinho elétrico misterioso. Agora, a marca confirma o lançamento, ainda em 2025, do Chevrolet Spark EUV (*abaixo*). Trata-se do chinês Baojun Yep Plus, mas com o emblem a da Chevrolet. Com 4 metros de comprimento e 2,56 m de entre-eixos, o modelo é menor que o VW Nivus, por exemplo – embora pareça até maior nas fotos. O jipinho elétrico é uma criação da Wuling, joint-venture da GM com a Saic, sua parceira de longa data na China. Lá, o jipinho estreou há menos de um ano com motor com cerca de 100 cv de potência e baterias de 41,9 kWh capazes de garantir autonomia de 400 km. No Brasil, um dos rivais será o conterrâneo BYD Dolphin. ●



CHEVROLET





Mobilidade segura

O que é importante checar na hora de contratar o transporte escolar

Além dos itens de segurança, é fundamental que pais ou responsáveis verifiquem com atenção a regularidade dos documentos do veículo e as autorizações do condutor

DETRAN-SP



Detran-SP é responsável pela fiscalização dos veículos escolares

DANIELA SARAGIOTTO

A maioria dos alunos, tanto da rede pública como particular de ensino, já está de volta à rotina de estudos. Como muitos utilizam o transporte escolar em seus deslocamentos, é importante observar algumas dicas para quem já contratou ou pretende contratar o transporte. As recomendações são do Departamento de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), responsável pela certificação dos veículos e dos condutores.

CHECK-LIST DO MOTORISTA. De forma geral, o motorista precisa ter idade superior a 21 anos e ter Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida nas categorias D ou E. Além de realizar vistoria veicular obrigatória a cada seis meses, os transportadores também precisam de um documento para atestar a segurança e a idoneidade do serviço oferecido. O Detran-SP oferece digitalmente a autorização para transporte escolar para o condutor, conforme o artigo 138 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O documento é obrigatório, não tem taxa de emissão e deve ser solicitado pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI).

Segundo o Detran-SP, o processo atesta para pais e responsáveis que seus filhos estão sendo conduzidos por motoristas com o devido curso e com certidão negativa de antecedentes criminais para homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores. Além do atestado, os condutores de transporte escolar devem apresentar outros documentos (*veja acima*).

DOCUMENTOS DO VEÍCULO. Certifique-se de que o veículo está em dia pedindo para verficar a autorização da Prefeitura para este tipo de transporte e também o certificado da vistoria semestral específica, que é realizado por uma Instituição Técnica Licenciada (ITL).

De acordo com o Detran-SP, essa autorização deve estar afixada na parte interna do veículo, em local visível. Outra recomendação é confirmar se o condutor tem CNH categoria D ou E, se está dentro da validade, se ele fez o Curso de Transporte Escolar e se possui autorização específica de condutor de transporte escolar.

O veículo deve ter a inscrição "ESCOLAR" no seu exterior, cinto de segurança em todos os bancos, extintor de incêndio, travas de segurança nas janelas com abertura máxima de 10 centímetros e dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros.

Por fim, o Detran-SP recomenda que os responsáveis peçam para ver as condições dos equipamentos obrigatórios como lanternas, espelho retrovisor, cronotacógrafo, pneus, além de observar como o motorista recepciona as crianças. ●

Fique de olho

Motorista de transporte escolar

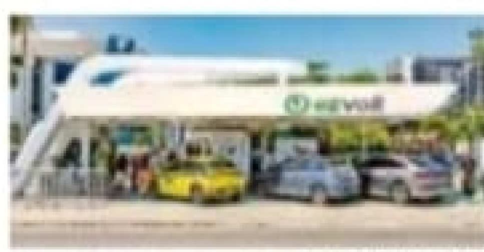
Documentos obrigatórios

- **CNH registrada no Estado de São Paulo;**
- **CNH válida e sem bloqueios;**
- **Ter idade superior a 21 anos;**
- **CNH categoria D ou E;**
- **Exame toxicológico periódico realizado;**
- **Não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos doze últimos meses;**
- **Curso de Transporte Escolar válido e presente na Carteira Digital de Trânsito (CDT);**
- **Certidão negativa do registro de distribuição criminal válida relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.**

FONTE: DETRAN-SP


NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

Entrevista Luis Kolle __ 04
'Falta transparência no estudo da Linha 16-Violeta do Metrô'



MARCOS THEODORO

Mobilidade elétrica __ 06
Hub de recarga é inaugurado em área pública do RJ


ADOBE STOCK

Bike __ 07
Saiba os cuidados que as ciclistas grávidas devem ter

Eufrázio

ENTREVISTA


EAMESP

Luis Kolle

'SP paga R$ 42 milhões por estudo que poderia ser feito sem custo'

Entrega da análise da Linha 16-Violeta do metrô para Acciona é questionada por associação

Presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô (Eamesp) alega falta de transparência

DANIELA SARAGIOTTO

No dia 8 de janeiro, foi divulgada no Diário Oficial a autorização dada pelo governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias e Investimentos (SPI), para o aprofundamento dos estudos para a construção, manutenção e operação da futura Linha 16-Violeta do metrô pela empresa espanhola Acciona. O projeto prevê que a linha faça a ligação da região do Jardins (Estação Oscar Freire) à extrema zona leste de São Paulo (Estação Abel Ferreira). Segundo o traçado inicial a futura linha terá 16 km de extensão e 16 paradas.

O investimento inicial para o trabalho é de R$ 42,3 milhões, destinados, conforme informado pelo governo, para a realização de estudos de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira para a estruturação de uma Parceria Público-Privada (PPP).

Luis Kolle, presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Metrô de São Paulo (Aeamesp), questiona a decisão. Para ele, entregar o trabalho da Linha 16-Violeta para uma companhia estrangeira retira o planejamento das mãos do governo. "E transfere a responsabilidade para uma empresa privada que visa o lucro, e não tem o viés de se preocupar com a população", afirma. Entenda esse e outros pontos na entrevista a seguir.

O que a Aeamesp questiona em relação ao estudo para implementação da linha 16-Violeta?

Antes de mais nada, acho importante fazer uma contextualização. Há a Linha 6-Laranja do metrô, que já existe [*chamada de LinhaUni, ela está em sua primeira fase e ligará a Estação São Joaquim, região central da cidade, ao bairro da Brasilândia, na zona norte*]. Inclusive, no início deste mês, o Tatuzão da Linha 6 chegou à Estação Brasilândia, onde foi realizada uma cerimônia com a presença do governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Ocorre que foi cedida para a LinhaUni uma extensão, que vai até o Ipiranga, na Mooca... na verdade até o Parque da Mooca. Só que esse trecho iria coincidir com a Linha 16-Violeta [*projeto do Metrô que irá interligar a Estação Oscar Freire, nos Jardins, à futura Estação Cidade Tiradentes, na zona leste*]. Diante disso, a partir de 2023, acredito, o Metrô fez um estudo para planejar um outro traçado, com o objetivo de desviar a rota e não ter coincidência de trajeto com a Linha 16-Violeta.

Depois disso veio uma manifestação de interesse privado da Acciona [*empresa que está construindo e vai operar a Linha 6*] para fazer esse estudo, ou de refazer, não sabemos ao certo. E é sobre esse e outros pontos que estamos pedindo esclarecimentos.

Quais providências a associação vem tomando? Já aconteceu antes de o projeto para uma nova linha de Metrô ser feito por empresa privada?

Essa fase do trabalho, que é o planejamento, nunca foi feita por uma empresa privada. Portanto, é a primeira vez no Estado de São Paulo que isso será conduzido por outra empresa que não o próprio Metrô. Depois da manifestação de interesse privado, o governo do Estado de São Paulo cedeu, e a Acciona ficou como responsável pelo trabalho.

Assim, o poder público está pagando mais de R$ 42 milhões por esse estudo, ou o reestudo do planejamento. E o que mais chama nossa atenção é que esse tipo de trabalho sempre foi feito pelo Metrô, e, mais importante, dentro das custas da empresa. Ou seja, é uma atividade que já é prevista para a companhia. Não temos nada contra a Acciona, ou qualquer outra empresa. Contudo, fazemos a ressalva de que esse tipo de estudo sempre foi feito pelo Metrô.

"Vemos falta de transparência no que se refere à questão da escolha da empresa. Não está claro porque o governo não chamou o Metrô para o trabalho"

"Precisamos entender se essa linha vai continuar até Cidade Tiradentes, que é onde as pessoas precisam que ela chegue"

Existe alguma vantagem em outra empresa fazer essa etapa do trabalho?

Na minha visão não existe nenhum problema em terceirizar. Se o governo considera interessante fazer isso, tudo bem. Mas tem que ter transparência, tem que mostrar qual é o interesse de passar para outra empresa fazer o planejamento e, principalmente, o que será oferecido como contrapartida. E falo isso não por ser a Acciona, mas por ser uma empresa que faz parte do consórcio de uma linha que está gerando conflito com essa mesma linha, entende?

Então, precisamos saber se vai diminuir a quantidade de estações, se essa linha vai continuar até Cidade Tiradentes, na zona leste, que é onde as pessoas precisam que ela chegue. E qual o interesse da empresa, e se ela vai fazer essa parte social do transporte, de chegar a bairros periféricos. Porque o Metrô considera todos esses pontos em seus planejamentos. Veja, temos uma empresa com mais de 50 anos de experiência em planejamento urbano, que é o Metrô, que conhece tudo sobre o transporte público da região metropolitana de São Paulo. Há anos a empresa faz a Pesquisa Origem e Destino, que mostra como a população se desloca e onde há necessidade de novas linhas. Precisamos, então, saber se outra empresa também terá esse tipo de cuidado.

Na sua visão, falta transparência nesse processo?

Sim, vemos falta de transparência no que se refere à questão da escolha da empresa. Entendemos que foi uma manifestação de interesse privado, que a Acciona se manifestou. Mas não está muito claro porque o governo não chamou o Metrô para fazer esse trabalho ou porque o próprio Metrô não se manifestou para fazer.

Que providências a associação está tomando?

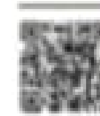
Estamos conversando com outras entidades, associações de funcionários, de empresas e até mesmo de moradores para entender seus interesses. Também vamos nos encontrar com vereadores para entender como eles enxergam essa situação. Nesse primeiro momento não vamos entrar com ação popular, por enquanto ainda não. Então, por enquanto, estamos avaliando e entendendo com outras pessoas e entidades o quanto isso pode ser prejudicial ou mesmo benéfico para a sociedade.

Qual é o status do planejamento, já está sendo feito?

Sim, já está sendo feito e provavelmente será entregue em breve. Até onde sabemos, o prazo de entrega era no final de janeiro. Desde então, estamos tentando obter informações. Mas ainda não conseguimos.

Quais dúvidas ainda estão sem esclarecimentos e precisam ser respondidas?

A principal delas é o que já mencionamos: por que o Metrô não foi chamado para fazer essa "revisão do planejamento", já que ele próprio começou esse trabalho? Essa é a primeira e mais importante questão. Porque, dessa forma, o governo não teria o custo de mais de R$ 42 milhões. Outro ponto que queremos esclarecer é quais alterações foram encomendadas pelo governo para essa linha. Vai reduzir o traçado? Vai aumentar? E o número de estações, vai aumentar ou diminuir? Enfim, são muitas perguntas para as quais não temos respostas. ●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse:
mobilidade.estadao.com.br

Eufrázio

Hyundai IONIQ 5

Redefinindo a mobilidade elétrica e trazendo o futuro para sua garagem

A partir de
R$ 384.990
à vista na troca do seu usado

Wallbox Grátis

Auto esporte CARRO DO ANO PREMIUM 2025

NE25P05

Painel 100% digital.
Integrado à central multimídia de 12,3".

Bateria de longa autonomia.
Você vai mais longe com o IONIQ 5.

Head-up Display com projeção.
Inovação em cada detalhe.

5 anos de garantia de fábrica.
Tranquilidade de sobra.

Quando você estiver dentro do seu Hyundai IONIQ 5, vai realmente entender o que é redefinir a mobilidade elétrica. Tecnologia, inovação e sustentabilidade foram o que nos guiaram para criar esse carro. E, agora, você pode aproveitá-lo ao máximo em uma experiência ímpar ao volante.

Acesse e saiba mais.

HYUNDAI
Patrocinador Oficial

CONMEBOL LIBERTADORES

HyundaiBR

hyundai.com.br

5 ANOS Garantia
Sem limite de quilometragem

8 ANOS 160.000km
Garantia de Bateria

IBAMA

Desacelere. Seu bem maior é a vida.

IONIQ 5 Signature EV 84,0 kWh AT 2024/2025, com preço público sugerido à vista (válido para todo o Brasil) de R$ 394.990,00 por até R$ 384.990,00 com usado na troca, com pintura preto abyss perolizado e frete incluso. O bônus na troca do seminovo será oferecido mediante troca de um veículo seminovo de qualquer marca e modelo. Será aceito na troca somente veículo seminovo acompanhado de seu documento único de transferência (DUT) em nome do comprador do veículo IONIQ 5 Signature EV 84,0 kWh 2024/2025 ou em nome de parentes de primeiro grau (pais, filhos, cônjuge), desde que comprovado o parentesco por meio de documentação oficial e original. Para mais informações, consulte as concessionárias Hyundai participantes. O veículo seminovo deve ter obrigatoriamente chave reserva, manual do proprietário, certificado de garantia com as revisões realizadas de acordo com a recomendação do fabricante. Para que seja aplicável a presente promoção, o veículo seminovo deve apresentar perfeitas condições de uso e pleno funcionamento de todos os equipamentos/acessórios, ou seja, sem a necessidade de reparo e troca de peças. Acessórios e equipamentos instalados no veículo seminovo pelo proprietário não serão considerados como acréscimo ao valor a ser pago. Não participam desta promoção as vendas efetuadas para lojistas e frotistas (Vendas Diretas HMB). Promoção válida no período de 13/1/2025 a 5/3/2025 enquanto durarem os estoques. Imagens meramente ilustrativas. Garantia Hyundai de 5 anos: o período de 5 anos já contempla a garantia legal de 90 dias, início da garantia de 5 anos na data de entrega do veículo ao primeiro proprietário. Uso particular: garantia de 5 anos, sem limite de quilometragem. Uso comercial: garantia de 5 anos ou 100.000 km, o que ocorrer primeiro. A garantia Hyundai de 5 anos está condicionada à observação pelo proprietário do plano de manutenções periódicas e demais condições determinadas no manual de garantia do veículo, disponíveis no site www.hyundai.com.br assim como no manual do proprietário. Garantia de 8 anos: os componentes específicos de veículos de propulsão somente elétrica (EV) têm um período de garantia de 8 (oito) anos ou 160.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro, independentemente do tipo de uso do veículo. A garantia Hyundai de 8 anos está condicionada à observação pelo proprietário do plano de manutenções periódicas e demais condições determinadas no manual de garantia do veículo, disponíveis no site www.hyundai.com.br assim como no manual do proprietário. Consulte coberturas no site www.hyundai.com.br.

Eufrázio

Infraestrutura

Hub de recarga aberto em área pública do RJ tem megacarregador de 240 kW

Situado na Barra da Tijuca, Eletroposto Carioca, da EZ Volt, funciona 24 h e pode atender 7 eletrificados ao mesmo tempo

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI
RIO DE JANEIRO, RJ

FOTOS: MARCOS THEODORO



Em área pública de 200 m², o Eletroposto Carioca é o primeiro na cidade que, em 2024, vendeu quase oito mil veículos eletrificados

As áreas verdes, os condomínios de alto padrão e os shoppings da Barra da Tijuca, bairro nobre da zona oeste do Rio de Janeiro, ganharam uma companhia diferente no dia 15 de fevereiro. A EZ Volt, empresa especializada em infraestrutura de recarga, inaugurou o hub de recarga Eletroposto Carioca, com sete vagas para veículos eletrificados e aberto 24 horas por dia em sistema de autoatendimento.

A estação fica no coração da Barra, no canteiro central da Avenida das Américas (altura do número 6.500), uma das mais movimentadas da cidade. O projeto foi contemplado pelo programa Sandbox Rio, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que visa estimular ações inovadoras na capital fluminense (*veja abaixo*). Implementado em uma área de 200 m², a EZ Volt montou o eletroposto em dois meses, depois de atender a todos os requisitos técnicos da chamada pública da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Com investimento de aproximadamente R$ 3 milhões, a empresa instalou dois equipamentos de recarga ultrarrápida (DC) de 180 kW importados da China, cada um com duas pistolas e plug do tipo CCS2, de padrão europeu.

De quebra, há uma espécie de "bônus": um ponto de recarga lenta (AC), de 7,2 kW, mais apropriado para automóveis híbridos plug-in. O hub também tem a loja de conveniência "On the go", para oferecer maior comodidade ao cliente, enquanto aguarda a operação de recarga.

OFF-GRID. No entanto, o principal atrativo do hub é o megacarregador de 240 kW off-grid da BYD, que também pode reabastecer dois automóveis simultaneamente. A parceria com a fabricante chinesa viabilizou a instalação do equipamento, que custa R$ 1,6 milhão.



Tanure utiliza o equipamento da BYD: modelo de franquia à vista

No sistema off-grid, a rede elétrica injeta energia no banco de baterias interno, que armazena a carga necessária para ser transferida às baterias dos carros dos usuários. Existe a possibilidade de o aparelho receber a energia por painéis fotovoltaicos, solução não adotada pela EZ Volt.

Segundo Gustavo Tanure, CEO da EZ Volt, o contrato de operação do Eletroposto Carioca em uma área da municipalidade é de um ano. "É um ambiente experimental determinado pelo Sandbox. Ao final desse período, se a gestão do espaço estiver em conformidade com o programa, a concessão é estendida por mais tempo", afirma. A previsão da empresa é que cerca de 300 carros por mês passem pelo eletroposto da Barra da Tijuca.

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), presente na inauguração do hub, revela que a intenção de sua administração é expandir o modelo de negócio para outros pontos da cidade. "Não se vira as costas para a transição energética veicular", destaca. "O Rio de Janeiro vem apresentando crescimento no volume de veículos eletrificados nas ruas e precisamos estar preparados para a demanda."

FRANQUIA. Em 2024, o Rio de Janeiro foi a terceira cidade brasileira que mais registrou emplacamentos de automóveis 100% elétricos e híbridos, com quase oito mil unidades, atrás apenas de São Paulo (24.435) e Brasília (16.061). No entender de Paes, "a oferta do serviço no Rio deve acompanhar lado a lado o crescimento das vendas de veículos".

O hub começou a operar imediatamente após a cerimônia de inauguração, quando uma série de automóveis importados passou a ocupar as vagas, como Volvo C40 Recharge, Audi e-Tron, Zeekr 001 e BYD Dolphin. A recarga rápida custa R$ 2,50 o quilowatt hora (kWh) e a lenta sai por R$ 2,07 o kWh. A conta pode ser paga pelo aplicativo da EZ Volt.

O Eletroposto Carioca é mais um movimento da EZ Volt de estender sua atuação na eletromobilidade brasileira. Atualmente, a empresa cuida da gestão de 1.600 pontos de recarga e está expandindo o conceito de hub no País. Ela já administra áreas nos bairros paulistanos de Anália Franco e Canindé – que atendem principalmente frotistas –, e nas cidades de Barueri e Sorocaba (SP) e em Volta Redonda (RJ).

De acordo com o diretor da EZ Volt, Diego Duarte, o próximo passo da startup é selecionar parceiros interessados em trabalhar no modelo de franquia. Dessa forma, outros empresários poderão instalar estações de recarga usando a marca EZ Volt em suas instalações, medida que poderá alavancar ainda mais a expansão da infraestrutura de recarga em diversas cidades. "Atualmente, com investimento inicial de R$ 600 mil, já é possível trabalhar com a franquia da EZ Volt", completa. ●

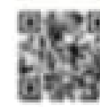
O JORNALISTA VIAJOU AO RIO DE JANEIRO A CONVITE DA EZ VOLT

Sandbox Rio estimula ações de empreendedorismo

A EZ Volt vislumbrou a construção de um hub de recarga em área pública a partir do momento em que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico criou, em 2022, o programa Sandbox Rio. Trata-se de uma iniciativa regulatória que incentiva a execução de novas tecnologias, produtos e serviços inovadores, a fim de estimular o empreendedorismo e auxiliar o crescimento econômico da cidade.

"O Rio sempre apoiou a pesquisa e o desenvolvimento", diz o prefeito Eduardo Paes. No caso do Eletroposto Carioca, a EZ Volt foi a vencedora depois superar várias etapas e vencer a concorrência de empresas que atuam na eletromobilidade. Paes afirmou ainda que deseja ver a experiência replicada em outros bairros do Rio de Janeiro.

Alguns projetos que também receberam o aval do Sandbox Rio dizem respeito à utilização de drones e robôs para fazer entregas de produtos comprados por meio de aplicativos e um projeto de fazenda urbana dentro de contêineres, trazendo para a cidade do Rio de Janeiro produtos naturais sem agrotóxicos. ● M.S.V.



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse: mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico

Eufrázio

Bike

Médica orienta sobre cuidados que grávidas ciclistas devem tomar

Obstetra alerta para os perigos de pedalar e fala sobre quando é mais recomendável interromper a prática dessa atividade física

ISABEL LIMA

O período de gestação pode ser um dos mais incríveis na vida de uma mulher, mas ele também traz cuidados e restrições. Quando o tema é atividade física, grávidas costumam consultar médicos que avaliam corpo e tipo de gestação para dar a melhor orientação. Há ocasiões, porém, em que a atividade física é mais do que um exercício, e sim um meio de transporte, como pedalar.

Para entender se há riscos, **Mobilidade Estadão** conversou com Rosiane Mattar, professora titular do departamento de obstetrícia da Escola Paulista de Medicina e diretora científica da Associação de Obstetrícia e Ginecologia do Estado de São Paulo (Sogesp). "Pedalar não está entre os exercícios que são totalmente proibidos na gravidez", esclarece. Entretanto, a médica explica que o exercício pode ser perigoso caso ocorra uma queda.

Segundo Rosiane, o risco é ainda maior quando a ciclista pedala por caminhos irregulares, com subidas, descidas e depressões. "A grávida tem um relaxamento das articulações, e nível de atenção um pouco menor devido às mudanças no corpo. Então, o risco de queda é maior", alerta.


ADOBE STOCK
Obstetras podem avaliar o melhor momento de parar de pedalar

> ***"Grávidas têm um relaxamento nas articulações e um nível de atenção um pouco menor devido às mudanças no corpo. Por isso, o risco de queda é maior"***
> **Rosiane Mattar**
> Professora titular do departamento de obstetrícia da Escola Paulista de Medicina

COMO REDUZIR RISCOS. Em casos de queda, a gestante tende a se machucar mais do que o feto. Mas há chance de complicações maiores se o trauma for direto sobre o abdômen, causando um descolamento de placenta. Segundo a médica, o evento é raro, mas pode ocorrer numa queda de bike. Para a obstetra, caso a gestante utilize o modal para se locomover, é recomendável interromper a pedalada por volta da semana 24 ou 26 da gestação.

"Na segunda metade da gravidez, o abdômen é mais proeminente. A gestante tem mais dor lombar e ocorrem mais modificações da bacia. O próprio equilíbrio fica comprometido", ressalta. Rosiane salienta que não há uma recomendação oficial quanto a isso, mas que esses fatores são perceptíveis na prática diária de obstetrícia. "Depende muito da intensidade e do tempo que a pessoa faz o exercício, que é aeróbico", explica.

> **Condições físicas**
> **Não há proibição para a prática, apenas orientação que leve em conta estágio da gestação e saúde**

A médica reforça, porém, que não há proibição para a prática do ciclismo, mas sim orientação. Cada corpo reage de uma forma à gestação; por isso, é necessário calcular os riscos reais na hora de definir qual será a atividade física praticada. ●


NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: mobilidade.estadao.com.br

PLANETA ELÉTRICO



A MAIOR PLATAFORMA DE CONTEÚDO SOBRE ELETROMOBILIDADE DO PAÍS

CANAL EXCLUSIVO REÚNE CONTEÚDO MULTIMÍDIA SOBRE OS RUMOS DA MOBILIDADE ELÉTRICA NO BRASIL E NO MUNDO, COM INICIATIVAS RELEVANTES, OPORTUNIDADES E DESAFIOS SOB A ÓTICA DA SUSTENTABILIDADE.



ACESSE E ACOMPANHE



Realização: ESTADÃO 150 Mobilidade ESTADÃO

Criação: ESTADÃO BLUE STUDIO



Sérgio Avelleda

O checkup da cidade de São Paulo

Uma grande cidade, tal qual nossos corpos, pode ser chamada de organismo vivo e demanda, por vezes, ser examinada para se entender suas patologias e, quem sabe, receber terapêuticas para melhorar sua saúde.

Um dos exames mais completos a que se submete uma cidade é a pesquisa Origem Destino (OD), que avalia os deslocamentos da cidade ou de uma região metropolitana. Em São Paulo, desde 1967, o Metrô faz essa pesquisa. Ela funciona como uma tomografia computadorizada das artérias da cidade, permitindo identificar quantidade de viagens, motivo e modo pelo qual são cumpridas.

Na semana passada, o Metrô de São Paulo publicou o resultado da "OD", que foi antecipada em dois anos para compreender os efeitos da pandemia de covid-19 nos deslocamentos.

Quero destacar alguns pontos. Primeiro: estamos nos deslocando menos. O número total de viagens diárias reduziu de 42 milhões para 36,5 milhões. Reduzir o número de viagens e a distância percorrida é um resultado desejável, se essa redução tiver por causa um planejamento urbano mais racional. Uma hipótese bastante plausível para esse número pode ser o adensamento promovido pelo Plano Diretor de São Paulo de 2015 ao redor dos corredores de transporte de alta capacidade.

Assim, as pessoas puderam morar mais perto de seus locais de trabalho. Mas é preciso considerar que essa redução também pode derivar da mudança de hábitos causada pela pandemia: popularização do trabalho e educação remotos.

ORGANISMO VIVO. Segundo, redução do número de viagens no transporte público e o aumento no transporte por carros e motos, assim como diminuíram os deslocamentos a pé. Esse dado deveria tirar o sono dos governantes e de todos nós que precisamos nos deslocar na metrópole. Em 2007, comemoramos a superação do transporte público sobre o privado. Vamos lembrar o que antecedeu a pesquisa OD de 2007: criação do Bilhete Único, integração desse bilhete ao sistema de trilhos. Foi uma revolução no uso do transporte público, na melhoria da sua utilidade e atratividade. A cidade é um organismo vivo: você estimula algo, ela reage de acordo com o estímulo.

Infelizmente, não estamos conseguindo investir nas oportunidades de melhorias e ainda reduzimos a oferta de viagens

Terceiro: crescimento, ainda que tímido, do uso da bicicleta. Essa é a resposta ao estímulo que veio das ciclovias implantadas a partir de 2010, com a Ciclovia Rio Pinheiros, da CPTM.

Essa transferência de viagens do transporte público para o carro e a moto tem vários fatores. Podemos intuir alguns deles. Durante a pandemia, as ruas ficaram vazias e houve um medo de contaminação nos espaços públicos fechados. A conjugação desses dois fatores convidou a adoção do carro ou da moto como o novo normal.

Ruas mais vazias diziam aos cidadãos: pode adotar o carro que haverá espaço para você. Não à toa, as cidades brasileiras já enfrentam números de engarrafamentos piores que antes de 2020. São Paulo perdeu a janela de oportunidade da pandemia para redesenhar as ruas e priorizar o seu uso pelo transporte público e pelas bicicletas e pedestres. Cidades que fizeram isso alcançam resultados espetaculares. Paris já tem mais bicicleta que carros. Bogotá tem o transporte coletivo como a âncora da mobilidade urbana.

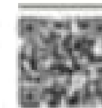
Apesar da expansão do metrô entre 2007 e 2025 ter sido expressiva (inauguramos as linhas 4, 15 e ampliamos a Linha 5) e as linhas ferroviárias seguirem recebendo investimentos na sua modernização e expansão, tal circunstância não foi suficiente para aumentar a atração do transporte público.

Invariavelmente, temos que olhar para o sistema de ônibus da região metropolitana. Infelizmente não estamos conseguindo investir nas oportunidades de melhorias e ainda reduzimos a oferta de viagens.

Ao olhar para esse exame que foi a OD divulgada em 2025 um médico deveria prescrever, com urgência: acelere os investimentos em corredores de ônibus troncalizados, amplie integrações com o sistema sobre trilhos, priorize as ruas aos ônibus com faixas exclusivas, unifique a gestão metropolitana dos serviços de mobilidade, promova imediata integração de tarifas e meios de pagamento e jamais procure economizar reduzindo o número de ônibus aumentando os intervalos de viagens. Promova a mobilidade ativa. Não comemore recapeamento se as melhorias não atingem as calçadas, deixando-as esburacadas e repletas de obstáculos. Não abandone as ciclovias, ao contrário. Os números mostram: desenhe a cidade que você quer, e você a terá. ●

COORDENADOR DO NÚCLEO DE MOBILIDADE URBANA DO INSPER DE SÃO PAULO

ESTE TEXTO NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DO ESTADÃO.



NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: mobilidade.estadao.com.br/embaixadores

Procurando um carro novo para chamar de seu?
Tudo sobre o seu próximo zero você encontra no **Zerão.**

Mais de 170 automóveis do mercado:
fichas técnicas, resenhas, fotos e
preços de modelos de todas as marcas.

ZERÃO

REALIZAÇÃO: Jornal do Carro



jornaldocarro.estadao.com.br/guia-de-compras/carros-0km







Eufrázio



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024













GRUPO CARREFOUR BRASIL

GRUPO CARREFOUR BRASIL

ATACADÃO · sam's club · Carrefour · Carrefour banco · carrefour property

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

RESULTADOS 4T 2024
2024 ENTREGOU CRESCIMENTO EBITDA DE DUPLO DÍGITO E ~6X O LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DE 2023

Resultados consolidados 4T 24	Vendas Brutas: R$ 32,8 bi *Cresc. total a/a: +5,5%* *LfL (ex-cal, ex-gas): +6,0%* GMV: R$ 3,4 bi (+19,3%)	EBITDA Aj.: R$ 1,9 bi (+2,2% a/a) *Mg: 6,5% (-0,2 p.p. a/a)* Lucro Líquido Aj.: R$ 1,6 bi *(+3,2x a/a)*	Destaques 2024 Vendas Brutas: R$ 120,6 bi (+4,4%) EBITDA Aj.: R$ 6,5 bi (+13,4%) Lucro Líquido Aj.: R$ 2,4 bi
ATACADÃO (71% das Vendas)	■ **Vendas Brutas: R$ 23,3 bi** ■ *LfL (ex-calendário): +6,3%* ■ *Cresc. Total a/a: +9,6%* ■ Nº de lojas: 379 *(+18 a/a)*	■ **EBITDA Aj.: R$ 1,6 bi** ■ *EBITDA Aj. Mg: 7,4% (+0,2 p.p. a/a)*	■ **Vendas Brutas: R$ 86,0 bi** ■ *Cresc. Total a/a: +8,7%* ■ **EBITDA Aj.: R$ 5,2 bi**
Carrefour (22% das Vendas)	■ **Vendas Brutas: R$ 7,3 bi** ■ *LfL (ex-cal, ex-petrol): +5,9%* ■ *Cresc. Total a/a: -7,6%* ■ Nº de Hiper: 112 *(-31 a/a)*	■ **EBITDA Aj.: R$ 220 mi** ■ *EBITDA Aj. Mg: 3,4% (+0,5 p.p. a/a)*	■ **Vendas Brutas: R$ 27,2 bi** ■ *Cresc. Total a/a: -9,4%* ■ **EBITDA Aj.: R$ 694 mi**
sam's club – vale muito ser sam's (7% das Vendas)	■ **Vendas Brutas: R$ 2,3 bi** ■ *LfL (ex-calendário): +2,1%* ■ *Cresc. Total a/a: +13,9%* ■ Nº de lojas: 58 *(+7 a/a)*	■ **EBITDA Aj.: R$ 84 mi** ■ *EBITDA Aj. Mg: 4,3%* ■ *(-2,2 p.p. a/a)*	■ **Vendas Brutas: R$ 7,3 bi** ■ *Cresc. Total a/a: +16,8%* ■ **EBITDA Aj.: R$ 238 mi**
Carrefour banco	■ **Faturamento: R$ 19,3 bi** ■ *Cresc. Total a/a: +15,8%* ■ Carteira de créd.: *R$ 28,4 bi* ■ *Cresc. Total a/a: +17,2%*	■ **EBITDA Aj.: R$ 214 mi** *(-15,1% a/a)* ■ Inadimplência: Over30: 14,2% (-0,6 p.p. a/a); Over90: 11,6% (-0,6 p.p. a/a)	■ **Faturamento: R$ 68,8 bi** ■ *Cresc. Total a/a: +14,4%* ■ **EBITDA Aj.: R$ 890 mi**

Mensagem do CEO, Stephane Maquaire:

“Em 2024, executamos com sucesso a estratégia que planejamos e anunciamos ao mercado em novembro de 2023. Continuamos a expandir nossa posição de liderança no segmento de cash and carry, abrindo 19 novas lojas Atacadão e ganhando market share em base like-for-like por meio de iniciativas para aumentar nossa relevância junto aos clientes B2C, como serviços, self-checkouts e preço duplo, ao mesmo tempo em que mantemos nossa proposta de valor imbatível aos clientes B2B. As lojas convertidas continuaram a maturar em direção aos níveis-alvo de produtividade e rentabilidade. No nosso segmento de Varejo, ajustamos nosso portfólio de lojas, vendendo ou fechando unidades não rentáveis e convertendo 22 lojas em Atacadão e Sam's Club. Nosso reposicionamento de preços impulsionou uma importante recuperação nas vendas, com um forte crescimento de LfL, especialmente a partir do 2T. No Sam's Club, tivemos um ano recorde de inauguração de lojas e expansão da base de membros. Temos certeza de que os investimentos feitos em 2024 amadurecerão nos próximos trimestres, consolidando nossa posição como o clube líder no Brasil. Os ganhos de eficiência e a disciplina de custos permaneceram no topo de nossa agenda: SG&A como % das vendas líquida diminuiu 1 p.p. este ano. Agora temos uma Companhia mais enxuta e ágil, pronta para aproveitar ao máximo as oportunidades que 2025 trará. Mantemos o nosso compromisso em ser o varejista alimentar nº 1 do Brasil, oferecendo a melhor proposta de valor aos nossos clientes.”

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Em R$ milhões	Consolidado 4T 24	Consolidado 4T 23	Δ%	Cash & Carry 4T 24	Cash & Carry 4T 23	Δ%	Varejo 4T 24	Varejo 4T 23	Δ%	Clube 4T 24	Clube 4T 23	Δ%	Banco Carrefour 4T 24	Banco Carrefour 4T 23	Δ%
Vendas brutas	32.796	31.085	5,5%	23.266	21.230	9,6%	7.274	7.875	-7,6%	2.256	1.980	13,9%			
Vendas líquidas	**29.654**	**28.062**	**5,7%**	**21.166**	**19.258**	**9,9%**	**6.521**	**7.060**	**-7,6%**	**1.966**	**1.744**	**12,7%**			
Outras receitas [1]	1.643	1.552	5,9%	14	62	-77,9%	254	240	5,7%	34	25	37,2%	1.364	1.238	10,2%
Receitas totais	**31.297**	**29.614**	**5,7%**	**21.180**	**19.319**	**9,6%**	**6.775**	**7.300**	**-7,2%**	**2.001**	**1.770**	**13,1%**	**1.364**	**1.238**	**10,2%**
Lucro bruto	**5.736**	**5.625**	**2,0%**	**3.269**	**3.058**	**6,9%**	**1.550**	**1.621**	**-4,4%**	**398**	**381**	**3,9%**	**544**	**578**	**-5,9%**
Margem bruta	*19,3%*	*20,0%*	*-0,7 p.p.*	*15,4%*	*15,9%*	*-0,4 p.p.*	*23,8%*	*23,0%*	*0,8 p.p.*	*20,1%*	*21,8%*	*-1,7 p.p.*			
Despesas SG&A [2]	**(3.837)**	**(3.770)**	**1,8%**	**(1.715)**	**(1.681)**	**2,0%**	**(1.344)**	**(1.436)**	**-6,4%**	**(312)**	**(269)**	**16,2%**	**(330)**	**(326)**	**1,2%**
SG&A de vendas líquidas	12,9%	13,4%	-0,5 p.p.	8,1%	8,7%	-0,6 p.p.	20,6%	20,2%	0,3 p.p.	15,9%	15,4%	0,5 p.p.			
EBITDA ajustado [1] [2]	**1.917**	**1.875**	**2,2%**	**1.557**	**1.381**	**12,7%**	**220**	**200**	**10,5%**	**84**	**113**	**-25,3%**	**214**	**252**	**-15,1%**
Margem EBITDA aj.	*6,5%*	*6,7%*	*-0,2 p.p.*	*7,4%*	*7,2%*	*0,2 p.p.*	*3,4%*	*2,8%*	*0,6 p.p.*	*4,3%*	*6,5%*	*(2,2 p.p.)*			
Lucro líquido, controlador	**1.163**	**(565)**	**n.m.**												
Margem líquida	*3,9%*	*-2,0%*	*n.m.*												
Lucro líquido aj., controlador	**1.770**	**520**	**240,5%**												
Margem líquida ajustada	*6,0%*	*1,9%*	*4,1 p.p.*												

(1) inclui eliminação intragrupo de R$ 23 milhões e R$ 13 milhões entre Banco e Varejo no 4T 24 e 4T 23, respectivamente; (2) inclui despesas com funções globais de R$ 136 milhões e R$ 58 milhões no 4T 24 e 4T 23, respectivamente.

Em R$ milhões	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Δ%	Cash & Carry 2024	Cash & Carry 2023	Δ%	Varejo 2024	Varejo 2023	Δ%	Clube 2024	Clube 2023	Δ%	Banco Carrefour 2024	Banco Carrefour 2023	Δ%
Vendas brutas	120.594	115.458	4,4%	86.020	79.110	8,7%	27.237	30.063	-9,4%	7.337	6.284	16,8%			
Vendas brutas ex gasolina	117.142	112.147	4,5%	86.020	79.110	8,7%	23.785	26.753	-11,1%	7.337	6.284	16,8%			
Vendas líquidas	**109.311**	**103.912**	**5,2%**	**78.263**	**71.437**	**9,6%**	**24.598**	**26.949**	**-8,7%**	**6.450**	**5.526**	**16,7%**			
Outras receitas [1]	6.325	5.947	6,4%	252	290	-13,2%	761	841	-9,6%	145	56	157,4%	5.215	4.793	8,8%
Receitas totais	**115.636**	**109.859**	**5,3%**	**78.515**	**71.726**	**9,5%**	**25.358**	**27.790**	**-8,8%**	**6.595**	**5.583**	**18,1%**	**5.215**	**4.793**	**8,8%**
Lucro bruto	**21.175**	**20.672**	**2,4%**	**12.029**	**11.056**	**8,8%**	**5.662**	**6.422**	**-11,8%**	**1.347**	**1.136**	**18,6%**	**2.185**	**2.092**	**4,4%**
Margem bruta	*19,4%*	*19,9%*	*-0,5 p.p.*	*15,4%*	*15,5%*	*-0,1 p.p.*	*23,0%*	*23,8%*	*-0,8 p.p.*	*20,9%*	*20,5%*	*0,3 p.p.*			
Despesas SG&A [2]	**(14.767)**	**(15.038)**	**-1,8%**	**(6.815)**	**(6.562)**	**3,9%**	**(5.025)**	**(5.857)**	**-14,2%**	**(1.112)**	**(860)**	**29,4%**	**(1.295)**	**(1.351)**	**-4,1%**
SG&A de vendas líquidas	13,5%	14,5%	-1 p.p.	8,7%	9,2%	-0,5 p.p.	20,4%	21,7%	-1,3 p.p.	17,2%	15,6%	1,6 p.p.			
EBITDA ajustado [1] [2]	**6.482**	**5.717**	**13,4%**	**5.227**	**4.510**	**15,9%**	**694**	**633**	**9,7%**	**238**	**276**	**-13,8%**	**890**	**741**	**20,1%**
Margem EBITDA aj.	*5,9%*	*5,5%*	*0,4 p.p.*	*6,7%*	*6,3%*	*0,4 p.p.*	*2,8%*	*2,3%*	*0,5 p.p.*	*3,7%*	*5,0%*	*(1,3 p.p.)*			
EBITDA Aj. Pré-IFRS16 [1] [2]	**5.590**	**4.826**	**15,8%**												
Margem EBITDA Aj. Pré-IFRS16	5,1%	4,6%	0,5 p.p.												
Lucro líquido, controlador	**1.753**	**(795)**	**n.m.**												
Margem líquida	*1,6%*	*-0,8%*	*n.m.*												
Lucro líquido aj., controlador	**2.382**	**386**	**517,3%**												
Margem líquida ajustada	*2,2%*	*0,4%*	*2 p.p.*												

(1) inclui eliminação intragrupo de R$ 48 milhões e R$ 34 milhões entre Banco e Varejo em 2024 e 2023, respectivamente; (2) inclui despesas com funções globais de R$ 519 milhões e R$ 418 milhões em 2024 e 2023, respectivamente

Sales Performance

	4T 23 LFL	4T 24 Vendas Brutas (R$MM)	LFL s/ efeito Calendário	LfL c/ efeito Calendário e impacto works	Expansão	Total (%)
Cash and Carry	-1,8%	23.265	6,3%	6,8%	2,8%	9,6%
Varejo (s/ gasolina)	-5,5%	6.331	5,9%	5,4%	-15,3%	-10,0%
Gasolina	3,9%	944	10,3%	10,3%	1,7%	11,9%
Varejo (c/ gasolina)	-4,6%	7.275	6,5%	6,0%	-13,6%	-7,6%
Clube	8,0%	2.256	2,1%	1,9%	12,0%	13,9%
Consolidado (s/ gasolina)	-2,2%	31.852	6,0%	6,2%	-0,9%	5,3%
Consolidado (c/ gasolina)	-2,0%	32.795	6,1%	6,3%	-0,8%	5,5%
Fat. Banco Carrefour	*n.a.*	*19.336*	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*	*15,8%*

	2023 LFL	2024 Vendas Brutas (R$MM)	LFL s/ efeito Calendário	LfL c/ efeito Calendário e impacto works	Expansão	Total (%)
Cash and Carry	-1,1%	86.020	5,4%	5,4%	3,3%	8,7%
Varejo (s/ gasolina)	-2,8%	23.785	3,4%	3,5%	-14,6%	-11,1%
Gasolina	-8,1%	3.452	2,2%	2,2%	2,1%	4,3%
Varejo (c/ gasolina)	-3,4%	27.237	3,2%	3,4%	-12,8%	-9,4%
Clube	5,0%	7.337	3,5%	3,5%	13,3%	16,8%
Consolidado (s/ gasolina)	-1,3%	117.142	4,9%	4,9%	-0,5%	4,5%
Consolidado (c/ gasolina)	-1,5%	120.594	4,8%	4,8%	-0,4%	4,4%
Fat. Banco Carrefour	*n.a.*	*68.829*	*n.a.*	*n.a.*	*n.a.*	*14,4%*

Resultados Consolidados

Vendas consolidadas do Grupo Carrefour Brasil totalizaram R$ 32,8 bilhões no 4T 24, +5,5% vs. 4T 23, com crescimento de vendas LfL de +6,3% no Atacadão, +5,9% no Carrefour Varejo ex-gasolina e +2,1% no Sam's Club. Em 2024, as vendas do Grupo Carrefour Brasil somaram R$120,6 bilhões, + 4,4% vs. 2023, com crescimento de vendas LfL de 5,4% no Atacadão, +3,4% no Carrefour Varejo (ex-gasolina) e 3,5% no Sam's Club. A inflação alimentar média a/a foi +4,5% em 2024 (+8,0% no 4T 24) e encerrou o período em +8,2% a/a em dezembro (fonte: IBGE).

E-commerce GMV atingiu R$ 3,4 bilhões no 4T 24 (10,5% das vendas), um aumento de +19,3% vs. ano passado, impulsionado principalmente pelo crescimento de +43,4% a/a nas vendas 1P alimentar, atingindo R$ 2 bilhões no trimestre. Em 2024, o GMV do e-commerce foi de R$ 11,7 bilhões, 30,2% maior a/a, impulsionado pelo 1P alimentar, com crescimento de 64,2% vs. 2023, alcançando R$ 6,4 bilhões.

Lucro Bruto foi R$ 5,7 bilhões no 4T 24, +2,0% a/a, equivalente a uma margem bruta de 19,3%, -0,7 p.p. menor que no 4T 23 em razão da maior contribuição de receita pelo Atacadão (que tem margem bruta menor vs. Varejo e Sam's Club) e a menor margem financeira no Banco Carrefour (impactada pela nova regulação de limite de taxa de juros). O lucro bruto em 2024 foi de R$ 21,2 bilhões, + 2,4% a/a com margem em 19,4%, - 0,5 p.p. a/a.

SG&A totalizaram R$ 3,8 bilhões no 4T 24, crescendo apenas 1,8% conforme focamos em ganhos de eficiência e disciplina de custos em todas as nossas unidades de negócio, exceto Sam's Club, onde investimos na expansão da nossa base de membros e captura de efeitos de rede. O SG&A como % das vendas líquidas teve queda de -0,5 p.p. vs 4T 24. Em 2024, o SG&A somou R$ 14,8 bilhões, -1,8% de redução a/a, representando 13,5% das vendas líquidas, uma redução forte de -1,0 p.p. conforme continuamos buscando oportunidades de corte de custos, capturamos sinergias e absorvemos os benefícios da alavancagem operacional pelo crescimento de vendas e maturação das lojas convertidas.

EBITDA Aj. somou R$ 1,9 bilhão no 4T 24, + 2,2% a/a, com margem de 6,5%, -0,2 p.p. vs 4T 23, devido a menores margens no Banco Carrefour e no Sam's Club. O EBITDA Ajustado em 2024 foi de R$ 6,5 bilhões, um aumento de 13,4% vs. 2023 com 5,9% de margem, + 0,4 p.p. a/a.

Sinergias capturadas no 4T 24 somaram R$ 725 milhões, atingindo R$ 2,9 bilhões em uma base anualizada, se aproximando da meta de 2025 anunciada no Fato Relevante de 22/07/2024.

Resultados 2024 demonstraram a habilidade do Grupo Carrefour Brasil em continuar a crescer (receitas totais +5,3% a/a) ao mesmo tempo em que expande rentabilidade (crescimento de EBITDA de 13,4% e margem +0,4 p.p.), focando na disciplina de custos e ganhos de eficiência (SG&A como % das vendas líquidas com queda de 1 p.p.), investindo em formatos vencedores (Atacadão: +19 novas lojas e Sam's Club: +7 novas lojas) e condições competitivas para nossos clientes.

Destaques por segmento

ATACADÃO (Cash & Carry – 71% das vendas)

Em R$ milhões	Cash & Carry 4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	23.266	21.230	9,6%	86.020	79.110	8,7%
Vendas líquidas	**21.166**	**19.258**	**9,9%**	**78.263**	**71.437**	**9,6%**
Receitas totais	21.180	19.319	9,6%	78.515	71.726	9,5%
Lucro bruto	**3.269**	**3.058**	**6,9%**	**12.029**	**11.056**	**8,8%**
Margem bruta	*15,4%*	*15,9%*	*-0,4 p.p.*	*15,4%*	*15,5%*	*-0,1 p.p.*
Despesas SG&A	**(1.715)**	**(1.681)**	**2,0%**	**(6.815)**	**(6.562)**	**3,9%**
SG&A de vendas líquidas	*8,1%*	*8,7%*	*-0,6 p.p.*	*8,7%*	*9,2%*	*-0,5 p.p.*
EBITDA ajustado	**1.557**	**1.381**	**12,7%**	**5.227**	**4.510**	**15,9%**
Margem EBITDA aj.	*7,4%*	*7,2%*	*0,2 p.p.*	*6,7%*	*6,3%*	*0,4 p.p.*

Vendas totalizaram R$ 23,3 bilhões, 9,6% acima do 4T 23, impulsionadas pelo crescimento das vendas LfL de +6,3% a/a e expansão de +2,8%, com adição líquida de 18 novas lojas C&C nos últimos 12 meses. Como subconjunto de nosso desempenho LfL, as antigas lojas do Grupo BIG convertidas em Atacadão, responsáveis por 11% das vendas do segmento, apresentaram sólido crescimento LfL de +14,3% durante o trimestre, em cima de um crescimento LfL do ano passado de +16,8%, maturando como esperado e atingindo 80% da meta de produtividade (R$ 28,8k/m2 em dez-24 anualizado vs. meta de R$ 35k/m²/ano).

No 4T 24, pelo terceiro trimestre consecutivo, o Atacadão entregou crescimento LfL acima do mercado, com desempenho especialmente forte durante a Black Friday. A inflação alimentar acelerou na comparação m/m durante do trimestre, também contribuindo para o desempenho positivo de volume B2B.

Em linha com nossa estratégia de aumentar o tráfego de clientes B2C, adicionamos serviços (padaria, açougue e fatiados) em 157 lojas até o final de dezembro, finalizando o plano do ano.

As vendas via canal digital representaram 8,5% das vendas do Atacadão no 4T 24, +2,0 p.p. vs. último ano (6,5% no 4T 23).

Expansão: no 4T 24, inauguramos 5 novas lojas Cash & Carry, sendo 1 conversão de hipermercado Carrefour e 3 conversões de supermercado Bompreço, e 1 nova loja orgânica. Finalizamos 2024 com 19 aberturas de lojas C&C.

Lucro bruto atingiu R$ 3,3 bilhões no 4T 24, um crescimento de 6,9% vs. último ano. A margem bruta foi de 15,4%, 0,4 p.p. abaixo do 4T 23, em razão do sucesso da campanha de Black Friday e mudanças no mix de produtos.

SG&A: as despesas totalizaram R$ 1,7 bilhão no trimestre, 2,0% maior vs. 4T 23, abaixo do crescimento da inflação de custos, apesar das aberturas de lojas nos últimos 12 meses e da aceleração na adição de serviços às nossas lojas. O SG&A representou 8,1% da receita líquida, 0,6 p.p. menor vs. 4T 23, pela maturação contínua de novas lojas e ganhos de eficiência.

EBITDA Aj. foi R$ 1,6 bilhão, +12,7% maior que o 4T 23, refletindo a maturação das lojas convertidas e maior volume. A margem EBITDA foi 7,4% no 4T 24, 0,2 p.p. maior que o 4T 23.

Rentabilidade a nível loja permaneceu forte. As lojas convertidas do antigo BIG continuaram a maturar, entregando margem EBITDA de 5,4% no trimestre (vs. 5,0% no 4T 23 e 4,2% no 3T 24). Quando comparado ao 4T 23, a rentabilidade do legado foi marginalmente impactado pela implementação de serviços (padaria, açougue e fatiados) em um número significativo de lojas no 2S 24, que estão em maturação. Esses serviços somam ao SG&A à nível loja enquanto a respectiva contribuição em receita matura com o tempo (até 6 meses).

Resultados 2024: entregamos crescimento e maior rentabilidade, refletindo nossas novas iniciativas para fortalecer a posição de liderança de mercado, com foco na eficiência e maturação das lojas convertidas do antigo Grupo BIG. Vendas brutas atingiram R$ 86 bilhões em 2024, + 8,7% a/a (+ 5,4% de crescimento LfL, acima da inflação de alimentos média do ano) e EBITDA aj. de R$ 5,2 bilhões em 2024, 15,9% maior que 2023, com margem EBITDA em 6,7%, +0,4 p.p. a/a.

continua

continuação

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão · sam's club · Carrefour · Carrefour banco · carrefour property

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

Lojas por safra

0-6 meses: 2% · 7-12 meses: 2% · 13-24 meses: 13% · 25-36 meses: 11% · 36+ meses: 71%

Rentabilidade das lojas Atacadão | Margem EBITDA por maturidade da loja % das vendas líquidas

4T 23 · 4T 24 · Antigas lojas BIG convertidas

Lojas abertas em: 2022/2023: 4,5% · 5,5% · 5,4% | 2020/2021: 6,3% · 6,9% | Até 2019: 8,7% · 8,4%

Carrefour

(Varejo – 22% das vendas)

Vendas mantiveram ritmo forte de crescimento com +5,9% de crescimento LfL ex-gasolina (6,5% incl. gasolina). O crescimento LfL de *mid-single digit* demonstra um momento positivo pós ajustes do portfólio e revisão da estratégia de preços no Varejo. Tanto itens alimentares como não alimentares apresentaram níveis similares de crescimento LfL, de +7,0% a/a e +4,4% a/a, respectivamente. Vendas totais foram de R$ 7,3 bilhões, -7,6% a/a pela redução de 24% na área de vendas a/a devido os ajustes de portfólio. A penetração das vendas digitais nas vendas totais do Varejo foi de 19,4% no 4T 24 (+1,2 p.p. a/a). A penetração do e-commerce nas vendas de alimentos foi de 9,5% (+2,1 p.p. a/a).

Expansão como parte do nosso plano de otimização do portfólio de ativos e simplificação da estrutura do formato, convertemos 22 lojas do Varejo nos últimos 12 meses (14 hipers + 8 supers) em lojas Atacadão e Sam's Club, fechamos 136 lojas (17 hipers + 119 supers) e finalizamos a parceria no estado de Minas Gerais de operação de 15 supermercados. Também anunciamos a venda ou fechamento de todos os 64 supermercados restantes da rede Bompreço e Nacional ao final até o final do 1S 25 (34 acordos de venda assinados até a data, dos quais 5 efetivamente fechados ou vendidos até dez-24).

Lucro bruto atingiu R$ 1,6 bilhão no 4T 24, com margem bruta de 23,8%, 0,8 p.p. maior que no 4T 23, como resultado de melhores negociações com fornecedores e menores perdas operacionais.

SG&A somaram R$ 1,3 bilhão, uma queda de -6,4% a/a. Como % das vendas líquidas, o SG&A foi de 20,6% no 4T 24, levemente maior a/a (+ 0,3 p.p.) dado que 2023 foi impactado pela reversão da provisão do pagamento de bônus aos funcionários.

EBITDA Aj. atingiu R$ 220 milhões, crescendo 10,5% a/a e representando uma margem de 3,4%, expansão de +0,5 p.p. vs. 4T 23.

Resultados 2024 demonstraram uma combinação de aceleração do crescimento LfL, especialmente a partir do 2T 24, e melhora da rentabilidade, refletindo os ajustes feitos em nossa estratégia do Varejo este ano: (i) ajuste de sortimento e preço para aumentar a competitividade do formato, (ii) revisão do portfólio, (iii) controle de custos e (iv) ganhos de eficiência. Juntas as iniciativas resultaram em crescimento LfL de 3,4% no ano (3,2% incl. gasolina), redução de SG&A de 14,2% vs. 2023 (-1,3 p.p. como % das vendas líquidas) e crescimento de 9,7% no EBITDA aj., atingindo R$ 694 milhões, com margem de 2,8%, + 0,5 p.p. acima de 2023.

Em R$ milhões	Varejo					
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	7.274	7.875	-7,6%	27.237	30.063	-9,4%
Vendas líquidas	**6.521**	**7.060**	**-7,6%**	**24.598**	**26.949**	**-8,7%**
Receitas totais	6.775	7.300	-7,2%	25.358	27.790	-8,8%
Lucro bruto	**1.550**	**1.621**	**-4,4%**	**5.662**	**6.422**	**-11,8%**
Margem bruta	*23,8%*	*23,0%*	*0,8 p.p.*	*23,0%*	*23,8%*	*-0,8 p.p.*
Despesas SG&A	**(1.344)**	**(1.436)**	**-6,4%**	**(5.025)**	**(5.857)**	**-14,2%**
SG&A de vendas líquidas	*20,6%*	*20,3%*	*0,3 p.p.*	*20,4%*	*21,7%*	*-1,3 p.p.*
EBITDA ajustado	**220**	**200**	**10,5%**	**694**	**633**	**9,7%**
Margem EBITDA aj.	*3,4%*	*2,8%*	*0,6 p.p.*	*2,8%*	*2,3%*	*0,5 p.p.*

sam's club

(Clube – 7% das vendas)

Vendas no 4T 24 atingiram R$ 2,3 bilhões, +13,9% vs. 4T 23, combinando expansão (+7 lojas vs. 4T 23) e crescimento LfL de +2,1% a/a. Os esforços para expansão da base ativa de sócios, em vigor desde 2S 22, resultaram em aumento de 14,1% a/a no número de clientes ativos em dez-24. Produtos marca própria ganharam relevância em penetração de vendas no trimestre, com crescimento de + 3,8 p.p. a/a, alcançando 25,0% das vendas. Vendas via canal digital somaram 5,5% do total de vendas, aumento de 0,6 p.p. na penetração a/a.

Expansão: no 4T 24 não tivemos aberturas de novas lojas do Sam's Club dado que completamos o plano de abertura do ano no 3T24. Ao final de dezembro, operávamos 58 lojas Sam's Club, adicionando 7 lojas no ano.

Lucro bruto atingiu R$ 396 milhões no 4T 24, com margem bruta de 20,1%, uma queda de 1,7 p.p. vs. 4T 23, explicada pela forte campanha de Black Friday e nossos esforços promocionais nas lojas abertas recentemente.

SG&A somaram R$ 312 milhões, +16,2% a/a, em grande parte explicado pelo efeito diluitivo da maturação de novas lojas. Como % das vendas líquidas, o SG&A foi 15,9% no 4T 24, 0,5 p.p. maior a/a, dado que novas lojas tiveram maior participação na área de vendas no ano.

EBITDA Aj. somou R$ 84 milhões, com margem EBITDA em 4,3%.

Resultado 2024 refletiu os investimentos que fizemos na expansão de Clubes, base de sócios e melhoria da experiência do cliente, tanto online como na loja. As vendas brutas foram de R$ 7,3 bilhões em 2024, + 16,8% a/a, com EBITDA Aj. no ano de R$ 238 milhões e 3,7% de margem.

Em R$ milhões	Sam's Club					
	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	2.256	1.980	13,9%	7.337	6.284	16,8%
Vendas líquidas	**1.966**	**1.744**	**12,7%**	**6.450**	**5.526**	**16,7%**
Receitas totais	2.001	1.770	13,1%	6.595	5.583	18,1%
Lucro bruto	**396**	**381**	**3,9%**	**1.347**	**1.136**	**18,6%**
Margem bruta	*20,1%*	*21,8%*	*-1,7 p.p.*	*20,9%*	*20,5%*	*0,3 p.p.*
Despesas SG&A	**(312)**	**(269)**	**16,2%**	**(1.112)**	**(860)**	**29,4%**
SG&A de vendas líquidas	*15,9%*	*15,4%*	*0,5 p.p.*	*17,2%*	*15,6%*	*1,6 p.p.*
EBITDA ajustado	**84**	**113**	**-25,3%**	**238**	**276**	**-13,8%**
Margem EBITDA aj.	*4,3%*	*6,5%*	*-2,2 p.p.*	*3,7%*	*5,0%*	*-1,3 p.p.*

Carrefour banco

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Faturamento cartão Carrefour	10.858	9.897	9,7%	38.858	35.912	8,2%
Faturamento cartão Atacadão	7.319	6.018	21,6%	25.972	21.776	19,3%
Faturamento cartão Sam's Club	706	427	65,5%	2.181	1.125	93,8%
Outros produtos[1]	453	360	25,8%	1.818	1.345	35,1%
Faturamento Total	**19.337**	**16.702**	**15,8%**	**68.829**	**60.158**	**14,4%**
Total da carteira de crédito	28.376	24.219	17,2%	28.376	24.219	17,2%

(1) Outros produtos incluem crédito consignado, empréstimo pessoal e pagamento de contas com o cartão.

Faturamento somou R$ 19,3 bilhões no 4T 24, +15,8% a/a, devido ao crescimento de 21,6% no faturamento do cartão Atacadão e 9,7% no cartão Carrefour. O cartão Sam's Club continua maturando, e o faturamento cresceu 65,5% a/a, alcançando R$ 706 milhões no trimestre. O faturamento *on-us* cresceu 1,5% a/a no 4T 24, impactado por menos lojas de Varejo enquanto vendas *off-us* continuou forte, crescendo 19,6% a/a no trimestre. Continuamos desenvolvendo e ofertando outros produtos financeiros no Banco Carrefour, diversificando nosso portfólio de produtos, que cresceu 25,8% a/a principalmente por empréstimos pessoais. A carteira de crédito ficou em R$ 28,4 bilhões (IFRS9), +17,2% a/a, refletindo nossa habilidade de captar novos clientes em lojas recém convertidas.

Inadimplência: continuamos a ver tendências positiva nos índices de NPL, que apresentaram queda no 4T 24, tanto sequencial como anualmente. O índice *Over 30* (BACEN) atingiu 14,2% no 4T 24, -0,6 p.p. menor a/a e -0,7 p.p. menor t/t. O índice *Over 90* (BACEN) também continuou melhorando, com redução de -0,6 p.p. a/a e t/t, alcançando 11,6% no 4T 24.

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receitas da intermediação financeira	1.364	1.238	10,2%	5.215	4.793	8,8%
Carga de risco	(820)	(661)	24,1%	(3.030)	(2.701)	12,2%
Resultado bruto da intermediação financeira	**544**	**578**	**-5,9%**	**2.185**	**2.092**	**4,4%**
Despesas VG&A	(330)	(326)	1,2%	(1.295)	(1.351)	-4,1%
EBITDA ajustado	**214**	**252**	**-15,1%**	**890**	**741**	**20,1%**
Despesa com depreciação e amortização	(19)	(20)	-5,0%	(89)	(80)	11,3%
EBIT ajustado	**195**	**233**	**-15,9%**	**802**	**661**	**21,3%**
Lucro líquido (100%)	32	95	-66,3%	381	320	19,1%

Receita Operacional Líquida totalizou R$ 1,4 bilhão no 4T 24, +10,2% a/a, refletindo o crescimento do nosso portfólio de crédito, parcialmente compensado pelo efeito da nova regulamentação de teto de taxa juros (Resolução 5.112/2023). No 4T 24 100% do nosso portfólio já estava dentro da nova regulamentação de taxa de juros. Novos produtos continuaram a apresentar crescimento forte de receitas: receita com empréstimo pessoal cresceu 28% a/a, seguido por seguro +21% a/a e *interchange* +18% a/a.

Carga de Risco totalizou R$ 820 milhões no 4T 24, aumentando 24,1% vs. 4T 23, em razão do crescimento no portfólio. Outros fatores que impactaram a comparação a/a foram (i) o efeito positivo do programa Desenrola no 4T 23 e (ii) a deterioração do cenário macroeconômico no 4T 24 que aumentou o custo para empréstimos no nosso modelo de risco. Novos clientes capturados em lojas convertidas tiveram contribuição líquida positiva para a margem financeira no trimestre.

Margem financeira foi de 39,9% no 4T 24, 6,7 p.p. menor que no 4T 23, refletindo o impacto da nova regulamentação de teto de taxa de juros, que foi parcialmente compensado pela diversificação de produtos.

SG&A aumentou 1,2% a/a atingindo R$ 330 milhões no 4T 24, graças à disciplina de custos, pilar relevante para mitigar o impacto da nova regulamentação de teto de taxa de juros. Continuamos investindo na captação de clientes em lojas convertidas (R$ 49,3 milhões no 4T 24 vs. R$ 47,8 milhões no 4T 23) e crescimento do portfólio. O Banco Carrefour apresenta índice de eficiência de 28,0% (29,0% no 4T 23), referência na categoria e inferior aos maiores bancos e *fintechs* do Brasil.

EBITDA Aj. somou R$ 214 milhões no trimestre, queda de 15,1% a/a.

Lucro líquido somou R$ 32 milhões no trimestre, entregando um ROAE anualizado de 13,1%.

Resultado 2024 apresentou um crescimento de 20,1% de EBITDA e 19,1% de crescimento de lucro líquido, apesar dos desafios regulatórios decorrentes da nova regulamentação de teto de juros em vigor desde jan-24. Esses resultados refletem os esforços para mitigar o impacto da nova regulamentação, entre os quais vale destacar (i) diversificação de receitas (outros produtos cresceram 35,1% vs. 2023), (ii) controle de custos (SG&A 4,1% menor a/a) e capacidade de crescimento (carteira de crédito aumentou 17,2% a/a) mantendo uma carteira saudável (redução da inadimplência a/a ao longo de 2024).

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS (após EBITDA aj.)

Outras receitas e despesas operacionais

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ milhões de R$	2024	2023	Δ milhões de R$
Custos de reestruturação	(81)	(41)	(40)	(139)	(203)	64
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(611)	(1.202)	591	(751)	(1.408)	657
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	5	138	(133)	240	569	(329)
Outros	249	(17)	266	275	109	251
Outras receitas e despesas operacionais	(438)	(1.122)	684	(375)	(933)	558

Outras despesas operacionais somaram R$ 438 milhões no 4T 24 explicadas por:
(i) R$ 81 milhões de despesas relacionadas à custos de restruturação, principalmente pacotes de indenização, conforme simplificamos nossas operações;
(ii) R$ 611 milhões em perdas líquidas na venda de ativos, das quais:
a) R$ 410 milhões em despesas relacionadas à venda ou fechamento de supermercados como anunciado no Comunicado ao Mercado publicado em 3 de dezembro de 2024: R$ 198 milhões em despesas caixa relacionadas a (i) multas de rescisão de aluguéis (R$ 123 milhões), (ii) reforma de lojas para devolução ao locatário (R$ 47 milhões), pacotes de indenização (R$ 28 milhões) e R$ 212 milhões em despesas não caixa relacionadas à *impairment* de ativos e valor de marca;
b) R$ 197 milhões em despesas relacionadas à baixa de ativos e sistemas de lojas convertidas do segmento de Varejo para lojas Atacadão ou Sam's Club;
c) R$ 72 milhões de perda por redução ao valor recuperável do ágio do investimento na E-Wally;
d) R$ 42 milhões em despesas relacionadas a baixa de ativos de projetos em desenvolvimento no Banco Carrefour;
e) R$ 110 milhões de ganhos não caixa pela transação de *sale e leaseback*.
(iii) 5 milhões de ganho líquido relacionado a demandas judiciais; e
(iv) R$ 249 milhões de outras receitas, compostas principalmente por um ganho de R$ 258 milhões relacionado à decisão favorável sobre a não tributação de vendas pelo PIS/COFINS na Zona Franca de Manaus.
É importante notar que as linhas de outras despesas operacionais devem continuar a ser impactadas por despesas adicionais relacionadas à vendas ou fechamentos das lojas de supermercado nos próximos meses, impactando os números de 1T 25 e 2T 25, momento em que o processo deve ser finalizado.

Outras despesas operacionais de 2024 somaram R$ 375 milhões, pela continuidade da simplificação das operações, ajustes e otimização do portfólio de lojas e reversão de provisões, principalmente aquelas constituídas no contexto da aquisição de BIG.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi de R$ (623) milhões, R$ 135 milhões menor a/a. O custo da dívida permaneceu em linha a 2023, dado que a redução nas taxas no empréstimo *intercompany* compensou o aumento das despesas pelo maior custo e saldo da dívida. O custo da antecipação de recebíveis de cartão de crédito aumentou em linha com o saldo do fim do trimestre. As despesas com aluguéis caíram 4,1% a/a, pelos fechamentos e vendas de lojas do Varejo, parcialmente compensado pela nova operação de *sale e leaseback* anunciada em outubro e concluída em dezembro. As receitas financeiras cresceram 10,2% no 4T 24, pelo maior saldo médio de caixa no período. Os juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais, assim como outras despesas, geraram um ganho líquido de R$ 85 milhões, explicado por ajustes monetários positivos em créditos tributários.

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto (líquido de derivativos)	(519)	(525)	-1,1%	(2.215)	(2.191)	1,1%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(122)	(82)	48,8%	(347)	(224)	54,9%
Receita financeira	97	88	10,2%	409	349	17,2%
Custo da dívida, Líquido (c/ recebíveis descontados)	**(544)**	**(519)**	**4,8%**	**(2.153)**	**(2.066)**	**4,2%**
Despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16)	(164)	(171)	-4,1%	(647)	(650)	-0,5%
Custo da dívida, Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)	**(708)**	**(690)**	**2,6%**	**(2.800)**	**(2.716)**	**3,1%**
Juros líquidos sobre provisões, depósitos judiciais e outros	85	(68)	-225,0%	36	(162)	-122,2%
Resultado financeiro líquido	**(623)**	**(758)**	**-17,8%**	**(2.764)**	**(2.878)**	**-4,0%**

Em 2024 o resultado financeiro líquido totalizou R$ (2,8) bilhões, em linha com 2023.

Imposto de Renda

O imposto de renda e contribuição social apresentou ganho de R$ 777 milhões no 4T 24 (vs. despesa de R$ 43 milhões no 4T 23), impactado por R$ 1.006 milhões do reconhecimento de ativos tributários diferidos de perdas acumuladas do Grupo BIG e R$ 68 milhões em razão do anúncio de distribuição de JCP em dez-24. É importante mencionar que em junho, iniciamos a amortização do ágio da fusão das operações do Grupo BIG (R$ 69 milhões de impacto caixa no trimestre).
Ajustando para o impacto de itens não recorrentes (outras receitas/despesas) e impostos diferidos no contexto de amortização do ágio, o ganho tributário seria de R$ 947 milhões.

Ganho fiscal 2024 somou R$ 433 milhões, impactada por R$ 1.088 milhões relacionados ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos relacionados à perdas acumuladas pelo antigo Grupo BIG e R$ 68 milhões em razão do anúncio de distribuição de JCP.

Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

Lucro Líquido Ajustado proporciona uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado pela dedução das demais receitas e despesas operacionais (não recorrentes) e do correspondente efeito financeiro e tributário do lucro líquido. O lucro líquido ajustado do 4T 24 foi de R$ 1,8 bilhão, 3,4x maior vs. 2023. Despesas não recorrentes totalizaram R$ 438 milhões e o respectivo ajuste tributário foi de R$ 170 milhões, uma vez que parte dos ganhos incorridos nas entidades legais não apresentaram lucro antes do imposto de renda positivo no trimestre.

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro líquido, controladores	**1.163**	**(565)**	**-305,8%**	**1.753**	**(795)**	**-320,5%**
(+/-) Outras receitas (despesas)	438	1.122	-61,0%	375	933	-59,8%
(+/-) Opex integração	-	-	n.a.	-	178	-100,0%
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(1)	-	n.a.	(13)	(12)	12,7%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	170	(37)	-558,3%	267	81	227,8%
Lucro líquido ajustado, controladores	**1.770**	**520**	**240,5%**	**2.382**	**386**	**517,3%**
Margem líquida	*6,0%*	*1,9%*	*4,1 p.p.*	*2,2%*	*0,4%*	*1,8 p.p.*

(1) Retorna impostos em ganhos (despesas) não-recorrentes e impostos diferidos no contexto de amortização fiscal do ágio (Nota 17 dos Demonstrativos Financeiros)

Lucro líquido ajustado 2024 foi de R$ 2,4 milhões, equivalente a uma margem líquida de 2,2%. O resultado de 2024 foi 6,2x o resultado de 2023, em razão de uma combinação de melhor resultado operacional e normalização das despesas fiscais.

DESTAQUES DO FLUXO DE CAIXA

Capital de giro operacional

O capital de giro antes de recebíveis representou um recurso líquido de R$ 7,1 bilhões, ou 28 dias, 4 dias a menos vs. 4T 23. Os níveis de estoque no fim do trimestre foram em linha com 2023, em 49 dias. Contas a pagar no final de dezembro caíram R$ 178 milhões, ou 3 dias, à medida que balanceamos os preços das mercadorias e os prazos de pagamento com os fornecedores. As contas a receber (após a antecipação de recebíveis) totalizaram R$ 2,0 bilhões, ou 8 dias no trimestre, em linha com o 4T 23.

	4T 24		3T 24		2T 24		1T 24		4T 23	
	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias	R$ Milhões	Dias
(+) Estoques	12.292	49	13.188	54	12.413	51	14.324	62	11.728	49
(-) Fornecedores[1]	(19.394)	(78)	(13.937)	(57)	(14.124)	(58)	(17.066)	(74)	(19.216)	(81)
(=) Capital de Giro antes dos recebíveis	**(7.101)**	**(28)**	**(749)**	**(3)**	**(1.712)**	**(7)**	**(2.742)**	**(12)**	**(7.488)**	**(32)**
(+) Contas a Receber[2]	1.985	8	2.542	10	2.332	10	4.846	21	2.094	9
(=) Capital de Giro incluindo recebíveis	**(5.117)**	**(20)**	**1.793**	**7**	**621**	**3**	**2.104**	**9**	**(5.394)**	**(23)**

Índices de capital de giro acima calculados usando o CMV; (1) Fornecedores relacionados ao negócio, excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis, e líquido de desconto a receber de fornecedores; (2) Contas a receber comerciais excluindo contas a receber de imóveis e de fornecedores líquidas de dívidas de fornecedores.

Investimentos

O investimento total foi de R$ 601 milhões no 4T 24. O investimento em expansão foi R$ 176 milhões no 4T 24, reflexo de conversões e implementação de serviços e *self-checkouts* nas lojas Atacadão. O investimento em 2024 foi de R$ 2,1 bilhões, 32,8% menor que em 2023 e ligeiramente menor que o *guidance* do ano de R$2,3 - 2,6 bilhões, em razão da nossa maior eficiência na execução de investimentos.

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Expansão	176	347	-49,3%	987	2.178	-54,7%
Manutenção, TI e Outros	425	440	-3,4%	1.143	991	15,4%
Capex Total	**601**	**787**	**-23,6%**	**2.130**	**3.169**	**-32,8%**

Fluxo de caixa livre

No ano de 2024, o fluxo de caixa livre desalavancado do Grupo Carrefour Brasil somou R$ 3,7 bilhões, R$ 143 milhões menor que em 2023, impactado por investimentos em capital de giro. É válido mencionar que em 2023, o capital de giro teve um impacto de aproximadamente ~R$ 1 bilhão na monetização de ativos tributários. O fluxo de caixa de investimentos inclui saídas de R$ 2,5 bilhões em investimentos de capital e entrada de R$ 1,5 bilhão pela venda de ativos, incluindo vendas de lojas e operações de *sale-leaseback*. Em 2024 tivemos uma redução da dívida financeira líquida de R$ 502 milhões.

Em R$ milhões	UDM Dezembro 24	UDM Dezembro 23	Δ%
Fluxo de caixa bruto das operações, líquido de imposto de renda	5.812	4.739	22,6%
Variação de capital de giro[1]	(1.106)	(10)	n.m.
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	4.706	4.729	-0,5%
Caixa líquido gerado por investimentos operacionais (incluindo M&A)[2]	(1.026)	(906)	13,2%
Fluxo de caixa livre desalavancado	**3.680**	**3.823**	**-3,7%**
Adição de dívida (pagamentos)[3]	(502)	(2.237)	-77,6%
Aumentos de capital (dividendos)[4]	-	(392)	n.m.
Fluxo de caixa livre alavancado	**3.178**	**1.194**	**166,2%**

(1) Inclui saída de R$ 277 milhões de variação de capital de giro de mercadorias, saída de R$ 998 milhões de variação de outros ativos e passivos e saída (incluindo R$ 854 milhões em provisões de pagamentos e R$ 169 milhões de entrada de negócios de crédito ao consumidor; (2) em 2024 inclui R$ 2.501 milhões saídas de capex e R$ 1.475 milhões de entradas de vendas de ativos, vendas de lojas e transações de *sale-leaseback*. Em 2023 inclui R$ 3.530 milhões saídas de capex e R$ 1.734 milhões entradas de vendas de ativos, incluindo lojas remédio, *sale-leaseback* e ajuste de preço da aquisição de BIG; (3) inclui emissões (amortizações) de dívidas, despesas líquidas com juros, despesas com aluguéis; (4) inclui dividendos pagos pelo Banco Carrefour aos acionistas minoritários e dividendos e juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia.

DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida financeira bruta líquida de derivativos de cobertura foi de R$ 19,4 bilhões no final de 2024, R$ 2,9 bilhões maior que 2023, conforme aproveitamos as condições favoráveis de mercado em novembro e dezembro para captar recursos para compromissos financeiros de 2025. Como resultado, a posição de caixa ao final do ano foi R$ 3,2 bilhões maior em comparação com 2023. Os recebíveis descontados aumentaram em R$ 2,0 bilhões a/a, pelo crescimento de vendas, mudanças no mix dos meios de pagamento (maior % de vendas de cartão de crédito) e oferta de parcelamento de vendas no Atacadão (% de vendas parceladas no total em linha com os níveis do 2T 24 e 3T 24). A dívida líquida atingiu R$ 10,1 bilhões, ou R$ 15,2 bilhões incluindo aluguéis e recebíveis descontados, + R$ 2 bilhões a/a. A dívida líquida sobre EBITDA ajustado (incluindo recebíveis descontados) foi 1,6x em 2024, em linha com 2023.

Em R$ milhões	Dez. 24	Dez. 23	Δ
Empréstimos (líquidos de derivativos para cobertura)	(19.364)	(16.436)	(2.928)
Caixa e equivalentes de caixa	15.207	12.029	3.178
Títulos e valores mobiliários - Banco Carrefour	935	945	(10)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido	**(3.222)**	**(3.462)**	**240**
Recebíveis descontados	(6.896)	(4.917)	(1.979)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/recebíveis descontados)	**(10.118)**	**(8.379)**	**(1.739)**
Dívida com aluguéis (IFRS 16)	(5.102)	(4.877)	(225)
(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/aluguéis e recebíveis descontados)	**(15.220)**	**(13.256)**	**(1.964)**
(Dívida Líquida) Caixa líquido (s/recebíveis descontados e aluguéis)/EBITDA Ajustado UDM	-0,50x	-0,61x	0,12x
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados)/EBITDA Ajustado UDM	-1,56x	-1,48x	-0,08x
(Dívida Líquida) Caixa líquido (c/recebíveis descontados e aluguéis)/EBITDA Ajustado UDM	-2,35x	-2,34x	-0,00x

continua

Eufrázio

continuação

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão · sam's club · Carrefour · Carrefour banco · carrefour property

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

AVANÇOS EM ESG

O Grupo Carrefour Brasil encerrou o ano fiscal de 2024 com avanços importantes em sua agenda de ESG. A Companhia manteve o compromisso com seus três pilares estratégicos e se consolidou como referência em práticas ESG no varejo brasileiro, com conquistas relevantes. Dentre as iniciativas de 2024, destacamos:
Luta contra fome e desigualdades: doação de 6.500 toneladas de alimentos em 2024, +47 % vs. 2023.
Parceria com Ministério do Desenvolvimento Social: o GCB contratou mais de 53.000 beneficiários de programas sociais governamentais, 5,3x mais que o compromisso inicial de contratação de 10.000 beneficiários.
Escola Social do Varejo: 527 estudantes treinados por mais de 300 horas nos estados da Bahia e Pernambuco em 2024, recebendo a certificação emitida pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Ao longo dos 14 anos do projeto, mais de 12.000 jovens foram treinados pela Escola Social do Varejo.
Diversidade e Inclusão: no 4T 24 lançamos o programa "Mulheridades", com 1.000 vagas, o programa almeja empoderar mulheres e desenvolver as funcionárias do Grupo, além de contar com 6 executivas de diferentes áreas da Companhia como âncoras.
Com relação aos nossos objetivos de diversidade e inclusão para 2024, encerramos o ano com os seguintes resultados:
i) Equidade de gênero: finalizamos o ano com 32,6% de mulheres em posições de liderança (vs. meta de 36%) e 21,6% de mulheres em posições executivas (vs. meta de 25%) no Grupo Carrefour Brasil.
ii) Equidade racial: finalizamos o ano com 35,1% de pessoas negras em posições de liderança (vs. meta de 35%) e 14,4% de pessoas negras em posições executivas (vs. meta de 13%) no Grupo Carrefour Brasil.
Proteção do planeta e biodiversidade:
Mudanças climáticas e biodiversidade: avançamos em nossa estratégia de descarbonização, reduzindo as emissões em 47% nos escopos 1 e 2 no ano de 2024, 9 p.p. acima da meta do ano (redução de 38%). Além disso, pelo segundo ano consecutivo, o Grupo foi incluído na carteira do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3, que reúne empresas com boas práticas na gestão de emissões de Gases de Efeito Estufa. Além disso, conforme anunciado no Comunicado ao Mercado de 06/02/25, o Grupo foi incluído na "Lista A" do CDP (Carbon Disclosure Program) Climate Change, estando entre as empresas líderes em transparência e práticas sustentáveis eficazes, sendo o varejista de alimentos mais bem classificado no Brasil.
Luta contra desmatamento: ao final do 4T 24, 100% dos fornecedores de frigoríficos estavam em conformidade com nossa política, com monitoramento da carne realizado e cada lote enviado ao Grupo verificado duas vezes. Neste trimestre, analisamos 14.046.525,54 hectares em 13.132 fazendas. Em 2024, analisamos 24.631.945,74 hectares e 31.802 fazendas, um aumento de 5,7% em relação a 2023. Encerramos o ano com 18 frigoríficos ativos e 11 bloqueados por não atenderem aos critérios de compra do Grupo. Informações adicionais por bioma e a lista de fornecedores ativos estão disponíveis na plataforma de transparência de carne.
Produtos certificados: em 2024 vendemos R$ 1,7 bilhão de produtos certificados (que inclui produtos orgânicos, itens de pesca responsável, madeira e subprodutos de papel certificados e produtos de marca própria), ultrapassando o objetivo do ano em 146%.

REDE DE LOJAS

Atualmente operamos 1.007 lojas com área total de vendas de 3.147.355 m²

No 4T 24, abrimos 5 novas lojas Cash & Carry (1 abertura orgânica e 4 conversões do formato de Varejo) nos estados de Pernambuco (3), Rio de Janeiro (1) e Roraima (1).
Encerramos o ano de 2024 com 19 novas lojas Atacadão e 7 novas lojas Sam's Club, cumprindo o plano de expansão do ano enquanto otimizamos o portfólio de lojas de Varejo, com 191 lojas desse formato convertidas, vendidas ou fechadas.

Número de lojas	Dez. 23	Aberturas	Fechamentos	Dez. 24
Atacadão	361	19	(1)	379
Atacado de entrega	33			33
Sam's Club	51	7		58
Hipermercados	143		(31)	112
Supermercados	207		(127)	80
Lojas de conveniência	174	2	(33)	143
Drogarias	119		(20)	99
Postos de combustível	100	5	(2)	103
Grupo	**1.188**	**33**	**(214)**	**1.007**

Área de vendas (m²)	Dez. 23	Dez. 24	Δ (%)
Atacadão	1.816.249	1.875.962	3,3%
Sam's Club	288.855	321.822	11,4%
Hipermercados	919.334	753.377	-18,1%
Supermercados	234.831	121.175	-48,4%
Lojas de conveniência	29.557	28.090	-5,0%
Drogarias	7.690	6.448	-16,2%
Postos de combustível	39.449	40.482	2,6%
Área de vendas total	**3.335.965**	**3.147.355**	**-5,7%**

INFORMAÇÕES SOBRE VIDEOCONFERÊNCIA DE RESULTADOS

Streaming de Vídeo
Inglês — 10h00 – Brasília
Português — 08h00 – Nova York
19 de fevereiro de 2025 — 13h00 – Londres
(Quarta-feira) — 14h00 – Paris

INFORMAÇÕES SOBRE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Eric Alencar
Vice-Presidente de Finanças (CFO) e Diretor de Relações com Investidores (DRI)
Time RI - Telefone: +55 11 2103-5200 - E-mail: ribrasil@carrefour.com
Website: ri.grupocarrefourbrasil.com.br

ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Vendas brutas	32.796	31.085	5,5%	120.594	115.458	4,4%
Vendas líquidas	29.654	28.062	5,7%	109.311	103.912	5,2%
Outras receitas	1.643	1.552	5,9%	6.325	5.947	6,4%
Receita operacional líquida	**31.297**	**29.614**	**5,7%**	**115.636**	**109.859**	**5,3%**
Custo das mercadorias, serviços e operações financeiras	(25.561)	(23.989)	6,6%	(94.461)	(89.198)	5,9%
Lucro bruto	**5.736**	**5.625**	**2,0%**	**21.175**	**20.661**	**2,5%**
Margem bruta	19,3%	20,0%	-0,7 p.p.	19,4%	19,9%	-0,5 p.p.
Despesas de VG&A	(3.837)	(3.770)	1,8%	(14.767)	(15.091)	-2,1%
EBITDA Ajustado	**1.917**	**1.875**	**2,2%**	**6.482**	**5.654**	**14,6%**
Margem EBITDA ajustada	6,5%	6,7%	-0,2 p.p.	5,9%	5,4%	0,5 p.p.
Depreciação e amortização	(436)	(448)	-2,7%	(1.760)	(1.854)	-5,1%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2)	-100,0%	(2)	(5)	-60,0%
Outras receitas (despesas)	(438)	(1.122)	-61,0%	(375)	(870)	-56,9%
EBITDA	**1.479**	**753**	**96,4%**	**6.107**	**4.784**	**27,7%**
Margem EBITDA	5,0%	2,7%	2,3 p.p.	5,6%	4,6%	1,0 p.p.
EBIT	**1.025**	**283**	**262,2%**	**4.271**	**2.841**	**50,3%**
Despesas financeiras líquidas	(623)	(758)	-17,8%	(2.764)	(2.878)	-4,0%
Resultado antes dos impostos e contribuição social	402	(475)	-184,6%	1.507	(37)	-4.173,0%
Imposto de renda	777	(43)	-1.907,0%	433	(602)	-171,9%
Lucro líquido	**1.179**	**(518)**	**-327,6%**	**1.940**	**(639)**	**-403,6%**
Lucro líquido, controladores	**1.163**	**(565)**	**-305,8%**	**1.753**	**(795)**	**-320,5%**
Lucro líquido - Acionistas minoritários (NCI)	16	47	-66,0%	187	156	19,9%

RECONCILIAÇÃO DO EBITDA

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro líquido	**1.179**	**(518)**	**-327,6%**	**1.940**	**(639)**	**-403,6%**
Imposto de renda	777	(43)	-1.907,0%	433	(602)	-171,9%
Despesas financeiras líquidas	(623)	(758)	-17,8%	(2.764)	(2.878)	-4,0%
Depreciação e amortização	(436)	(448)	-2,7%	(1.760)	(1.854)	-5,1%
Depreciação e amortização (CMV)	(18)	(20)	-10,0%	(74)	(84)	-11,9%
Resultado de equivalência patrimonial	-	(2)	n.a.	(2)	(5)	-60,0%
EBITDA	**1.479**	**753**	**96,4%**	**6.107**	**4.784**	**27,7%**
Outras receitas (despesas)(1)	(438)	(1.122)	-61,0%	(375)	(933)	-59,8%
EBITDA Ajustado	**1.917**	**1.875**	**2,2%**	**6.482**	**5.717**	**13,4%**

(1) Para 2023, inclui R$ 64 mi em despesas com consultoria e outras não recorrentes relacionadas ao processo de integração.

ANEXO II - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - ATIVOS

Em R$ Milhões	Dez. 24	Dez. 23
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa	15.207	12.029
Títulos e valores mobiliários	1	272
Contas a receber	2.626	2.534
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	17.782	15.297
Estoques	12.582	11.728
Impostos a recuperar	1.024	1.056
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	230	138
Instrumentos financeiros derivativos	524	-
Despesas antecipadas	347	220
Outras contas a receber	512	614
Ativos mantidos para venda	365	755
Ativo Circulante	**51.210**	**44.643**
Contas a receber	7	8
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	1.007	1.005
Instrumentos financeiros derivativos	3	-
Títulos e valores mobiliários	934	673
Impostos a recuperar	4.564	4.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	138	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.749	454
Despesas antecipadas	117	141
Depósitos e bloqueios judiciais	2.914	2.882
Outras contas a receber	140	169
Estoques	-	300
Propriedade para investimentos	580	589
Investimentos	-	31
Imobilizado	30.063	30.599
Intangível e ágio	6.762	6.855
Ativo não Circulante	**48.978**	**48.123**
Ativo total	**100.188**	**92.766**

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO - PASSIVOS

Em R$ Milhões	Dez. 24	Dez. 23
Passivo		
Fornecedores	20.101	20.058
Empréstimos	11.968	11.358
Instrumentos financeiros derivativos	-	153
Passivo de arrendamento	253	259
Operação com cartão de crédito	15.576	12.300
Impostos a recolher	731	622
Imposto de renda e contribuição social	73	120
Obrigações trabalhistas	1.206	1.327
Dividendos a pagar	174	-
Receita diferida	253	266
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	-
Outras contas a pagar	936	968
Passivo Circulante	**51.271**	**47.431**
Passivos mantidos para venda	-	-
Empréstimos	7.895	4.894
Instrumentos financeiros derivativos	3	57
Passivo de arrendamento	4.849	4.618
Operações com cartão de crédito	957	1.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	737	591
Provisões	11.769	12.629
Receita diferida	30	40
Outras contas a pagar	63	102
Passivo não Circulante	**26.303**	**24.508**
Capital social	9.960	9.960
Reserva de capital	2.156	2.154
Reservas de lucros	7.193	7.394
Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários	(282)	(282)
Resultado do Período	1.753	-
Ajuste de avaliação patrimonial	28	(8)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**20.808**	**19.218**
Participação de não controladores	**1.806**	**1.609**
Total passivo e patrimônio líquido	**100.188**	**92.766**

ANEXO III

Banco Carrefour
De acordo com os padrões contábeis locais (BACEN GAAP), a metodologia de provisionamento é puramente baseada na antiguidade dos recebíveis e maiores impactos no resultado estão diretamente associados a maiores índices de inadimplência. Por outro lado, a IFRS9 implica a constituição de provisões não apenas para créditos vencidos, mas também acrescenta impactos materiais em função das perdas esperadas associadas ao risco de crédito - mesmo para créditos com pagamentos em dia. Como esse cálculo depende de muitos indicadores e expectativas, pode adicionar maior volatilidade aos resultados e impactos nos indicadores e requisitos de capital.

DRE simplificada - Metodologia BACEN

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receitas da intermediação financeira	**1.411**	**1.259**	**12,1%**	**5.376**	**4.880**	**10,2%**
Carga de risco	(829)	(684)	21,2%	(3.029)	(2.949)	2,7%
Lucro bruto	**582**	**574**	**1,4%**	**2.347**	**1.931**	**21,5%**
Despesas SG&A	(377)	(347)	8,6%	(1.459)	(1.443)	1,1%
EBITDA Ajustado	**205**	**227**	**-9,7%**	**888**	**488**	**82,0%**
Lucro Líquido (100%)	**51**	**82**	**-37,8%**	**379**	**183**	**107,1%**

Metodologia IFRS9

Em R$ milhões	4T 24	4T 23	Δ%	2024	2023	Δ%
Receitas da intermediação financeira	**1.364**	**1.237**	**10,3%**	**5.215**	**4.793**	**8,8%**
Carga de risco	(820)	(661)	24,1%	(3.030)	(2.701)	12,2%
Lucro bruto	**544**	**576**	**-5,6%**	**2.185**	**2.092**	**4,4%**
Despesas SG&A	(329)	(323)	1,9%	(1.294)	(1.351)	-4,2%
EBITDA Ajustado	**215**	**253**	**-15,0%**	**891**	**741**	**20,2%**
Lucro Líquido (100%)	**32**	**95**	**-66,3%**	**381**	**320**	**19,1%**

Análise de Carteira de Créditos Vencidos

Metodologia BACEN

Em R$ milhões	Dezembro 24		Setembro 24		Junho 24		Março 24		Dezembro 23	
Carteira Total	21.561	100,0%	19.885	100,0%	19.425	100,0%	19.066	100,0%	18.779	100,0%
Carteira em Dia	18.346	85,1%	16.770	84,3%	16.408	84,5%	16.056	84,2%	15.880	84,6%
Atraso 30 dias	3.071	14,2%	2.966	14,9%	2.868	14,8%	2.868	15,0%	2.784	14,8%
Atraso 90 dias	2.498	11,6%	2.425	12,2%	2.334	12,0%	2.262	11,9%	2.285	12,2%
Saldo de PDD	**3.378**	**15,7%**	**3.177**	**16,0%**	**3.070**	**15,8%**	**2.951**	**15,5%**	**2.977**	**15,9%**
PDD/Atraso 90 dias		**135,4%**		**131,0%**		**131,5%**		**130,5%**		**130,3%**

IFRS 9

Em R$ milhões	Dezembro 24		Setembro 24		Junho 24		Março 24		Dezembro 23	
Carteira Total	28.376	100,0%	26.428	100,0%	25.629	100,0%	24.976	100,0%	24.219	100,0%
Carteira em Dia	17.781	62,7%	16.194	61,3%	15.862	61,9%	15.480	62,0%	15.393	63,6%
Atraso 30 dias	10.152	35,8%	9.756	36,9%	9.311	36,3%	9.045	36,2%	8.450	34,9%
Atraso 90 dias	9.235	32,5%	8.867	33,6%	8.449	33,0%	8.053	32,2%	7.649	31,6%
Carteira até 360 dias										
Atraso 30 dias	3.593	16,5%	3.462	17,2%	3.348	17,0%	3.356	17,4%	3.227	17,0%
Atraso 90 dias	2.676	12,3%	2.572	12,8%	2.486	12,6%	2.365	12,3%	2.426	12,8%
Saldo de PDD	**10.022**	**35,3%**	**9.558**	**36,2%**	**9.147**	**35,7%**	**8.751**	**35,0%**	**8.244**	**34,0%**
PDD/Atraso 90 dias		**108,5%**		**107,8%**		**108,3%**		**108,7%**		**107,8%**

GLOSSÁRIO

EBITDA Ajustado: EBITDA ajustado pela linha da demonstração do resultado "outras receitas e despesas" (compreendendo perdas na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a litígios e créditos tributários recuperados relativos a períodos anteriores).
Margem EBITDA Ajustada: EBITDA ajustado dividido pelas vendas líquidas do período relevante, expresso em percentual.
Lucro Líquido Ajustado: Lucro Líquido, excluindo Outras Receitas e Despesas e o correspondente efeito financeiro e tributário.\
Faturamento Banco Carrefour: Representa o valor total referente a uma operação realizada com cartão de crédito.
EBITDA: Lucro líquido (do exercício ou do período) ajustado por "resultado financeiro, líquido", "imposto de renda e contribuição social", "resultado de equivalência patrimonial" e "depreciação e amortização". EBITDA, EBITDA Ajustado e margem EBITDA Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não devem ser consideradas como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxos de caixa operacionais ou liquidez. EBITDA, EBITDA Ajustado e margem EBITDA Ajustada não possuem significado padronizado, e nossas definições podem não ser comparáveis com aquelas utilizadas por outras empresas.
Fluxo de Caixa Livre: Caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais, mais caixa usado em alterações em depósitos judiciais e congelamento de depósitos judiciais (e opostos), menos caixa gerado na alienação de ativos não operacionais, menos caixa usado em adições ao ativo imobilizado, menos caixa utilizados em adições aos ativos intangíveis. Não inclui alienação de lojas de remédios e aquisição do Grupo BIG.
PGC: Produtos de grande circulação.
Funções Corporativas: Custos centrais em relação às nossas funções centrais e sede. Estes compreendem as atividades de (i) o custo de nossas divisões de holding, (ii) certas despesas incorridas em relação a certas funções de suporte de nossa controladora que são alocadas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas e (iii) alocações de custo de nossa controladora, que não são específicas de nenhum segmento.
GMV: "Gross Merchandise Volume" ou volume bruto de mercadorias se refere à todas as vendas online (vendas próprias + vendas do marketplace), bem como receita com frete e exclui as comissões do marketplace, porém inclui impostos sobre vendas.
Margem de lucro bruto: Lucro bruto dividido pelas vendas líquidas do período relevante, expresso em porcentagem.
Vendas brutas: Faturamento total de nossos clientes nas lojas do Grupo, postos de gasolina, drogarias e em nossa plataforma de e-commerce.
Vendas LfL: As vendas LfL comparam as vendas brutas no período relevante com as do período imediatamente anterior, com base nas vendas brutas fornecidas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas abertas e em operação por um período de pelo menos doze meses consecutivos e que não foram sujeito a encerramento ou renovação dentro desse período. Como as vendas de gasolina são muito sensíveis aos preços de mercado, elas são excluídas do cálculo LfL. Outras empresas de varejo podem calcular as vendas LfL de maneira diferente de nós e, portanto, nosso desempenho histórico e futuro de vendas LfL pode não ser comparável com outras métricas semelhantes usadas por outras empresas.
Margem de Lucro Líquido: Lucro líquido do exercício dividido pelas vendas líquidas do período relevante, expresso em percentual.
Vendas Líquidas: Vendas brutas ajustadas pelos impostos incidentes sobre as vendas (principalmente PIS/COFINS e ICMS).
Outras Receitas: Compreende a receita de nosso segmento de Soluções Financeiras (incluindo taxas de cartão bancário e juros de atividades de crédito ao consumidor), aluguéis de shopping centers e comissões relacionadas a outros serviços prestados nas lojas, caixa rápido e taxas de manuseio.

AVISO LEGAL

Este documento contém tanto informações históricas quanto declarações prospectivas acerca das perspectivas dos negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros da Companhia. Essas declarações prospectivas são baseadas nas visões e premissas atuais da Administração da Companhia. Tais declarações não são garantia de resultados ou desempenhos futuros. Os resultados e os desempenhos efetivos podem diferir substancialmente das declarações prospectivas, devido a um grande número de riscos e incertezas, incluindo, mas não limitado aos riscos descritos nos documentos de divulgação arquivados na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, em especial no Formulário de Referência. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar no futuro qualquer declaração prospectiva.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.295	7.291	15.207	12.029
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1	272
Contas a receber	7	2.800	2.464	2.626	2.534
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	17.782	15.297
Estoques	9	4.484	6.651	12.582	11.728
Impostos a recuperar	10	290	295	1.024	1.056
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		58	-	230	138
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	499	-	524	-
Despesas antecipadas		31	15	347	220
Outras contas a receber		1.248	157	512	614
		17.705	16.873	50.845	43.888
Ativos mantidos para venda		-	-	365	755
		17.705	16.873	51.210	44.643
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	7	8
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	1.007	1.005
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	3	-	3	-
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	934	673
Impostos a recuperar	10	1.711	1.489	4.564	4.278
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		101	94	138	139
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	1.749	454
Despesas antecipadas		49	60	117	141
Depósitos e bloqueios judiciais	11	93	155	2.814	2.882
Outras contas a receber		235	21	140	169
		2.192	1.819	11.573	9.749
Estoques	9	-	-	-	300
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	580	589
Investimentos	12	17.605	16.488	-	31
Imobilizado	13.2	12.283	15.285	30.063	30.599
Intangível	14	5.495	1.477	6.762	6.855
		37.575	35.069	48.978	48.123
Total do ativo		55.280	51.942	100.188	92.766

Passivo	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	16	7.506	10.015	16.839	16.197
Fornecedores - Convênios	16	1.398	2.249	3.262	3.861
Empréstimos	28.3	11.968	11.358	11.968	11.358
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	-	127	-	153
Passivo de arrendamento	15	56	47	253	259
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	15.576	12.300
Impostos a recolher		170	216	731	622
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	62	73	120
Obrigações trabalhistas	32.2	337	522	1.206	1.327
Dividendos a pagar		174	-	174	-
Receita diferida	19	33	31	253	266
Outras contas a pagar		1.745	727	936	968
		23.387	25.354	51.271	47.431
Não circulante					
Empréstimos	28.3	7.895	4.894	7.895	4.894
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	3	57	3	57
Passivo de arrendamento	15	1.304	1.456	4.849	4.618
Operações de cartão de crédito	8.2	-	-	957	1.577
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.2	598	456	737	591
Provisão para perda com investimentos em controladas	12	880	-	-	-
Provisões	18.1	223	290	11.769	12.629
Receita diferida	19	177	208	30	40
Outras contas a pagar		5	9	63	102
		11.085	7.370	26.303	24.508
Patrimônio líquido					
Capital social	20.2.1	9.960	9.960	9.960	9.960
Reserva de capital	20.2.2	2.156	2.154	2.156	2.154
Reservas de lucros	20.2.4	8.946	7.394	8.946	7.394
Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	20.2.3	(282)	(282)	(282)	(282)
Ajustes de avaliação patrimonial	20.2.5	28	(8)	28	(8)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		20.808	19.218	20.808	19.218
Participação de não controladores	20.5	-	-	1.806	1.609
		20.808	19.218	22.614	20.827
Total do passivo e do patrimônio líquido		55.280	51.942	100.188	92.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Vendas líquidas	22.1	59.094	67.109	109.311	103.912
Outras receitas	22.2	382	251	6.325	5.947
Receita operacional líquida	22	59.476	67.360	115.636	109.859
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	23	(51.632)	(57.184)	(94.461)	(89.198)
Lucro bruto		7.844	10.176	21.175	20.661
Receitas (despesas)					
Vendas, gerais e administrativas	24	(4.462)	(5.807)	(14.767)	(15.091)
Depreciação e amortização	24	(574)	(667)	(1.760)	(1.854)
Resultado de equivalência patrimonial	12	915	(2.036)	(2)	(5)
Outras receitas (despesas)	25	293	(17)	(375)	(670)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		4.016	1.649	4.271	2.841
Receitas financeiras		1.460	1.273	1.938	1.623
Despesas financeiras		(3.443)	(3.281)	(4.702)	(4.501)
Resultado financeiro	26	(1.983)	(2.008)	(2.764)	(2.878)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		2.033	(359)	1.507	(37)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	17.1	(133)	(330)	(714)	(497)
Diferido	17.1	(147)	(106)	1.147	(105)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		1.753	(795)	1.940	(639)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				1.753	(795)
Acionistas não controladores	20.5			187	156
Lucro (prejuízo) líquido por ação básico e diluído (R$)	21	0,83	(0,38)	0,83	(0,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.753	(795)	1.940	(639)
Outros resultados abrangentes – líquidos dos efeitos de impostos:	36	(2)	36	(2)
Outros resultados abrangentes reclassificáveis para o resultado dos períodos subsequentes				
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos designados como hedge accounting	(14)	6	7	(1)
Ganhos e (perdas) com instrumentos financeiros derivativos usados para hedge de fluxo de caixa em controladas	21	(7)	-	-
Ganhos e (perdas) atuariais benefícios a empregados, líquido de imposto	24	(3)	24	(1)
Ganhos e (perdas) atuariais benefícios a empregados em controladas, líquido de imposto	5	2	5	-
Total dos resultados abrangentes	1.789	(797)	1.976	(641)
Atribuível ao:				
Acionistas controladores			1.789	(797)
Acionistas não controladores	-	-	187	156
Total dos resultados abrangentes	1.789	(797)	1.976	(641)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Nota	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.033	(359)	1.507	(37)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	24	590	680	1.834	1.938
Juros sobre empréstimos e venda de recebíveis	26	2.013	1.676	2.292	1.891
Variação cambial sobre empréstimos e importações	26	852	(433)	922	(433)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	26	151	170	647	650
(Ganhos) e perdas com instrumentos financeiros derivativos, incluindo juros	26	(627)	976	(652)	993
Provisão para *impairment* de ativos imobilizados		137	-	(138)	667
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		(123)	73	538	130
Resultado na venda das lojas remédios		-	-	-	9
Ajuste a valor presente		28	(89)	28	(89)
(Ganhos) e perdas relativas a demandas judiciais líquidas	25	(24)	(31)	(240)	(569)
Resultado da equivalência patrimonial	12	(915)	2.036	2	5
Despesa com plano de pagamento baseado em ações		22	16	24	17
Fluxo de caixa antes de variações de ativos e passivos operacionais		4.137	4.715	6.784	5.172
Variação do capital de giro	27	(1.888)	361	(1.275)	897
Variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	27	-	-	169	(907)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(301)	(170)	(952)	(433)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		1.950	4.906	4.706	4.729
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Adição de ativos intangíveis	14.2	(23)	(40)	(227)	(320)
Adição de ativos imobilizados e propriedade para investimento	13	(619)	(1.364)	(1.912)	(2.891)
Aquisição Grupo BIG		-	891	-	891
Fornecedores de ativos imobilizados e intangíveis		(151)	(284)	(362)	(320)
Aumento de capital em controlada e aquisição de controlada em conjunto	12	(1.400)	(3.355)	31	-
Dividendos recebidos		60	800	-	-
Caixa relacionado à alienação de ativo imobilizado		697	525	1.444	1.734
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(1.436)	(2.827)	(1.026)	(906)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	42	-	42
Captação de empréstimos	28.4	5.500	8.931	5.500	8.931
Amortização de empréstimos	28.4	(2.734)	(6.760)	(2.734)	(6.863)
Juros pagos	28.4	(2.030)	(1.517)	(2.309)	(1.732)
Instrumentos financeiros derivativos liquidados		(56)	(1.286)	(56)	(1.300)
Fundo de investimento em direitos creditórios	28.4	-	-	-	(367)
Amortização de principal – Contratos de arrendamento	28.4	(39)	(34)	(256)	(256)
Amortização de juros – Contratos de arrendamento	28.4	(151)	(170)	(647)	(650)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		-	(311)	-	(434)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		490	(1.105)	(562)	(2.629)
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.004	974	3.178	1.194
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	7.291	6.317	12.029	10.835
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5	8.295	7.291	15.207	12.029
Variação do caixa e equivalentes de caixa		1.004	974	3.178	1.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Valores Adicionados
em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhões de Reais)

	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	66.059	74.340	127.469	121.813
Outras receitas	54	141	422	114
(Constituição) e reversão de provisão de perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(23)	(26)	(13)	(33)
	66.090	74.455	127.878	121.894
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(55.805)	(62.959)	(99.180)	(95.063)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.988)	(2.629)	(8.090)	(7.785)
Recuperação (perda) de valores ativos	20	(12)	(328)	(831)
	(57.773)	(65.600)	(107.598)	(103.679)
Valor adicionado bruto	8.317	8.855	20.280	18.215
Depreciação e amortização				
Depreciação e amortização	(590)	(680)	(1.834)	(1.938)
Valor adicionado líquido produzido	7.727	8.175	18.446	16.277
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	915	(2.036)	(2)	(5)
Receitas financeiras	1.460	1.273	1.938	1.623
Valor adicionado total a distribuir	10.102	7.412	20.382	17.895
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(1.765)	(2.321)	(4.714)	(4.505)
Benefícios	(234)	(288)	(762)	(842)
F.G.T.S.	(86)	(146)	(254)	(291)
	(2.085)	(2.755)	(5.730)	(5.638)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(1.037)	(1.329)	(3.545)	(4.461)
Estaduais	(1.671)	(696)	(3.924)	(3.030)
Municipais	(80)	(108)	(392)	(375)
	(2.788)	(2.133)	(7.861)	(7.866)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	(2.568)	(3.267)	(3.562)	(4.144)
Aluguéis	(56)	(52)	(147)	(114)
Royalties	-	-	(51)	(44)
Outras	(852)	-	(1.091)	(328)
	(3.476)	(3.319)	(4.851)	(4.630)
Remuneração de capital próprio				
Dividendos	(201)	(179)	(201)	(179)
(Lucro) prejuízo líquido atribuído aos acionistas controladores	(1.552)	974	(1.552)	974
Participação de não controladores nos lucros retidos	-	-	(187)	(156)
	(1.753)	795	(1.940)	639
Valor adicionado total distribuído	(10.102)	(7.412)	(20.382)	(17.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2023 (Em milhões de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2023		9.918	2.140	627	7.061	812	(282)	-	(6)	20.270	1.502	21.772
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(795)	-	(795)	156	(639)
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Total resultados abrangentes do período		-	-	-	-	-	-	(795)	(2)	(797)	156	(641)
Emissão de ações ordinárias	20.2.1	42	-	-	-	-	-	-	-	42	-	42
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.2	-	14	-	-	-	-	-	-	14	-	14
Dividendos adicionais sobre o lucro de 2022	20.4	-	-	-	(132)	-	-	-	-	(132)	(49)	(181)
Destinação do lucro do exercício:												
Antecipação de dividendos adicionais	20.4	-	-	-	(179)	-	-	-	-	(179)	-	(179)
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	(357)	357	-	-	-	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício	20.2.4	-	-	-	(795)	-	-	795	-	-	-	-
Total de transações de capital com acionistas		42	14	-	(1.463)	357	-	795	-	(255)	(49)	(304)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		9.960	2.154	627	5.598	1.169	(282)	-	(8)	19.218	1.609	20.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (Em milhões de Reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Efeito líquido na aquisição de participação de minoritários	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2024		9.960	2.154	627	5.598	1.169	(282)	-	(8)	19.218	1.609	20.827
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.753	-	1.753	187	1.940
Outros resultados abrangentes do período		-	-	-	-	-	-	-	36	36	-	36
Total resultados abrangentes do período		-	-	-	-	-	-	1.753	36	1.789	187	1.976
Efeito de plano de opções, liquidável em ações	20.2.2	-	2	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Aquisição Cotabest (49%)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Destinação do lucro do exercício:												
Reserva legal	20.2.4	-	-	88	-	-	-	(88)	-	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.4	-	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Antecipação dividendos	20.4	-	-	-	(200)	-	-	-	-	(200)	-	(200)
Transferência para retenção de lucros	20.2.4	-	-	-	1.664	-	-	(1.664)	-	-	-	-
Total de transações de capital com acionistas		-	2	88	1.464	-	-	(1.753)	-	(199)	10	(189)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		9.960	2.156	715	7.062	1.169	(282)	-	28	20.808	1.806	22.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua

Eufrázio

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Nota 1: Operações

Atacadão S.A. ("Atacadão" ou a "Companhia"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo Carrefour Brasil", "Grupo" ou "Nós") atua no comércio varejista e atacadista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletrônicos e outros produtos por meio de sua cadeia de lojas de atacado de autosserviços e atacado de entrega, hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, postos de gasolina, farmácias e e-commerce, principalmente sob os nomes comerciais "Atacadão", "Carrefour" e "Sam's Club". Para dar suporte ao seu núcleo varejista, o Grupo também oferece serviços bancários aos clientes, sob o nome comercial "Banco CSF", empresa supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco Carrefour Soluções Financeiras ("Banco CSF") oferece aos seus clientes cartões de crédito "Carrefour", "Sam's Club" e "Atacadão" que podem ser utilizados nas lojas do Grupo Carrefour Brasil e em outros lugares, empréstimos ao consumidor e outros produtos, como apólices de seguro. O Grupo Carrefour Brasil é uma sociedade anônima com matriz na Avenida Tucunaré, 125, cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo - B3, sob o código "CRFB3".
A controladora final da Companhia é a Carrefour S.A., empresa francesa listada na Bolsa de Valores de Paris.

Nota 2: Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Individuais Consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2025.
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023 compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e a participação do Grupo nos lucros ou prejuízos e nos ativos líquidos das controladas em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhão mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
Os conselheiros têm, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que o Grupo possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, o Grupo aplicou a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na perspectiva de que a Companhia manterá suas operações de forma consistente, presumindo que possa cumprir suas obrigações no decorrer das atividades habituais. Apesar dos desafios econômicos e da redução no consumo no setor alimentar, a empresa implementou ações para preservar a lucratividade, como negociações com fornecedores e medidas de eficiência, assegurando assim a estabilidade dos resultados financeiros. A integração contínua do Grupo BIG é uma prioridade, e dada a importância estratégica da entidade no grupo, a administração mantém uma expectativa realista de recursos suficientes para manutenção das operações.

Nota 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRSs"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").
Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
As IFRSs compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRIC) e do Comitê Permanente de Interpretações (SIC).

Nota 2.2. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e premissas da Administração que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Além da utilização de estimativas, a Administração do Grupo é obrigada a exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado. As principais estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas informações contábeis individuais e consolidadas dizem respeito a:
- Nota 9 - as principais premissas subjacentes ao valor realizável líquido dos estoques;
- Nota 10 - provisão para redução ao valor recuperável do ICMS e Substituição Tributária do ICMS (ICMS ST);
- Notas 13.2, 14.1, 14.2 e 14.3 - valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizados;
- Nota 15 - operações de arrendamento mercantil;
- Nota 17 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais;
- Nota 18 - mensuração de provisões para contingências e outras provisões relacionadas aos negócios, as principais premissas sobre a probabilidade e escala de qualquer saída de recursos; e
- Nota 28.7 - provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro.

Nota 2.3. Métodos de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos, instrumentos financeiros derivativos e mais valia de ativos e passivos).
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Baseado na hierarquia definida pela IFRS 13/CPC 46 - Instrumentos financeiros, o valor justo pode ser mensurado usando os seguintes critérios:
- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta (por exemplo, preços) ou indiretamente (por exemplo, dados baseados nos preços), exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- Nível 3: informações para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Nota 2.4. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

O Grupo elaborou demonstrações dos valores adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

Nota 2.5. Normas, alterações e interpretações de normas

O Grupo avaliou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado.
- Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants: As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um covenant com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os covenants (incluindo a natureza dos covenants e quando a entidade deve cumpri-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os covenants.
- Alteração à IFRS 16 - Arrendamentos (CPC 06 (R2) - As alterações à IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de "sale and leaseback" que satisfazem as exigências da IFRS 15 para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido por ele, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança nos termos do arrendamento) aplicando as exigências gerais da IFRS 16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um "leaseback" que inclua pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com a IAS 8 a transações de "sale and leaseback" celebradas após a data de aplicação inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS 16 pela primeira vez.
Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores:
- Os termos e as condições dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos
- O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento
- As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores
- Informações sobre o risco de liquidez
- Alteração à do CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), foram avaliadas e não produziram efeitos relevantes nas informações contábeis intermediárias divulgadas, adicionalmente a Companhia não adotou antecipadamente as IFRS emitidas e ainda não vigentes.
No exercício corrente, o Grupo também avaliou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que são obrigatoriamente válidas para o período contábil que se inicia em 1º de janeiro de 2025 ou posteriormente. A administração continua avaliando os impactos até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.
- Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - (CPC 02 R(2)) - As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se o Grupo conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada.
- Adoção da IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)), transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 (CPC 23) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 (CPC03R2)) - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 (CPC 41) - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: (i) apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado (ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras e (iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.
- Adoção da IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A entidade pode apenas aplicar a IFRS 19 se, no final do período de relatório: (i) for uma subsidiária (isso inclui uma controladora intermediária) (ii) não tiver responsabilidade pública, e (iii) sua controladora final ou qualquer controladora intermediária prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

Nota 3: Eventos Significativos do Período

Nota 3.1. Incorporação do Grupo Big Brasil S.A.

Na data de 04 junho de 2024, o Grupo Big Brasil S.A.foi incorporado pelo Atacadão S.A, tendo como principais objetivos decorrentes dessa incorporação as seguintes justificativas:
- Racionalização das linhas de negócio
- Otimização da estrutura de capital
- Maior eficiência operacional e simplificação da estrutura societária
As Companhias envolvidas fazem parte do mesmo grupo societário e possuem características afins, dessa forma a incorporação, justifica-se por beneficiar e otimizar a ordem estrutural, administrativa, econômica e financeira das Companhias e do Grupo. A incorporação visa a extinção da incorporada e sucessão de todos os seus direitos e obrigações pela incorporadora. O valor do capital social da incorporadora permaneceu inalterado, tendo em vista que a incorporação do acervo líquido não resultou em aumento de capital, tampouco a emissão de novas ações.
O critério de avaliação do patrimônio líquido da incorporada, para fins de incorporação, foi o valor contábil de seus ativos e passivos, com base no balanço patrimonial encerrado em 31 de janeiro de 2024, conforme Laudo de Incorporação aprovado conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de junho de 2024.
O acervo líquido incorporado na data base de 31 de janeiro de 2024, avaliado por empresa independente especializada, totalizou R$ 4.917 milhões.
As variações patrimoniais da incorporada posteriores a 31 de janeiro de 2024, foram escrituradas nos livros contábeis da incorporadora, refletindo dessa forma o impacto dessas variações no balanço patrimonial da incorporadora.
O acervo líquido incorporado na data base de 31 de janeiro de 2024, têm a seguinte composição:

	31/01/2024
Ativos circulantes	225
Ativos não circulantes	4.710
Passivos circulantes	(18)
Acervo líquido	**4.917**
Ágio - Grupo Big Brasil S.A.	4.031

Como consequência da incorporação, o ágio reconhecido na aquisição do Grupo Big Brasil S.A. em 06 de junho de 2022 no valor de R$ 4.031 milhões, foi reclassificado para a rubrica de Intangível, na subclassificação Ágio.

Nota 3.2. Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul

No início do mês de maio de 2024, o Estado do Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas cujas consequências resultaram principalmente na perda de vidas, danos a lares e propriedades, transtornos na rede viária, elétrica e de fornecimento de água, bem como inundações devido à elevação no nível de importantes rios do estado.
No que tange ao funcionamento operacional, mesmo diante deste cenário climático adverso, o Grupo manteve-se operacional, mesmo que utilizando outros centros de distribuição para abastecimento.
O Grupo operava 98 lojas no estado do Rio Grande do Sul em 01 de maio de 2024, incluindo 30 lojas Atacadão, 11 hipermercados e 3 Sam's Clubs, que coletivamente representavam aproximadamente 6% das vendas do Grupo. Das nossas 44 lojas de grande formato, 8 foram severamente afetadas pelas enchentes na região (aproximadamente 1% das vendas), todas com seguro de ativos e lucros cessantes.
Em 30 de junho de 2024 o Grupo reconheceu uma perda de estoques e ativo imobilizado de R$ 114 milhões em contrapartida do reembolso das seguradoras no montante de R$ 110 milhões, ambos registrados em custos dos produtos vendidos e outras receitas (despesas). Até 31 de dezembro de 2024 todas as lojas atingidas foram reabertas.
Os prejuízos sofridos nas lojas (Atacadão, Hiper, Postos, Drogaria, Centro de Distribuição, Super e Todo dia) por danos materiais em estoques e edificações e benfeitorias, bem como lucros cessantes em decorrência do fechamento temporário das operações foram substancialmente cobertos pela apólice de seguros do Grupo.

Nota 3.3. Operação de retroarrendamento - "Sale-Leaseback"

Em linha com a estratégia do Grupo de maximizar a eficiência operacional e financeira baseada na revisão contínua de seus ativos imobiliários, na data de 22 de outubro de 2024 o Grupo assinou um contrato de venda de Imóveis com Fundo de Investimento Imobiliário Guardian Real Estate (GARE11), fundo gerido pela Guardian Gestora Ltda., relativo à venda de 15 (quinze) imóveis próprios onde estão localizadas lojas operadas pela Companhia ou suas afiliadas sob a bandeira "Atacadão", no valor total de R$ 725 milhões. O Grupo celebrou contratos de locação na modalidade de retroarrendamento com prazo inicial de 13 (treze) anos, renováveis por períodos adicionais de 5 (cinco) anos.
As transações de retroarrendamento são analisadas dentro do escopo do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, equivalente ao IFRS 15, com objetivo de verificar se a obrigação de desempenho foi satisfeita, e, portanto, contabilizar a venda do bem. Atendidos os requerimentos, o Grupo mensura o ativo de direito de uso resultante da transação de retroarrendamento proporcionalmente ao valor contábil anterior do ativo referente ao direito de uso retido pela Companhia. Consequentemente, são reconhecidos apenas os valores de qualquer ganho ou perda referente aos direitos transferidos ao comprador.
Em decorrência da transação de retroarrendamento o Grupo reconheceu, respectivamente, um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de R$ 333 milhões nas datas de assinaturas das escrituras. As Demonstrações dos Fluxos de Caixa da Controladora e do Consolidado foram impactadas no montante de R$ 696 milhões no grupo de fluxos de caixa gerados pelas atividades de investimentos. O valor restante, R$ 29 milhões, que totalizam os R$ 725 milhões será recebido quando do registro formal da escritura pública junto aos órgãos competentes.

Nota 3.4. Aprovação de pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP")

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia pelo valor bruto de R$ 200 milhões relativos ao exercício fiscal de 2024, equivalentes ao valor de R$ 0,094829124 por ação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 23 de dezembro de 2024, sendo que a partir de 24 de dezembro de 2024 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio. O pagamento será realizado em uma única parcela, no dia 8 de janeiro de 2025, na proporção da participação de cada acionista com retenção do Imposto de Renda na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes ou isento. Desta forma, em 31 de dezembro de 2024, a Controladora e Consolidado registraram os valores de R$ 174 milhões na rúbrica "dividendos a pagar". Os efeitos nos fluxos de caixa ocorrerão quando do pagamento efetivo em janeiro de 2025.

Nota 3.5. Projetos de reorganização operacional e societária

Em continuidade à iniciativa de melhorias contínuas, a consolidação progressiva das atividades do Grupo representa um passo adiante desse processo, com ganhos adicionais de sinergia. A consolidação das atividades, que envolve, inclusive, mudanças societárias, ocorreu ao longo de 2024, através de 2 projetos.
- Simplificação societária com a redução da estrutura de empresas e a segregação de negócios por entidades legais (Varejo e Atacado), permitindo que o Grupo aloque seus recursos de forma mais racional e focada nas principais características de cada segmento. Uma das iniciativas realizada foi a incorporação do Grupo BIG ocorrida em 4 de junho de 2024, como descrito na Nota 3.1.
- Consolidação do Segmento de Atacado entre duas entidades legais já existentes, Controladora Atacadão S.A. e WMS ("WMS Supermercados do Brasil Ltda."). A Consolidação dos segmento Atacadista garantiu maior eficiência e resultados operacionais comparativos.
Como consequência destas iniciativas, em 31 de dezembro de 2024, o Grupo reconheceu imposto de renda ativo sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, respectivamente no valor de R$ 1.088 milhões nas rubricas de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" no Consolidado, com base em histórico de rentabilidade do segmento de lojas do Atacadão e na projeção de lucros tributários futuros. Vide Nota 17.2.

Nota 4: Base de Consolidação

Políticas contábeis
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (data em que o Grupo adquire controle) até à data em que o Grupo deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação do Grupo em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.
(i) Controladas
Uma controlada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce o controle, direta ou indiretamente. Uma entidade é controlada quando o Grupo é exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre a entidade. O Grupo considera todos os fatos e circunstâncias ao avaliar se controla uma subsidiária, tais como direitos resultantes de acordos contratuais ou potenciais direitos de voto substanciais detidos pelo Grupo.
Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data de aquisição do controle. Os resultados das controladas vendidas durante o exercício ou que o Grupo deixa de controlar estão incluídos até a data em que o controle cessar.
(ii) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint-ventures)
As entidades nas quais o Grupo exerce uma influência significativa (coligadas) e as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle conjunto e que correspondem à definição de empreendimento controlado em conjunto são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, conforme explicado na Nota 12 "Investimentos".
Influência significativa é o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Em 31 de dezembro 2024 e 2023 o Grupo não possuía participação em coligadas.
Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que partilham o controle.
Combinações de negócios
As combinações de negócios, definidas como transações em que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio, são contabilizadas pelo método de aquisição. As combinações de negócios realizadas desde 1º de janeiro de 2010 são mensuradas e reconhecidas conforme descrito abaixo, de acordo com o CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinações de Negócios:
- Na data de aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos e mensurados pelo valor justo.
- O ágio corresponde ao excesso da (i) soma da contraprestação transferida (ou seja, o preço de aquisição) e o valor de qualquer participação da não controladora sobre a adquirida, sobre (ii) o valor líquido dos valores na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. É registrado diretamente no balanço patrimonial da adquirida, e é subsequentemente testado para eventual redução ao seu valor recuperável (impairment) ao nível do Grupo de Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") que corresponde à informação por segmento a que a adquirida pertence, pelo método descrito na Nota 14.3. Qualquer ganho proveniente de compra vantajosa (ou seja, deságio) é reconhecido diretamente no resultado.
- Para as combinações de negócios em uma base inferior a 100%, os componentes na data de aquisição das participações dos não controladores na adquirida (ou seja, participação destas não controladoras na parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida) são mensurados pelo:
- Valor justo, de forma que parte do ágio reconhecido no momento da combinação de negócios seja alocado à participação de não controladores (método de "ágio integral"), ou
- a parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, de modo que apenas o ágio atribuível ao Grupo seja reconhecido (método "ágio parcial").
O método utilizado é determinado numa base de transação a transação.
O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.
- Os montantes provisionados reconhecidos para uma combinação de negócios podem ser ajustados durante um período de mensuração que termina logo que o Grupo receba as informações que procurava sobre os fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição ou saiba que não é possível obter mais informação ou o mais tardar 12 meses a partir da data de aquisição. Ajustes durante o período de mensuração do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, ou contraprestação transferida, são compensados por um ajuste correspondente ao ágio, desde que resulte de fatos e circunstâncias que existam à data de aquisição. Quaisquer ajustes identificados após o final do período de mensuração são reconhecidos diretamente no resultado.
- Para uma combinação de negócios realizada em estágios (aquisição por etapas), quando o controle é adquirido, a participação de capital anteriormente mantida é reavaliada pelo valor justo por meio do resultado. No caso de redução da participação societária do Grupo, resultando em perda de controle, as participações remanescentes são também mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Os custos de transação são registrados diretamente como uma despesa operacional no período em que são incorridos.
Alterações na participação que não resultem em mudança de controle
Qualquer alteração na participação do Grupo numa controlada após uma combinação de negócios que não resulte no controle adquirido ou perdido é qualificada como uma transação com os proprietários na sua qualidade de proprietários e registrada diretamente no patrimônio líquido, na conta contábil "Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários", de acordo com o CPC 36 (R3) (IFRS 10) - Demonstrações Financeiras Consolidadas. O correspondente fluxo de caixa, entrada ou saída de caixa é apresentado na demonstração consolidada dos fluxos de caixa nas atividades de financiamento.
Conversão de operações em moeda estrangeira
As transações efetuadas por entidades do Grupo numa moeda diferente da sua moeda funcional são inicialmente convertidas à taxa de câmbio na data da transação.
Em cada período, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento do período e o ganho ou perda cambial resultante é registrado na demonstração de resultado.
Transações eliminadas na consolidação
As transações e saldos intragrupo e quaisquer rendimentos ou despesas não realizados decorrentes de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ganhos não realizados decorrentes de transações com controladas registradas na equivalência patrimonial são eliminados dos investimentos proporcionalmente à participação detida naquela controlada. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas apenas na medida em que não haja evidências de perda por redução ao valor recuperável.
A lista de entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	31/12/2024 % de participação Direta	31/12/2024 % de participação Indireta	31/12/2023 % de participação Direta	31/12/2023 % de participação Indireta
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour" ou "CCI") - Subsidiárias	97,69	-2,31	100,00	-
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
Imopar Participações e Administração Imobiliária Ltda.	0,10	99,90	0,10	99,90
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
CMBCI Investimentos e Participações Ltda. (a)	-	-	0,01	99,99
Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. (a)	-	-	-	100,00
E-mídia Informações Ltda. (b)	-	-	-	100,00
CCI IP Participações Ltda.	-	100,00	-	100,00
Ewally Instituição de Pagamento S.A. (c)	-	92,00	-	-
CCI Desenv. Imobiliário Campo Belo Ltda.	-	100,00	0,10	99,90
Carrefour Unlimited Publicidade Ltda. (d)	-	-	-	100,00
Grupo BIG S.A. ("Grupo BIG" ou "BIG") (e)	-	-	100,00	-
WMS Supermercados do Brasil Ltda. (e)	98,31	1,69	99,99	0,01
WMB Supermercados do Brasil Ltda. (e)	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda. (e)	99,99	0,01	99,99	0,01
Bompreço Bahia Supermercados Ltda. (e)	69,63	30,37	67,39	32,61
Barbarossa Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Bulge Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Gibraltar Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Kharkov Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Kursk Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão sam's club Carrefour Carrefour carrefour property

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

	31/12/2024 % de participação Direta	Indireta	31/12/2023 % de participação Direta	Indireta
Midway Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Overlord Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Pacifico Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Torch Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Stalingrado Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Valquiria Empreendimentos e Participações S.A. (e)	100,00	-	100,00	-
Transportadora Bompreço Ltda.	0,01	99,99	0,01	99,99
BSF Holding S.A. - Subsidiárias	-	51,00	-	51,00
Banco CSF S.A.	-	51,00	-	51,00
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	-	51,00	-	51,00
Pandora Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda.	-	100,00	-	100,00
Verparinvest S.A.	-	100,00	-	100,00
Cotabest Informação e Tecnologia S.A. (f)	100,00	-	51,00	-
SPE Desenv Imobiliário Sudeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv Imobiliário Nordeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv Imobiliário Norte Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv Imobiliário Centro-oeste Ltda.	100,00	-	100,00	-
SPE Desenv Imobiliário Sul Ltda.	100,00	-	100,00	-

As mudanças ocorridas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 têm como objetivo a reorganização societária do Grupo e não alteraram a relação de controle da Companhia junto às suas subsidiárias.

(a) Em 31 de dezembro de 2024 as entidades CMBCI Investimentos e Participações Ltda ("CMBCI" e Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A. ("Cosmopolitano") foram incorporadas pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

(b) Em 27 de junho de 2024 a E-mídia informações Ltda foi incorporada pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda.

(c) Em 11 de outubro de 2024 a subsidiária CCI IP Participações Ltda aumentou capital na sua controlada Ewally Instituição de Pagamento S.A., obtendo portanto, o controle da entidade.

(d) A Companhia, através de sua subsidiária Carrefour vendeu a totalidade da participação societária detida no Carrefour Unlimited Publicidade. O ganho da transação foi reconhecido em outras receitas na nota 25.

(e) Conforme descrito na nota 3, em 4 de junho de 2024 a entidade Grupo BIG Brasil S.A. foi incorporado pelo Atacadão S.A., o mesmo passa a deter participação direta em suas subsidiárias.

(f) Em 26 de abril de 2024, o Atacadão S.A. adquiriu participação adicional de 49% das ações da controlada Cotabest pela contraprestação de R$ 9,8 milhões e passou a deter 100% do capital da referida investida. Os efeitos da mudança de participação na Cotabest foram reconhecidos no patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Companhia durante o período.

Nota 5: Caixa e Equivalente de Caixa

Políticas contábeis

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Caixa e Bancos	326	759	882	1.194
Aplicações financeiras	7.969	6.532	14.325	10.835
Caixa e equivalentes de caixa	8.295	7.291	15.207	12.029

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas remunerados à taxa média ponderada de 99% da taxa de certificados de depósito interbancários (CDI) (97% em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e taxa média ponderada de 98% da taxa do CDI (96% em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado.

Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou usar os ativos supramencionados.

A exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 28.5.

Nota 6: Títulos e Valores Mobiliários

O Banco CSF e a BSF Holding compram títulos e valores mobiliários como parte de suas políticas de liquidez, no intuito de conter este investimento em médio prazo. Desta forma, a carteira de títulos foi classificada na categoria "Valor justo em outros resultados abrangentes" e são mantidos para negociação futura ou até o vencimento. A carteira de títulos foi composta da seguinte forma:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Carteira Total:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	929	940
Fundos de investimentos - Capital Venture	6	5
Títulos e valores mobiliários	935	945
Circulante	1	272
Não circulante	934	673

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações em títulos e valores mobiliários referem-se substancialmente a títulos públicos remunerados a taxa média de 100% da taxa Selic. Em 2024, os títulos de 2024 venceram e o Banco CSF contratou títulos com vencimento em 2026 e 2027.

Nota 7: Contas a Receber

Políticas contábeis

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, as contas a receber de atividades de atacado de autosserviços e atacado de entrega, recebíveis de cartões de crédito e recebíveis de aluguel de shopping centers.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como "custo amortizado" (Nota 28).

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da fatura e ajustadas a valor presente (quando aplicável), incluindo os respectivos impostos sob os quais o Grupo é responsável. A provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro é reconhecida quando necessário com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o valor devido e o prazo vencido do recebível (Nota 28).

O Grupo opera programas de cessão de recebíveis. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Vendas em atacado	1.101	1.381	1.242	1.135
Vendas em atacado de partes relacionadas (d)	1.119	-	-	-
A receber de cartão de crédito	77	207	528	662
A receber de cartão de crédito de partes relacionadas (a)	20	474	-	-
Aluguel a receber de shopping centers e outros serviços	-	-	160	159
Cartão alimentação	41	126	241	287
Verbas comerciais a receber (b)	318	189	424	300
Verbas comerciais a receber de partes relacionadas (c)	166	122	241	168
Outras contas a receber de clientes	-	-	7	49
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(42)	(35)	(216)	(218)
Contas a receber, líquido	2.800	2.464	2.633	2.542
Circulante	2.800	2.464	2.626	2.534
Não circulante	-	-	7	8

(a) Saldo representado pelas vendas realizadas com os cartões Atacadão, Carrefour e Sam's Club, eliminados na consolidação.

(b) São representados basicamente por valores a receber de fornecedores em decorrência de acordos comerciais realizados no momento da compra de mercadorias para revenda e outros acordos pontuais relacionadas com campanhas comerciais incentivadas. A contrapartida dos valores a receber é registrada no resultado do período, reduzindo o custo das mercadorias vendidas, ou as despesas comerciais onde aplicável. A Companhia apresenta os valores líquidos de fornecedores onde os contratos permitem o pagamento pela base líquida.

(c) Saldo a receber de partes relacionadas, refere-se ao contrato global com a Controladora do Grupo na França (Nota 29).

(d) Com advento do projeto de consolidação e conversão de lojas, vide Nota 3.5 a Controladora tem vendido parte de seus estoques em centro de distribuição para a controlada WMS e suas filiais que operam sob bandeira Atacadão.

A exposição do Grupo a riscos de contraparte são divulgadas na Nota 28.7.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	(23)	(204)
Constituição	(28)	(133)
Reversão	16	119
Em 1º de janeiro de 2024	(35)	(218)
Constituição	(28)	(123)
Reversão	21	131
Em 31 de dezembro de 2024	(42)	(210)

Cessão de contas a receber de clientes

O Grupo faz cessão de recebíveis junto à instituições financeiras, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber de vendas de mercadorias e serviços, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo correspondente a essas operações era de R$ 1.445 milhões na controladora e R$ 6.896 milhões no consolidado (R$ 1.475 milhões na controladora e R$ 4.917 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2023). O valor é desreconhecido do saldo de contas a receber nos Balanços Patrimoniais, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos às instituições.

O custo de antecipação destes recebíveis de cartões é classificado na linha "Juros de antecipação de cartão de crédito" (Nota 26 - Resultado financeiro).

Nota 8: Atividades de Soluções Financeiras

Políticas contábeis

Para dar suporte ao seu negócio de varejo, o Grupo oferece serviços bancários aos seus clientes.

As soluções financeiras oferecidas aos clientes incluem cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, além de empréstimos de crédito ao consumo.

Devido à sua contribuição para o total de ativos e passivos do Grupo e para a sua estrutura financeira específica, este negócio é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras consolidadas:

• O crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (pagamentos de cartão de crédito a receber, empréstimos pessoais, etc.) é apresentado nas demonstrações financeiras na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - circulante" e "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras - não circulante".

• O financiamento destes empréstimos é apresentado na rubrica "Operação com cartão de crédito - circulante" e "Operação com cartão de crédito - não circulante".

• Os demais ativos e passivos das atividades bancárias (imobilizado, intangível e ágio, caixa e equivalentes de caixa, impostos acumulados e custos de folha de pagamento, etc.) são apresentados nas linhas correspondentes do balanço patrimonial.

• A receita líquida das atividades bancárias é registrada na demonstração do resultado na rubrica "Outras receitas", enquanto os custos correspondentes, incluindo aqueles relacionadas a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor são registrados na demonstração de resultado na rubrica de "Outros custos".

A variação do capital corrente das atividades bancárias, incluindo os efeitos relacionados a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor, é registrada na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica "Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras".

Nota 8.1. Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (ativo)

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Títulos e créditos a receber (c)	13.710	11.858
Empréstimos e financiamentos (a)	14.663	12.362
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro (b)	(9.584)	(7.918)
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	18.789	16.302
Circulante	17.782	15.297
Não circulante	1.007	1.005

(a) O saldo a receber refere-se, substancialmente, às operações de clientes que utilização o cartão de crédito emitido pelo Banco CSF S.A. em operações comerciais com entidades não do Grupo. Estes recebíveis são de faturas emitidas e que ainda não foram pagas integralmente (parceladas com juros).

(b) A exposição do Grupo a riscos de crédito, e classificação por estágio de risco, do saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras são divulgadas na Nota 28.7.

(c) Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

Nota 8.2. Operações de cartão de crédito (passivo)

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Títulos de dívida (depósitos interbancários) (c)	3.460	3.339
Dívida mercantil:	13.073	10.538
Relacionados à adquirentes (b)	10.752	9.242
Vendas de recebíveis de cartão de crédito no cartão Carrefour (a)	2.321	1.296
Operações de cartão de crédito	16.533	13.877
Circulante	15.576	12.300
Não circulante	957	1.577

(a) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Comercial de Alimentos Carrefour Ltda, conforme informado em Nota 7 - Cessão de Contas a receber de clientes.

(b) Referem-se aos valores a repassar a bancos referentes a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito banderado.

(c) As captações na modalidade CDI - Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,25% a.a. (31/12/2023: média de DI + 0,28% a.a.).

Nota 9: Estoques

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 16 (R1) (IAS 2) - Estoques são registrados ao custo médio e inclui todos os componentes do custo de compra dos bens vendidos e leva em consideração os descontos e os rendimentos comerciais negociados com os fornecedores. Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. O Grupo ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com base giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Produtos alimentares	4.178	6.138	10.063	9.195
Produtos não alimentares	321	540	1.904	2.262
Estoque em construção (a)	-	-	300	300
Outros produtos	-	-	451	420
Provisão para perda de estoque (b)	(15)	(27)	(126)	(149)
Estoques, líquidos	4.484	6.651	12.592	12.028
Circulante	4.484	6.651	12.592	11.728
Não circulante	-	-	-	300

(a) O saldo refere-se às unidades adquiridas de uma nova torre corporativa que ainda estão em fase de construção na permuta de ativos no Projeto Pinheiros. O projeto consiste em permuta de imóveis, onde a Companhia cede o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo. Em troca recebeu uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento já entregues e unidades de uma nova torre corporativa que ainda estão em construção pelo seu parceiro.

(b) O saldo refere-se a provisão de perda de estoques por conta de giro lento e perdas de inventário.

Nota 10: Impostos a Recuperar

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
ICMS	289	235	2.475	2.578
ICMS substituição tributária (ST) (a)	1.198	1.300	2.802	2.938
ICMS a recuperar ativo imobilizado	86	142	181	247
PIS e COFINS (b)	587	267	1.252	907
Outros	1	-	157	165
Provisão para perda de ICMS e ICMS ST	(160)	(160)	(1.279)	(1.501)
Impostos a recuperar	2.001	1.784	5.588	5.334
Circulante	290	295	1.024	1.056
Não circulante	1.711	1.489	4.564	4.278

(a) Grupo mantém centros de distribuição localizados em certos Estados e no Distrito Federal, que recebem mercadorias com ICMS e ICMS-ST que já foram pré-pagos pelos fornecedores ou pelo Grupo. Desta forma, parte das mercadorias é enviada para outros Estados. Tais transações interestaduais permitem o Grupo recuperar os montantes pré-pagos de ICMS e ICMS-ST, por exemplo, ICMS e ICMS-ST pago nas aquisições, que se tornam créditos a recuperar/compensar, baseados nas leis estaduais. Dada decisão do Supremo Tribunal Federal - STF referente ao RE 593.849, de 2016, que reconheceu o direito do contribuinte ao ressarcimento do valor de ICMS-ST pago a maior, correspondente à diferença entre o valor do tributo recolhido previamente e aquele realmente devido no momento da venda, os créditos fiscais a recuperar ou compensar pelo Grupo aumentaram. O Grupo está realizando partes destes créditos através de pedidos de compensação baseado em regimes especiais e também cumprindo com outros procedimentos requeridos pelos Estados.

Com relação aos créditos que não podem ser compensados imediatamente, a Administração do Grupo entende que a realização ocorrerá no curto e longo prazo, baseado em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que indica, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais de regime de substituição, previsões de crescimento futuro, de saldos consumidos por dívidas oriundos das operações e transferências de créditos para terceiros. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo. O Grupo espera recuperar seus créditos de ICMS não circulante em um período aproximado de 6 anos e 10 anos. Há provisão para créditos sem perspectiva de realização.

(b) O Grupo ingressou com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal - "STF", proferiu decisões favoráveis aos contribuintes em relação ao mérito por meio do acórdão em sede de repercussão geral no RE 574.706 de 15 de março de 2017. As ações judiciais permitiram o reconhecimento dos créditos, no mínimo, dos últimos cinco anos.

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, o Grupo requereu o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Os processos das suas controlada diretas advindas do então Grupo BIG (em 31 de dezembro de 2024, incorporado pela Controladora) tiveram o trânsito em julgado em agosto de 2019 e fevereiro de 2021. O montante de R$ 320 milhões, sendo R$ 169 milhões correspondente ao principal e R$ 152 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2017, foi reconhecido no exercício de 2021. Em 2020 foi reconhecido o montante de R$ 1.018 milhões, sendo R$ 503 milhões correspondente ao principal e R$ 515 milhões correspondente a correção monetária, relacionado ao período de apuração de 2002 a 2010.

A Companhia e suas controladas mensuraram de forma confiável e reconheceram o direito sobre tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Diante de todos os fatos descritos acima e com base na decisão transitada em julgado do RE 574.706, ocorrida em maio de 2021, pela qual o Superior Tribunal Federal - STF (i) confirmou o entendimento de que é o ICMS Destacado que deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, e (ii) modulou os efeitos da decisão, a vigorar a partir de 15/03/2017, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a referida data, que é o caso da Companhia e suas controladas, o Grupo, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, concluiu que: (i) o posicionamento firmado pelo STF no RE 574.706 foi aplicado às empresas do Grupo, tendo sido reconhecido definitivamente o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS nas ações judiciais do Grupo, inclusive para fins de recuperação de crédito, uma vez que se pleiteou a exclusão do ICMS incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS (que é o ICMS destacado); e (ii) apesar da modulação dos efeitos da decisão do STF, houve a proteção para os contribuintes que ingressaram com ações judiciais até o julgamento do STF em 2017, como é o caso das empresas do Grupo.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas.

Apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, o Grupo entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no cenário jurisprudencial, bem como na decisão proferida pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, o Grupo tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente. Afora as autuações fiscais referidas na Nota 18, o Grupo não tem conhecimento de qualquer reivindicação de terceiros relativamente a tais créditos.

A Controladora ingressou com ação judicial visando afastar a exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas internas realizadas por suas filiais na Zona Franca de Manaus, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos. Em 2023, em decisão monocrática, a Companhia obteve provimento favorável, com o reconhecimento integral do direito pleiteado, declarando a inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas com as vendas realizadas na Zona Franca de Manaus e assegurando o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos. Essa decisão transitou em julgado em 2024 e, portanto, a Companhia mensurou de forma confiável e reconheceu o direito sobre tais créditos.

A Controladora ingressou com ação judicial visando afastar a exigibilidade do PIS e da COFINS incidentes sobre as receitas de vendas internas realizadas por suas filiais na Zona Franca de Manaus, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, bem como o reconhecimento do direito à compensação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos. Em 2023, em decisão monocrática, a Companhia obteve provimento favorável, com o reconhecimento integral do direito pleiteado, declarando a inexigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas auferidas com as vendas realizadas na Zona Franca de Manaus e assegurando o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos. Essa decisão transitou em julgado em 2024 e, portanto, a Companhia mensurou de forma confiável e reconheceu o direito sobre tais créditos, no montante de R$ 377 milhões, sendo R$ 258 milhões de principal e R$ 119 milhões de juros de atualização monetária.

Atualização Monetária sobre Crédito Tributário de Ação Transitada em Julgado

A Companhia e sua subsidiária Carrefour obtiveram uma decisão judicial favorável na qual foi reconhecido o direito à restituição de ICMS pago a mais no regime de substituição tributária e sua respectiva atualização monetária, observado o procedimento administrativo próprio da legislação local. Como resultado, a Companhia e sua subsidiária em conjunto com seus assessores jurídicos entendem que tem também o direito a um crédito tributário decorrente da atualização monetária, cujo valor principal já foi reconhecido em períodos anteriores. Esta atualização monetária observa os índices oficiais. Devido à dependência de eventos judiciais futuros, ainda pendentes de decisão, como a liquidação final do crédito tributário pela autoridade tributária competente, a administração da Companhia e sua subsidiária Carrefour classificam como provável a existência desse ativo contingente.

Destaca-se ainda que, no curso do processo judicial de execução, houve decisões judiciais favoráveis à Companhia e sua subsidiária, possibilitando a utilização dos créditos tributários decorrentes da atualização monetária antes mesmo da decisão final do processo em curso. Os montantes da atualização monetária são de R$ 285 milhões na Controladora e R$ 418 milhões no Consolidado, após as compensações tributárias já realizadas. Eventuais questionamentos sobre a utilização dos créditos tributários durante o curso do processo estão estimados como chances prováveis de êxito pelos assessores jurídicos da Companhia e sua subsidiária.

A Companhia e a subsidiária Carrefour continuarão a monitorar o andamento das ações em curso e fornecerão atualizações nas demonstrações financeiras subsequentes, conforme necessário.

Nota 11: Depósitos e Bloqueios Judiciais

Políticas contábeis

Os depósitos e bloqueios judiciais do Grupo são registrados pelo montante pago quando o depósito ou garantia é exigido, e posteriormente ajustado para refletir a correção monetária. São apresentados como ativos não circulantes, uma vez que se espera que sejam utilizados a partir de 12 meses da data do balanço.

O Grupo está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e cíveis e tem efetuado depósitos judiciais restritos nos montantes correspondentes, bem como depósitos judiciais relacionados à provisão para processos judiciais. Os depósitos e bloqueios judiciais são classificados por categoria:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Tributários	92	154	2.381	2.373
Trabalhistas	1	1	364	370
Cíveis	-	-	169	139
Depósitos e bloqueios judiciais	93	155	2.914	2.882

Os depósitos judiciais tributários na posição consolidada são compostos principalmente pela ação do Carrefour Comércio e Indústria Ltda ("CCI"), e da Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. ("CAC") sobre a incidência de PIS e COFINS não cumulativo, que totaliza R$ 1.736 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.651 milhões em 31 de dezembro de 2023). A provisão é contabilizada em cada encerramento, conforme Nota 18.2.1.

Movimentação dos depósitos e bloqueios judiciais

(Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2023	146	2.744
Atualização	8	132
Adição (reversão)	8	112
Utilização (a)	(1)	(106)
Em 1º de janeiro de 2024	155	2.882
Atualização	20	138
Adição (reversão)	36	69
Utilização (b)	(118)	(175)
Em 31 de dezembro de 2024	93	2.914

(a) Refere-se principalmente ao encerramento da ação do Banco CSF sobre a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

(b) Refere-se a utilização dos depósitos judiciais nos processos de natureza tributária.

Nota 12: Investimentos

Políticas contábeis

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados incluem a participação do Grupo em investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, ajustado em conformidade com as políticas contábeis do Grupo, a partir da data de aquisição da influência significativa ou do controle conjunto até a data em que este é perdido.

As controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e fazem parte integrante das operações do Grupo e a parte do seu resultado líquido do Grupo é, portanto, reportada como um componente separado nas demonstrações consolidadas.

Composição dos saldos

(Em milhões de Reais)	Percentual de participação direta	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Controladas:					
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	67,69%	8.183	8.101	-	-
Grupo BIG S.A. (a)	-	-	8.232	-	-
WMS Supermercados do Brasil Ltda. (a)	98,31%	6.076	-	-	-
WMB Supermercados do Brasil Ltda. (a)	99,99%	1.264	-	-	-
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda. (a)	99,99%	(684)	-	-	-
Bompreço Bahia Supermercados Ltda. (a)	69,63%	(170)	-	-	-
Barbarossa Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	112	-	-	-
Bulge Empreendimentos e Participações S.A. (a)	100,00%	401	-	-	-
Gibraltar Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	151	-	-	-
Kharkov Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	87	-	-	-
Kursk Empreendimentos e Participações S.A. (a)	100,00%	161	-	-	-
Midway Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	131	-	-	-
Overlord Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	82	-	-	-
Pacifico Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	59	-	-	-
Torch Empreendimentos e Participações S.A. (a)	100,00%	112	-	-	-
Stalingrado Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	320	-	-	-
Valquiria Empreendimentos e Particip. S.A. (a)	100,00%	270	-	-	-
Pandora Participações Ltda.	100,00%	261	263	-	-
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	100,00%	114	109	-	-
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	100,00%	13	12	-	-
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	100,00%	10	10	-	-
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	100,00%	(26)	(9)	-	-
(-) Eliminação (b)		(202)	(230)	-	-
Controladas em conjunto:					
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.(c)	92,00%	-	-	-	31
Total dos investimentos		16.725	16.488	-	31
Ativo		17.605	16.488	-	31
Passivo		(880)	-	-	-

(a) Com a incorporação da empresa Grupo BIG S.A. pelo Atacadão, conforme divulgado na nota 3.1, o mesmo passa a deter participação direta em suas subsidiárias.

(b) Eliminação de operação intragrupo de aquisição de direito de exclusividade na oferta e distribuição de soluções financeiras divulgada na Nota 19.

(c) Em 11 de outubro de 2024, a investida CCI IP Participações Ltda. aumentou capital social na Ewally no valor de R$ 37 milhões equivalente a 6.906.052 quotas, o que representou um aumento de participação de 49% para 92%. Por consequência a E-wally passa a ser controlada direta da CCI IP.

continua

continuação

Movimentação dos saldos (Controladora)

(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital (a)	Ágio (b)	Incorporação (c)	Dividendos	31/12/2024
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	8.101	(22)	83	21	-	-	-	-	8.183
Grupo BIG S.A. (incorporado)	8.232	-	(291)	-	850	(4.031)	(4.760)	-	-
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	-	-	1.625	43	2.483	-	1.925	-	6.076
WMB Supermercados do Brasil Ltda.	-	-	(74)	-	-	-	1.338	-	1.264
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.	-	-	(181)	-	-	-	(503)	-	(684)
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	-	-	(141)	-	50	-	(79)	-	(170)
Barbarossa Empreendimentos e Particip.S.A.	-	-	(5)	-	-	-	120	(3)	112
Bulge Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(30)	-	-	-	443	(12)	401
Gibraltar Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(8)	-	-	-	164	(5)	151
Kharkov Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(15)	-	-	-	102	-	87
Kursk Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(14)	-	-	-	181	(6)	161
Midway Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(11)	-	-	-	147	(5)	131
Overlord Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(7)	-	-	-	94	(5)	82
Pacifico Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(2)	-	-	-	64	(3)	59
Torch Empreendimentos e Participações S.A.	-	-	(1)	-	-	-	115	(2)	112
Stalingrado Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(23)	-	-	-	356	(13)	320
Valquiria Empreendimentos e Particip. S.A.	-	-	(17)	-	-	-	293	(6)	270
Pandora Participações Ltda.	263	-	(2)	-	-	-	-	-	261
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	109	-	5	-	-	-	-	-	114
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	12	-	1	-	-	-	-	-	13
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	10	-	-	-	-	-	-	-	10
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	(9)	-	(5)	(12)	-	-	-	-	(26)
(-) Eliminação	(230)	-	28	-	-	-	-	-	(202)
Total	16.488	(22)	915	52	3.383	(4.031)	-	(60)	16.725

(Em milhões de Reais)	01/01/2023	Outorga de opção de ações	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Aumento de capital	Dividendos recebidos	31/12/2023
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	8.367	(1)	192	(7)	350	(800)	8.101
Grupo BIG S.A.	7.570	-	(2.255)	-	2.917	-	8.232
Pandora Participações Ltda.	266	-	(3)	-	-	-	263
SPE Desenv. Imobiliário Sudeste Ltda.	27	-	4	-	78	-	109
SPE Desenv. Imobiliário Centro-oeste Ltda.	12	-	-	-	-	-	12
SPE Desenv. Imobiliário Norte Ltda.	-	-	-	-	10	-	10
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	(8)	-	(1)	-	-	-	(9)
(-) Eliminação	(257)	-	27	-	-	-	(230)
Total	15.977	(1)	(2.036)	(7)	3.355	(800)	16.488

(a) O aumento de capital na subsidiária WMS Supermercado refere-se a transferências de acervos líquidos no valor de R$ 1.966 milhões.

(b) Com a incorporação do Grupo BIG S.A., o ágio foi reclassificado para o intangível.

(c) Incorporação do Grupo BIG S.A. conforme escrito na nota 3.

BSF Holding S.A.

A controlada indireta BSF Holding S.A. conta com participação significativa de não controladores e possuía os seguintes saldos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Balanço Patrimonial:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Ativo	3.689	3.309
Passivo	-	-
Patrimônio Líquido	3.689	3.309

Demonstração dos resultados do período:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Receita	381	320
Lucro líquido	381	320

Nota 13: Propriedades para Investimento e Imobilizado

Políticas contábeis

CPC 28 (IAS 40) - Propriedade para investimento define propriedade para investimento como propriedade (terrenos ou edifícios ou ambos) mantida para obter aluguéis ou para valorização de capital ou ambos. Com base nesta definição as propriedades de investimento detidas pelo Grupo são constituídas por centros comerciais (unidades de varejo e de serviço localizadas atrás da área de check-out das lojas) que são exclusivamente objeto de locação financeira e representam uma área disponível para locação de pelo menos 2.500 metros quadrados. Estes ativos geram fluxos de caixa que são amplamente independentes dos fluxos de caixa gerados pelos outros ativos de varejo do Grupo.

Os ativos classificados como propriedades de investimento têm vida útil de 40 anos, e são reconhecidas ao custo.

A receita de aluguel gerada por propriedades de investimento é registrada na demonstração de resultado em "Outras receitas" de forma linear ao longo do prazo da locação. Benefícios ou descontos concedidos pelo Grupo como parte dos acordos de arrendamento fazem parte integrante da receita líquida de locação e são reconhecidas ao longo do prazo da locação (Nota 15).

O valor justo das propriedades para investimentos é mensurado duas vezes ao ano:

- Por meio da aplicação de um múltiplo em função de (i) a rentabilidade de cada shopping e (ii) uma taxa de capitalização específicas do Brasil, à receita de aluguel anual bruta gerada por cada propriedade, ou

- Obtendo-se avaliações independentes elaboradas segundo dois métodos: o método dos fluxos de caixa descontados e o método de rendimento (Yield Method). Os avaliadores geralmente também comparam os resultados da aplicação desses métodos aos valores de mercado por metro quadrado e aos valores de transação recentes.

Tendo em vista os dados externos limitados disponíveis, nomeadamente em matéria de taxas de capitalização, a complexidade do processo de avaliação de imóveis e ao fato de que as avaliações baseiam-se em passar rendas para os imóveis próprios do Grupo, o valor justo das propriedades para investimento é determinado com base nas entradas de nível 3.

Nota 13.1. Propriedades para investimentos

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	31/12/2023
Custo das propriedades para investimentos	763	759
Depreciação	(183)	(170)
Total das propriedades para investimentos, líquido	**580**	**589**

Movimentação de propriedade para investimentos

(Em milhões de Reais)	
Em 1° de janeiro de 2023	**597**
Adição	5
Depreciação	(13)
Em 1° de janeiro de 2024	**589**
Adição	1
Baixa	(5)
Transferências advinda do imobilizado	9
Depreciação	(14)
Em 31 de dezembro 2024	**580**

As receitas de aluguéis geradas por propriedades para investimentos, registradas nas demonstrações dos resultados no Consolidado na rubrica *"Outras receitas"* (Nota 22.2), totalizaram R$ 38 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 33 milhões em 31 de dezembro de 2023). Os custos operacionais no Consolidado diretamente atribuíveis aos imóveis totalizaram R$ 22 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 24 milhões em 31 de dezembro de 2023).

A avaliação do valor justo das propriedades para investimentos é realizada semestralmente, sendo a última realizada em 31 de dezembro de 2024, resultando em um valor justo das propriedades para investimentos de R$ 1.005 milhões (R$ 968 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Nota 13.2. Imobilizado e Ativos de direito de uso

Políticas contábeis

O imobilizado compreende principalmente edifícios, lojas, equipamentos e acessórios e terrenos.

Reconhecimento inicial

Em conformidade com o CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, terrenos, edificações e equipamentos são registrados pelo custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas de valores acumulados. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos necessários para preparar esse ativo no local e nas condições exigidas para operar de maneira pretendida pela Administração, bem como os custos de desmobilização onde esses ativos estão localizados.

O software adquirido (integrante da função do equipamento) é capitalizado como parte desse equipamento.

Os pagamentos iniciais de ativo de direito de uso, como os valores pagos a título de fundo de comércio, por exemplo, são considerados como parte do ativo.

Os ativos em construção são reconhecidos pelo custo menos as perdas ao valor recuperável identificadas.

Custos subsequentes

O custo de substituição de um item de imobilizado é reconhecido no valor contábil desse item no caso de ser provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para o Grupo e seu custo possa ser mensurado de forma confiável. O valor contábil do componente que for substituído por outro é baixado.

Os custos de manutenção dos itens de imobilizado são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os ganhos e perdas resultantes da alienação de um item de ativo imobilizado são calculados através da comparação entre os rendimentos recebidos dessa alienação com o valor no imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas (despesas) na demonstração do resultado.

Reclassificação para propriedades de investimento

Quando o uso da propriedade muda de "ocupada pelo proprietário" para uma propriedade de investimento, o Grupo mantém este ativo a custo histórico e reclassifica-o como propriedade para investimento.

Vida útil

A depreciação do imobilizado começa quando o ativo está disponível para uso e termina quando o ativo é vendido, demolido ou reclassificado como mantido para venda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) - Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada.

Terrenos não são depreciados. Outros imobilizados, ou cada parte significativa de um item do imobilizado, são depreciados pelo método linear durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Edificações	48 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 24 anos
Equipamentos e instalações	4 a 24 anos
Outros	4 a 14 anos

Atendendo à natureza dos seus negócios, o Grupo considera que os seus bens e equipamentos não possuem valor residual.

A depreciação de benfeitorias de arrendamento em imóveis de terceiros é calculada e registrada sobre o período total do contrato.

Os períodos de depreciação são revistos em cada período e, quando apropriado, ajustados prospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) - Políticas contábeis, Mudanças de Estimativa e Correção de Erro.

Teste ao valor recuperável (Nota 14.3)

Composição

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	8.325	(1.489)	(32)	6.804	9.857	(1.518)	8.339
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.924	(1.530)	-	1.394	4.429	(2.252)	2.177
Imobilizado em andamento	65	-	-	65	100	-	100
Terrenos	2.941	-	(10)	2.931	3.114	-	3.114
Direito de uso de arrendamento	1.388	(299)	-	1.089	1.849	(294)	1.555
Total	15.643	(3.318)	(42)	12.283	19.349	(4.064)	15.285

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024 Custo	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido	31/12/2023 Custo	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido
Edificações e benfeitorias	18.319	(4.428)	(288)	13.603	18.782	(4.604)	(199)	13.979
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	10.835	(6.078)	(53)	4.704	11.422	(6.855)	(108)	4.459
Imobilizado em andamento	163	-	-	163	208	-	-	208
Terrenos	7.159	-	(118)	7.041	7.440	-	(7)	7.433
Direito de uso de arrendamento	5.852	(1.292)	(8)	4.552	5.597	(1.069)	(8)	4.520
Total	42.328	(11.798)	(467)	30.063	43.449	(12.528)	(322)	30.599

Movimentação do valor contábil líquido

(Em milhões de Reais)	Controladora Saldo em 01/01/2024	Adições (a)	Adições de depreciação	Baixas líquidas (b)	Transferência (c)	*Impairment*	Saldo em 31/12/2024
Edificações e benfeitorias	8.339	216	(224)	(433)	(1.062)	(32)	6.804
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.177	407	(270)	21	(941)	-	1.394
Imobilizado em andamento	100	2	-	-	(37)	-	65
Terrenos	3.114	-	-	(173)	-	(10)	2.931
Direito de uso de arrendamento	1.555	201	(77)	(117)	(473)	-	1.089
Total	15.285	826	(571)	(702)	(2.513)	(42)	12.283

(a) A Companhia ao longo do ano de 2024, por conta dos projetos de consolidação do formato atacadista vem efetuando conversões de lojas, vide Nota 3.5, vem realizando aquisições de edificações e benfeitorias em imóveis R$ 216 milhões, bem como instalações e equipamentos R$ 408 milhões como forma de adaptar lojas que anteriormente eram do segmento de Varejo para Atacado.

(b) Conforme divulgado na Nota 3.3 em 18 de novembro de 2024, a Controladora e a controlada WMS celebraram um contrato de sale leaseback de 15 imóveis sendo registrada uma baixa de ativos ao valor líquido de depreciação acumulada de R$ 696 milhões entre edificações, benfeitorias e terrenos.

(c) Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora efetuou transferências de ativo imobilizado para a sua subsidiária WMS, através de aumento de capital a valor de livros, no montante de R$ 2.528 milhões.

(Em milhões de Reais)	Controladora Saldo em 01/01/2023	Adições (a)	Adições de depreciação	Baixas líquidas (a)	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Edificações e benfeitorias	8.102	714	(239)	(329)	91	8.339
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	2.023	526	(342)	(45)	15	2.177
Imobilizado em andamento	156	123	-	(25)	(154)	100
Terrenos	3.264	1	-	(199)	48	3.114
Direito de uso de arrendamento	1.287	376	(84)	(24)	-	1.555
Total	14.832	1.740	(665)	(622)	-	15.285

(a) Em 30 de junho de 2023, a Controladora celebrou a transação de "sales and leaseback" e, portanto, realizou a baixa do ativo imobilizado no montante de R$ 523 milhões com contrapartida na adição de direito de uso de arrendamento no montante de R$ 277 milhões.

(Em milhões de Reais)	Consolidado Saldo em 01/01/2024	Adições (a)	Adições de depreciação	Baixas líquidas (b)	Transferências (c)	*Impairment*	Saldo em 31/12/2024
Edificações e benfeitorias	13.979	630	(423)	(513)	42	(112)	13.603
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	4.459	1.112	(806)	(71)	46	(36)	4.704
Imobilizado em andamento	208	172	-	(2)	(215)	-	163
Terrenos	7.433	-	-	(133)	(185)	(74)	7.041
Direito de uso de arrendamento	4.520	1.331	(360)	(945)	6	-	4.552
Total	30.599	3.245	(1.589)	(1.664)	(306)	(222)	30.063

(a) Até 31 de dezembro de 2024, o Grupo em linha com os projetos de consolidação de formatos e conversões de lojas vide Nota 3.5, o Grupo vem efetuando tanto na Controladora, quanto na controlada WMS e WMB investimentos de melhorias em equipamentos de forma alterar os formatos das lojas de Varejo sob bandeiras BIG ou Maxxi para o segmento Atacado sob bandeira Atacadão. Adicionalmente, na medida em que a WMS transfere suas lojas de varejo para a CCI, a WMS baixa os contratos de arrendamentos com terceiros e a CCI por sua vez, registra novos contratos de aluguel com os mesmas partes terceiras.

(b) Conforme divulgado na Nota 3.3 em 18 de novembro de 2024, a Controladora e a controlada WMS celebraram um contrato de sale leaseback de 15 imóveis sendo registrada uma baixa de ativos ao valor líquido de depreciação acumulada de R$ 696 milhões entre edificações, benfeitorias e terrenos. Na medida em que faz as conversões de lojas locadas o Grupo efetua, respectivamente a baixa e adições de novos contratos de arrendamento, bem como efetua a baixa de contratos de arrendamento no curso de fechamento de lojas, R$ 945 milhões.

(c) Transferências incluem os ativos classificados como mantidos para venda para os projetos de vendas de ativos, líquidos das respectivas provisões para *impairment*.

(Em milhões de Reais)	Consolidado Saldo em 01/01/2023	Adições	Adições de depreciação	Baixas líquidas (a)	Transferências (b)	*Impairment*	Saldo em 31/12/2023
Edificações e benfeitorias	14.541	1.049	(475)	(775)	102	(463)	13.979
Equipamentos, ferramentas, instalações e outros	4.248	932	(845)	(322)	443	3	4.459
Imobilizado em andamento	366	891	-	(4)	(1.045)	-	208
Terrenos	8.058	14	-	(347)	(287)	(5)	7.433
Direito de uso de arrendamento	4.581	940	(385)	(600)	(9)	(7)	4.520
Total	31.794	3.826	(1.705)	(2.048)	(796)	(472)	30.599

(a) Em 30 de junho de 2023, a Companhia e suas subsidiárias, celebraram transação de "sale and leaseback" de 4 centros de distribuição e 5 lojas e, portanto, realizaram a baixa do ativo imobilizado no montante de R$ 523 milhões na Controladora e R$ 880 milhões no Consolidado com contrapartida na adição de direito de uso de arrendamento no montante de R$ 277 milhões na Controladora e R$ 552 milhões no Consolidado.

(b) Transferências incluem os ativos classificados como mantidos para venda no valor de R$ 755 milhões e a respectiva provisão para *impairment* R$ 283 milhões, em sua maior parte decorrente do fechamento de lojas e encerramento das operações formato Todo Dia.

Nota 14: Intangível

Políticas contábeis

Ágio

O ágio é inicialmente reconhecido nas combinações de negócios, conforme explicado na Nota 4. O ágio registrado nas demonstrações financeiras do Grupo baseia-se na diferença entre o valor pago e o valor contábil líquido do negócio adquirido na data de aquisição.

Para o valor registrado antes da adoção do CPC 15 (R1) (IFRS 3) - Combinação de Negócios, na data de transição para as IFRSs, o Grupo optou por manter o tratamento contábil das combinações de negócios aplicadas segundo as normas contábeis anteriores, de acordo com a opção disponível para os adotantes pela primeira vez de acordo com o CPC 37 (IFRS 1) - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards. (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade).*

De acordo com o CPC 01(R1) (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o ágio reconhecido em combinações negócios não é amortizado, mas é testado para redução ao valor recuperável anualmente ou mais frequentemente se houver indicação de que a seu valor contábil não pode ser recuperada pelo método descrito na Nota 14.3.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis consistem principalmente em software e outros ativos intangíveis relacionados às lojas.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente reconhecidos ao custo, os ativos intangíveis e ágio adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo (Nota 4).

Os softwares e outros ativos intangíveis são amortizados pelo método linear nos seguintes períodos:

Classe de ativos	Vida útil
Software e outros ativos intangíveis	5 anos
Fundo de comércio	10 a 25 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A amortização de fundo de comercio é efetuada de acordo com o período contratual do aluguel.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Composição

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Ágio	5.733	(312)	5.421	1.702	(312)	1.390
Software	140	(84)	56	147	(79)	68
Fundo de comércio e outros ativos	20	(2)	18	20	(1)	19
Total	5.893	(398)	5.495	1.869	(392)	1.477

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024 Custo	Amortização acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido	31/12/2023 Custo	Amortização acumulada	*Impairment*	Valor contábil líquido
Ágio	7.320	(1.461)	-	5.859	7.320	(1.461)	-	5.859
Software	2.634	(1.923)	-	711	2.378	(1.784)	-	594
Marcas e patentes	263	-	(263)	-	263	-	(203)	60
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	58	(30)	-	28	66	(31)	-	35
Intangível em andamento	164	-	-	164	307	-	-	307
Total	10.439	(3.414)	(263)	6.762	10.334	(3.276)	(203)	6.855

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão sam's club Carrefour Carrefour Banco carrefour property

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ: 75.315.333/0001-09

Nota 14.1. Ágio

O valor recuperável do ágio é monitorado ao nível do grupo das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) representadas pelos segmentos do Grupo.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024 Valor líquido	Controladora 31/12/2023 Valor líquido
Cash & Carry	4.128	1.390
Varejo	1.093	-
Clube	200	-
Total	5.421	1.390

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024 Valor líquido	Consolidado 31/12/2023 Valor líquido
Cash & Carry	4.128	4.128
Varejo	1.531	1.531
Clube	200	200
Total	5.859	5.859

Nota 14.2. Intangível e ágio - Movimentação do valor contábil líquido

Controladora

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2024	Incorporação (a)	Adição	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Ágio	1.390	4.031	-	-	-	5.421
Software	68	-	13	(18)	(7)	56
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	19	-	-	(1)	-	18
Total	1.477	4.031	13	(19)	(7)	5.495

(a) Ágio reclassificado do investimento devido a incorporação do Grupo BIG S.A.

Controladora

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2023
Ágio	1.390	-	-	1.390
Software	42	40	(14)	68
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	20	-	(1)	19
Total	1.452	40	(15)	1.477

Consolidado

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2024	Adições (a)	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	Impairment	Saldo em 31/12/2024
Ágio	5.859	-	-	-	-	-	5.859
Software	594	30	(229)	(16)	332	-	711
Marcas e patentes	60	-	-	-	-	(60)	-
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	35	-	(2)	(6)	1	-	28
Intangível em andamento	307	185	-	-	(328)	-	164
Total	6.855	215	(231)	(22)	5	(60)	6.762

(a) Referem-se a gastos com desenvolvimento e implantação de sistemas em projetos internos com self-checkout e outras iniciativas de crescimento.

Consolidado

(Em milhões de Reais)	Saldo em 01/01/2023	Adições	Amortizações	Baixas Líquidas	Transferências	*Impairment* (a)	Saldo em 31/12/2023
Ágio	5.859	-	-	-	-	-	5.859
Software	612	52	(215)	(30)	175	-	594
Marcas e patentes	263	-	-	-	-	(203)	60
Fundo de comércio e outros ativos intangíveis	47	-	(5)	(15)	-	8	35
Intangível em andamento	189	268	-	-	(150)	-	307
Total	6.970	320	(220)	(45)	25	(195)	6.855

(a) *Impairment* relacionado as marcas Maxxi e BIG devido a conversão destas lojas em Atacadão e Carrefour, para as lojas Todo Dia devido ao encerramento de suas operações.

Nota 14.3. Testes para perda no valor recuperável do ágio e análises de sensibilidade

Políticas contábeis

Em conformidade com o CPC 01(R1) (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). Os ativos intangíveis com vida útil definida e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa (UGC) puder ser menor que seu valor contábil. Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente.

Os ativos individuais ou grupos de ativos são testados para o valor recuperável, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, definido como o mais alto de seu valor justo menos os custos de alienação e seu valor em uso. Valor em uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados para serem derivados do ativo.

Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, uma perda por *impairment* é reconhecida. As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado, fundos de investimentos e ativos intangíveis (exceto o ágio) poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores.

Valor recuperável de ativos que não sejam ágio

Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs). De acordo com o CPC 01 (R1) (IAS 36), os ativos intangíveis (exceto o ágio) com vida útil definida e imobilizado são testados para redução do valor recuperável sempre que há uma indicação de que seu valor recuperável pode ser menor que seu valor contábil. Todas as lojas que relatam uma perda operacional recorrente antes da depreciação e amortização em dois anos consecutivos (após o período de início) são testadas.

O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

O valor em uso é considerado igual aos fluxos de caixa futuros descontados da loja durante um período de até cinco anos mais um valor terminal. O valor justo é estimado com base nos preços de transações recentes, práticas da indústria, avaliações independentes ou o preço estimado em que a loja poderia ser vendida a um concorrente.

A taxa de desconto aplicada é a mesma para os testes de valor recuperável (*impairment*) no ágio.

Valor recuperável do ágio

O CPC 01 (R1) (IAS 36) requer testes de valor recuperável a serem realizados anualmente em nível de cada UGC ou grupo de UGCs às quais o ágio é alocado.

De acordo com a norma, o ágio é alocado à UGC ou grupo de UGCs que se espera beneficiar das sinergias da combinação de negócios. Cada UGC ou grupo de UGCs aos quais o ágio é alocado deve representar o menor nível dentro da entidade na qual o ágio é monitorado para fins de gerenciamento interno e não deve ser maior que um segmento operacional conforme definido no CPC 22 (IFRS 8) - Informação por segmento.

Para efeitos de análise da quantia recuperável de ágio, considera-se que cada segmento operacional individual representa um grupo de UGCs.

Valor em uso corresponde à soma dos fluxos de caixa futuros descontados para um período geralmente não superior a cinco anos, acrescido de um valor terminal calculado projetando dados para o último ano para perpetuar a uma taxa de crescimento. Os fluxos de caixa futuros são estimados com base em orçamentos financeiros dos segmentos operacionais aprovados pela Administração.

A taxa de desconto para cada segmento operacional corresponde ao custo médio ponderado dos capitais próprios e da dívida, determinado com base na taxa de transmissão média do setor. O custo da dívida é determinado aplicando a mesma lógica. A taxa de desconto é calculada antes dos impostos.

Testes adicionais são executados ao fim do período interino quando existe uma indicação de *impairment*. Os principais indicadores de valor recuperável utilizados pelo Grupo são os seguintes:

- indicador de *impairment* interno: uma deterioração material na proporção entre o EBITDA/Lajida Ajustado (Lucro antes dos impostos de renda, resultado financeiro, depreciação e amortização) excluindo a rubrica de outras receitas e despesas e o resultado operacional líquido, orçamento e o forecast mais recente; e
- indicador de *impairment* externo: um aumento significativo da taxa de desconto e / ou um rebaixamento grave na previsão do crescimento do PIB do FMI.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no ágio são irreversíveis, incluindo as registradas em um período interino.

Determinação do valor recuperável

Para determinação do valor recuperável dos segmentos do Grupo (Atacadão, Varejo e Sam's Club) que tem um ágio alocado no balanço, foi utilizado valor em uso com base em projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração considerando as seguintes premissas:

i) Receitas: projetadas de 2025 a 2029 considerando crescimento histórico das vendas em volume e as projeções de inflação baseados sobre projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a expansão das lojas;

(ii) Lucro bruto: projetando no mesmo exercício considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de vendas;

(iii) Despesas: projetadas no mesmo exercício das receitas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando ganhos de produtividade e eficiências detalhados por cada linha de custos;

(iv) Capital de giro: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;

(v) Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis (capex): foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;

(vi) Valor terminal: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;

(vii) Taxa de desconto: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 10,2% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (10,2% a.a. em 31 de dezembro de 2023); e

(viii) Taxa de crescimento na perpetuidade: a taxa de crescimento nominal considerada foi de 3,0% a.a. em 31 de dezembro 2024 (3,0% a.a. em 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade

Os testes de *impairment* em ágio e outros ativos intangíveis foram realizados em 31 de dezembro de 2024 de acordo com o CPC 01 (R1)/IAS 36. A análise de sensibilidade para uma mudança simultânea nas entradas principais com base em premissas razoavelmente possíveis não revelou qualquer cenário provável, segundo a qual o valor recuperável de qualquer um dos grupos de UGC seria inferior a seu valor contábil. Dessa forma os resultados dos testes não levaram ao reconhecimento de perdas por valores recuperáveis nesses ativos.

As taxas de crescimento e as taxas de desconto (correspondentes ao custo médio ponderado do capital - WACC) aplicadas para fins de teste de *impairment* em 31 de dezembro de 2024 são apresentadas abaixo:

	Controladora e Consolidado 31/12/2024 Taxa de desconto antes dos impostos	Controladora e Consolidado 31/12/2024 Taxa de crescimento contínuo
Varejo	10,2%	3,0%
Cash & Carry	10,2%	3,0%

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, após essa avaliação, não foi verificada a necessidade de reconhecimento de perda nas unidades geradoras de caixa.

Nota 15: Operações de Arrendamento Mercantil

Políticas contábeis

O Grupo reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento na data de início do contrato.

O direito de uso, no reconhecimento inicial, é mensurado ao seu valor de custo, incluindo custos iniciais do contrato, como por exemplo, aquisição de fundo de comércio, e posteriormente ao seu valor de custo ajustado menos a depreciação acumulada, perdas por *impairment*, ajustes do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente das parcelas não pagas no reconhecimento inicial, utilizando-se geralmente a taxa de juros de empréstimo incremental do Grupo, a não ser que a taxa desconto implícita no contrato possa ser determinada confiavelmente.

O passivo de arrendamento é subsequente acrescido do custo dos juros incorridos e reduzido pelos pagamentos das contraprestações de arrendamento pagas. O passivo de arrendamento também pode ser alterado quando há alterações em indexadores de inflação do contrato, alterações nas taxas contratuais, mudanças em opções de compras ou na expectativa da Administração de exercer ou não opções de saída ou renovação do contrato.

O Grupo aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período de tempo para o qual o Grupo possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos, o que podem impactar significantemente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

O Grupo não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

Os valores de créditos de imposto sobre pagamentos de arrendamento, PIS e COFINS, são considerados como parte do ativo e passivo de arrendamento, conforme o ofício circular CVM /SNC / SEP 02/2019.

Grupo como arrendatário

Os principais contratos de arrendamento do Grupo referem-se a imóveis onde estão instaladas nossas lojas, centros de distribuição e prédios administrativos. A conciliação da movimentação dos saldos do ativo de direito de uso é demonstrada na nota 13.2 e do passivo de arrendamento na nota 28.4. Os fluxos estimados de pagamento são demonstrados na nota 28.3.

Esses arrendamento de ativos imobiliários têm uma duração de 5 a 40 anos. Além disso, esses contratos são geralmente indexados a índices de inflação, que variam de acordo com o arrendador.

(Em milhões de Reais)	Cash & Carry Quantidade	Cash & Carry % total lojas	Varejo Quantidade	Varejo % total lojas	Banco Carrefour Quantidade	Clube Quantidade	Clube % total lojas	Média ponderada do prazo estimado de arrendamento (em anos)	Direito de uso líquido	Créditos de PIS e COFINS potencial	31/12/2024 Direito de uso total	31/12/2024 Passivo de arrendamento	31/12/2023 Direito de uso total	31/12/2023 Passivo de arrendamento
Autosserviço	113	30%	-	N.A	-	-	N.A	23	1.423	89	1.512	(1.574)	1.774	(1.703)
Atacado de entrega	11	33%	-	N.A	-	-	N.A	18	625	15	640	(671)	260	(282)
Sam's Club	-	N.A	-	N.A	-	23	40%	22	884	90	974	(1.058)	547	(577)
Hipermercado	-	N.A	45	39%	-	-	N.A	16	441	44	485	(546)	718	(792)
Supermercado	-	N.A	64	73%	-	-	N.A	16	208	17	225	(270)	529	(592)
Conveniências	-	N.A	126	88%	-	-	N.A	3	74	5	79	(89)	75	(84)
Centros de distribuições	-	N.A	11	1%	-	-	N.A	16	541	57	598	(646)	548	(761)
Edifícios administrativos	1	N.A	-	N.A	2	-	N.A	2	36	3	39	(48)	69	(86)
Total	125	-	246	-	2	23	-	-	4.232	320	4.552	(5.102)	4.520	(4.877)
Controladora											1.086	(1.360)	1.555	(1.503)
Passivo de arrendamento - Curto Prazo												(56)		(47)
Passivo de arrendamento Longo Prazo												(1.304)		(1.456)
Consolidado											4.552	(5.102)	4.520	(4.877)
Passivo de arrendamento - Curto Prazo												(253)		(259)
Passivo de arrendamento Longo Prazo												(4.849)		(4.618)

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo, o Grupo reavalia a taxa de juros quando há reavaliação do prazo de arrendamento.

Prazo	De	Até
1 a 5 anos	10,90%	15,68%
6 a 10 anos	12,84%	16,28%
11 a 15 anos	13,79%	16,27%
Mais de 15 anos	14,18%	16,23%

Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM/SNC/SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

(Em milhões de Reais)	2024	2025	2026	2027	A partir de 2028	Passivo de arrendamento
Inflação projetada (a)	4,89%	4,99%	4,03%	3,90%	3,90%	
Controladora	210	183	150	136	123	803
Consolidado	876	744	621	541	3.673	6.455

(a) Fonte: Relatório de Mercado Focus - Banco Central do Brasil

(Em milhões de Reais)	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxos corrigidos pela inflação	Despesa de depreciação do direito de uso	Despesa de depreciação considerando fluxos corrigidos pela inflação
Controladora	151	223	77	119
Consolidado	647	832	360	555

Grupo como arrendador

A controlada Carrefour arrenda suas propriedades para investimentos e galerias comerciais existentes em suas lojas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a controlada Carrefour possuía o seguinte cronograma de recebimentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Dentro de 1 ano	372	306
De 1 a 5 anos	582	606
Após 5 anos	118	214
Grupo como arrendador	1.072	1.126

Nota 16: Fornecedores

Políticas contábeis

Fornecedores correspondem principalmente contas a pagar. Eles também incluem contas a pagar que os fornecedores têm transferido para instituições financeiras como parte de programas de convênios sem direito de regresso. Não existe qualquer diferença substancial na natureza ou nos termos das responsabilidades antes e depois das transações de convênios.

São classificados na categoria outros passivos financeiros e mensurados a custo amortizado, conforme definido no CPC 38 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Nota 28). Fornecedores é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal, o que representa uma estimativa razoável do valor justo tendo em conta o vencimento em curto prazo.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Terceiros:				
Fornecedores mercadorias	7.321	9.629	15.034	14.198
Fornecedores diversos	97	145	1.412	1.385
Fornecedores de imobilizado	88	241	279	574
Fornecedores convênios (a)	1.398	2.249	3.262	3.861
Partes relacionadas:				
Carrefour Import S.A.	-	-	101	40
Unlimitail	-	-	13	-
Fornecedores	8.904	12.264	20.101	20.058
Fornecedores	7.506	10.015	16.839	16.197
Fornecedores - Convênios	1.398	2.249	3.262	3.861

(a) O Grupo disponibiliza aos fornecedores convênios com as instituições financeiras para antecipação das faturas do contas a receber dos fornecedores com o Grupo decorrentes da venda de mercadorias e prestação de serviços. O passivo do Grupo com os fornecedores convênios é registrado em rubrica de natureza similar a fornecedor no balanço patrimonial porque essa transação não altera a natureza, montantes não há inclusão de juros e de condições de prazo usuais de pagamento do capital de giro do Grupo antes e depois da antecipação para a Companhia e suas controladas, sendo ainda, de exclusividade o direito e a critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia e suas controladas junto às instituições financeiras. Os saldos de fornecedores e fornecedores - convênio são similares e tem o prazo médio de 78 dias de vencimentos em 31 de dezembro de 2024 (81 dias em 31 de dezembro de 2023).

Nota 17: Imposto de Renda e Contribuição Social

Políticas contábeis

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados com uma combinação de negócios ou itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O grupo possui controladas que optaram por calcular os lucros tributáveis como uma porcentagem das vendas brutas (lucro presumido). Desta forma, estas controladas calculam o imposto de renda e a contribuição social à alíquota de 32% sobre a receita bruta (atividades gerais) e 100% sobre a receita financeira, aplicando-se as alíquotas estatutárias de imposto de renda e contribuição social (25% e 9% respectivamente).

Segmentos de Soluções Financeiras

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos da instituição financeira Banco CSF S.A. são calculados pelas alíquotas de 15%, acrescidas de um adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R$ 240 mil para imposto de renda e 20% sobre o rendimento tributável da contribuição social sobre o Lucro Líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e de contribuição social, limitados a 30%. Adicionalmente, os créditos tributários foram reconhecidos pelas mesmas alíquotas de imposto de renda e contribuição social de 25% e 20% sobre as diferenças temporárias Diante da publicação da Lei nº 14.446/22, a alíquota da CSLL foi majorada temporariamente de 20% para 21% a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, retomando para 20% a partir de janeiro de 2023.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou perda do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como um ativo fiscal ou um passivo fiscal na melhor estimativa do valor projetado dos impostos a pagar ou a receber e reflete as incertezas relacionadas ao seu cálculo, se houver. É mensurado com base na taxa de imposto promulgada, ou substancialmente aprovada, na data da demonstração do balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais). São mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao período em que o ativo será realizado ou o passivo será liquidado, com base nas alíquotas e leis tributárias promulgadas até o final do período de relatório. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são descontados e são classificados no balanço patrimonial como "Ativos não circulantes" e "Passivos não circulantes".

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos é avaliada separadamente para cada pessoa jurídica com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período. Uma provisão para desvalorização é registrada para a baixa de ativos tributários diferidos cuja recuperação não é considerada provável.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existem fundamentos legais para compensar ativos ou passivos fiscais correntes, e quando estes se referem a um imposto de renda devido à mesma autoridade tributária sujeita a essa tributação.

Nota 17.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	(133)	(330)	(714)	(497)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(147)	(106)	1.147	(105)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(280)	(436)	433	(602)

Reconciliação da alíquota efetiva

A alíquota de imposto efetiva consolidada do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 29% (1.627% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023) e reflete, entre outros efeitos, a variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos.

A conciliação entre a alíquota de imposto efetiva e a alíquota nominal da Controladora e do Consolidado é demonstrada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	2.033	(359)	1.507	(37)
Alíquota de imposto	-34%	-34%	-34%	-34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de imposto combinada	(691)	122	(512)	13
Diferenças permanentes:				
Juros sobre capital próprio (a)	68	61	68	61
Equivalência patrimonial	303	(701)	-	(2)
Multas não dedutíveis	-	2	-	2
Variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos (b)	-	-	(257)	(694)
DTA reconhecido (c)	-	-	1.088	-
Diferença de alíquota de imposto na controlada Banco CSF - alíquota nominal de 45%	-	-	(37)	(32)
Subvenção de ICMS - incentivos fiscais	-	98	-	98
Outras diferenças permanentes	40	(18)	83	(48)
Total	(280)	(436)	433	(602)
Alíquota efetiva	-14%	121%	29%	1.627%

(a) Conforme divulgado na Nota 3.4 a Controladora deduziu para fins fiscais o valor dos juros sobre capital próprio .

(b) Refere-se a parcela não reconhecida de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de controladas das quais o Grupo não apresenta histórico de lucros tributários não estima lucros tributários futuros.

(c) Refere-se a DTA reconhecido sobre diferença temporária e prejuízo fiscal na WMS, vide detalhe na Nota 3.5

Nota 17.2. Impostos diferidos ativos e passivos

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Saldo de impostos diferidos ativos	-	-	1.749	454
Saldo de impostos diferidos passivos	(598)	(456)	(737)	(591)
Saldo líquido de impostos diferidos (passivos)	(598)	(456)	1.012	(137)

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão sam's club Carrefour Carrefour Bank carrefour property

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

Os quadros seguintes apresentam a composição dos impostos diferidos:

Controladora

(Em milhões de Reais)	01/01/2023	Reconhecido em: Resultado do exercício	ORA	01/01/2024	Reconhecido em: Resultado do exercício	ORA	31/12/2024
Depreciação de imobilizado	(265)	(66)	-	(331)	-	-	(331)
Amortização fiscal de ágio	(473)	-	-	(473)	(157)	-	(630)
Ganhos cambiais não realizados	(111)	57	-	(54)	54	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(170)	-	(170)
Ajuste a valor justo	(4)	4	-	-	16	-	16
Total imposto diferido passivo	(853)	(5)	-	(858)	(257)	-	(1.115)
Perda cambial não realizada	-	-	-	-	163	-	163
Instrumentos financeiros derivativos	156	(101)	(3)	52	(57)	5	-
Provisões	182	3	-	185	14	-	199
Outras provisões administrativas	19	(16)	-	3	1	-	4
Provisão para participação nos lucros	57	(10)	-	47	(12)	-	35
Provisão para descontos de vendas em estoque	34	5	-	39	(9)	-	30
Plano de pagamento baseado em ações	17	6	-	23	6	-	29
Outras provisões	41	12	-	53	4	-	57
Total imposto diferido ativo	506	(101)	(3)	402	(110)	5	517
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(347)	(106)	(3)	(456)	(147)	5	(598)

Consolidado

(Em milhões de Reais)	01/01/2023	Reconhecido em: Resultado do exercício	01/01/2024	Reconhecido em: Resultado do exercício	ORA	31/12/2024
Depreciação de imobilizado	(329)	(78)	(407)	(38)	-	(445)
Amortização fiscal de ágio	(619)	-	(619)	(157)	-	(776)
Ganhos cambiais não realizados	(41)	6	(35)	13	-	(22)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(50)	(50)	(124)	-	(174)
Total imposto diferido passivo	(989)	(122)	(1.111)	(306)	-	(1.417)
Perdas cambiais não realizadas	-	-	-	163	-	163
Impairment de ativos fixos	121	(49)	72	107	-	179
Instrumentos financeiros derivativos	48	8	56	(54)	(2)	-
Efeitos dos impostos no valor justo da aquisição do Grupo BIG	(55)	66	11	61	-	72
Provisões	2.625	(200)	2.425	(212)	4	2.217
Prejuízo fiscal	4.029	773	4.802	381	-	5.183
Provisão para participação nos lucros	154	(33)	121	(19)	-	102
Provisão para descontos de vendas em estoque	240	(26)	214	(2)	-	212
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	42	(1)	41	2	-	43
Plano de pagamento baseado em ações	17	6	23	6	-	29
Aluguéis	334	40	374	59	-	433
Outras provisões	878	127	1.005	72	-	1.077
Total imposto diferido ativo	8.433	711	9.144	564	2	9.710
Total de impostos diferidos líquidos	7.444	589	8.033	258	2	8.293
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	(7.476)	(694)	(8.170)	889	-	(7.281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(32)	(105)	(137)	1.147	2	1.012

Nota 17.3. Cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos

Estimamos o seguinte cronograma de recuperação dos ativos fiscais diferidos do Grupo com base nas: i) reversões de diferenças tributáveis futuras; e ii) expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico de viabilidade foi aprovado pela Administração:

(Em milhões de Reais)	Impostos diferidos ativos: Controladora	Impostos diferidos ativos: Consolidado
2025	384	1.144
2026	66	336
2027	67	390
2028	-	252
2029	-	307
Impostos diferidos ativos	517	2.429

Nota 18: Provisões e Passivos Contingentes

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do exercício, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos da entidade para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável, conforme uma análise feita caso a caso, exceto por uma parte de reclamações trabalhistas, cuja provisão é estimada com base nas perdas históricas.

Os passivos contingentes, que não são reconhecidos no balanço patrimonial, são definidos como:

• Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Grupo; ou

• Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque (i) não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou (ii) o montante da obrigação não possa ser medido com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. O Grupo divulga o ativo contingente, quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 1º de janeiro de 2019 entrou em vigência interpretação técnica ICPC 22 /IFRIC 23 sobre incertezas sobre o tratamento de imposto de renda. A controlada Carrefour Soluções Financeiras S.A. questiona o adicional de 6% de contribuição social cobrado de instituições financeiras.

De acordo com a nova norma, a provisão que é feita sobre essa discussão, passou a ser contabilizado na rubrica de imposto de renda e contribuição a pagar no passivo não circulante.

Nota 18.1. Movimentação das provisões

Controladora

(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Atualizações e juros líquida	Adições / (reversões)	Utilização	31/12/2024
Tributárias	185	22	(48)	(45)	114
Trabalhistas	57	9	1	(3)	64
Cíveis	31	6	1	(4)	34
Benefícios pós-emprego	17	-	(6)	-	11
Provisões	290	37	(52)	(52)	223

Consolidado

(Em milhões de Reais)	01/01/2024	Atualizações e juros líquida	Adições/ (reversões) (c)	Utilização	31/12/2024
Tributárias	8.846	102	(457)	(108)	8.383
Trabalhistas	2.347	8	283	(668)	1.970
Cíveis	1.088	(33)	(29)	(78)	948
Compromissos contingentes (a)	326	-	113	-	439
Benefícios pós-emprego (b)	22	1	6	-	29
Total	12.629	78	(84)	(854)	11.769

(a) A provisão sobre os compromissos contingentes refere-se às linhas de créditos concedidas aos clientes dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club à nossa empresa de segmentos financeiros, apresentadas na nota 33.

(b) Refere-se ao passivo atuarial decorrente dos benefícios pós-emprego, no caso médico.

(c) Em relação as contingências tributárias, o Grupo, conforme divulgado na nota 18.2.6 aderiu a programas fiscais de anistia junto a certos Estados, o efeito da renegociação dos débitos fiscais gerou uma reversão de R$ 244 milhões de contingências tributárias as demais reversões R$ 213 milhões são decorrências de decadências e ou mudanças de prognósticos de desembolso de caixa avaliados por assessores jurídicos. As adições de contingências trabalhistas decorrem de reclamações em relação à jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhista em que o Grupo é réu.

As empresas do Grupo estão envolvidas em certo número de processos judiciais, administrativos e reclamações no curso normal dos negócios. As empresas também estão sujeitas a auditorias fiscais que podem resultar em autos de infração. As principais reclamações e processos judiciais são descritas a seguir. Em cada caso, o risco é avaliado pela Administração do Grupo e seus assessores jurídicos.

Litígios e processos judiciais

O Grupo está envolvido em litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e processos judiciais.

Nota 18.2. Litígios tributários provisionados

O Grupo possui autos de infração e demandas judiciais relacionados a matérias fiscais nas esferas municipais, estaduais e federal. Para aquelas em que há uma estimativa de perda provável, foram constituídas provisões em montante considerado suficiente para cobrir decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2024, as principais demandas tributárias sujeitas a provisões eram:

Nota 18.2.1. PIS e COFINS

A sistemática da não-cumulatividade para a apuração e pagamento de PIS e COFINS está em vigor desde 2002. Nesse regime, o contribuinte tem o direito de deduzir o montante de PIS e COFINS pagos em estágios anteriores da cadeia produtiva daqueles a pagar no estágio atual. Em 2004, o Carrefour optou por discutir judicialmente o aproveitamento integral de créditos de PIS e COFINS de determinados custos e despesas necessários para suas atividades. O Carrefour reconhece créditos de PIS e COFINS sobre itens em disputa e como o desfecho da mencionada demanda judicial ainda é incerto, o Carrefour reconheceu provisão para determinados créditos e efetuou depósito judicial da importância envolvida, em bases mensais.

Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.

Os valores referentes a esta provisão estão depositados judicialmente, conforme apresentado na Nota 11.

Nota 18.2.2. ICMS Cesta Básica

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que parte dos créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica deveria ser estornada. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, impactando todos os contribuintes. Os contribuintes apresentaram embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Em 9 de maio de 2019, o STF rejeitou os embargos de declaração, apresentados pelo contribuinte no caso principal (RE 635.688). Como resultado, não houve modulação dos efeitos do estorno de parte dos créditos reconhecidos sobre as transações de períodos anteriores dessa decisão. Desta forma, parte substancial das adições de provisões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 refere-se à provisão registrada em decorrência da mudança de estimativa de probabilidade de perda de possível para provável em relação à matéria.

Em 06 de junho de 2019, os contribuintes envolvidos nesta causa apresentaram novos embargos de declaração que foram novamente rejeitados.

A Companhia e suas controladas aderiram a programas de anistia fiscal concedidos por determinados Estados durantes os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2021 e 2020, os quais incluíram débitos relacionados a este tema.

Nota 18.2.3. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF

As subsidiárias do Grupo BIG foram autuadas pela Receita Federal visando a cobrança de IOF/Crédito nas operações de mútuo entre as empresas do Grupo. Devido à natureza extrafiscal do IOF sua incidência deveria estar limitada às instituições financeiras. Em razão da controvérsia, o tema será decidido pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral.

Devido aos precedentes dos Tribunais inferiores, desfavoráveis aos contribuintes, foi constituída a provisão.

Em 31 de dezembro de 2024 a provisão constituída, atualizada pela correção monetária, totalizava o valor de R$ 268 milhões (em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 254 milhões).

Nota 18.2.4. IPI na Importação com Posterior Revenda dos Importados

As subsidiárias do Grupo BIG receberam algumas autuações da autoridade fiscal federal visando a cobrança de IPI sobre Revenda de Produtos Importados. Após decisão do Supremo Tribunal Federal, que decidiu em sede de repercussão geral (RE946648), sobre a incidência do IPI na revenda, foi revisada a expectativa de perda para provável, com a constituição da respectiva provisão.

Durante o terceiro trimestre de 2023, a subsidiária do Grupo BIG aderiu à acordo de transação tributária instituído pela Procuradoria da Fazenda Nacional para parcelamento de um dos débitos sobre o tema, de modo que parte dos valores previamente provisionados foram transferidos para o contas a pagar (R$ 130 milhões), permanecendo R$ 190 milhões a título de provisão em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 era R$ 181 milhões).

Nota 18.2.5. Outras contingências fiscais

A Companhia e suas controladas receberam outras autuações fiscais que, após análise, foram classificadas como "perdas prováveis". Os principais tópicos envolvidos são: (i) ICMS - créditos indevidos, demandas entre os Estados referentes à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), créditos sobre energia elétrica, falta de pagamento e obrigações acessórias, (ii) Aplicação do Fator Acidentário de Prevenção - "FAP", (iii) Pedido eletrônico de restituição, ressarcimento, reembolso e compensação - "PER/DCOMP", (iv) COFINS - Base de cálculo e alíquota, (v) contribuições previdenciárias incidentes sobre algumas verbas e descontos em folha de pagamento e (vi) outras causas menos relevantes.

Nota 18.2.6. Resumo dos litígios fiscais provisionados

Os litígios tributários do Grupo provisionados, por natureza de tributo é apresentada no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
PIS e COFINS	(36)	(35)	(1.611)	(1.534)
IOF	-	-	(268)	(254)
IPI	-	-	(190)	(181)
ICMS	(78)	(109)	(1.191)	(1.579)
Outros tributos	-	(41)	(902)	(912)
Total das provisões tributárias prováveis	(114)	(185)	(4.162)	(4.460)
Ajustes ao valor justo do passivo contingente adquirido na aquisição do Grupo BIG (nota 18.5.1)	-	-	(4.221)	(4.386)
Total das provisões tributárias	(114)	(185)	(8.383)	(8.846)
Depósitos judiciais oferecidos em garantia (nota 11)	-	-	1.736	1.651
Provisões tributárias líquidas de depósitos dados em garantia	(114)	(185)	(6.647)	(7.195)

O Grupo aderiu, no ano de 2024, a determinados programas estaduais de anistia fiscal. Os principais programas foram lançados pelos Estados de Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina. O valor total envolvido nestes programas é de R$ 49 milhões na controladora e R$ 491 milhões no consolidado, cujos pagamentos realizados durante o ano de 2024 totalizaram R$ 82 milhões no consolidado. A reversão das provisões, devido ao benefício dessas anistias, foi de R$ 248 milhões no consolidado e, esses impactos encontram-se registrados no resultado no grupo de outras receitas e despesas (Nota 25). O passivo tributário decorrente destas renegociações em que há parcelamento está registrado na rubrica de "outras contas a pagar" no Consolidado.

Nota 18.3. Disputas relacionadas a empregados (trabalhistas) provisionadas

O Grupo é parte de vários processos trabalhistas e procedimentos administrativos iniciados por ex-empregados, terceiros, associações profissionais e Ministério Público, envolvendo, basicamente reclamações em relação à jornada de trabalho, entre outras obrigações previstas na legislação trabalhistas. Tais demandas envolvem o pagamento de horas extras, vínculo empregatício e outros efeitos correlacionados, além de solicitações de associações profissionais e do Ministério Público, para comprovar o cumprimento da legislação trabalhista e ajuste de conduta.

Demandas de ex-empregados e empregados terceirizados

Devido ao número significativo de processos trabalhistas, a provisão é calculada, considerando um histórico de perdas para avaliar o montante envolvido para casos em fase inicial e inferiores a R$ 1 milhão. Baseado em banco de dados das empresas do Grupo referentes aos processos concluídos nos últimos dois anos e segregando os empregados pelas principais categorias, uma média sobre os pagamentos efetuados sobre os montantes reclamados é calculada e aplicada para novas reclamações. Além disto, para os casos cujas reclamações trabalhistas são superiores a R$ 1 milhão, a expectativa de perda, incluindo o montante a ser registrado, é individualmente analisado por assessores jurídicos internos e externos do Grupo.

Nenhuma reclamação trabalhista individualmente é considerada como material pelo Grupo.

Processos coletivos movidos por associações profissionais e pelo Ministério Público

As ações judiciais ou administrativas movidas por associações profissionais e pelo Ministério Público são avaliadas caso a caso e as provisões são constituídas em quantidade suficiente quando necessário.

Nenhuma das ações movidas por associações ou Ministério Público é considerada individualmente material pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões para processos trabalhistas totalizavam R$ 1.970 milhões (R$ 2.347 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Nota 18.4. Demandas judiciais e administrativas (Cíveis)

No âmbito administrativo, o Grupo Carrefour está sujeito às fiscalizações e autuações dos mais diversos órgãos e das mais diversas esferas (Municipal, Estadual e Federal), tendo em vista a ampla regulamentação aplicada ao ramo varejista. Já no âmbito judicial, as ações se concentram em questões originadas das relações de consumo, da relação comercial com os fornecedores e de demandas movidas em face dos órgãos regulatórios.

Em 31 de dezembro de 2024, as provisões para as disputas cíveis totalizavam R$ 948 milhões (R$ 1.088 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Nota 18.5. Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possui contingências tributárias, classificadas como perdas possíveis, conforme avaliação da Administração com o suporte de assessores jurídicos externos. Assim, não houve constituição de provisões para esses montantes, que totalizam, R$ 6.569 milhões na Controladora (R$ 6.428 milhões em 31 de dezembro de 2023) e R$ 13.418 milhões no Consolidado (R$ 12.917 milhões em 31 de dezembro de 2023). Considerando os efeitos dos impostos diferidos passivos reconhecidos no período, o montante líquido dessas contingências para o Grupo é de R$ 5.969 milhões na Controladora (R$ 5.955 milhões em 31 de dezembro de 2023) e R$ 12.867 milhões no Consolidado (R$ 12.329 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Nota 18.5.1. Tributários

Os passivos contingentes tributários são:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Imposto de renda e Contribuição social	4.072	4.106	4.279	4.342
PIS e COFINS	1.682	1.489	5.091	4.597
ICMS	784	676	3.209	2.968
Outros tributos	31	157	839	1.010
Total	6.569	6.428	13.418	12.917

Os principais aspectos relacionados aos passivos contingentes tributários referem-se a: (i) dedutibilidade da amortização de ágios, (ii) alteração de regime de tributação da variação cambial para apuração do imposto de renda e contribuição social, (iii) tributação do ICMS sobre cupons cancelados e créditos de ICMS em disputa no Estado de São Paulo, (iv) base de cálculo do ICMS nas transferências interestaduais de mercadorias e (v) reconhecimento de créditos de PIS/COFINS sobre determinadas despesas, além da tributação de PIS/COFINS sobre bonificações recebidas de fornecedores.

Conforme o item 23 do CPC 15/IFRS 3, os passivos contingentes tributários decorrentes da aquisição do Grupo BIG, classificados como de perda possível, totalizam R$ 13.128 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 12.108 milhões em 31 de dezembro de 2023). A Companhia mantém provisionado o valor justo de R$ 4.221 milhões (R$ 4.386 milhões em 31 de dezembro de 2023), relacionado principalmente a tributos federais e impostos estaduais, os quais não estão incluídos no quadro resumo acima.

Os casos mais relevantes são apresentados a seguir:

Dedutibilidade de amortização de ágio no Atacadão S.A. (IRPJ e CSLL)

A Companhia tem sido questionada desde junho 2013 quanto à amortização do ágio para fins fiscais referentes à aquisição do Atacadão ocorrida em 2007.

O principal questionamento das autoridades fiscais brasileiras refere-se à dedutibilidade da amortização do ágio decorrente da aquisição do Atacadão em 2007. A referida aquisição foi realizada por meio de uma holding brasileira a qual foi, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ / CSLL relativos: (a) as despesas financeiras referentes à dívida que foi inicialmente registrada pela holding brasileira e, posteriormente, transferida para o Atacadão; e (b) ao montante de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pago pelo Atacadão aos seus acionistas, desproporcionalmente à participação detida pelos acionistas. Os autos acima mencionados foram contestados pela Companhia.

Para o primeiro caso, durante o primeiro semestre de 2016, uma decisão parcialmente favorável foi proferida, em esfera administrativa, reduzindo o risco total do auto de infração, quanto à dedutibilidade das despesas financeiras e multa qualificada. Com a exclusão dos valores cancelados (por meio da parte favorável do julgamento), em decorrência das decisões, a cobrança mantém-se em R$ 2.903 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 2.763 milhões em 31 de dezembro de 2023), considerando encargos advocatícios.

Em julho de 2017, a Companhia recebeu decisão desfavorável em instância final administrativa quanto aos demais pontos (dedutibilidade da amortização do ágio, multa isolada e JCP) e deu prosseguimento à defesa na esfera judicial. Em outubro de 2017, a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio do oferecimento de seguro-garantia.

Em julho de 2018, foi proferida decisão judicial de primeira instância desfavorável com relação aos juros sobre capital próprio - "JCP". Em face desta decisão, a Companhia apresentou recurso, e não há alteração na avaliação de risco.

Adicionalmente, quanto à mesma operação, a Companhia recebeu um segundo auto de infração complementar em 2016, relativa aos períodos de 2012 e 2013. Não existem períodos subsequentes sujeitos a questionamentos por parte das autoridades tributárias pertinentes a essa matéria.

Com relação ao segundo auto de infração mencionado acima, em fevereiro de 2018, a Companhia obteve decisão administrativa parcialmente favorável no CARF quanto à (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. Quanto aos temas da amortização do ágio e da distribuição dos juros sobre capital próprio ("JCP"), o CARF manteve o posicionamento desfavorável. Atualmente há recursos da Companhia e das autoridades fiscais pendentes de julgamento. Em dezembro de 2019 a Companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R$ 120 milhões. Em junho de 2020 a Companhia ingressou com medida judicial para continuar a discussão jurídica, bem como garantiu o montante envolvido por meio de oferecimento de seguro-garantia. Em 31 de dezembro de 2024 o valor referente a este auto era de R$ 1.065 milhões (R$ 1.006 milhões em 31 de dezembro de 2023), considerando encargos advocatícios.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total em disputa era de R$ 3.968 milhões (R$ 3.768 milhões em 31 de dezembro de 2023), considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R$ 3.495 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 3.296 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Alteração de regime de tributação da variação cambial

A Companhia recebeu autos de infração pertinente ao período de 2015 e 2016 relacionados ao Imposto de Renda e Contribuição Social. As autoridades fiscais federais questionaram a mudança do regime de reconhecimento das variações cambiais e seus efeitos.

No terceiro trimestre de 2024, foram proferidas decisões em ambas as autuações sobre o tema, sendo uma integralmente favorável e outra parcialmente favorável, com um ganho substancial para a Companhia, restando ainda discussão sobre a parcela remanescente. Em 31 de dezembro de 2024, o montante total em disputa era de R$ 434 mil (R$ 338 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Cálculo de imposto sobre cupons cancelados no Carrefour (ICMS)

O Carrefour recebeu autos de infração do Estado de São Paulo para os anos calendários de 2006 a 2010, referentes à suposta falta de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando do cancelamento de cupons fiscais. Tais cancelamentos resultam de situações nas quais os clientes do Carrefour eventualmente desistem da compra dos produtos no caixa ou devido ao programa denominado "Compromisso Público Carrefour", por meio do qual o Carrefour adota preço inferior comprovado e apresentado pelo cliente, em um produto idêntico àquele a ser comprado numa loja Carrefour.

A defesa do Carrefour tem consistido em demonstrar, por amostragem, que cada cancelamento registrado, possui a documentação requerida. Na data da emissão destas demonstrações contábeis, vinte e oito casos haviam sido julgados na esfera judicial, vinte e dois com decisões favoráveis ao Carrefour, cinco decisões parcialmente favoráveis (aproximadamente 90% de ganho) e uma desfavorável com recurso do Carrefour pendente de julgamento. Os demais processos aguardam julgamento seja na esfera administrativa ou na esfera judicial.

O Carrefour constituiu provisão sobre o valor atualizado dos débitos, levando em consideração os casos que já receberam decisões já proferidas, ainda que não definitivas, o montante provisionado é revisado periodicamente.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo deste passivo contingente era de R$ 1.161 milhões (R$ 1.138 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Créditos tributários disputados no Carrefour (ICMS)

Os centros de distribuição de São Paulo receberam autuações referentes a supostos créditos indevidos de ICMS, referente ao ano de 2008. As Autoridades alegaram que tais créditos haviam sido reconhecidos em 2008 através de Guias de Informação e Apuração do ICMS - "GIA's", e registrados nos livros fiscais sem a devida documentação (notas fiscais). Em 31 de dezembro de 2024, o valor total das autuações recebidas era de R$ 561 milhões (R$ 539 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Créditos tributários decorrentes de determinadas despesas (PIS e COFINS)

O Grupo Carrefour recebeu autuações fiscais referentes ao reconhecimento de créditos tributários sobre determinadas despesas. Foram apresentadas defesas integrais nos casos, os quais aguardam julgamento definitivo.

O valor total das atuações fiscais era de R$ 2.051 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1.926 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Dedutibilidade da amortização do ágio no Carrefour (IRPJ)

No decorrer de suas atividades econômicas, o Grupo Carrefour adquiriu nove redes de supermercados entre os anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente incorporadas ao Carrefour. Estas transações geraram o registro de ágio que foi amortizado para fins fiscais.

Referente à matéria e para os anos de 2007 a 2013, a autoridade tributária questiona a dedutibilidade da amortização do ágio, reconhecida pelo Carrefour, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei n. 9.249/1995, Decreto n. 1.598/1977 e normas de contabilidade. O ponto principal da discussão é a comprovação de pagamento feito pelo Carrefour para as aquisições realizadas e alocação das despesas de ágio. Adicionalmente, os autos de infração tratam também sobre as despesas de provisões não dedutíveis e a redução do lucro tributável.

Em janeiro de 2017, o CARF decidiu, por unanimidade, a favor do Carrefour: (i) sobre a dedutibilidade do ágio (2009 a 2012) relacionado a duas das nove aquisições; e (ii) relativa à redução do lucro tributável. O Grupo está aguardando a publicação da decisão. As demais aquisições ainda aguardam julgamento.

Em setembro de 2017, a Câmara Superior do CARF, para o período de 2007, manteve a decisão parcialmente favorável quanto à dedutibilidade do ágio (2007) referente às duas aquisições e relativo ao lucro tributável, entretanto, a Câmara julgou improcedente a dedutibilidade do ágio para as demais aquisições.

Em outubro de 2017, foi publicado o acórdão e o Carrefour apresentou recurso Embargos de Declaração que foram julgados e a Câmara Superior do CARF manteve a decisão parcialmente favorável.

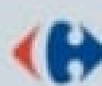
Em março de 2018, o processo foi encerrado na esfera administrativa e a Receita Federal do Brasil constituiu a cobrança do débito remanescente com base nos efeitos da decisão parcialmente favorável. A Companhia está seguindo com a discussão na esfera judicial e apresentou seguro garantia.

Em dezembro de 2018, a controlada Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, mas relacionado ao ano-calendário de 2013. Nesse caso, considerando

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2024**



GRUPO CARREFOUR BRASIL





Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

que o Carrefour tenha prejuízo fiscal, a autoridade tributária identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013 (R$ 69 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019. Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve uma decisão favorável no caso da amortização de ágio decorrente da aquisição da Companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superiora do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R$ 62 milhões (ágio 2008 a 2012).

Em 31 de dezembro de 2024 o valor total das autuações recebidas era de R$ 201 milhões (R$ 230 milhões em 31 de dezembro de 2023) considerando o imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante o período de amortização fiscal, o risco líquido para a Companhia é de R$ 85 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Bonificação de fornecedores recebidas (PIS e COFINS)

Como prática comum no varejo, o Grupo Carrefour recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais valores como redução de custos e despesas.

O Grupo Carrefour recebeu autos de infração, nos quais a autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS.

Decisões favoráveis foram proferidas ao longo dos anos, mas nenhuma delas de forma definitiva.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total das autuações recebidas pelo Grupo Carrefour era de R$ 1.484 milhões (R$ 1.379 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Outras contingências tributárias não provisionadas

A Companhia e suas controladas possuem demandas administrativas e judiciais em andamento, classificadas como de perda possível após análise técnica. Entre os principais temas estão: ICMS - créditos questionados, disputas entre estados relacionadas à concessão de benefícios fiscais (guerra fiscal), pendências de pagamento e obrigações acessórias, além de créditos de PIS/COFINS.

Nota 18.5.2. Cíveis

Processo administrativo

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios acima e o processo criminal em andamento não envolveram a Companhia e o funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A foram absolvidos.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. No dia 14 de março de 2023 foi proferida decisão de primeira instância para um dos casos absolvendo o Atacadão S.A, sendo que em 12 de abril de 2023 foi certificado o transcurso do prazo sem a apresentação de recurso pela Municipalidade. O outro processo se encontra em fase inicial.

Com base nas circunstâncias de conhecimento da Companhia até o momento e decisões proferidas nos processos, não existem ajustes a serem feitos nas informações contábeis intermediárias em relação ao tema.

Nota 18.5.3. Possíveis Cíveis

Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía ações, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos é possível, de natureza cível, para as quais não há provisão constituída no montante de R$ 31 milhões, e no Consolidado, no montante de R$ 107 milhões. A Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Conforme requerido pelo item 23 do CPC 15/IFRS 3, os passivos contingentes cíveis oriundos da aquisição do Grupo BIG, com classificação de risco possível, a Companhia tem provisionado em 31 de dezembro de 2024 o valor justo no montante de R$ 194 milhões.

Nota 18.6. Ativos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram, no passado, com medidas judiciais individuais questionando a incidência de contribuições previdenciárias sobre o terço constitucional de férias. Embora o mérito da questão tenha sido julgado desfavoravelmente aos contribuintes pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Tema 985/STF), a partir de setembro de 2020, os embargos de declaração foram recentemente julgados. O STF modulou efeitos da decisão, garantindo aos contribuintes que possuíam ações judiciais em curso e pagaram indevidamente as contribuições, o direito à restituição ou compensação dos valores pagos até 14 de setembro de 2020.

Diante da necessidade de futuros eventos judiciais, como a aplicação do resultado do julgamento do Tema 985/STF aos processos individuais e o trânsito em julgado das ações, a administração da Companhia e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2024, classificam como provável a existência desse ativo contingente, no montante de R$ 68 milhões na Controladora e R$ 207 milhões no Consolidado. Esta é a melhor estimativa da Administração no momento.

A Companhia e suas subsidiárias continuarão a monitor o andamento das ações em curso e fornecerão atualizações nas demonstrações financeiras subsequentes, conforme necessário.

Nota 19: Receita Diferida

Controladora

Em junho de 2016, a Companhia celebrou com sua controlada indireta o Banco CSF S.A., acordo operacional pelo prazo de dezesseis anos para a criação de um novo cartão de crédito, o "Cartão Atacadão", além de possibilitar a oferta, distribuição e comercialização, de produtos e soluções financeiras do Banco Carrefour aos clientes da Companhia.

Essa parceria propiciou o ingresso de R$ 825 milhões no caixa da Companhia em setembro de 2016. Esse montante foi pago pela exclusividade e pelo uso da base de dados de clientes da Companhia, durante o período em que vigorar o acordo operacional, e pela viabilização da operação e oferta desses serviços nas lojas do Atacadão. O reconhecimento da receita decorrente dos recursos recebidos será apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato.

Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor dessa receita diferida na Companhia foi reconhecido somente no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A. controladora direta do Banco CSF S.A.

A tabela abaixo mostra o montante registrado na controladora referente a essa transação:

	Controladora	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023
Transação "Cartão Atacadão"	194	220
Outras receitas diferidas	16	19
Receita diferida	210	239
Circulante	33	31
Não circulante	177	208

Consolidado

Em 03 de novembro de 2020, a Companhia lançou o Programa "Minhas Recompensas", conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), e-commerce (alimentar e não alimentar) e o banco. Nele, os clientes podem acumular moedas virtuais e trocá-las, durante o período de três meses, por inúmeros benefícios, seja em vouchers de desconto em compras ou para uso em nossos parceiros, de forma a gerar economias na cesta como um todo. As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate dessas moedas. A mesma é reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas, momento no qual os custos incorridos devido à entrega das recompensas também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que as moedas expiram.

A Administração da Companhia decidiu encerrar o Programa "Minhas Recompensas" em 28 de fevereiro de 2024, em conformidade com os requisitos estabelecidos no regulamento do plano. A decisão foi tomada após uma análise detalhada do desempenho financeiro e estratégico do programa, bem como das mudanças nas preferências dos clientes e no ambiente de negócios. Os passivos relacionados ao programa foram baixados do balanço patrimonial e gerou um impacto de R$ 44,8 milhões.

Nota 20: Patrimônio Líquido

Nota 20.1. Gestão de capital

Os objetivos de gestão de capital (capital próprio e capital de dívida) são:

- Assegurar que o Grupo possa continuar a funcionar como empresa em atividade, nomeadamente mantendo elevados níveis de recursos líquidos;
- Otimizar os retornos dos acionistas; e
- Manter a alavancagem adequada a fim de minimizar o custo de capital e manter a solvência do Grupo a um nível que lhe permita acessar a uma vasta gama de fontes e instrumentos de financiamento.

Para manter ou ajustar seu endividamento, o Grupo pode assumir novos empréstimos ou liquidar os empréstimos existentes, ajustar o dividendo pago aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, comprar ações ou vender ativos para utilizar os rendimentos para pagar dívidas.

O Banco CSF deve ter capital próprio suficiente para cumprir os indicadores de adequação de capital e as regras mínimas de capital estabelecidas pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Nota 20.2: Capital social e ações em tesouraria

Nota 20.2.1. Capital social

Emissão de ações

Até 31 de dezembro de 2024, a Companhia emitiu 762.300 novas ações ordinárias (1.100.345 em 31 de dezembro de 2023).

O capital social da Companhia, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração dentro do capital autorizado, era de R$ 9.960 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 9.960 milhões em 31 de dezembro de 2023), representado por 2.109.056.711 ações ordinárias (2.108.294.411 em 31 de dezembro de 2023), nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social por quantidade de ações em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada abaixo:

Quantidade de ações	31/12/2024		31/12/2023	
Acionistas				
Carrefour Nederland B.V.	770.832.974	36,5%	770.832.974	36,6%
Carrefour S.A.	651.400.000	30,9%	651.400.000	30,9%
Peninsula IV FIP - Multiestrategia	78.655.950	3,7%	78.655.950	3,7%
Peninsula I FI em Participações Multiestrategia	51.777.904	2,5%	51.777.904	2,5%
Peninsula Partners FIA IE	23.725.600	1,1%	23.725.600	1,1%
Outros	532.664.283	25,3%	531.901.583	25,2%
Total	2.109.056.711	100%	2.108.294.411	100%

Nota 20.2.2. Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pelo Grupo e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem ter como contrapartida qualquer esforço do Grupo em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços, são transações de capital com os sócios. As reservas de capital somente podem ser utilizadas para: *i)* absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros; *ii)* resgate, reembolso ou compra de ações; *iii)* resgate de partes beneficiárias; *iv)* incorporação ao capital; *v)* pagamento de dividendo cumulativo e; *vi)* outros itens relacionados à aquisição do Grupo BIG.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor total da reserva de capital era de R$ 2.156 milhões (R$ 2.154 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Efeito dos planos de ações e de opções liquidável em ações

O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 83 milhões (R$ 81 milhões em 31 dezembro de 2023) correspondente ao efeito do plano de opções liquidável em ações da Companhia e ao plano de benefício liquidável com ações da controladora final da Companhia (Carrefour S.A.) apresentados na nota 31.

Nota 20.2.3. Efeito líquido da aquisição de participação de minoritários

Montante decorrente da transação entre acionistas em 2014, ocasionando a incorporação das quotas da Brepa Comércio e Participações Ltda. "Brepa", que era a controladora anterior do Grupo Carrefour Brasil, pela Companhia, originado na aquisição de participações minoritárias no Carrefour Comércio e Indústria Ltda. pela Brepa.

Nota 20.2.4. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 era de R$ 714 milhões e em 31 de dezembro de 2023 era de R$ 627 milhões.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com objetivo à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais foi constituída nos termos do artigo 30 da Lei nº 12.973/14, podendo ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Nota 20.2.5. Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

(i) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge (Nota 28.8);

(ii) Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes; e

(iii) Variação líquida acumulada de provisão de benefícios pós-emprego aos funcionários do Grupo.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos ou passivos a que elas se referem.

Nota 20.3. Ações em tesouraria

Políticas contábeis

As ações em tesouraria são registradas pelo custo como uma dedução do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas com vendas de ações em tesouraria (e o respectivo efeito tributário) são registrados diretamente no patrimônio líquido sem afetar o lucro líquido do exercício.

Não havia ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Nota 20.4. Dividendos

Políticas contábeis

O Estatuto da Companhia prevê que, no mínimo, 0,1% do lucro líquido anual ajustado seja distribuído como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício, no montante do dividendo mínimo obrigatório que ainda não tenha sido distribuído, caso este limite não tenha sido atingido pelas remunerações intermediárias. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo Adicional Proposto". Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do exercício.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio ("JSCP") é reconhecido na demonstração de resultado (nota explicativa nº 17.1).

Controladora

Em 13 de abril de 2023, nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia no valor bruto de R$ 132 milhões, equivalente ao valor de R$ 0,0628537948 por ação. Tal valor, somado aos R$ 687 milhões declarados e pagos na forma de antecipação de lucros, em 29 de junho de 2022, 26 de setembro de 2022 e 19 de dezembro de 2022, nos termos das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 13 de junho de 2022, 12 de setembro de 2022 e 1º de dezembro de 2022, totalizam R$ 819 milhões, correspondentes a 45% do lucro líquido ajustado da Companhia apurado no exercício de 2022.

Em 12 de junho de 2023, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia no valor total R$ 179 milhões, relativos ao exercício fiscal de 2023, equivalentes ao valor de R$ 0,084924093 por ação em circulação. O pagamento foi efetuado em 29 de novembro de 2023.

Em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia pelo valor bruto de R$ 200 milhões relativos ao exercício fiscal de 2024, equivalentes ao valor de R$ 0,094829124 por ação. Fizeram jus ao pagamento os acionistas constantes da posição acionária da Companhia em 23 de dezembro de 2024, sendo que a partir de 24 de dezembro de 2024 (inclusive) as ações serão negociadas na bolsa de valores "ex-direito" aos juros sobre capital próprio.

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados sobre o valor do lucro líquido contábil após a destinação à Reserva legal e em 31 dezembro de 2024 foi de R$ 1,7 milhões.

Controlada BSF holding

Em 27 de abril de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 101 milhões, dos quais o valor de R$ 52 milhões à controlada direta Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e o valor de R$ 49 milhões ao acionista não controlador Itaú Unibanco S.A. O pagamento foi efetuado em 20 de junho de 2023.

Em 14 de dezembro de 2023, na Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a proposta de não distribuição de dividendos da controlada BSF holding, referente ao ano de 2023.

Nota 20.5. Não controladores

Em 31 de dezembro de 2024, os acionistas não controladores possuem participação em 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A. (31 de dezembro de 2023, os acionistas não controladores possuem participação em 49% das ações da Cotabest Informação e Tecnologia S.A. e 49% do capital social da controlada BSF Holding S.A.) detida pelo Banco Itaú Unibanco S.A. A BSF holding detém 100% do capital social do Banco CSF S.A, cujo objeto é o fornecimento, distribuição e comercialização de produtos e soluções financeiras.

Nota 21: Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação (Participação dos Controladores)

Políticas contábeis

De acordo com o CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação, o resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) (o denominador) durante o exercício.

As ações em tesouraria, descritas na Nota 20.3, não são consideradas em circulação e, portanto, são deduzidas do número de ações utilizado para os cálculos de lucro por ação. As ações emissíveis de forma contingente são tratadas como em circulação e incluídas no cálculo do resultado básico por ação somente a partir da data em que todas as condições necessárias estejam satisfeitas. O resultado diluído por ação é calculado ajustando-se o lucro líquido, ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O número médio ponderado de ações considera os efeitos das emissões de ações ordinárias em função do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, Plano "Pré-IPO", descrito na nota 31.

A tabela a seguir mostra o cálculo do resultado por ação ordinária:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores (Em milhões de Reais)	1.753	(765)
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhões)	2.109	2.107
Denominador básico (em milhões)	2.109	2.107
Opções de compra de ações (em milhões)	-	-
Denominador diluído (em milhões)	2.109	2.107
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R$)	0,83	(0,36)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R$)	0,83	(0,36)

Nota 22: Receita Operacional Líquida

Políticas contábeis

Receitas ("Receita operacional líquida") compreendem receitas líquidas e outras receitas.

As vendas líquidas correspondem exclusivamente às vendas realizadas por meio das lojas do Grupo, e-commerce, postos de gasolina e farmácias.

As outras receitas compreendem as receitas de atividades bancárias (incluindo serviços e comissões em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular, taxas de cartões bancários e taxas de organização de linhas de crédito tradicionais e renováveis), receitas de desenvolvimento imobiliário, taxas de agências de viagens, aluguéis de centros comerciais e taxas de franquia.

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em troca de bens ou serviços, excluindo impostos sobre vendas e líquidos de quaisquer benefícios concedidos a clientes (devoluções e descontos comerciais).

A receita é reconhecida se:

- Sobre as vendas de mercadorias, (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A constituição e recomposição do ajuste a valor presente é registrada na rubrica de contas a receber e tem a contrapartida a rubrica de receita operacional líquida. A receita é mensurada líquida de devoluções e descontos comerciais.

Sobre as vendas de serviços, (i) No período em que o serviço é prestado (serviços e comissões em apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, como agente de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular), os pagamentos são apresentados em uma base líquida e reconhecidos na declaração da renda quando for provável que os benefícios econômicos fluirão para o Grupo, e quando as quantidades podem ser mensuradas de forma confiável (ii) as receitas de soluções financeiras do Banco CSF S.A. (taxas de cartão bancário e comissões de crédito tradicional e rotativo, entre outras, autorizadas e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN) são reconhecidas ao longo da vigência do contrato (iii) a receita de aluguel é reconhecida pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta	66.059	74.340	127.471	121.822
Impostos sobre receitas	(6.583)	(6.980)	(11.835)	(11.963)
Receita operacional líquida	59.476	67.360	115.636	109.859

Nota 22.1 Vendas líquidas

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas brutas de vendas	65.653	74.061	120.594	115.458
Impostos sobre vendas	(6.559)	(6.952)	(11.275)	(11.472)
Vendas líquidas antes do programa de fidelidade	59.094	67.109	109.319	103.986
Programa de fidelidade	-	-	(8)	(74)
Vendas líquidas	59.094	67.109	109.311	103.912

Nota 22.2 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas brutas	-	-	5.495	5.039
Impostos e deduções	-	-	(328)	(279)
Receitas de transações financeiras	-	-	5.167	4.760
Serviços e comissões	202	242	1.027	1.037
Receita de aluguéis	204	37	363	362
Impostos sobre vendas	(24)	(28)	(232)	(212)
Outras receitas	382	251	6.325	5.947

Nota 23: Custo das Mercadorias Vendidas, Serviços Prestados e Operações Financeiras

Políticas contábeis

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos comerciais recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística e outros custos (principalmente custos dos serviços prestados pela empresa de Soluções financeiras). Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos.

O Grupo reconhece descontos comerciais somente quando há evidência de acordos com fornecedores, o valor pode ser confiavelmente mensurado e sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, o Grupo estima o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pelo Grupo, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

O custo dos serviços prestados compreende os gastos de pessoal e a depreciação de ativos relacionados às prestações de serviços.

O custo das operações financeiras compreende as provisões de perdas com perdas de crédito esperadas em ativo financeiro e perdas operacionais.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo das mercadorias vendidas	(51.616)	(57.171)	(91.303)	(86.372)
Depreciação	(16)	(13)	(74)	(84)
Outros custos	-	-	(3.084)	(2.742)
Custos das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(51.632)	(57.184)	(94.461)	(89.198)

Outros custos compreendem a provisões para perdas por redução ao valor recuperável de crédito concedido ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras determinadas conforme critérios descritos na nota 28.7. O valor destas provisões, líquido de reversões, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 era R$ 1.778 milhões (R$ 2.152 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a empresa de soluções financeiras registrou a baixa efetiva da carteira de crédito concedido ao consumidor no valor de R$ 686 milhões em 31 de dezembro de 2024 (Em 31 de dezembro 2023 era R$ 64 milhões).

Nota 24: Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas e Depreciação e Amortização

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.462)	(5.807)	(14.767)	(15.091)
Depreciação e amortização	(574)	(667)	(1.760)	(1.854)
Despesas com vendas, depreciação e amortização	(5.036)	(6.474)	(16.527)	(16.945)

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com benefícios a empregados	(2.399)	(3.221)	(7.228)	(7.491)
Despesa de pagamentos baseados em ações, liquidáveis em instrumentos patrimoniais (a)	(29)	(20)	(9)	(32)
Aluguéis (b)	(52)	(48)	(118)	(86)
Serviços de terceiros	(450)	(477)	(2.462)	(2.535)
Custos de manutenção e reparação	(376)	(445)	(1.254)	(1.269)
Energia, água e gás	(521)	(594)	(1.230)	(1.295)
Comissão de cartão de crédito (c)	(65)	(114)	(486)	(438)
Outras despesas	(563)	(888)	(1.980)	(1.945)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.462)	(5.807)	(14.767)	(15.091)

(a) As despesas reconhecidas como pagamento baseado em ações correspondem a: i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de outorga e; (ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e aos encargos sociais.

(b) As despesas de aluguéis são compostas por locações de maquinários, terrenos, edificações as quais os valores das parcelas são variáveis e portanto, não aplicáveis as regras de reconhecimento de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento como determinado no CPC 06 (R2) IFRS 16.

(c) Referem-se as despesas de pagamento de comissão de cartão de crédito pago pelas lojas para as operadoras com base em percentual de valor de venda e modelo de venda à vista ou parcelado.

Depreciação e amortização

Incluindo a depreciação da área de logística reconhecida no custo de vendas, as despesas e custos totais de depreciação e amortização reconhecidas na demonstração de resultado individual e consolidado, são:

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado	(555)	(652)	(1.515)	(1.621)
Intangíveis	(19)	(15)	(231)	(220)
Propriedade de investimento	-	-	(14)	(13)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento	(574)	(667)	(1.760)	(1.854)
Depreciação da área logística (a)	(16)	(13)	(74)	(84)
Depreciação e amortização	(590)	(680)	(1.834)	(1.938)

(a) Refere-se a depreciação da área logística alocada ao custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras, vide Nota 23.

Nota 25: Outras Receitas (Despesas)

Políticas contábeis

Outras receitas (despesas) são apresentadas em linha separada da demonstração de resultados. As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrências seja limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

	Controladora		Consolidado	
(Em milhões de Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos (i)	(4)	(7)	(726)	(1.357)
Custos de reestruturação (ii)	(38)	(35)	(139)	(203)
Receitas (despesas) relativas a demandas judiciais (iii)	24	31	240	569
Custos em transações de aquisição de empresas (iv)	-	(6)	-	(6)
Resultado venda de investimentos e lojas remédios (v)	-	-	47	(9)
Resultado na aquisição de negócios (vi)	-	-	(72)	-
Reversão de provisão decorrente da venda de créditos de ICMS	-	-	-	176
Crédito extemporâneo ICMS sobre fretes e PIS e COFINS (vii)	319	-	319	-
Outras despesas	(8)	-	(44)	(40)
Outras receitas (despesas)	293	(17)	(375)	(870)
Outras receitas	343	31	606	745
Outras despesas	(50)	(48)	(981)	(1.615)

i) Os "Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos" no Consolidado

continua

(R$ 726 milhões) e na Controladora (R$"4 milhões) podem conter: (i) o resultado das perdas por *impairment* de ativos quando resultando dos testes de valor recuperável e (ii) despesas ou receitas referentes ao valor líquido dos ativos alienados, conforme segue:

- Gastos relativos ao fechamento de lojas e encerramento das operações formato Bom Preço e Nacional no total de R$ 410 milhões, anunciado em Comunicado ao Mercado no dia 3 de dezembro. Desta forma, o valor é composto, substancialmente por provisão de impairment de ativos tangíveis e intangíveis, no montante de R$ 212 milhões, sendo deste valor ativos imobilizados R$ 152 milhões e marcas R$ 60 milhões, estas últimas advindas da alocação do preço de aquisição do Grupo BIG. Adicionalmente, a Companhia reconheceu provisões de encerramento de lojas referentes à multas de locadores e gastos auxiliares no total de R$ 198 milhões decorrentes do encerramento destas operações.
- Baixas de ativos imobilizados e direitos de uso de arrendamentos líquidos dos passivos de arrendamentos resultantes de conversões de lojas *impairment* de ativos no valor de R$ 433 milhões.
- Resultado decorrente de vendas das lojas que operavam sob bandeira Supernosso e resultado de operação de sale-leaseback e demais vendas de negócios líquido R$ 117 milhões.

(ii) Os custos de reestruturação são relacionados com projetos de melhoria da eficiência operacional cujos custos são referentes aos honorários de consultorias e custos de desligamento já incorridos.
(iii) Valor refere-se principalmente a: (a) Reversão de provisões após a adesão de programas de anistia descritos na nota 18.2.6 e outras reversões tributárias devido à decadências de Cesta Básica (Nota 18.2.2); (b) Decisão favorável de autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados (Nota 18.5.1); e (c) Movimentações das provisões do Grupo BIG das base legado na data de aquisição.
(iv) Em 2023, o montante refere-se principalmente a despesas relacionadas a aquisição do Grupo BIG S.A.
(v) Refere-se a alienação da participação societária na Unlimited, ocorrida em janeiro de 2024 pelo valor de R$ 47 milhões com o recebimento total no mesmo período.
(vi) Refere-se a resultado na aquisição de negócios, no caso E-wally, conforme divulgado na Nota 12.
(vii) A Controladora registrou créditos extemporâneos de ICMS sobre fretes R$ 61 milhões, e PIS e COFINS sobre vendas na Zona Franca de Manaus ("ZFM"), R$ 258 milhões.

Nota 26: Resultado Financeiro

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras				
Receitas sobre aplicações financeiras	225	234	409	349
Atualização monetária sobre créditos fiscais (a)	202	22	316	22
Atualização monetária de depósitos judiciais	20	8	138	132
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	995	430	1.022	432
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	-	457	-	469
Outras receitas financeiras	18	122	53	219
Total das receitas financeiras	1.460	1.273	1.938	1.623
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(1.945)	(1.660)	(1.945)	(1.667)
Juros sobre arrendamentos	(151)	(170)	(647)	(650)
Juros de antecipação de cartão de crédito (b)	(68)	(16)	(347)	(224)
Atualização monetária das provisões para contingências	(21)	(11)	(165)	(136)
Variação cambial sobre financiamentos e contas a pagar	(852)	-	(922)	-
Juros sobre instrumentos derivativos	(213)	(546)	(215)	(565)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	(155)	(860)	(155)	(860)
Outras despesas financeiras	(28)	(18)	(306)	(399)
Total das despesas financeiras	(3.443)	(3.281)	(4.702)	(4.501)
Resultado financeiro	(1.983)	(2.008)	(2.764)	(2.878)

(a) Conforme divulgado na Nota 25, a Controladora registrou atualização monetária de créditos extemporâneos de PIS e COFINS na Zona Franca de Manaus R$ 119 milhões e juros de atualização de ICMS ST R$ 167 milhões e R$ 30 milhões de outras atualizações.
(b) Refere-se substancialmente aos descontos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis decorrentes das vendas por meio de cartões emitidos pelo Banco CSF e cartões de outras bandeiras. Conforme divulgado em Nota 7 - "Cessão de contas a receber de clientes.

A Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos *(contratos a termo, NDFs ou Swap em Euros e Dólares)* designados como hedge para proteção contra perdas cambiais conforme descritos na nota 28.8.

Os ganhos e perdas cambiais que são compensados por ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos, como resultado de nossa estrutura de hedge, descrita na nota 28.8, são apresentados abaixo:

(Em milhões de reais)	Controladora e Consolidado
Perda com variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (a)	(922)
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	867
Variação cambial e derivativos, impacto líquido	(55)

(a) Não inclui variação cambial sobre demais ativos e passivos financeiros.

Nota 27: Alterações no Fluxo de Caixa

Variações nas demonstrações dos fluxos de caixa são demonstradas abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024 Saldo final	Controladora 31/12/2024 Saldo inicial	Controladora 31/12/2024 Variação	Controladora 2023 Variação	Consolidado 31/12/2024 Saldo final	Consolidado 31/12/2024 Saldo inicial	Consolidado 31/12/2024 Variação	Consolidado 2023 Variação
(-) Contas a receber	(2.800)	(2.464)	(336)	(352)	(2.624)	(2.542)	(82)	104
(-) Estoques	(4.484)	(6.651)	2.167	176	(12.292)	(11.728)	(564)	565
+ Fornecedores	8.796	12.023	(3.227)	(167)	19.697	19.379	318	(263)
(-) Impostos a recuperar	(2.001)	(1.784)	(217)	312	(5.588)	(5.334)	(254)	516
(-) Depósitos judiciais	(93)	(155)	62	(15)	(2.914)	(2.882)	(32)	(138)
+ Obrigações trabalhistas	417	522	(105)	18	1.206	1.327	(121)	(10)
+ Impostos a pagar	170	216	(46)	31	731	622	109	(13)
(-) Outros ativos operacionais	(1.402)	(276)	(1.126)	(36)	(1.945)	(1.976)	31	638
+ Outros passivos operacionais	2.184	1.266	918	360	13.100	13.958	(858)	(1.080)
+/(-) Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(52)	(26)	(26)	(20)
+ Outros ajustes:								
Variação de ativos e passivos reconhecidas em outros resultados abrangentes, antes dos impostos	-	-	-	-	-	-	(36)	29
Ganhos e perdas relativas a demandas judiciais	-	-	24	31	-	-	240	569
Variação em ativos e passivos operacionais	719	2.697	(2.160)	361	5.319	10.798	(1.275)	897
(-) Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (*)	-	-	-	-	(18.789)	(16.302)	(2.487)	(2.580)
+ Operação com cartão de crédito	-	-	-	-	16.533	13.877	2.656	1.673
Crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras	-	-	-	-	(2.256)	(2.425)	169	(907)

(*) Montante inclui provisão para perdas por redução ao valor recuperável, líquido de reversões, conforme descrito na nota 23.

Nota 28: Instrumentos Financeiros

Políticas contábeis
Ativos financeiros

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:
- ao custo amortizado;
- instrumento de dívida ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)
- instrumento patrimonial ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA);
- ou ao Valor Justo no Resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja valor justo, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 28.8). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros a custo amortizado ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em caso de queda prolongada ou significativa do valor de um instrumento de capital próprio ou de uma diminuição dos fluxos de caixa estimados de um instrumento de dívida, uma perda por *impairment* é reconhecida na demonstração de resultados. Se em um período subsequente, o *impairment* diminuir, a perda por *impairment* anteriormente reconhecida é liberada da seguinte forma:
- para instrumentos de capital próprio (ações e outros): através de "Outros resultados abrangentes";
- para instrumentos de dívida (obrigações, notas e outros): sempre que se verifique um aumento nos fluxos de caixa futuros estimados através de resultados por um montante que não exceda a perda por *impairment* previamente reconhecida.

O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi determinado com base nas informações fornecidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais).

Perda de crédito esperada

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e ativos financeiros mensurados ao VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando:
- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito

A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:
- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30 dias, ou aumento da probabilidade de default maior do que quatro vezes desde a concessão de crédito;
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias, exceto para a carteira de renegociações, que utiliza 30 dias de atraso como parâmetro para migração de estágio.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pela Companhia para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários Macroeconômicos

Essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições de mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais ativos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:
- contas a receber (Nota 7);
- crédito ao consumidor concedido pela nossa empresa de soluções financeiras (Nota 8);
- outras contas a receber.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado quando for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os juros pagos sobre empréstimos e cessão de recebíveis são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo

Os principais passivos financeiros não derivativos mantidos pelo Grupo são os seguintes:
- empréstimos: Os "Empréstimos de Longo Prazo" e os "Empréstimos de Curto Prazo" incluem obrigações e títulos emitidos pelo Grupo, passivos de locação financeira, outros empréstimos bancários descobertos e passivos financeiros relacionados com créditos securitizados para os quais o risco de crédito é mantido pelo Grupo (Nota 28.3);
- fornecedores (Nota 16);
- operações com cartão de crédito (Nota 8.2); e
- outras contas a pagar: as outras contas a pagar classificadas no passivo circulante correspondem a todas as outras contas a pagar operacionais (principalmente despesas de benefícios de pessoal acumuladas e valores devidos a fornecedores de ativos não circulantes) e diversas responsabilidades.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nocional, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire, ou seja, vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

Metodologia de cálculo de valor justo

Para a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos (NDFs), o método de fluxo de caixa descontado foi aplicado com base nas informações obtidas da Bloomberg. O Grupo avaliou a possibilidade de utilização das taxas da BM&F Bovespa; entretanto, considerando os vencimentos das operações em aberto na data do cenário econômico atual, a informação da BM&F Bovespa apresentou uma volatilidade que não refletiu os fatos, e o Grupo decidiu usar informações da Bloomberg.

Nota 28.1. Instrumentos financeiros por categoria

As tabelas a seguir mostram em detalhes a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros, conforme previsto no CPC 46 (IFRS13) e a respectiva mensuração:

Controladora — Em 31 de dezembro 2024 — Divisão por categoria

(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		8.295	-	8.295	-	8.295
Contas a receber		2.800	-	2.800	-	2.800
Instrumentos financeiros derivativos	2	502	-	-	502	502
Outras contas a receber		1.483	-	1.483	-	1.483
Ativo		13.080	-	12.578	502	13.080
Fornecedores		8.904	-	8.904	-	8.904
Empréstimos	2	19.863	4.363	15.500	-	21.879
Instrumentos financeiros derivativos	2	3	-	-	3	3
Outras contas a pagar		1.972	-	1.972	-	1.972
Passivo		30.742	4.363	26.376	3	32.758

Controladora — Em 31 de dezembro de 2023 — Divisão por categoria

(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		7.291	-	7.291	-	7.291
Contas a receber		2.464	-	2.464	-	2.464
Outras contas a receber		162	-	162	-	162
Ativo		9.917	-	9.917	-	9.917
Fornecedores		12.264	-	12.264	-	12.264
Empréstimos	2	16.252	4.398	11.854	-	17.277
Instrumentos financeiros derivativos	2	184	-	-	184	184
Outras contas a pagar		736	-	736	-	736
Passivo		29.436	4.398	24.854	184	30.461

Consolidado — Em 31 de dezembro de 2024 — Divisão por categoria

(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		15.207	-	15.207	-	15.207
Títulos e valores mobiliários	2	935	-	-	935	935
Contas a receber	2	2.633	651	1.982	-	2.633
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	2	18.789	-	18.789	-	18.291
Instrumentos financeiros derivativos	2	527	-	-	527	527
Outras contas a receber		542	-	542	-	542
Ativo		38.633	651	36.520	1.462	38.135
Fornecedores		20.101	-	20.101	-	20.101
Empréstimos	2	19.863	4.363	15.500	-	21.879
Operações com cartão de crédito	2	16.533	-	16.533	-	16.540
Instrumentos financeiros derivativos	2	3	-	-	3	3
Outras contas a pagar		999	-	999	-	999
Passivo		57.499	4.363	53.133	3	59.522

Consolidado — Em 31 de dezembro de 2023 — Divisão por categoria

(Em milhões de Reais)	Nível	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado	VJORA	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa		12.029	-	12.029	-	12.029
Títulos e valores mobiliários	2	945	-	-	945	945
Contas a receber	2	2.542	616	1.926	-	2.542
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	2	16.302	-	16.302	-	15.424
Outras contas a receber		744	-	744	-	744
Ativo		32.562	616	31.001	945	31.684
Fornecedores		20.058	-	20.058	-	20.058
Empréstimos	2	16.252	4.398	11.854	-	17.277
Instrumentos financeiros derivativos	2	210	-	-	210	210
Operações com cartão de crédito	2	13.877	-	13.877	-	13.918
Outras contas a pagar		1.070	-	1.070	-	1.070
Passivo		51.467	4.398	46.859	210	52.533

Nenhum ativo ou passivo mensurado pelo valor justo foi reclassificado entre os diversos níveis entre 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Nota 28.2. Descrição dos principais riscos financeiros aos quais estamos expostos

Nossos principais riscos associados aos instrumentos financeiros que nós utilizamos são os riscos de liquidez, taxa de juros, moeda e contraparte. Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacado.

Nossa Tesouraria Corporativa e o Departamento Financeiro supervisionam as necessidades de liquidez e financiamento de nossos quatro segmentos de negócios e mantêm contato com o Departamento de Tesouraria e Financeiro específico de cada um de nossos segmentos de negócios. Nosso Departamento de Tesouraria e Financeiro é responsável pela implementação da estratégia definida pela nossa Administração, estabelecendo e analisando a divulgação de nossas posições financeiras, monitorando os riscos financeiros decorrentes de nossos diversos segmentos de negócios, definindo e fiscalizando a adequada implementação das normas que regem a nossa exposição financeira.

Nota 28.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem. Nós gerenciamos nosso risco de liquidez assegurando, que dispomos, em qualquer momento, de ativos líquidos e linhas de crédito disponíveis de forma suficiente para liquidar nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. As projeções do fluxo de caixa do Grupo são monitoradas de forma contínua, para melhor ajustar os recursos disponíveis, bem como antecipar quaisquer eventos que possam afetar a nossa liquidez. Nós diversificamos nossas fontes de financiamento, através da contratação de empréstimos e da venda de recebíveis, junto a instituições financeiras.

Conforme Nota 16 - Fornecedores, a Companhia disponibiliza aos fornecedores convênios com instituições financeiras para os fornecedores efetuarem a antecipação de seus recebíveis.

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão sam's club Carrefour Carrefour Bank carrefour property

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil CNPJ: 75.315.333/0001-09

Os empréstimos e Letras Financeiras do Segmento de Soluções Financeiras do Grupo são detalhados nos quadros abaixo:

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023	Taxa de juros	Vencimento final
Circulante						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	-	705	-	705	0,91% a 1,87% a.a	09/2024
Resolução nº 4131	907	18	907	18	4,82% a 5,16 a.a	04/2025
Resolução nº 4131	1.940	770	1.940	770	1,08% a.a	06/2025
Resolução nº 4131	251	-	251	-	CDI	12/2025
Em moeda local						
Carrefour Finance	8.643	8.781	8.643	8.781	R$ (Pré 10,25% a 14,25% a.a.)	11/2024 a 07/2025
Debêntures	3	358	3	358	CDI + 0,55% a 0,65% a.a	06/2026
Debêntures	85	-	85	-	CDI + 1,20% a 1,35% a.a	01/2026 a 01/2027
Debêntures	8	-	8	-	CDI + 0,60% a.a	12/2027
Resolução nº 4131	-	641	-	641	R$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Debêntures	64	71	64	71	CDI + 0,55% a 0,79% a.a	08/2026 a 08/2027
Debêntures	13	14	13	14	CDI + 0,95% a 1,00% a.a	05/2026 a 05/2028
Debêntures	54	-	54	-	CDI + 0,85% a 0,95% a.a	01/2027 a 01/2031
	11.968	11.358	11.968	11.358		
Não circulante						
Em moeda estrangeira						
Resolução nº 4131	-	734	-	734	4,82% a 5,16% a.a	04/2025
Resolução nº 4131	-	1.530	-	1.530	4,68% a 6,41% a.a	12/2025
Resolução nº 4131	1.265	-	1.265	-	CDI	09/2026 a 12/2026
Em moeda local						
Debêntures	200	200	200	200	CDI + 0,55 a 0,65 a.a	06/2026
Debêntures	1.500	-	1.500	-	CDI + 1,20% a 1,35 a.a	01/2026 a 01/2027
Debêntures	1.500	-	1.500	-	CDI + 0,60% a.a	12/2027
Debêntures	1.500	1.500	1.500	1.500	CDI + 0,55% a 0,79% a.a	08/2026 a 08/2027
Debêntures	930	930	930	930	CDI+0,95 a 1,00 a.a	05/2026 a 05/2028
Debêntures	1.000	-	1.000	-	CDI + 0,85% a 0,95% a.a	01/2027 a 01/2031
	7.895	4.894	7.895	4.894		
Total	19.863	16.252	19.863	16.252		

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros incluindo juros dos passivos financeiros.

Em 31 de dezembro 2024 — Controladora

(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	8.904	8.904	-	-	-	8.904
Empréstimos	19.863	10.976	5.247	5.347	310	21.880
Passivo de arrendamento	1.138	216	193	603	4.571	5.583
Outras contas a pagar	1.750	1.745	-	-	5	1.750
Total do passivo	31.655	21.841	5.440	5.950	4.886	38.117

Em 31 de dezembro de 2023 — Controladora

(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	12.264	12.264	-	-	-	12.264
Empréstimos	16.252	13.401	2.389	4.215	-	20.005
Instrumentos financeiros derivativos	184	127	57	-	-	184
Passivo de arrendamento	1.503	231	240	625	3.760	4.856
Outras contas a pagar	736	727	-	-	9	736
Total do passivo	30.939	26.750	2.686	4.840	3.769	38.045

Em 31 de dezembro de 2024 — Consolidado

(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	20.101	20.101	-	-	-	20.101
Empréstimos	19.863	10.976	5.247	5.347	310	21.880
Passivo de arrendamento	5.102	941	857	2.554	17.962	22.314
Operações de cartão de crédito	16.533	15.576	957	-	-	16.533
Instrumentos financeiros derivativos	3	-	3	-	-	3
Outras contas a pagar	999	936	58	-	5	999
Total do passivo	62.601	48.530	7.122	7.901	18.277	81.830

Em 31 de dezembro de 2023 — Consolidado

(Em milhões de Reais)	Valor contábil	Dentro de 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fornecedores	20.058	20.058	-	-	-	20.058
Empréstimos	16.252	13.401	2.389	4.215	-	20.005
Instrumentos financeiros derivativos	210	153	57	-	-	210
Passivo de arrendamento	4.877	898	848	2.333	11.106	15.185
Operações de cartão de crédito	13.877	12.300	1.577	-	-	13.877
Outras contas a pagar	1.070	968	46	-	56	1.070
Total do passivo	56.344	47.778	4.917	6.548	11.162	70.405

Emissão de debêntures

6ª (sexta) emissão

Em 08 de janeiro de 2024, a Companhia concluiu a 6ª (sexta) emissão de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), as quais foram objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro de distribuição, nos termos nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado que não será permitida a distribuição parcial das Debêntures ("Oferta").

As Debêntures não contaram com quaisquer garantias, e os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures foram destinados para fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com o alongamento no perfil de dívida da Companhia e/ou das suas controladas (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

A classificação de risco da Emissão das Debêntures foi atribuída pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. foi "br.AAA".

7ª (sétima) emissão

Em 05 de fevereiro de 2024, a Companhia concluiu a 7ª (sétima) emissão de 1.000.000 (um milhão) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 5 (cinco) séries, para colocação privada, da Companhia ("Emissão" e Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

A Emissão das Debêntures não foi objeto de registro pela CVM ou pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), uma vez que as Debêntures emitidas foram colocadas de forma privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, ou qualquer esforço de colocação perante investidores indeterminados.

As Debêntures não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia como garantia, e serão vinculadas a uma operação de securitização, servindo de lastro para a emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em 5 (cinco) séries, da 87ª (octogésima sétima) emissão da True Securitizadora S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) sob o nº 12.130.744/0001-00 ("CRA" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada ("Lei 11.076") e da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"). Os CRA emitidos pela Securitizadora foram objeto de requerimento de registro junto à CVM por meio do rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso VII, alínea (c), item (3), da Resolução CVM 160, observado que a Companhia se enquadra como emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa - EFRF, nos termos do artigo 38-A, inciso II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Oferta").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão destinados integral e exclusivamente, pela Companhia e/ou através de suas sociedades controladas em que aplicar recursos obtidos com a emissão de Debêntures ("Controladas"), na aquisição de produtos agropecuários in natura, no âmbito de relações comerciais mantidas pela Companhia e/ou suas Controladas com produtores rurais, nos termos do artigo 23, parágrafo 1º, da Lei 11.076, e do artigo 2º do Anexo II da Resolução CVM 60 e artigo 26, inciso II, alínea "b", e artigo 146, inciso I, alínea "b.2" da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110, de 17 de outubro de 2022.

8ª (oitava) emissão

Em 13 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu a 8ª (oitava) emissão de 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, da Companhia ("Emissão" e Debêntures", respectivamente), com valor unitário de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, na data de sua emissão, no montante total de R$ 1.500.000.000,00 (um bilhão de reais e quinhentos milhões de reais), as quais serão objeto de distribuição pública, sob o rito automático de registro de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado que não será permitida a distribuição parcial das Debêntures ("Oferta").

As Debêntures não contarão com quaisquer garantias, e os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures serão destinados pra fins corporativos gerais, incluindo, mas não se limitando a capital de giro, gestão de caixa e reforço de liquidez, com alongamento no perfil de dívida da Companhia e/ou das suas controladas (inclusive, por meio de liquidação de dívidas em geral).

A classificação de risco da Emissão das Debêntures foi atribuída pela Standard & Poor's Ratings do Brasil Ltda. foi "br.AAA", e não houve a contratação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários para exercer a atividade de formador de mercado para as Debêntures, com a finalidade de garantir a existência e permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3.

A Oferta será registrada na CVM sob o rito automático de registro de distribuição, com dispensa de análise prévia, nos termos do artigo 26, inciso IV, alínea "a", e do artigo 27 da Resolução CVM 160, por se tratar de oferta pública: (i) de valores mobiliários representativos de dívida, cujo emissor se enquadra na categoria de emissor frequente de valores mobiliários de renda fixa - ERF, por ser emissor com grande exposição ao mercado - EGEM, nos termos do artigo 38-A, inciso I, da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada; e (ii) destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sendo certo que a CVM não realizará análise dos documentos da Oferta, nem de seus termos e condições, observadas as restrições de negociação atinentes à Oferta previstas na Resolução CVM 160 e na Escritura de Emissão.

Características das Debêntures

As debêntures do Grupo são detalhados no quadro abaixo:

Tipo de emissão	Valor de emissão (Em milhões de Reais)	Em circulação (quant.)	Data de Emissão	Vencimento inicial	Encargos anuais	Preço Unitário (em R$)	Valor contábil (Em milhões de Reais)
3ª Emissão - 3ª série	200	200.000	21/11/2019	18/06/2026	CDI + 0,65% a.a.	1.000	203
4ª Emissão - 1ª série	467	467.225	16/09/2022	17/08/2026	CDI + 0,55% a.a.	1.000	487
4ª Emissão - 2ª série	188	188.355	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,60% a.a.	1.000	196
4ª Emissão - 3ª série	845	844.420	16/09/2022	16/08/2027	CDI + 0,79% a.a.	1.000	881
5ª Emissão - 1ª série	330	329.796	01/06/2023	14/05/2026	CDI + 0,55% a.a.	1.000	334
5ª Emissão - 2ª série	468	467.909	01/06/2023	14/05/2027	111,18% CDI	1.000	475
5ª Emissão - 3ª série	132	132.295	01/06/2023	12/05/2028	CDI + 1,00% a.a.	1.000	134
6ª Emissão - 1ª série	650	650.000	10/01/2024	12/01/2026	CDI + 1,20%	1.000	687
6ª Emissão - 2ª série	850	850.000	10/01/2024	11/01/2027	CDI + 1,35%	1.000	899
7ª Emissão - 1ª série	146	145.603	05/02/2024	15/01/2027	CDI + 0,85%	1.000	153
7ª Emissão - 2ª série	31	30.636	05/02/2024	17/01/2028	CDI + 0,95%	1.000	34
7ª Emissão - 2ª série	31	30.636	05/02/2024	15/01/2029	CDI + 0,95%	1.000	31
7ª Emissão - 3ª série	173	170.295	05/02/2024	15/01/2027	110,0% CDI	1.000	180
7ª Emissão - 3ª série	173	170.295	05/02/2024	15/01/2027	110,1% CDI	1.000	180
7ª Emissão - 4ª série	100	98.066	05/02/2024	17/01/2028	110,1% CDI	1.000	109
7ª Emissão - 4ª série	100	98.066	05/02/2024	15/01/2029	110,1% CDI	1.000	98
7ª Emissão - 5ª série	102	100.000	05/02/2024	15/01/2030	111,2% CDI	1.000	111
7ª Emissão - 5ª série	29	28.202	05/02/2024	15/01/2031	110,8% CDI	1.000	31
7ª Emissão - 5ª série	102	100.000	05/02/2024	15/01/2031	111,2% CDI	1.000	100
7ª Emissão - 5ª série	29	28.202	05/02/2024	15/01/2031	110,8% CDI	1.000	28
8ª Emissão - 1ª série	1.500	1.500	13/12/2024	12/12/2027	100,0% CDI	1.000	1.508
							6.808

Uso dos recursos

O objetivo das emissões é o alongamento do perfil de dívida da Companhia com um custo competitivo. Os recursos foram integralmente utilizados para o pagamento antecipado de dívidas existentes ou como lastro de emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Pagamentos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não realizou pagamentos.

Captação de empréstimos

Em 13 de dezembro de 2024 a Companhia concluiu, junto a seus parceiros financeiros, a captação de novos recursos com o objetivo de alongar o perfil de sua dívida e antecipar-se às renegociações dos compromissos financeiros previstos para 2025, captando R$ 1,5 bilhão em empréstimos bilaterais com bancos estrangeiros, por meio de Resolução 4131. Todas estas novas captações sem cláusulas restritivas atreladas.

Linhas de Crédito com Carrefour Finance

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo Carrefour Brasil possui duas linhas de crédito revolventes (RCF ou "Revolving Credit Facility") com o Carrefour Finance. Estas linhas são comprometidas e o Carrefour Brasil terá direito a um ou mais desembolsos entre a data de assinatura do Contrato e até um mês antes da data de encerramento do Contrato, que é de 36 meses contados da data de sua assinatura.

Segmento Soluções Financeiras

O risco de liquidez do Banco CSF é monitorado dentro de uma estratégia de liquidez aprovada pela Administração.

A situação de refinanciamento do Banco CSF é avaliada com base em normas internas, indicadores e regulamentações.

Os objetivos de gestão do risco de liquidez são:

- assegurar que as necessidades de refinanciamento sejam satisfeitas, com base em avaliações mensais dos excedentes ou insuficiências de caixa projetados durante um período de três anos, comparando as previsões estáticas das facilidades de financiamento comprometidas com as previsões dinâmicas de empréstimos;
- cumprir com as regras do BACEN, aumentando os índices de cobertura de liquidez, através de um processo que visa proporcionar uma melhoria sustentável da qualidade dos ativos investindo em um fundo especial qualificado para inclusão no cálculo do índice e alongamento do vencimento dos passivos a fim de melhorar o financiamento estável líquido; e
- diversificar as fontes de refinanciamento para incluir linhas de crédito bancário, questões do mercado monetário e emissões de letra financeira.

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco CSF consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecendo um retorno satisfatório. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco CSF detém R$ 935 milhões de títulos públicos (R$ 945 milhões em 31 de dezembro de 2023). O Banco CSF considera a posição de liquidez como sólida.

Com o objetivo de suportar a necessidade de caixa, diversificar as fontes de financiamento e alongar o prazo médio da dívida, o Banco CSF emitiu Letras Financeiras, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, conforme descritas abaixo:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor (Em milhões de Reais)
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,15% a.a	Juros semestrais e principal no vencimento	200
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,10% a.a	Principal e juros na data do vencimento	100
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	500
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI + 1,25% a.a. até DI + 1,40% a.a	Principal e juros na data do vencimento	200
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	0,77% a.a do DI	Principal e juros na data do vencimento	12
2024	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	De DI + 0,45% a.a. até DI + 0,58% a.a	Principal e juros na data do vencimento	800
					1.812

Nota 28.4. Conciliação dos passivos resultantes das atividades de financiamento

(Em milhões de Reais)	Empréstimos Controladora	Empréstimos Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	16.252	16.252
Captação de empréstimos	5.500	5.500
Amortização de empréstimos	(2.734)	(2.734)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(2.030)	(2.309)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	736	457
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	2.847	3.126
Instrumentos financeiros derivativos	28	28
Total variação não caixa	2.875	3.154
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.863	19.863

(Em milhões de Reais)	Empréstimos Controladora	Empréstimos Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	14.264	14.734
Captação de empréstimos	8.931	8.931
Amortização de empréstimos	(6.760)	(6.863)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(1.517)	(1.732)
Fundo de investimento em direitos creditórios	-	(367)
Variações nos fluxos de caixa de financiamento	654	(31)
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	1.243	1.458
Instrumentos financeiros derivativos	91	91
Total variação não caixa	1.334	1.549
Saldo em 31 de dezembro de 2023	16.252	16.252

(Em milhões de Reais)	Passivo de arrendamento Controladora	Passivo de arrendamento Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.503	4.877
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	151	648
Adições e baixas de arrendamento	402	488
Outras variações não caixa (a)	(506)	(8)
Total variação não caixa	47	1.128
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(39)	(255)
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(151)	(648)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(190)	(903)
Saldo em 31 de dezembro 2024	1.360	5.102

(Em milhões de Reais)	Passivo de arrendamento Controladora	Passivo de arrendamento Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.185	4.704
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	170	650
Adições e baixas de financiamento	352	493
Outras variações não caixa	-	(64)
Total variação não caixa	522	1.079
Amortização de principal - contratos de arrendamento	(34)	(256)
Amortização de juros - contratos de arrendamento	(170)	(650)
Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento	(204)	(906)
Saldo em 31 de dezembro 2023	1.503	4.877

(a) Refere-se a transferências para o investimento da entidade WMS Supermercados.

Nota 28.5. Risco de taxa de juros

O Grupo possui ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação das taxas de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 12,15% (em 31 de dezembro de 2024 era de 11,65%) na data destas informações contábeis intermediárias segundo o Banco Central do Brasil. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue.

Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024

Controladora

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo 10%	Baixo 25%	Baixo 50%	Alto 10%	Alto 25%	Alto 50%
Aplicações financeiras	7.969	(95)	(238)	(477)	95	238	477
Empréstimos	(11.220)	126	316	632	(126)	(316)	(632)
Exposição líquida	(3.251)	31	78	155	(31)	(78)	(155)

Consolidado

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo 10%	Baixo 25%	Baixo 50%	Alto 10%	Alto 25%	Alto 50%
Aplicações financeiras	14.325	(171)	(427)	(854)	171	427	854
Títulos e valores mobiliários	935	(11)	(28)	(57)	11	28	57
Empréstimos	(11.220)	77	193	386	(77)	(193)	(386)
Letras Financeiras	(1.812)	20	51	102	(20)	(51)	(102)
Exposição líquida	2.228	(85)	(211)	(423)	85	211	423

Em 31 de dezembro de 2023

Controladora

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo 10%	Baixo 25%	Baixo 50%	Alto 10%	Alto 25%	Alto 50%
Aplicações financeiras	6.532	(73)	(183)	(366)	73	183	366
Empréstimos	(7.471)	94	235	470	(94)	(235)	(470)
Exposição líquida	(939)	21	52	104	(21)	(52)	(104)

Consolidado

(Em milhões de Reais)	Exposição	Baixo 10%	Baixo 25%	Baixo 50%	Alto 10%	Alto 25%	Alto 50%
Aplicações financeiras	10.835	(122)	(306)	(611)	122	306	611
Títulos e valores mobiliários	945	(11)	(28)	(55)	11	28	55
Empréstimos	(7.471)	94	235	470	(94)	(235)	(470)
Letras Financeiras	(1.962)	25	62	123	(25)	(62)	(123)
Exposição líquida	2.347	(14)	(37)	(73)	14	37	73

Nota 28.6. Risco de câmbio

Em 2022 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior (Dólares). O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de *hedge*, conforme descritos na nota 28.8.

Além disso, o Grupo, através das controladas CCI e Grupo Big, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs (veja nota 28.8). Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R$ 221 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R$ 105 milhões em 31 de dezembro de 2023).

Nota 28.7. Risco de contraparte

O risco de contraparte decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber. Para minimizar possíveis perdas com inadimplências de suas contrapartes, o Grupo adota políticas de gestão rigorosas, incluindo a análise da contraparte e as regras de diversificação. Estas transações são realizadas em instituições financeiras com *rating* de longo prazo em escala nacional classificados com baixo risco de crédito e com reconhecida solidez no mercado.

A Companhia e suas controladas estabeleceram como política de gestão de risco de crédito trabalhar com instituições financeiras que possuam, no mínimo, um *rating* A- (escala nacional) e B- (em escala global Standard & Poor's) ou equivalente, avaliado pelas seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Standard & Poor's ou Moody's. De forma complementar e não excludente à análise do *rating*, a alocação dos investimentos respeita limites máximos por *rating*, por patrimônio líquido da instituição e por concentração de contrapartes, este limitado a 30% do total de investimentos disponíveis.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita no quadro abaixo, considerando o *rating* mais conservador da Standard & Poor's ou equivalente em escala nacional.

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
AAA	8.295	7.276	15.207	12.012
AA+	-	-	-	1
Sem Rating	-	15	-	16
Caixa e equivalentes de caixa	8.295	7.291	15.207	12.029

Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).

As perdas por *impairment* são reconhecidas quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber.

continua

continuação

Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Vencido				
Até 30 dias	29	34	137	330
30-90 dias	5	7	128	160
91-180 dias	3	3	14	28
Acima de 180 dias	44	28	183	105
Total vencidos	81	72	462	623
Total a vencer	2.277	2.116	1.716	1.669
Total de Contas a receber de clientes	2.358	2.188	2.178	2.292
Verbas comerciais a receber	484	311	665	468
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(42)	(35)	(210)	(218)
Total de Contas a receber	2.800	2.464	2.633	2.542

Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)

No que diz respeito ao risco de contraparte relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito.

Segmento de Soluções Financeiras

Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (Gestão de risco de crédito)

Para proteger-se do risco de inadimplência dos clientes, o Banco CSF utiliza-se de sistemas e processos para checar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes. Esses sistemas e processos incluem, mas não se limitam às seguintes funções:

- Ferramentas de tomada de decisão como, por exemplo, softwares de análise de crédito, ferramentas de simulação de receitas e despesas e procedimentos de checagem de histórico de crédito;
- Bases de dados de indagação de histórico positivo e negativo de crédito, quando existente;
- Gestão ativa da base de clientes existente (ex.: aumento e redução de linha de crédito, autorizações, vendas combinadas, etc.);
- Gestão ativa de processos de recebimento;
- Monitoramento de risco de crédito e sistemas de controle; e
- O Departamento de Risco de Crédito é responsável por todos esses procedimentos, e o Conselho Diretor recebe cópias de todos os relatórios emitidos pelo Comitê de Gestão de Risco de Crédito.

Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito, sendo que a descrição de cada estágio é descrita a seguir:

Estágio 1: instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o *default* resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses.

Estágio 2: Se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidências objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default* e

Estágio 3: Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias, ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida)

A composição da carteira de crédito ao consumidor, assim como da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro, por estágio em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024 Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %	31/12/2023 Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %
Estágio 1	16.401	(927)	9,2%	14.214	(760)	9,2%
Estágio 2	1.858	(594)	5,9%	1.543	(477)	5,8%
Estágio 3	10.114	(8.063)	80,4%	8.463	(6.681)	81,0%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	28.373	(9.584)	33,8%	24.220	(7.918)	32,7%
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(9.584)			(7.918)		
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido	18.789			16.302		
Compromissos contingentes	(439)			(326)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(10.023)			(8.244)		

A provisão sobre os compromissos contingente (linha de créditos dados aos clientes, mas não usadas) é apresentada na nota 18.1.

Modelos de provisão são desenvolvidos de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, e observa também a regulamentação bancária brasileira. O modelo é baseado nas seguintes etapas:

- Classificação dos créditos aos consumidores em 3 estágios, de acordo com o aumento de risco constatado desde a origem do crédito;
- Modelagem de perda dada à inadimplência e taxas de recuperação; e
- Reavaliação da classificação dos créditos e cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro de acordo com as perdas esperadas em todos os estágios carteira de empréstimos na data de cada demonstração financeira.

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro

(Em milhões de Reais)	
Em 1° de janeiro de 2023	(5.804)
Constituição	(2.469)
Reversão	355
Em 1° de janeiro de 2024	(7.918)
Constituição	(2.795)
Reversão	476
Baixa para prejuízo (a)	653
Em 31 de dezembro de 2024	(9.584)

(a) a controlada Banco CSF adota a política de perda efetiva na cobrança revertendo a PCLD contra os respectivos títulos após o período estabelecido pelo Grupo para fins de cobrança.

Nota 28.8. Contabilidade de hedge e instrumentos derivativos

Conforme descrito na nota 28.3 a Companhia fez captações de empréstimos em moeda estrangeira e utiliza instrumentos financeiros derivativos, designados como hedge accounting, sendo consistente com a política contábil descrita a seguir:

No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Os empréstimos relativos à Lei 4.131/1.962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge de valor justo, a parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida no resultado ou balanço patrimonial, ajustando a rubrica em que o objeto de hedge é ou será reconhecido. O objeto de hedge, quando designado nessa relação, também é mensurado ao valor justo no resultado. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ("forward points") é contabilizada separadamente como custo de hedge é reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido (ORA).

Há uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge, uma vez que os termos do swap de taxa de juros correspondem aos termos do empréstimo à taxa fixa (ou seja, montante nocional, prazo, pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de hedge, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do hedge, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de hedge com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que seja objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

(a) Hedge de fluxo de caixa

O Grupo efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentados no quadro abaixo:

Consolidado - 31 de dezembro de 2024

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 07/07/2024 a 23/12/2024	De 06/01/2025 a 15/05/2025	16	Média 6,1605	Média 6,2788	3
Dólar	NDF	De 07/06/2024 a 23/12/2024	De 06/01/2025 a 19/02/2026	63	Média 5,7518	Média 5,9089	19
Euro	NDF	De 25/09/2024 a 25/09/2024	De 06/01/2025 a 06/01/2025	2	Média 6,2373	Média 6,3314	1
Dólar	NDF	De 12/08/2024 a 31/01/2025	De 06/01/2025 a 07/04/2025	3	Média 5,9012	Média 5,9804	2
				84			25

Consolidado - 31 de dezembro de 2023

Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM - milhões de reais
Euro	NDF	De 26/05/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 05/07/2024	16	Média 5,3319	Média 5,4613	(1)
Dólar	NDF	De 19/12/2022 a 21/12/2023	De 05/01/2024 a 19/12/2024	62	Média 4,9700	Média 5,1415	(23)
Euro	NDF	De 21/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 08/04/2024	3	Média 5,1855	Média 5,3956	-
Dólar	NDF	De 29/08/2022 a 26/12/2023	De 02/01/2024 a 16/05/2024	4	Média 4,9419	Média 4,9890	(2)
				85			(26)

(b) Hedge de valor justo

A Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos têm os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Controladora - 31 de dezembro de 2024

Objeto de Hedge (empréstimos): Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Instrumento de Hedge: Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo
20/05/2021	20/09/2024	Dólar	791	5,2700	(87)	Rabobank	Moeda	20/05/2021	20/09/2024	1,5500% a.a	CDI + 1,05%	1	48	(49)	-
20/12/2023	19/12/2024	Euro	270	5,3919	(50)	Credit Agricole	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	4,6765 % a.a	CDI + 0,55%	(1)	19	(18)	-
20/12/2023	19/12/2024	Euro	150	5,3919	(36)	BNP Paribas	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	5,1800% a.a	CDI + 0,85%	-	12	(12)	-
19/12/2024	18/09/2026	Dólar	250	6,0500	(6)	Bank of America	Moeda	19/12/2024	18/09/2026	5,5765% a.a	101,00% do CDI	(1)	4	-	3
19/12/2024	18/12/2026	Dólar	700	6,0500	(16)	Bank of America	Moeda	19/12/2024	18/12/2026	1,5500% a.a	101,94% do CDI	(2)	10	(1)	7
14/04/2023	14/04/2025	Euro	364	5,4272	(73)	Credit Agricole	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	4,8188% a.a	111,60% do CDI	(1)	99	(24)	62
14/04/2023	14/04/2025	Euro	380	5,4272	(76)	BNP Paribas	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	5,1600% a.a	111,60% do CDI	(1)	109	(24)	54
19/12/2024	19/12/2025	Euro	250	6,4200	(1)	Credit Agricole	Moeda	19/12/2024	19/12/2025	3,2067% a.a	99,60% do CDI	-	(1)	(1)	(2)
19/12/2024	19/12/2026	Euro	500	6,4200	-	Credit Agricole	Moeda	19/12/2024	19/12/2026	3,2330% a.a	101,80% do CDI	-	(1)	-	(1)
19/12/2024	18/09/2026	Euro	250	6,4049	(1)	BNP Paribas	Moeda	19/12/2024	18/09/2026	3,7900% a.a	101,00% do CDI	(1)	3	(1)	-
20/12/2023	20/06/2025	Dólar	767	4,8663	(213)	Scotia	Moeda	20/12/2023	20/06/2025	6,4070% a.a	CDI + 1,08%	(5)	247	(30)	207
20/12/2023	19/12/2025	Dólar	379	4,9393	(200)	Intesa	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	6,1000% a.a	CDI + 1,10%	(6)	145	(29)	92
20/12/2023	19/12/2025	Euro	399	5,3919	(80)	Itau BBA	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	4,9700% a.a	CDI + 1,18%	(5)	107	(24)	77
			5.449		(839)							(22)	801	(213)	499

Controladora - 31 de dezembro de 2023

Objeto de Hedge (empréstimos): Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Instrumento de Hedge: Contra parte	Natureza SWAP	Início	Vencimento	Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do exercício	Custo reconhecido no resultado do exercício	Valor justo
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	10	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	-	28	(14)	-
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	23	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI +1%	(1)	21	(13)	-
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	16	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	1	69	(26)	-
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	56	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	2	74	(95)	(115)
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	18	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	1	46	(24)	-
05/01/2022	05/06/2023	Dólar	180	5,6309	33	Bank of America	Moeda	05/01/2022	05/06/2023	1,5400% a.a.	CDI + 0,76%	1	154	(52)	-
06/01/2022	07/06/2023	Dólar	100	5,6676	29	Scotia	Moeda	06/01/2022	07/06/2023	1,0838% a.a.	CDI + 0,79%	2	123	(31)	-
06/01/2022	08/05/2023	Dólar	100	5,6770	25	Intesa	Moeda	06/01/2022	08/05/2023	1,7100% a.a.	CDI + 0,82%	1	112	(24)	-
07/01/2022	05/05/2023	Dólar	140	5,6628	27	Citibank	Moeda	07/01/2022	05/05/2023	1,4027% a.a.	CDI + 0,88%	-	156	(33)	-
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	75	5,2855	26	Bank of America	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,8118% a.a.	CDI + 0,76%	-	28	(28)	-
10/01/2023	20/12/2023	Euro	100	5,6040	26	BNP Paribas	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	4,2440% a.a.	CDI + 0,66%	-	51	(51)	-
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	60	5,2855	21	Citibank	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,4376% a.a.	CDI + 0,79%	1	23	(24)	-
10/01/2023	20/12/2023	Dólar	200	5,2967	86	Scotiabank	Moeda	10/01/2023	20/12/2023	6,0100% a.a.	CDI + 0,79%	-	80	(80)	-
14/04/2023	14/04/2025	Euro	67	5,4272	5	Credit Agricole	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	4,8188% a.a.	110,60% CDI	-	12	(24)	(12)
14/04/2023	14/04/2025	Euro	70	5,4272	5	BNP Paribas	Moeda	14/04/2023	14/04/2025	5,1600% a.a.	110,60% CDI	(1)	(5)	(24)	(30)
20/12/2023	19/12/2024	Euro	50	5,3919	2	Credit Agricole	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	4,6765% a.a.	CDI + 0,55%	-	(3)	-	(3)
20/12/2023	19/12/2024	Dólar	73	4,9393	7	Intesa	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	6,4000% a.a.	CDI + 0,75%	-	(8)	-	(8)
20/12/2023	19/12/2024	Euro	28	5,3919	1	BNP Paribas	Moeda	20/12/2023	19/12/2024	5,1800% a.a.	CDI + 0,85%	-	(1)	-	(1)
20/12/2023	20/06/2025	Dólar	158	4,8663	3	Scotia	Moeda	20/12/2023	20/06/2025	6,4070% a.a.	CDI + 1,08%	1	(5)	(1)	(5)
20/12/2023	19/12/2025	Dólar	77	4,9393	8	Intesa	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	6,1000% a.a.	CDI + 1,10%	1	(9)	(1)	(9)
20/12/2023	19/12/2025	Euro	74	5,3919	3	Banco Itaú	Moeda	20/12/2023	19/12/2025	4,9700% a.a.	CDI + 1,18%	-	-	(1)	(1)
			2.555		430							5	946	(546)	(184)

Nota 29: Partes Relacionadas

O acionista controlador direto da Companhia é o Carrefour Nederland BV, sediado na Holanda e seu acionista controlador em última instância é o Carrefour S.A., sediado na França.

As transações entre partes relacionadas compreendem principalmente operações comerciais para compra e venda de mercadorias, despesas com pessoal, empréstimos, acordos de compartilhamento de custos e serviços de tecnologia da informação. Os saldos de contas a receber e contas a pagar referentes às transações com partes relacionadas são os seguintes:

- Contas a receber - Verbas comerciais a receber - estes valores referem-se principalmente a bonificações comerciais remetidas pelo Carrefour World Trade ("CWT") baseados no atendimento de condições e compromissos comerciais estabelecidos no contrato global negociado pela CWT com fornecedores, cujo objetivo é gerar sinergias com as empresas do Grupo Carrefour por meio da adoção de uma estratégia de alinhamento na seleção de fornecedores;
- Contas a receber de aluguéis – os valores referem-se à sublocação de edifícios da controladora Atacadão S.A. à controlada WMS por valores fixos e prazos determinados, dentro do escopo do IFRS 16. Adicionalmente, tanto as controladas quanto a controladora apresentam contratos de aluguéis a valores variáveis e prazos indeterminados, sendo estes tratados fora do escopo do IFRS 16.
- Fornecedores e outras contas a pagar - estes valores referem-se à compra de mercadorias e produtos e/ou prestação de serviços diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.
- Empréstimos - estes montantes referem-se a contratos de empréstimo concedidos pelo Carrefour Finance (Nota 28.3).
- Remuneração da Administração - os valores e divulgações referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentados na Nota 32.3.
- Acordo de compartilhamento de gastos - correspondem a serviços prestados pela sede do Carrefour na França, prestados para o Grupo.
- Serviços de TI - Carrefour Systèmes d'Information presta serviços de manutenção, operação e suporte de equipes em relação a aplicações de tecnologia da informação.
- Correspondente de Serviços Bancários - as lojas atuam como correspondentes bancários do Banco CSF, oferecendo soluções financeiras para os clientes, sendo remunerados como tal pelo Banco CSF; e
- Com relação ao acordo de licenciamento de marca, o Carrefour S.A. concedeu ao CCI o direito de utilizar suas marcas e logos com o nome Carrefour por uma taxa que depende do percentual de vendas e de certos parâmetros a serem atingidos, após a dedução das despesas de publicidade.
- Walmart US - despesas de royalties com a marca "Sam's Club", que deverão ser integralmente pagas trimestralmente.

Transações nos balanços patrimoniais

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do balanço nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram as seguintes:

Controladora — 31 de dezembro de 2024

(Em milhões de Reais)	Ativo - Ativo circulante: Contas a receber (a)	Outras contas a receber (b)	Ativo não circulante: Empréstimos a controladas	Total	Passivo - Passivo circulante: Empréstimos	Receita diferida	Passivo não circulante: Outras contas a pagar (c)	Receita diferida	Total
Controladoras									
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	74	-	74
Controladas									
WMB Supermercado do Brasil Ltda.	30	98	16	144	-	-	208	-	208
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	1.089	1.190	17	2.296	-	-	1.335	-	1.335
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.	-	8	4	12	-	-	-	-	-
Bompreço Bahia Supermercados Ltda.	-	4	2	6	-	-	1	-	1
Banco CSF S.A.	20	5	-	25	-	26	34	168	228
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	-	74	204	278	-	-	25	-	25
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	3	23	-	26	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Carrefour World Trade	166	-	-	166	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.643	-	-	-	8.643
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	6	-	6
Unlimited Brazil	-	4	-	4	-	-	1	-	1
Total	1.308	1.406	243	2.957	8.643	26	1.721	168	10.558

(a) a Controladora, Atacadão S.A. com advento dos projetos de consolidação do formato atacadista efetua a venda de estoques de produtos alimentares e não alimentares à controlada WMS.
(b) a Controladora, Atacadão S.A. apresenta repasse de despesas e serviços prestados, a receber e sublocação, junto as controladas
(c) refere-se substancialmente aos valores de repasse a pagar para a controlada WMS.

continua

Controladora	31 de dezembro de 2023								
	Ativo				Passivo				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Receita diferida	Outras contas a pagar	Receita diferida	Total
Controladoras									
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	84	-	84
Controladas									
Banco CSF S.A.	474	12	-	486	-	26	66	194	286
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	-	3	179	182	-	-	21	-	21
Grupo BIG Brasil S.A.	249	102	39	390	-	-	493	-	493
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	20	-	20	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Carrefour World Trade	122	-	-	122	-	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	-	8.781	-	-	-	8.781
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	37	-	37
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	-	9	-	9
Total	845	137	218	1.200	8.781	26	710	194	9.711

Consolidado	31 de dezembro de 2024						
	Ativo			Passivo			
	Ativo circulante			Passivo circulante			
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
Controladoras							
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	271	271
Outras partes relacionadas							
Carrefour Management	-	-	-	-	-	1	1
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	112	112
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	10	10
Carrefour Import S.A.	12	-	12	-	101	-	101
Carrefour Argentina	-	-	-	-	-	2	2
Carrefour World Trade	241	-	241	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	8.643	-	-	8.643
Unlimited	14	-	14	-	13	1	14
Total	267	-	267	8.643	114	397	9.154

Consolidado	31 de dezembro de 2023						
	Ativo			Passivo			
	Ativo circulante			Passivo circulante			
(Em milhões de Reais)	Contas a receber	Outras contas a receber	Total	Empréstimos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Total
Controladoras							
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	181	181
Outras partes relacionadas							
Carrefour Management	-	-	-	-	-	1	1
Carrefour Systèmes d'Information	-	4	4	-	-	86	86
Carrefour Marchandises Internationales	-	-	-	-	-	6	6
Carrefour Import S.A.	-	-	-	-	40	-	40
Carrefour World Trade	169	-	169	-	-	-	-
Carrefour Finance	-	-	-	8.781	-	-	8.781
Cooperativa Atacadão	-	-	-	-	-	9	9
Walmart US	-	-	-	-	-	20	20
Total	169	4	173	8.781	40	303	9.124

Transações nas demonstrações do resultado do exercício

As transações com partes relacionadas registradas na demonstração do resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 eram as seguintes:

Controladora	31 de dezembro de 2024									
(Em milhões de Reais)	Vendas (a)	Outras receitas	Desconto comercial (b)	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	(67)	-	-	(67)
Controladas										
WMB Supermercado do Brasil Ltda.	416	-	-	-	-	-	30	-	-	446
WMS Supermercados do Brasil Ltda.	10.154	175	-	-	-	-	51	-	-	10.380
Bompreço Supermercado do Nordeste Ltda.	-	-	-	-	-	-	8	-	-	8
Bompreço Bahia Supermercados Ltda	-	-	-	(6)	-	-	3	-	-	(3)
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	1	-	-	(33)	(16)	-	73	-	-	25
Banco CSF S.A.	-	84	-	-	-	(35)	-	-	10	59
Cotabest Informação e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
SPE Desenv Imobiliário Sudeste Ltda.	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-	(1)
Outras partes relacionadas										
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(1.071)	-	(1.071)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(17)	-	-	(17)
Carrefour World Trade	-	-	347	-	-	-	-	-	-	347
Unlimited Brazil	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Total	10.571	259	347	(40)	(16)	(35)	81	(1.068)	13	10.112

(a) a Controladora, Atacadão S.A, com advento dos projetos de consolidação dos formatos atacadistas efetua a venda de estoques de produtos alimentares e não alimentares à controladas WMS.
(b) a Controladora, Atacadão S.A bem como as demais empresas do Grupo recebem descontos comerciais na aquisição Global de produtos.

Controladora	31 de dezembro de 2023									
(Em milhões de Reais)	Vendas (a)	Outras receitas	Desconto comercial	Despesa de aluguel	Despesa com pessoal	Tarifa de utilização	Repasse de despesas	Juros	Outras receitas e despesas	Total
Controladoras										
Carrefour S.A.	-	-	-	-	-	-	(85)	-	-	(85)
Controladas										
Carrefour Comércio e Indústria Ltda	3	-	-	(36)	(106)	-	45	-	-	(94)
Banco CSF S.A.	-	33	-	-	-	(46)	101	-	26	114
Grupo BIG Brasil S.A.	2.514	2	-	-	-	-	39	-	-	2.555
Cotabest Informações e Tecnologia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
SPE Desenv Imobiliário Centro-oeste Ltda.	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-	(2)
Outras partes relacionadas										
Carrefour Finance	-	-	-	-	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)
Carrefour Systèmes d'Information	-	-	-	-	-	-	(22)	-	-	(22)
Carrefour World Trade	-	-	280	-	-	-	-	-	-	280
Total	2.517	35	280	(38)	(106)	(46)	78	(1.002)	26	1.744

(a) A Controladora, Atacadão S.A. com advento dos projetos de consolidação dos formatos atacadistas iniciados em 2023, por meio de projeto piloto efetuou a venda de estoques de produtos alimentares e não alimentares à controladas WMS, na época enquanto ainda existia a Holding Grupo BIG, então controladora direta da WMS.

Consolidado	31 de dezembro de 2024					
(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	Outras receitas	Total
Controladora						
Carrefour S.A.	-	(216)	-	-	-	(216)
Outras partes relacionadas						
Carrefour Argentina	-	-	(5)			(5)
Carrefour Import S.A.	-	-	(310)	-	-	(310)
Carrefour World Trade	473	-	-	-	-	473
Carrefour Marchandises Internationales	-	(9)	-	-	-	(9)
Carrefour Finance	-	-	-	(1.071)	-	(1.071)
Carrefour Systèmes d'Information	-	(75)	-	-	-	(75)
Unlimited Brazil	-	-	-	-	4	4
CRFP22	-	-	-	-	47	47
Total	473	(300)	(315)	(1.071)	51	(1.162)

Consolidado	31 de dezembro 2023				
(Em milhões de Reais)	Descontos comerciais	Repasse de despesas	Compras	Juros	Total
Controladora					
Carrefour S.A.	-	(171)	-	-	(171)
Outras partes relacionadas					
Carrefour Import S.A.	-	-	(385)	-	(385)
Carrefour World Trade	376	-	-	-	376
Carrefour Marchandises Internationales	-	(12)	-	-	(12)
Carrefour Finance	-	-	-	(1.005)	(1.005)
Carrefour Systèmes d'Information	-	(75)	-	-	(75)
Carrefour Argentina	-	-	(2)	-	(2)
Walmart US	-	(44)	-	-	(44)
Total	376	(302)	(387)	(1.005)	(1.318)

Nota 30: Informações por Segmentos

Políticas contábeis

O CPC 22 (IFRS 8) - Informações por Segmento requer a divulgação de informações sobre os segmentos operacionais de uma entidade derivadas do sistema de relatórios internos e usadas pelo principal tomador de decisões operacionais da entidade para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho. Os segmentos operacionais do Grupo são os segmentos Atacadão, varejo, soluções financeiras e Sam's Club, cujos resultados são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração do Grupo, que é o principal tomador de decisões operacionais na concepção do CPC 22 (IFRS 8).

O segmento de Soluções financeiras oferece aos seus clientes cartões de crédito que podem ser utilizados nas lojas do Grupo e em outros locais, bem como crédito ao consumidor. O segmento relata sua receita financeira de operações de crédito como, "Outras receitas" uma vez que estas constituem a principal atividade do segmento. O custo de captação de capital do segmento de soluções financeiras é apresentado como "Custo das operações financeiras". O segmento de Soluções financeiras também fornece crédito ao consumidor para compras realizadas em parcelas nas lojas do Grupo.

As despesas de capital por segmento correspondem a aquisições de bens do imobilizado e ativos intangíveis.

Outros ativos do segmento correspondem a (i) capital de giro, composto por contas a receber, estoques e contas a pagar; (ii) capital de giro do segmento de Soluções financeiras e (iii) outro capital de giro, incluindo outras contas a receber e a pagar, despesas antecipadas e receitas diferidas, impostos a recuperar e a recolher.

Substancialmente todas as receitas do Grupo derivam da operação no Brasil. O Grupo não possui ativos não circulantes relevantes localizados fora do Brasil.

As operações de cada um dos segmentos do Grupo são as seguintes:

(i) Varejo, que compreende as operações dos formatos de hipermercados, supermercados e lojas de conveniência da marca Carrefour, bem como farmácias, postos de gasolina e plataforma de comércio eletrônico;

(ii) Cash & Carry, que compreende as operações das lojas de atacado e atacado de autosserviço que operam sob a marca Atacadão e plataforma de comércio eletrônico;

(iii) Soluções financeiras, que fornece cartões de crédito e financiamento ao consumidor para nossos clientes; e

(iv) Clube, que compreende as operações, clube de compras, de produtos alimentícios, artigos de vestuário e eletroeletrônicos.

O Grupo não possui outros segmentos além dos reportados anteriormente.

Além dos segmentos citados acima, reconhecido como "Funções Corporativas", o Grupo incorre em um centro de custos relativos às funções centrais e sede. Estes custos compõem (i) o custo das entidades holding (ii) determinadas despesas incorridas em relação a determinadas funções de apoio que são atribuídas aos vários segmentos proporcionalmente às suas vendas, e (iii) as alocações de custos da nossa controladora que não são específicos de qualquer segmento.

Nota 30.1. Resultado por segmento

	31 de dezembro de 2024						
(Em milhões de Reais)	Total	Cash & Carry	Varejo	Soluções Financeiras	Clube	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	109.311	78.263	24.598	-	6.450	-	-
Outras receitas	6.325	252	761	5.215	145	-	(48)
Receita operacional líquida	115.636	78.515	25.359	5.215	6.595	-	(48)
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(94.461)	(66.486)	(19.697)	(3.030)	(5.248)	-	-
Lucro bruto	21.175	12.029	5.662	2.185	1.347	-	(48)
Vendas, gerais e administrativas	(14.767)	(6.814)	(5.026)	(1.295)	(1.112)	(520)	-
Depreciação e amortização	(1.760)	(936)	(611)	(89)	(124)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(2)	-	(2)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(375)	236	(410)	(177)	(24)	-	-
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos	4.271	4.515	(387)	624	87	(520)	(48)
Resultado financeiro	(2.764)	-	-	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.507	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	1.940	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)	2.130	1.382	352	153	243	-	-
Aquisição de direito de uso de arrendamento	1.331	423	819	3	86	-	-

	31 de dezembro de 2023						
(Em milhões de Reais)	Total	Cash & Carry	Varejo	Soluções Financeiras	Clube	Funções corporativas	Eliminações
Vendas líquidas	103.312	71.437	26.949	-	5.526	-	-
Outras receitas	5.547	290	842	4.763	56	-	(34)
Receita operacional líquida	109.859	71.727	27.791	4.763	5.582	-	(34)
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras	(89.198)	(60.671)	(21.380)	(2.701)	(4.446)	-	-
Lucro bruto	20.661	11.056	6.411	2.062	1.136	-	(34)
Vendas, gerais e administrativas	(15.091)	(6.576)	(5.896)	(1.351)	(860)	(408)	-
Depreciação e amortização	(1.854)	(927)	(744)	(80)	(103)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5)	-	(5)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	(870)	(101)	(632)	(140)	3	-	-
Lucro (prejuízo) antes das despesas financeiras líquidas e impostos	2.841	3.452	(866)	521	176	(408)	(34)
Resultado financeiro	(2.878)	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(37)	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(635)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível (capex)	3.211	1.955	761	228	267	-	-
Aquisição de direito de uso de arrendamento	940	422	494	-	23	-	-

Nota 30.2. Ativos e passivos por segmento

	31 de dezembro de 2024					
(Em milhões de Reais)	Total	Cash & Carry	Varejo	Banco Carrefour	Clube	Funções corporativas
Ativo						
Ativos mantidos para venda	365	-	365	-	-	-
Ágio	5.859	4.128	1.531	-	200	-
Outros ativos intangíveis	903	83	346	452	22	-
Imobilizado	30.063	18.142	9.061	64	2.796	-
Propriedades para investimento	580	-	580	-	-	-
Outros ativos do segmento	35.130	10.951	3.605	19.371	1.203	-
Total do ativo por segmento	72.900	33.304	15.488	19.887	4.221	-
Ativos não alocados	27.288	-	-	-	-	-
Total do ativo	100.188	-	-	-	-	-
Passivo (excluindo o patrimônio líquido)						
Passivo por segmento	44.396	17.557	6.315	17.256	2.997	271
Passivos não alocados	33.178	-	-	-	-	-
Total do passivo	77.574	-	-	-	-	-

	31 de dezembro de 2023					
(Em milhões de Reais)	Total	Cash & Carry	Varejo	Banco Carrefour	Clube	Funções corporativas
Ativo						
Ativos mantidos para venda	755	-	755	-	-	-
Ágio	5.859	4.128	1.531	-	200	-
Marcas e patentes	60	34	26	-	-	-
Outros ativos intangíveis	936	90	444	391	11	-
Imobilizado	30.599	17.927	10.856	110	1.706	-
Propriedades para investimento	589	-	589	-	-	-
Outros ativos do segmento	32.016	9.279	3.530	16.162	2.945	-
Total do ativo por segmento	70.814	31.558	17.731	16.663	4.862	-
Ativos não alocados	21.952	-	-	-	-	-
Total do ativo	92.766	-	-	-	-	-
Passivo (excluindo o patrimônio líquido)						
Passivo por segmento	41.514	16.180	8.263	14.341	2.549	181
Passivos não alocados	30.425	-	-	-	-	-
Total do passivo	71.939	-	-	-	-	-

Nota 31: Pagamento Baseado em Ações

Políticas contábeis

O Grupo mantém sete planos de pagamento baseados em ações a fim de reter os seus principais executivos. Além disso, esses executivos também participam de quatro planos, nos quais recebem ações da controladora do Grupo (Carrefour S.A.).

O custo reconhecido como despesa com benefícios a empregados corresponde i) ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga (ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano) e ii) ao valor do imposto de renda retido na fonte a ser pago pelo Grupo em nome dos empregados e os encargos sociais.

Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo valor justo das opções de compra de ações é registrado como despesa com benefícios a empregados com um aumento correspondente no patrimônio líquido de acordo com o CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento Baseado em Ações durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito dos prêmios. O valor do imposto de renda retido na fonte e os encargos sociais correspondentes são registrados como um aumento no passivo (parcela do plano tratada com plano liquidado em caixa). O valor justo das opções de ações é determinado utilizando dois modelos, dependendo do tipo do plano: (i) modelo binomial de precificação de opções de ações na data de outorga e (ii) modelo Black-Scholes.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*) não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period*).

Detalhes dos planos de ações e de opções de compra de ações definido para diretoria e funcionários selecionados são apresentados a seguir:

Nota 31.1. Planos de opções de compra de ações

(a) Descrição dos Planos de opções de compra de ações/Incentivo de Longo Prazo baseados em Ações

(i) Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO")

O primeiro plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei 6.404, de 15/12/1976, era de reter um grupo de executivos chave para o planejamento e a execução da oferta pública inicial (IPO), e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo. O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas, (ii) o preço de exercício das opções outorgadas, (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (vesting) (iv) as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (non-market vesting conditions).

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas [1]	5.283.783
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	46
Período de exercício das opções [2]	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017;
(2) as opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Companhia e se o beneficiário ainda é empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:
-1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
-1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO, e
-1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.
Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:
(i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
(ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
(iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro. O movimento no período das opções outorgadas neste Plano está apresentado na nota 31.1 (c).

(ii) Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações (antigo "Segundo Plano de Opções de Compra de Ações") - ("Plano Regular")

O segundo plano de opções de compra de ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas realizada em 26 de junho de 2017, e alterado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2020, por meio da qual passou a ser denominado "Plano de Incentivo de Longo Prazo baseado em Ações", tendo sido incluída a possibilidade de outorga de ações restritas, além das já previstas opções de compra de ações. As outorgas são anuais e suas principais diretrizes compreendem:

- **Elegibilidade:** nossos administradores e empregados, bem como os administradores e empregados de nossas sociedades controladas;
- **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo nosso Conselho de Administração;
- **Prazo para que as opções ou ações restritas se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga;
- **Prazo máximo para exercício:** até o final do 6º ano da data de tal plano.

continua

continuação

- **Diluição societária máxima**: 2,5% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções ou ações restritas concedidas e não exercidas no âmbito do deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
- **Preço de exercício das opções**: será determinado pelo nosso Conselho de Administração no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.
- **Meta de performance**: o total das opções e/ou ações restritas poderá ser vinculado a metas de performance, a serem definidas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira outorga de opções conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [1]	3.978.055
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	92
Período de exercício das opções [2]	Entre 26 de setembro de 2022 e 26 de setembro de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	21,98

(1) número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019;
(2) as opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

(b) Mensuração de valor justo

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado:

	Pré-IPO	Regular
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35	1,09
Volatilidade esperada (%)	29,03	27,20
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25	5,57
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,73	3
Modelo utilizado	Black-Scholes	Black-Scholes

Volatilidade e rendimento de dividendos

i. Plano Pré-IPO: sendo que a Companhia ainda não estava listada no momento da aprovação do plano, a Companhia definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, a Companhia adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

ii. Plano regular: a Companhia utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pela Companhia no período de 2018.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo Banco Central para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 5,57%.

(c) Conciliação de opções de compra de ações em circulação

Os movimentos no plano de opções de ações no exercício foram os seguintes:

	Pré-IPO	Regular
Opções de ações pendentes em 1º de janeiro de 2024	-	3.159.255
(+) Opções concedidas no exercício	-	-
(-) Opções exercidas no exercício	-	-
(-) Opções canceladas no exercício	-	(3.159.255)
Opções de ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	-

Nota 31.2. Planos de remuneração em ações

(i) Plano Grupo

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 16 de fevereiro de 2022, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 14 de fevereiro de 2023, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

Em 20 de fevereiro de 2024, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar as ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente, Fluxo de caixa ajustado para as autorizações concedidas em 2019 e 2020, e Fluxo de caixa livre líquido para as autorizações concedidas em 2021 e 2022);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

Data da Outorga [1]	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022	14 de fevereiro de 2023	20 de fevereiro de 2024
Data do vesting [2]	17 de fevereiro de 2024	16 de fevereiro de 2025	14 de fevereiro de 2026	20 de fevereiro de 2027
Total de número ações outorgadas na data de outorga	249.100	166.200	102.500	154.850
Número de ações outorgadas	249.100	166.200	102.500	154.850
Valor justo de cada ação (em €) [3]	11,85	17,14	12,92	15,33

(1) Data da notificação (Data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).
(2) as ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do vesting period e se as condições de performance forem atingidas.
(3) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o vesting period.

(ii) Plano Regular

Em 25 de agosto de 2021, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 05 de maio de 2022, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 01 de junho de 2023, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

Em 07 de maio de 2024, baseado na recomendação do comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour Brasil decidiu realizar a outorga de ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil, no âmbito do Plano Regular.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O funcionário poderá acessar a totalidade das ações somente se permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e atingir determinadas metas. Caso o funcionário seja desligado sem justa causa, poderá acessar as ações pró-rata no final do *vesting period*. O número de ações que serão entregues, dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

- Duas condições relacionadas à *performance* financeira (Resultado operacional corrente e Fluxo de caixa livre ajustado);
- Retorno total ao Acionista; e
- Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

	Plano Local 2021	Plano Local 2022	Plano Local 2023	Plano Local 2024
Número de ações autorizadas [1]	1.832.230	1.998.945	2.063.975	2.200.000
Número de ações outorgadas	1.556.541	1.998.945	2.063.975	2.009.809
Número de executivos elegíveis	124	125	117	107
Data da outorga [2]	25/08/2021	05/05/2022	01/06/2023	07/05/2024
Data do vesting [3]	25/08/2024	05/05/2025	01/06/2026	07/05/2027
Valor justo de cada ação (em R$)	14,56	13,10	14,38	11,28

(1) número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de agosto de 2021 (outorga 2021), 05 de maio de 2022 (outorga 2022), 01 de junho de 2023 (outorga 2023) e 07 de maio de 2024 (outorga 2024);
(2) data em que os participantes são notificados sobre as características do plano;
(3) as ações serão entregues de acordo com as regras definidas no Regulamento do plano aprovado pelo Conselho de Administração em 14/04/2020.

Conciliação dos planos de ações em circulação

	Plano Global 2021	Plano Regular 2021	Plano Global 2022	Plano Regular 2022	Plano Global 2023	Plano Regular 2023	Plano Global 2024	Plano Regular 2024
Ações outorgadas em 1º de janeiro de 2024	171.200	1.321.827	139.550	1.763.645	102.500	2.031.450	154.850	-
(+) Opções concedidas no período	-	-	-	-	-	-	-	2.009.809
(-) Ações exercidas no período	(155.482)	(1.044.804)	-	-	-	-	-	-
(-) Ações canceladas no período	(15.718)	(277.023)	(36.338)	(529.522)	-	(400.185)	(14.060)	(206.829)
Ações em 31 de dezembro de 2024	-	-	103.212	1.234.123	102.500	1.631.265	140.790	1.802.980
Ações exercíveis	-	-	-	-	-	-	-	-

Nota 31.3. Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios aos empregados (pagamentos baseados em ações), veja Nota 24.

Nota 32: Remuneração dos Empregados e Benefícios

Políticas contábeis

Os empregados do Grupo recebem benefícios de curto prazo (tais como férias remuneradas, auxílio-doença e participação nos lucros e resultados) e benefícios de longo prazo (tais como prêmios de tempo de serviço e benefícios pós-emprego complementares). Os benefícios pós-emprego podem ser pagos em planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Todos esses benefícios são contabilizados de acordo com o CPC 33 (IAS 19) - Benefícios a Empregados. Os benefícios de curto prazo (ou seja, os benefícios que devem ser integralmente liquidados em até doze meses após o encerramento do período anual em que os empregados prestam os serviços relacionados) são classificados como passivo circulante (em "Outras contas a pagar") e registrados como despesa no exercício em que os empregados prestam os serviços relacionados (Nota 24). Os benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo são mensurados e reconhecidos conforme descrito na Nota 18.1.

Nota 32.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Políticas contábeis

Os benefícios pós-emprego são benefícios dos empregados que são pagos após a conclusão do emprego. Os planos de benefícios pós-emprego do Grupo incluem planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais o Grupo paga contribuições fixas em uma entidade separada responsável pela gestão administrativa e financeira do plano, bem como pelo pagamento de benefícios de tal forma que o Grupo não tem obrigação de pagar outras contribuições se os ativos do plano forem insuficientes.

Um passivo por contribuições para planos de previdência privada de contribuição definida é reconhecido como despesa com benefícios aos empregados na apuração do resultado para os períodos durante os quais os serviços são prestados aos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo se puderem ser reembolsados ou se os pagamentos futuros puderem ser reduzidos.

Programas de saúde

O atual plano de benefício definido refere-se à assistência pós-emprego, conforme definido pela obrigação prevista na Lei nº 9656/98.

O cálculo da obrigação do plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado usando o método de crédito unitário projetado.

O Atacadão, nossas controladas CCI e BIG e suas controladas mantêm um plano de pensão de contribuição definida para seus empregados, administrado pela Carrefourprev Sociedade de Previdência Complementar. As despesas dos patrocinadores totalizaram R$ 16 milhões em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 eram R$ 11 milhões).

Nota 32.2. Obrigações trabalhistas

Os saldos relativos aos principais benefícios concedidos aos empregados estão representados a seguir:

(Em milhões de reais)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Provisão de férias e encargos	119	182	488	489
Salários a pagar e encargos	110	191	410	477
Provisão de bônus	95	124	282	330
Outras obrigações a pagar	13	25	26	31
Obrigações trabalhistas	**337**	**522**	**1.206**	**1.327**

Nota 32.3. Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

O Conselho de Administração (17 membros) não recebeu remuneração, exceto pelos três conselheiros independentes. A tabela a seguir mostra a remuneração paga pelo Grupo à Administração e Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(Em milhões de reais, exceto número de executivos)	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Remuneração do período	1	2	17	16
Remuneração em opções de compra de ações	1	-	13	8
Bônus	-	-	8	10
Benefício de serviço (acomodação e carro da Companhia)	1	1	5	4
Total pago da compensação no período	3	3	43	38
Impostos sobre a folha de pagamento do empregador	-	-	-	-
Benefícios de rescisão	-	-	-	-
Número de executivos	1	1	17	17
Número de executivos - Conselho Fiscal	-	-	3	3

Nota 33: Compromissos Futuros não Registrados no Balanço

Políticas contábeis

Os compromissos assumidos e recebidos pelo Grupo que não são reconhecidos no balanço patrimonial correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do exercício. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados à (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedade do Grupo arrendadas a terceiros (compromissos recebidos).

Compromissos assumidos

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Vencimento: Dentro de 1 ano	Vencimento: De 1 a 5 anos	Vencimento: Após 5 anos	Consolidado 31/12/2023
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	16.185	16.185	-	-	12.975
Relacionado com operações	23.220	18.988	4.101	131	7.111
Total	39.405	35.173	4.101	131	20.086

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- compromissos de crédito concedidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. Os valores correspondem ao limite de cartão de crédito já aprovados e ainda não utilizados. A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto é classificado como curto prazo;
- a CSF possui outras linhas de crédito como "empréstimos pessoais", porém sujeitas a aprovação prévia para serem concedidas e formadas com clientes.

Relacionados com operações incluem:

- compromissos de compra de energia até 5 anos; e
- compromissos de compra de combustível em relação à nossa atividade de venda de combustíveis.

Compromissos recebidos

(Em milhões de Reais)	Consolidado 31/12/2024	Vencimento: Dentro de 1 ano	Vencimento: De 1 a 5 anos	Vencimento: Após 5 anos	Consolidado 31/12/2023
Relacionado com locação de imóveis	1.072	372	582	118	1.126
Total	1.072	372	582	118	1.126

Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:

- Linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas pelo Grupo no final do período.

Relacionados com locação de imóveis:

O Grupo também possui diversos shoppings e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2024 (R$ 1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2023).

Nota 34: Cobertura de Seguro

Em 31 de dezembro de 2024 a cobertura de seguros do Grupo Carrefour Brasil compreende:

Cobertura de seguro (Em milhões de Reais)	Controladora	Consolidado
Riscos operacionais	34.298	54.043
Lucros cessantes	12.044	17.342
Limite máximo de garantia	616	1.232

Nota 35: Eventos Subsequentes

Pagamento de Juros sobre capital próprio

Conforme divulgado na Nota 3.4, em 18 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas da Companhia pelo valor bruto de R$ 200 milhões relativos ao exercício fiscal de 2024, equivalentes ao valor de R$ 0,094825124 por ação. Em 8 de janeiro de 2025, foi efetuado o pagamento de juros sobre capital próprio no valor R$ 172 milhões, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda retido na fonte, exceto para os acionistas comprovadamente imunes e isentos na proporção da participação de cada acionista.

Potencial deslistagem do Atacadão S.A.

Em 11 de fevereiro de 2025, o Atacadão S.A. ("Companhia"), subsidiária do Grupo Carrefour Brasil, divulgou Fato Relevante sobre a proposta do Carrefour S.A. para torná-la subsidiária integral e deslistá-la do Novo Mercado da B3. A operação prevê a incorporação de ações pela entidade MergerSub, com opção de resgate para os acionistas. O Comitê Independente conduz as negociações finais. Aprovada a transação, a Assembleia de Acionistas será convocada. Até o momento, não há impactos contábeis reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2024.

Diretoria

Stéphane Maquaire
Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor-Presidente - Atacadão

Pablo Lorenzo
Diretor Executivo de Operações - Grupo Carrefour Brasil

Contador

Davi Ruiz Hernandez - CRC SP218982/O-4

Eric Alencar
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil

David Fernandes
Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

Introdução: De acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, no Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário e também na Resolução CVM nº 23/21, o Comitê de Auditoria Estatutário do Atacadão S.A ("Comitê" e "Companhia", respectivamente) deve, dentre outras atribuições, rever e fornecer opiniões para o Conselho de Administração sobre: (i) a manutenção ou alteração dos Auditores Independentes da Companhia (ii) as informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (iii) o monitoramento dos procedimentos de controles internos da Companhia e de suas subsidiárias; (iv) a escolha das políticas e princípios contábeis da Companhia e de suas subsidiárias; (v) o monitoramento dos procedimentos de gerenciamento e avaliação de riscos internos e de suas subsidiárias e; (vi) o monitoramento e avaliação, em conjunto com a Administração e com o departamento de auditoria interna, da adequação das transações entre partes relacionadas. O Comitê é composto atualmente por três membros, os quais também são membros do Conselho de Administração. **Atividades**: Durante o ano de 2024, o Comitê realizou quatro 6 (seis) reuniões ordinárias, com o principal propósito de, entre outros assuntos, (i) revisar as demonstrações financeiras da Companhia e as informações financeiras trimestrais, (ii) revisar e fazer recomendações sobre as competências da área de Auditoria Interna, seu plano de trabalho, além de avaliar a suficiência da estrutura e orçamento da auditoria interna, e (iii) monitorar os procedimentos de controles internos da Companhia. Dentro das principais atividades do ano de 2024, o Comitê acompanhou e recomendou, conforme aplicável, a aprovação de certos projetos de melhoria e de M&A da Companhia. O Comitê também tomou conhecimento sobre o relato dos auditores externos, Deloitte, em especial em relação às demonstrações financeiras e demonstrações financeiras trimestrais, e também para entender e avaliar a metodologia do processo de auditoria, as áreas de foco em relação aos principais riscos, o cronograma do processo de auditoria e as alçadas de materialidade.

Por fim, como parte de suas responsabilidades, o Comitê acompanhou de perto o plano de trabalho do Departamento de Auditoria Interna, incluindo o orçamento, o escopo dos trabalhos, assuntos de tecnologia da informação, gerenciamento de crises, recomendando alguns ajustes, quando necessário, bem como das atividades do Departamento de Controles Internos. Com relação às atividades do Departamento de Controles Internos, durante as reuniões realizadas em 2024, o Comitê reforçou a importância e necessidade de a administração da Companhia e o Departamento de Controles Internos implementarem todas ações à correção e progresso de certos assuntos apresentados ao Comitê. Em cada reunião do Conselho de Administração, quando aplicável, um relatório resumido das atividades do Comitê foi apresentado pelo Coordenador do Comitê, bem como as respectivas recomendações, quando aplicável, e discutido com os membros do Conselho de Administração. **Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário referente às Demonstrações Financeiras**: Os membros do Comitê examinaram as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e com base no relatório preparado pela Deloitte Auditores Independentes, recomendaram a aprovação de tais documentos pelo Conselho de Administração para posterior envio à Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

Matthieu Malige
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Laurent Vallée
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Cláudia Filipa Henriques de Almeida e Silva Matos Sequeira
Membro Independente do Comitê de Auditoria Estatutário

Declaração dos Diretores Acerca das Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, os abaixo assinados, Diretores do ATACADÃO S.A. ("a Companhia"),

Declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025.

Stéphane Maquaire
Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil

Eric Alencar
Diretor Vice-Presidente de Finanças e
Diretor de Relações com Investidores - Grupo Carrefour Brasil

Pablo Lorenzo
Diretor Executivo de Operações - Grupo Carrefour Brasil

Marco Aparecido de Oliveira
Diretor-Presidente - Atacadão

David Fernandes
Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do Atacadão S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou (a) as demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 (controladora e consolidado), (b) o relatório da administração, e (c) o relatório do auditor independente emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu, sem quaisquer ressalvas, em 18 de fevereiro de 2025. Com base nos documentos elencados acima, bem como nos esclarecimentos prestados pela Companhia por meio de sua administração, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras e o relatório anual da administração encontram-se adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

18 de fevereiro de 2025

Marcelo Amaral Moraes
Presidente

Rosana Cristina Avólio
Membro

Alexandre Pedercini Issa
Membro

continua

continuação

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

GRUPO CARREFOUR BRASIL

Atacadão sam's club Carrefour Carrefour carrefour property

Atacadão S.A. Grupo Carrefour Brasil
CNPJ: 75.315.333/0001-09

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros do
Atacadão S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atacadão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atacadão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para riscos tributários. *Porque é um PAA:* Conforme divulgado nas notas explicativas nº 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia está sujeita a fiscalização por parte das autoridades competentes e é parte envolvida em processos administrativos e judiciais no curso normal de suas atividades oriundos de diversas contingências tributárias. A Diretoria da Companhia, junto a seus assessores jurídicos usa julgamento significativo para determinar a necessidade de reconhecimento das provisões e divulgações requeridas sobre os respectivos processos administrativos, judiciais e outros passivos contingentes. Os julgamentos significativos da Companhia incluem incertezas em certas premissas utilizadas para estimar a probabilidade e a mensuração da saída de caixa futura. Adicionalmente, a complexidade do ambiente tributário e eventuais alterações nas condições externas e posicionamento das autoridades tributárias, podem impactar de forma significativa nas provisões e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras. Desta forma, devido à relevância dos valores envolvidos, julgamento significativo e complexidade tributária, esse assunto requereu um alto nível de julgamento do auditor independente e foi considerado um assunto principal em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à avaliação dos processos tributários e determinação da probabilidade de perda dos riscos tributários; ii) obtenção, em bases amostrais, de cartas de confirmação diretamente dos assessores jurídicos externos da Companhia para avaliar os julgamentos efetuados pela Diretoria da Companhia sobre o risco de perda e valores dos processos tributários; iii) envolvimento de nossos especialistas como suporte para avaliar os argumentos e julgamentos apresentados pela Diretoria e seus assessores jurídicos nos processos tributários determinados como mais significativos; e (iv) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os julgamentos exercidos e critérios adotados pela Diretoria para a provisão de riscos tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros: *Porque é um PAA:* Conforme demonstrado nas notas explicativas nº 28.7 às demonstrações financeiras, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros é constituída levando em consideração a CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Essa norma contábil requer que a mensuração da referida provisão considere o modelo de perdas esperadas. A Companhia utiliza modelo interno na apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros, cuja mensuração leva em consideração determinadas premissas sobre as perdas históricas na carteira de operações crédito, assim como projeções futuras. A perda esperada de crédito é calculada com base em critérios matemáticos e estatísticos para toda a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, que consideram a classificação dos empréstimos nos estágios previstos no CPC 48/IFRS 9 em função das mudanças na qualidade do crédito transacionado à época. Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e premissas por parte da Diretoria utilizadas no modelo interno para a determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe e de especialistas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (b) leitura da política e entendimento dos critérios de provisionamento da Companhia para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas atuariais na revisão do modelo utilizado para o cálculo e das premissas adotadas; (d) avaliação da aplicação dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra; e (e) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em ativos financeiros bem como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos da controlada WMS. *Porque é um PAA:* Conforme divulgado nas Notas Explicativas nº 3.5 e 17 às demonstrações financeiras, a Companhia contabilizou imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R$ 1.088 milhões no consolidado em 31 de dezembro de 2024, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas da contribuição social da controlada WMS Supermercados do Brasil Ltda. Para o seu registro, de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 32/IAS12 Tributos sobre o lucro, a Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros, elaboradas de acordo com o plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pela diretoria e pelo conselho de administração. Consideramos como um principal assunto de auditoria, uma vez que tal avaliação envolveu julgamento profissional por parte da diretoria na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros considerado como provável de recuperação. Para a determinação das projeções dos lucros tributáveis futuros foram ponderadas as incertezas de mercado no que tange à previsibilidade da geração de lucro futuro tributável e condições econômicas, que não estão no controle da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) o envolvimento de especialistas tributários para nos auxiliarem na avaliação da existência dos créditos tributários diferidos provenientes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos no ano corrente; (ii) leitura do memorando técnico e das políticas contábeis que suportam o reconhecimento contábil do imposto de renda e contribuição diferidos; (iii) a análise da razoabilidade dos principais dados e premissas utilizados pela Diretoria na estimativa de lucros tributáveis futuros; (iv) envolvimento de especialistas tributários na avaliação de eventuais impactos na aplicação das leis tributárias na avaliação do registro do ativo diferido; (v) avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos consideramos que os critérios e premissas adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.5 e 17, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos uma auditoria de Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo para formação de uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pela revisão dos trabalhos de auditoria executados para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Stolf Litwin
Contador
CRC nº 1 SP 228416/O-5

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma de Relações com Investidores
Confira as notícias que envolvem as principais empresas do País.
PORTAL ESTADÃO RI
SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR
ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

ESTADÃO


QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



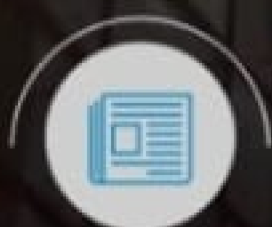
CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI
DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS


LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS


A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES


CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)


ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS


LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA


CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL
(11) 3856-2442

ESTADÃO 150 · ESTADÃO RI · ELDORADO FM 107,3 · ESTADÃO BLUE STUDIO · AGÊNCIA ESTADO · broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agro sob nova perspectiva

>>>

Uma parceria:

ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:



ESTADÃO RI

A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

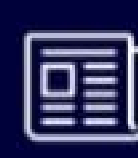
Publique seus atos societários no jornal impresso!


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS

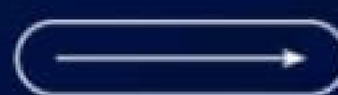

INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL
ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 | ESTADÃO RI | ELDORADO FM 107,3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AE AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Banco CSF S.A.

Carrefour banco

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 e semestre findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas do relatório do Comitê de Auditoria e relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanço Patrimonial (R$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Ativos totais	21.338	18.912	13%
Carteira de crédito	21.561	18.779	15%
(-) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (PECLD)	(3.379)	(2.977)	14%
Passivos financeiros	13.971	12.367	13%
Patrimônio líquido	3.588	3.209	12%

Resultados (R$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	4.267	3.966	8%
Despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PECLD)	(3.560)	(3.429)	4%
Outras receitas (despesas) operacionais	(213)	(367)	-42%
Imposto de renda e contribuição social	(116)	13	n.a.
Lucro líquido	379	183	107%

Índice de Basileia Nível I
16,4%

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia atingiu o patamar de 16,4%, com um aumento de 0,3 p.p. a/a e muito superior ao mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A aceleração da carteira de crédito é a principal razão do aumento dos ativos ponderados pelo risco, por outro lado, os resultados líquidos aumentaram o Patrimônio de Referências (PR), impactando positivamente o Índice de Basileia.

Rentabilidade[a]
ROAE 13,4% **ROAA 2,3%**

A rentabilidade em relação ao patrimônio (ROAE) aumentou 6,4 p.p. a/a (7,0% em 2023) e a rentabilidade em relação aos ativos (ROAA) também apresentou um aumento de 1,0 p.p. a/a (1,3% em 2023). Resultado dos nossos esforços para sermos uma empresa cada vez mais eficiente e do nosso comprometimento em remunerar nossos acionistas.

(a) Desconsidera os efeitos dos resultados não recorrentes.

Índice de Eficiência
28,8%

O índice de eficiência atingiu 28,8% no exercício, com uma melhora de 2,3 p.p. a/a (31,1% em 2023). Esse desempenho está atrelado ao excelente controle de gastos e ações com melhores negociações de preços durante o ano de 2024.

NIM (ex PECLD)[a]
20,9%

A margem líquida de juros atingiu 20,9%, com uma redução de 1,3 p.p. a/a (22,2% em 2023), impactada pela nova Resolução CMN nº 5.112/23, que limita em 100% os juros do rotativo do cartão de crédito, para operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 2024. Essa queda foi compensada com novas estratégias de diversificação de produtos, fazendo com que tenhamos menor dependência da taxa de juros.

(a) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PECLD/(Ativos Totais - Permanente).

RATINGS

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	23/04/2024	Estável

O *rating* da S&P Global foca no suporte financeiro do Grupo, que atualmente sustenta a classificação do Banco em brAAA no topo da escala, o que mostra a sua alta capacidade de honrar compromissos financeiros.

INDICADORES DE NEGÓCIO DOS PERÍODOS

Faturamento
(Em milhões de Reais)

2020	2021	2022	2023	2024
38.216	48.171	52.702	60.150	68.829

80,1% | 14,4%

O crescimento no faturamento de 14,4% a/a foi impulsionado, principalmente, pelos cartões Carrefour e Atacadão, que obtiveram crescimentos de 9,7% e 21,6% a/a, respectivamente.

O crédito pessoal atingiu R$ 1,7 bilhão de faturamento, com um aumento de 41% a/a (R$ 1,2 bilhão em 2023), passando a ter maior representatividade quando falamos em diversificação de produtos.

Receita
(Em milhões de Reais)

Intermediação Financeira + Outras Receitas | Prestação de Serviços

	2020	2021	2022	2023	2024
Total	3.715	4.310	5.554	6.180	6.586
Intermediação Financeira + Outras Receitas	2.469	2.891	4.049	4.560	4.732
Prestação de Serviços	1.246	1.419	1.505	1.620	1.854

77,3% | 6,6%

A receita total atingiu um montante de R$ 6,6 bilhões no exercício de 2024, apresentando um aumento de 6,6% a/a (R$ 6,2 bilhões em 2023), principalmente, pelas receitas de intermediação financeira, que representa 71% da receita total.

INDICADORES DE PERFORMANCE DE CRÉDITO

Provisão de Crédito Resolução nº 2.682/99
(Em milhões de Reais)

	2020	2021	2022	2023	2024
Carteira	11.063	13.194	15.898	18.779	21.561
PECLD	1.333	1.579	2.390	2.977	3.379
Cobertura[a]	12,0%	12,0%	15,0%	15,8%	15,7%

94,9% | 14,8%

(a) Cobertura = provisão / carteira

O saldo de provisão é mensalmente calculado de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, condizente com a política interna do Banco. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de provisionamento registrado atingiu o montante de R$ 3,4 bilhões, apresentando um aumento de 13,5% a/a (R$ 3,0 bilhões em 2023).

Distribuição de operações adimplentes e inadimplentes sobre carteira total e PECLD
(Em milhões de Reais)

	2020	2021	2022	2023[a]	2024[a]
Total	11.063	13.194	15.898	18.779	21.561
Atraso	1.377	2.209	3.120	2.899	3.215
Em dia	9.686	10.985	12.778	15.880	18.346
% Over 30	11,2%	14,7%	16,2%	14,8%	14,2%
% Over 90	9,3%	10,7%	13,0%	12,2%	11,6%

94,9% | 14,8%

(a) Não considera-se o efeito arrasto da PECLD.

As carteiras *Over 30* e *Over 90* encerraram o exercício de 2024 com taxas de 14,2% e 11,6% em relação à carteira total, respectivamente. Ambas representam uma redução de 0,6 p.p. a/a, resultado de uma política de crédito focada na redução de níveis de inadimplência, além da melhora de clientes saudáveis em nosso *portfólio*.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

a. **Comitê Integrado de Riscos**: composto por membros independentes e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do *Chief Risk Officer* (CRO), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.

b. **Comitê de Auditoria**: composto pela diretoria do Banco, com a participação de três membros independentes (sendo que um deles atua como especialista financeiro), é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

c. **Comitê de Remuneração**: composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda aos requisitos mínimos de Basileia.

A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos acionistas.

O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, reputacional, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de gerenciamento de riscos integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação da Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no *site* www.carrefoursolucoes.com.br, na página de Governança Corporativa.

AGRADECIMENTOS

O Banco Carrefour agradece a todos os clientes pela preferência e confiança depositadas em nossos serviços, e também às nossas pessoas colaboradoras, cuja entrega, dedicação e excelência no trabalho foram fundamentais para impulsionar a transformação do nosso negócio. Sempre com foco na missão de melhorar a vida das famílias brasileiras, garantindo acesso ao crédito e oferecendo serviços financeiros inovadores, reconhecemos que, sem elas, não seríamos capazes de atingir os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 11 de fevereiro de 2025.

(Continua...)

Eufrázio

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	**4.226**	**9.080**
Instrumentos financeiros		**19.205.654**	**16.827.911**
Relações interfinanceiras	5	**88.672**	**81.208**
Conta de pagamento instantâneo		88.672	81.208
Títulos e valores mobiliários - TVM	6	**935.584**	**944.533**
Carteira própria		614.972	672.396
Vinculados a compromisso de recompra		320.090	271.666
Vinculados à prestação de garantias		522	471
Operações de crédito	7	**18.181.398**	**15.802.170**
Setor privado		7.850.194	6.920.879
(-) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(3.187.836)	(2.843.532)
Valores a receber relativos a transações de pagamento		13.710.393	11.858.420
(-) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito		(191.353)	(133.597)
Outros créditos	8	**504.384**	**484.887**
Rendas a receber		164.139	39.043
Diversos		340.245	445.844
Outros valores e bens		**157.886**	**156.891**
Despesas antecipadas	3.6	157.886	156.891
Ativos fiscais		**544.551**	**372.936**
Diferidos	9.1	544.551	372.936
Investimento	10	**11.447**	**121.447**
Imobilizado de uso	11	**61.380**	**98.096**
Outras imobilizações de uso		162.697	212.740
(-) Depreciações acumuladas		(101.317)	(114.644)
Intangível	12	**848.527**	**840.917**
Ativos intangíveis		1.519.400	1.401.488
(-) Amortizações acumuladas		(670.873)	(560.571)
Total do ativo		**21.338.055**	**18.912.165**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros		**13.971.499**	**12.366.597**
Depósitos		**1.168.875**	**951.406**
Depósitos à vista	13.1	18.413	17.004
Depósitos a prazo	13.2	650.231	483.827
Depósitos interbancários	14	500.231	450.575
Captação no mercado aberto	15	**319.315**	**270.739**
Carteira própria		319.315	270.739
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	**2.158.223**	**2.296.608**
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		2.158.223	2.296.608
Relações interfinanceiras	17	**10.325.086**	**8.847.844**
Recebimentos e pagamentos a liquidar		10.325.086	8.847.844
Outras obrigações		**3.740.170**	**3.295.891**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.003	4.932
Fiscais e previdenciárias	18.1	77.086	47.194
Diversas	18.2	3.658.081	3.243.765
Provisões	19	**37.189**	**39.869**
Passivos fiscais	9.3	**1.318**	**633**
Diferidos		1.318	633
Patrimônio líquido	20	**3.587.879**	**3.209.175**
Capital		**1.742.000**	**1.742.000**
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Aumento de capital social	20	**200.000**	-
Reservas de capital	20.1	**10.833**	**11.621**
Reservas de lucros	20.2	**1.633.562**	**1.454.881**
Outros resultados abrangentes	20.3	**1.484**	**673**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.338.055**	**18.912.165**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre de 2024	Exercícios 31/12/2024	Exercícios 31/12/2023
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		**1.992.997**	**4.135.661**	**3.865.274**
Lucro líquido		138.919	378.681	183.408
Ajustes ao lucro líquido		**1.854.078**	**3.756.980**	**3.681.866**
Depreciações e amortizações	11.2, 12.2 e 26	68.262	140.572	130.892
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	1.863.504	3.559.520	3.428.957
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(829)	(1.829)	(2.570)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	(1.331)	(2.622)	(4.093)
Impostos diferidos		(273.267)	(171.593)	(69.500)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(58.712)	(109.775)	(112.292)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		179.994	341.564	284.897
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	12.232	14.879	26.441
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	253	266	29
Outras provisões		8.604	12.061	14.946
Provisão para crédito em cobrança		628	1.179	(78)
Provisão inspeção de taxas e tarifas - DECON	29	95.553	93.737	58.603
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	397	318	2.733
(Ganho) / Perda na venda ou baixa do imobilizado	11	24.701	24.675	21.523
(Ganho) / Perda na baixa de intangível	12	16.909	16.909	26.451
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		-	-	25
Resultado de equivalência patrimonial	10	(82.820)	(162.881)	(125.098)
Variação de ativos e passivos		**(2.044.257)**	**(4.127.530)**	**(3.696.029)**
(Aumento) / Redução dos ativos		**(3.432.836)**	**(5.543.483)**	**(5.414.452)**
Títulos e valores mobiliários		59.386	119.535	2.440
Operações de crédito		(3.690.409)	(5.938.927)	(5.722.658)
Comissões a receber		7.104	257	1.061
Valores a receber de sociedades ligadas		(19.052)	14.989	(19.779)
Outros créditos		58.700	122.253	254.127
Outros valores e bens		5.211	(995)	18.550
Impostos a compensar		144.466	137.804	50.317
Depósitos judiciais		1.758	2.601	1.490
Aumento / (Redução) das obrigações		**1.388.579**	**1.415.953**	**1.718.423**
Captação no mercado aberto		327.084	77.301	59.400
Captação em letras financeiras		(563.154)	(384.454)	63.431
Depósitos interfinanceiros		549.312	99.312	(660.659)
Depósitos a prazo		(190.587)	101.428	280.886
Impostos e contribuições a pagar		2.431	29.540	(18.780)
Obrigações com pessoal		(971)	(8.279)	(7.516)
Depósitos à vista		337	1.409	2.734
Valores a pagar a sociedades ligadas		(145.413)	(871.518)	554.287
Contas a pagar		1.640.223	2.666.557	1.746.479
Realização de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	19.2.2	(11.490)	(17.825)	(12.229)
Outras movimentações - PROCON	19.2.2	-	-	936
Impostos pagos		(150.379)	(167.620)	(98.709)
Juros pagos		(68.814)	(108.898)	(191.837)
Caixa líquido consumido / gerado pelas atividades operacionais		**(51.260)**	**8.131**	**169.245**
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos		-	147.529	110.000
Aquisição de imobilizado de uso	11	(12.478)	(15.726)	(45.203)
Alienação de imobilizado de uso	11	93	160	-
Aquisição de intangível	12	(75.568)	(137.484)	(182.680)
Caixa líquido consumido / gerado pelas atividades de investimento		**(87.953)**	**(5.521)**	**(117.883)**
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	37	-	-	(253.378)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		-	-	**(253.378)**
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		**(139.213)**	**2.610**	**(202.016)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	232.111	90.288	292.304
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	92.898	92.898	90.288

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2º semestre de 2024	Exercícios 31/12/2024	Exercícios 31/12/2023
Receitas da intermediação financeira		**2.351.774**	**4.657.916**	**4.425.661**
Operações de crédito	21	2.292.982	4.547.330	4.313.016
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	58.792	110.586	112.645
Despesas da intermediação financeira		**(190.820)**	**(391.380)**	**(459.370)**
Operações de captação no mercado	23	(190.820)	(391.380)	(459.370)
Resultado bruto da intermediação financeira		**2.160.954**	**4.266.536**	**3.966.291**
Despesas de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7.4	**(1.863.504)**	**(3.559.520)**	**(3.428.957)**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(176.372)**	**(212.570)**	**(366.973)**
Receitas de prestação de serviços	24	968.745	1.854.202	1.619.579
Despesas de pessoal	25	(105.410)	(200.292)	(201.415)
Outras despesas administrativas	26	(703.972)	(1.375.453)	(1.327.277)
Despesas tributárias	27	(152.415)	(299.257)	(255.313)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	82.820	162.881	125.098
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	(12.473)	(15.120)	(26.441)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(12)	(25)	(29)
Outras receitas operacionais	28	34.149	73.629	134.573
Outras despesas operacionais	29	(287.804)	(413.135)	(436.148)
Resultado operacional		**121.078**	**494.446**	**170.361**
Outras receitas (despesas) não operacionais		84	110	-
Resultado não operacional		**84**	**110**	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**121.162**	**494.556**	**170.361**
Imposto de renda e contribuição social	30	**17.757**	**(115.875)**	**13.047**
Provisão para imposto de renda corrente		(139.028)	(157.010)	(31.047)
Provisão para contribuição social corrente		(116.482)	(130.458)	(25.406)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		151.815	95.329	38.611
Ativo fiscal diferido para contribuição social		121.452	76.264	30.889
Lucro líquido		**138.919**	**378.681**	**183.408**
Quantidade de ações (mil)		**1.114.671**	**1.114.671**	**1.114.671**
Lucro por ação (em R$)		**0,12**	**0,34**	**0,16**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2024	Exercícios 31/12/2024	Exercícios 31/12/2023
Lucro líquido	**138.919**	**378.681**	**183.408**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda	**80**	**811**	**352**
Variação de valor justo - TVM	146	1.475	640
Impostos diferidos - TVM	(66)	(664)	(288)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	-	**234**
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	-	-	234
Total do resultado abrangente	**138.999**	**379.492**	**183.994**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua...)

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Aumento de capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.742.000**	**-**	**8.897**	**1.421.353**	**87**	**-**	**3.172.337**
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	-	2.724	-	-	-	**2.724**
Ajuste ao valor justo - TVM	20.3	-	-	-	-	352	-	**352**
Ajuste ao valor atuarial - Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	-	234	-	**234**
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	-	(149.880)	-	-	**(149.880)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	183.408	**183.408**
Destinações:								
Reserva legal	20.2	-	-	-	9.170	-	(9.170)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	-	174.238	-	(174.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.742.000**	**-**	**11.621**	**1.454.881**	**673**	**-**	**3.209.175**
Mutação do exercício		**-**	**-**	**2.724**	**33.528**	**586**	**-**	**36.838**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.742.000**	**-**	**11.621**	**1.454.881**	**673**	**-**	**3.209.175**
Aumento de capital com base em reservas	20	-	200.000	-	(200.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	-	(788)	-	-	-	**(788)**
Ajuste ao valor justo - TVM	20.3	-	-	-	-	811	-	**811**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	378.681	**378.681**
Destinações:								
Reserva legal	20.2	-	-	-	18.934	-	(18.934)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	-	359.747	-	(359.747)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.742.000**	**200.000**	**10.833**	**1.633.562**	**1.484**	**-**	**3.587.879**
Mutação do exercício		**-**	**200.000**	**(788)**	**178.681**	**811**	**-**	**378.704**
Saldos em 30 de junho de 2024		**1.742.000**	**-**	**11.367**	**1.454.881**	**1.404**	**239.762**	**3.449.414**
Aumento de capital com base em reservas	20	-	200.000	-	(200.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	-	(534)	-	-	-	**(534)**
Ajuste ao valor justo - TVM	20.3	-	-	-	-	80	-	**80**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	138.919	**138.919**
Destinações:								
Reserva legal	20.2	-	-	-	18.934	-	(18.934)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	-	359.747	-	(359.747)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.742.000**	**200.000**	**10.833**	**1.633.562**	**1.484**	**-**	**3.587.879**
Mutação do semestre		**-**	**200.000**	**(534)**	**178.681**	**80**	**(239.762)**	**138.465**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão Private Label utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. Atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard.

Através da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda., da qual o Banco é detentor de 100% do capital social, ele atua também no mercado de corretagem de seguros, desde 8 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. *Base de preparação*

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, aderidas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN.

O CMN e o BACEN aprovaram os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável:

a. CPC 00 (R2) – Pronunciamento conceitual básico (Resolução CMN nº 4.924/21);
b. CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (Resolução CMN nº 4.924/21);
c. CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Resolução CMN nº 4.524/16);
d. CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (Resolução CMN nº 4.818/20);
e. CPC 04 (R1) – Ativo intangível (Resolução CMN nº 4.534/16);
f. CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas (Resolução CMN nº 4.818/20);
g. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (Resolução CMN nº 3.989/11);
h. CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução CMN nº 4.924/21);
i. CPC 24 – Eventos subsequentes (Resolução CMN nº 4.818/20);
j. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução CMN nº 3.823/09);
k. CPC 27 – Ativo imobilizado (Resolução CMN nº 4.535/16);
l. CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda (Resolução CMN nº 4.747/19);
m. CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (Resolução CMN nº 4.877/20);
n. CPC 41 – Resultado por ação (Resolução CMN nº 4.818/20);
o. CPC 46 – Mensuração do valor justo (Resolução CMN nº 4.924/21); e
p. CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Resolução CMN nº 4.924/21).

As demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 11 de fevereiro de 2025.

Normas que entraram em vigor no exercício corrente:

Resolução CMN nº 5.112/23 - Saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos

A Resolução CMN nº 5.112/23 altera a Resolução CMN nº 4.549/17, que dispõe sobre o financiamento do saldo devedor da fatura de cartão de crédito e de demais instrumentos de pagamento pós-pagos, a Resolução CMN nº 5.004/22, que dispõe sobre os requisitos a serem observados na oferta, na contratação e na prestação de serviços de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, e a Resolução CMN nº 5.057/22, que dispõe sobre a portabilidade de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro.

As alterações da Resolução CMN nº 5.112/23 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, e o Banco está aderente às regras do normativo.

Normas que entrarão em vigor em exercícios futuros:

Resolução CMN nº 4.966/21

As Resoluções CMN nº 4.966/21, nº 5.100/22 e a Resolução BCB nº 352/23, emitidas pelo BACEN, regulamentam os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar pelo BACEN.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

A partir de 1º de janeiro de 2025, o Banco adotou os critérios da Resolução CMN nº 4.966/21, para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Essa norma substitui a Circular nº 3.068/01, passando a classificar e mensurar ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição e nas características contratuais dos fluxos de caixa.

O modelo de negócios reflete como os ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, podendo ser:

a. Custo amortizado: objetivo de receber exclusivamente os fluxos de caixa contratuais e se seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto, desde que não seja designado como mensurado ao VJR.
b. Valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA): objetivo de gerar retorno tanto pelos fluxos contratuais quanto pela venda dos ativos e se seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto, desde que não seja designado como mensurado ao VJR.
c. Valor justo no resultado (VJR): objetivo de retorno exclusivamente pela venda dos ativos financeiros.

SPPI Test (Solely Payment Principal and Interest Test)

Após definir o modelo de negócios, a instituição deve verificar se os fluxos de caixa do ativo financeiro consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPJ). Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição aos riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como VJR.

Reclassificação de aplicações financeiras

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, as aplicações em fundos de investimento atualmente classificadas como disponíveis para venda passarão a ser reclassificadas para VJR a partir de 1º de janeiro de 2025.

Custo amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada.

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O Banco classifica a hierarquia de valor justo, conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando o Banco transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa. Caso contrário, deve-se avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Segundo a Resolução CMN nº 4.966/21, a mensuração do valor justo utiliza uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Na ausência de um mercado principal, os ativos e passivos podem ser negociados no mercado mais vantajoso; Nível 2: são os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Se o ativo ou o passivo tiver prazo determinado (contratual), a informação classificada nesse nível deve ser observável, substancialmente, pelo prazo integral do ativo ou passivo; e Nível 3: são derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Taxa de juros efetiva

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos ou pagamentos futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juros efetiva, o Banco estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perda de crédito futura. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando o método de juros efetivo. Para determinar a taxa de juros efetiva, o valor justo do instrumento financeiro classificado na categoria custo amortizado ou VJORA deverá ser ajustado no reconhecimento inicial, incorporando os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzir quaisquer valores recebidos na aquisição, originação ou emissão do instrumento.

Novos critérios para *Stop Accrual*

Atualmente, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, revogada pela Resolução CMN nº 4.966/21, é vedado o reconhecimento, no resultado, de receitas e encargos de qualquer natureza relativos a operações de crédito com atraso superior ou igual a sessenta dias. Esse critério será alterado a partir de 1º de janeiro de 2025, e o reconhecimento será realizado com base na classificação do ativo com problemas de recuperação de crédito (ativo problemático), nas seguintes situações:

a. Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal ou encargos;
b. Óbito;
c. Litígio; ou
d. Reestruturação.

Observa-se que cada instituição deverá avaliar os indicativos que venham caracterizar o ativo problemático.

Provisão para perdas esperadas ao risco de crédito

A constituição de provisão para crédito passa a ser realizada com base em conceito da perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros. Além disso, a Resolução CMN nº 4.966/21, amplia o escopo dos instrumentos sujeitos à constituição de provisão, sendo que pela regulação atual, Resolução CMN nº 2.682/99, somente operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas estão sujeitas à constituição desse tipo de provisão, no entanto, a partir de janeiro de 2025, será necessário incluir todos os ativos financeiros com risco de crédito, compromissos de crédito e créditos a liberar.

As instituições deverão alocar os instrumentos financeiros em estágios, conforme o aumento significativo do risco de crédito. Para avaliar a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros, será necessário construir modelos consistentes com parâmetros de *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD) e *Credit Conversion Factor* (CCF), ajustadas por correlações com indicadores macroeconômicos e projeções *(forward looking)*.

Não se limitando aos critérios supracitados, a perda esperada deverá compor os níveis de provisão para perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos, de acordo com a Resolução BCB nº 352/23. Para determinar os níveis de provisão, os ativos financeiros deverão ser segregados nas carteiras: C1 a C5.

A perda é mensurada pelo valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber.

A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior.

Estágio 1: o Banco fará a classificação do instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência a igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;

Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidências objetiva de *impairment* (evento de inadimplências), ou se observada inadimplências superior a 30 dias, *Behaviour score* (BHV) menor que 8.500 ou PD maior que 46%, o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplências reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e aumento na probabilidade de *default*;

Estágio 3: Ativo problemático.

A cada data de apresentação, o Banco fará uma análise para verificar se os ativos financeiros apresentam sinais de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possua "indícios de perda por redução ao valor recuperável" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

O Banco classificará um ativo financeiro como inadimplente, caso, seja pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer às ações como a realização da garantia (se houver alguma), nos seguintes casos:

a. Ativo financeiro com mais de 90 dias de atraso;
b. Ativo financeiro renegociado com mais de 30 dias de atraso; e
c. Ativo financeiro referente a clientes em litígio com o Banco ou clientes com óbito confirmado.

O período máximo na estimativa de perda de crédito é o período durante o qual o Banco está exposto ao risco de crédito e há expectativa de recuperação significativa dos valores a receber.

Aumento significativo no risco de crédito: o Banco avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: o tipo e as características do produto, considerando os seguintes critérios como fatores mínimos:

a. Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 30, BHV menor que 8.500 ou PD maior que 46%;
b. Estágios 1 ou 2 para estágio 3: conforme definição de inadimplências descrita acima.

Cada instrumento financeiro tem suas características de aumento significativo de risco avaliadas individualmente pelo Banco para fins de classificação em estágios. Os parâmetros de provisionamento atribuídos aos instrumentos financeiros, nos diferentes estágios, são dados por modelagem coletiva, por agrupamentos com base em características de risco de crédito homogêneas.

Cenários macroeconômicos: essas informações envolvem riscos inerentes, incertezas de mercado e outros fatores que podem gerar resultados diferentes do esperado, incluindo mudanças nas condições dos mercados e na política econômica, recessões ou flutuações nos indicadores diferentes do previsto.

Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam o Banco ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. O Banco mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As exposições do Banco aos riscos de crédito estão divulgadas na nota 35.3.

Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares

Durante o segundo semestre de 2024, o Banco realizou simulações para estimar os impactos da transição para as novas normas. A transição acarretará, segundo melhores estimativas, em uma redução de 24% do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os impactos identificados na transição foram estimados com base nas melhores informações disponíveis na data do relatório e resultaram em ajustes reconhecidos no patrimônio líquido, especificamente em lucros ou prejuízos acumulados, na data da transição.

(Continua...)



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As alterações nas práticas contábeis foram aplicadas prospectivamente, considerando potenciais impactos no patrimônio líquido corrente:

(Em milhares de Reais)	31/12/2024
Patrimônio Líquido antes dos ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/24	**3.587.879**
Ajustes de provisão para perdas esperadas - Reservas de lucros	(1.596.644)
Ajustes por remensuração de ativos das novas categorias - Outros resultados abrangentes [a]	881
Ajustes por remensuração de ativos das novas categorias - Reservas de lucros [a]	(881)
Imposto de renda diferido [b]	718.490
Patrimônio Líquido após os ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/24 - 01/01/2025	**2.709.725**

[a] Cotas de fundos de investimento mensuradas ao VJORA, reclassificadas para VJR.
[b] A adoção inicial para fins fiscais foi calculada em perda esperada e perda incorrida. Para a perda esperada, foi considerado o critério de contratos com até 180 dias de atraso sob a legislação da 2.682 e contratos com menos de 90 dias de atraso sob a regra da 4.966. Para fins de perda incorrida, foi considerado critério de contratos com mais de 180 dias de atraso sob a Resolução CMN nº 2.682/99 e contratos com mais de 90 dias de atraso sob a Resolução CMN nº 4.966/21.

Ativos financeiros - Classificações

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção: Reclassificações	Efeitos da adoção: Remensurações	Saldo em 01/01/2025	Após a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21
Disponibilidades	4.226	4.226	-	4.226	Disponibilidades - Custo amortizado
Relações interfinanceiras	88.672	88.672	-	88.672	Relações interfinanceiras - Custo amortizado
TVM - Disponível para Venda	935.584	6.302	-	6.302	TVM - Mensurados ao VJR
	-	929.282	-	929.282	TVM - Mensurados ao VJORA
Operações de crédito	21.560.587	21.560.587	-	21.560.587	Operações de Crédito - Custo amortizado
(-) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(3.379.189)	(3.379.189)	1.936.973	(1.442.216)	Provisão para perda incorrida
	-	-	(3.533.617)	(3.533.617)	Provisão para perda esperada

Passivos financeiros - Classificações

Anterior à adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	Saldo em 31/12/2024	Efeitos da adoção: Reclassificações	Efeitos da adoção: Remensurações	Saldo em 01/01/2025	Após a adoção da Resolução CMN nº 4.966/21
Ao custo amortizado	13.971.499	13.971.499	-	13.971.499	Ao custo amortizado

As alterações da Resolução CMN nº 4.966/21 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, e o Banco aplicou às regras do normativo, conforme acima.

Resolução CMN nº 4.975/21

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução CMN nº 4.975/21 introduz princípios para o reconhecimento de arrendamentos, trazendo mudanças significativas na contabilização dessas operações pelos arrendatários, ao eliminar a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. Todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais por meio do reconhecimento de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento correspondente ao valor presente dos pagamentos devidos durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento. Essa mudança afeta a apresentação das transações de arrendamento na demonstração do resultado, substituindo a despesa de aluguel por despesas de depreciação e de juros, e na demonstração dos fluxos de caixa, onde os pagamentos de arrendamento, representando pagamento de juros e amortização do passivo, impactam o fluxo de caixa das atividades financeiras.

Na data de transição, os ativos e passivos, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento devidos durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento, considerando que:

a. O Banco utilizou o expediente prático de não reconhecer ativos e passivos para arrendamentos de baixo valor, sem opção de compra, e contratos com duração inferior a 12 meses;
b. Foram excluídos os custos iniciais para a celebração do contrato (direito de uso);
c. O Banco não possui contratos classificados como financeiros pela Resolução CMN nº 4.977/21.

Os ativos de direito de uso do Banco referem-se a contratos de arrendamento de imóveis, nos quais está localizado o prédio administrativo. A taxa de desconto utilizada foi de 12,76%.

As alterações da Resolução CMN nº 4.975/21 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, e o Banco aplicou às regras do normativo, adotando uma abordagem retrospectiva, considerando potenciais impactos no patrimônio líquido corrente, no montante de R$ 694 mil.

Lei nº 14.467/22 - Tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos

A Lei nº 14.467/22, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, em substituição às regras anteriores previstas nos artigos 9º a 12º da Lei nº 9.430/96.

A Lei nº 9.430/96 estabelecia que as perdas no recebimento de créditos poderiam ser deduzidas da apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, se atingidos critérios relacionados a a. existência ou não de garantias; b. valor das operações de créditos; c. taxa de atraso; e d. existência e manutenção de procedimentos de cobrança. Atingidos os critérios exigidos, a dedução das perdas ocorria integralmente no período em questão.

Com o advento da Lei nº 14.467/22, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN poderão deduzir do lucro real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, assim consideradas as operações com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos. O valor da perda dedutível será apurado mensalmente, mediante a aplicação de fatores sobre o valor total do crédito, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida. Esses fatores refletem os percentuais estabelecidos no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, para determinação das perdas incorridas associadas ao risco de crédito para os ativos financeiros inadimplidos. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2025, as perdas incorridas no recebimento de créditos passam a ser deduzidas das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, mensalmente, pelo montante das perdas incorridas apuradas em cada mês.

Por fim, a Lei nº 14.467/22 estabeleceu o tratamento a ser dado às perdas incorridas originadas na adoção inicial, relativas às perdas com créditos que não tenham sido deduzidas até 31 de dezembro de 2024. Essas perdas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

Período de realização - perda incorrida [a]	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Base do crédito tributário	-	86.108	86.108	86.108	86.108	86.108	86.108	86.108	602.756
Crédito tributário	-	38.749	38.749	38.749	38.749	38.749	38.749	38.749	271.240

[a] Os valores podem sofrer alterações, conforme os clientes forem realizando os pagamentos.

As alterações da Lei nº 14.467/22 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, e o Banco aplicou às regras do normativo, conforme acima.

Resolução CMN nº 5.185/24 - Relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade

A Resolução CMN nº 5.185/24 estabelece que instituições financeiras de maior porte devem elaborar e divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras anuais consolidadas, um relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade. Essa medida alinha-se aos pronunciamentos internacionais, emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB), e aprovados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS).

A implantação das alterações da Resolução CMN nº 5.185/24 terá vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, para instituições do segmento S3 e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente, com base no método exponencial.
As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e com o CPC 03 e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".
Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.
Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor justo, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor justo - TVM", líquidos dos efeitos tributários.
Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.
Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.
Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.
Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.
As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como resultado quando efetivamente recebidos.
A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atendendo ao requisito estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de software, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.
Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.
Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado anualmente por empresa especializada, bem como a avaliação interna periódica da Administração.

3.9. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade e são registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado anualmente por empresa especializada, bem como a avaliação interna periódica da Administração.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata dia*.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o CPC 25 e a Instrução Normativa BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis:

a. As ações cíveis com risco acima de R$ 25 mil são provisionadas na totalidade do risco provável apurado pela assessoria jurídica;
b. Para as demais ações cíveis, o Banco adota a metodologia de *ticket* médio calculado trimestralmente, levando em consideração a média de perda dos últimos 12 meses. Considera-se média de perda, a média de pagamento multiplicado pelo percentual de favorabilidade ao autor; e
c. Para os processos administrativos, a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração. Nestes casos, é provisionado o valor integral do risco.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências trabalhistas:

a. Na constituição da provisão para processos trabalhistas com valor reclamado abaixo de R$ 1 milhão, aplica-se a taxa estatística calculada trimestralmente, a qual, em resumo, considera o percentual do valor pago (total) versus o valor reclamado (total) do período de 24 meses, dos casos elegíveis à aplicação da taxa estatística, por categoria: a) hierarquia; b) operacional; e c) terceiro insolvente (TIN); e
b. Para os processos trabalhistas com pedido acima de R$ 1 milhão, Ministério Público do Trabalho e reclamações sindicais, aplica-se a análise individualizada do risco envolvido de cada processo.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.13. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.
A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado. Foi publicada a Resolução CMN nº 4.877/20, referendando o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda de 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mil no mês, e contribuição social de 20%. Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.15. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

3.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.
A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18. Resultados não recorrentes

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, em conjunto com os conceitos internos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

a. não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição;
b. não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
c. estar classificado como eventos de *impairment*, resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write-off*; e
d. para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4.226	5.080
Relações interfinanceiras	88.672	81.208
Total	**92.898**	**86.288**

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Conta de pagamento instantâneo	88.672	81.208
Total	**88.672**	**81.208**

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente, e também, não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os exercícios apresentados.

(Continua...)

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

Descrição	31/12/2024 Valores por prazo de vencimento: Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo: Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [a]:					
Carteira própria	608.415	255	1.266	607.404	608.670
Vinculados a operações compromissadas	319.912	178	-	320.090	320.090
Vinculados a garantias	522	-	522	-	522
Aplicações em fundos de investimento [b]:					
Carteira própria	4.700	1.602	-	6.302	6.302
Total	**933.549**	**2.035**	**1.788**	**933.796**	**935.584**

Descrição	31/12/2023 Valores por prazo de vencimento: Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo: Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [a]:					
Carteira própria	667.102	(12)	-	667.090	667.090
Vinculados a operações compromissadas	271.699	(33)	271.666	-	271.666
Vinculados a garantias	471	-	-	471	471
Aplicações em fundos de investimento [b]:					
Carteira própria	4.701	605	-	5.306	5.306
Total	**943.973**	**560**	**271.666**	**672.867**	**944.533**

[a] As operações são classificadas como Nível 1.
[b] As operações são classificadas como Nível 2.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. O ganho não realizado para estes títulos na data-base foi de R$ 2.035 (31/12/2023: R$ 560), impactando positivamente o patrimônio líquido do Banco em R$ 1.119 (31/12/2023: R$ 308), líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos	7.850.194	6.920.879
Valores a receber relativos a transações de pagamento [a]	13.710.393	11.858.420
Total da carteira	**21.560.587**	**18.779.299**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(3.187.836)	(2.843.532)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		
- Valores a receber relativos a transações de pagamento	(191.353)	(133.597)
Total da carteira líquida de provisão	**18.181.398**	**15.802.170**

[a] Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

Prazo	31/12/2024 A	B	C	D	E	F	G	H	Total	31/12/2023 Total
	Operações em curso normal (*)									
Vincendas	**16.040.972**	**96**	**7**	**315.499**	**304.489**	**133.958**	**79.180**	**654.889**	**17.533.090**	**15.211.434**
01 a 30	6.296.833	32	2	25.186	28.359	8.684	5.403	53.164	6.417.663	5.591.086
31 a 60	2.617.375	15	1	21.064	24.247	7.323	4.483	38.782	2.713.290	2.212.634
61 a 90	1.637.400	6	1	18.509	20.606	6.923	4.199	32.509	1.720.153	1.496.095
91 a 180	2.851.613	11	2	61.020	55.915	18.106	11.509	93.698	3.081.874	2.574.226
181 a 365	2.036.011	16	1	73.803	76.795	29.250	16.923	133.970	2.366.769	2.100.678
Acima de 365	601.740	16	-	129.917	98.567	63.672	36.663	302.766	1.233.341	1.236.715
Vencidas até 14 dias	**189.630**	-	-	**276**	**232**	**66**	**46**	**855**	**191.205**	**166.211**
Subtotal	**16.230.602**	**96**	**7**	**319.875**	**304.721**	**134.024**	**79.226**	**655.744**	**17.724.295**	**15.377.645**
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(81.153)	(1)	-	(31.988)	(91.416)	(67.012)	(55.452)	(655.744)	(982.766)	(837.385)
Prazo	Operações em curso anormal									
Vincendas	-	**249.462**	**182.643**	**28.062**	**12.578**	**9.193**	**7.679**	**125.176**	**614.793**	**497.877**
01 a 30	-	76.775	46.352	7.246	3.857	2.858	2.451	44.502	184.041	142.359
31 a 60	-	36.437	25.170	3.612	1.632	1.184	1.020	17.844	86.899	61.844
61 a 90	-	25.027	19.306	2.698	1.107	777	670	11.099	60.682	46.268
91 a 180	-	52.086	42.294	5.610	2.240	1.530	1.242	20.143	125.145	93.423
181 a 365	-	41.263	31.748	4.809	1.839	1.330	1.051	15.976	98.016	93.583
Acima de 365	-	17.874	17.773	4.089	1.903	1.514	1.245	15.612	60.010	60.400
Vencidas	-	**133.928**	**218.052**	**272.065**	**264.857**	**257.975**	**238.110**	**1.836.512**	**3.221.499**	**2.903.777**
01 a 14	-	2.936	1.675	570	268	185	163	1.520	7.317	4.375
15 a 30	-	130.992	2.712	953	547	314	202	7.793	143.513	115.737
31 a 60	-	-	213.665	5.145	1.730	876	521	36.851	258.788	212.801
61 a 90	-	-	-	265.397	6.304	1.927	1.190	41.393	316.211	285.701
91 a 180	-	-	-	-	256.008	254.673	236.034	142.810	889.525	776.629
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	1.606.145	1.606.145	1.508.534
Subtotal	-	**383.390**	**400.695**	**300.127**	**277.435**	**267.168**	**245.789**	**1.961.688**	**3.836.292**	**3.401.654**
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(3.834)	(12.021)	(30.013)	(83.230)	(133.584)	(172.053)	(1.961.688)	(2.396.423)	(2.139.744)
Total da carteira	**16.230.602**	**383.486**	**400.702**	**620.002**	**582.156**	**401.192**	**325.015**	**2.617.432**	**21.560.587**	**18.779.299**
Total da provisão	**(81.153)**	**(3.835)**	**(12.021)**	**(62.001)**	**(174.646)**	**(200.596)**	**(227.505)**	**(2.617.432)**	**(3.379.189)**	**(2.977.129)**

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

7.3. Por nível de concentração

Maiores devedores	31/12/2024 Valor	%	Provisão	31/12/2023 Valor	%	Provisão
10 maiores clientes	1.653	0,01%	(1.653)	1.021	0,01%	(1.021)
50 seguintes maiores clientes	5.233	0,02%	(5.233)	4.030	0,02%	(4.030)
100 seguintes maiores clientes	8.988	0,04%	(8.988)	6.982	0,04%	(6.982)
Demais clientes	21.544.713	99,93%	(3.363.315)	18.767.266	99,93%	(2.965.096)
Subtotal da carteira e provisão	**21.560.587**	**100%**	**(3.379.189)**	**18.779.299**	**100%**	**(2.977.129)**

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(3.070.143)	(2.977.129)	(2.389.697)
Constituição	(1.863.778)	(3.648.526)	(3.430.225)
Reversão	274	89.006	1.268
Baixa para prejuízo	1.554.458	3.157.460	2.841.525
Saldo final	**(3.379.189)**	**(3.379.189)**	**(2.977.129)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante de créditos recuperados recebidos foi de R$ 338.775 (31/12/2023: R$ 94.333) e os créditos renegociados totalizaram R$ 3.732.112 (31/12/2023: R$ 3.272.474).

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2024 Circulante	Não circulante	Total	31/12/2023 Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber [a]	164.138	-	164.138	39.043	-	39.043
Diversos:	332.511	7.735	340.246	435.003	10.841	445.844
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	126.524	-	126.524	141.913	-	141.913
Impostos a compensar	86.770	-	86.770	54.353	-	54.353
Valores a receber - APAG [b]	36.975	-	36.975	112.116	-	112.116
Crédito em confiança	30.388	-	30.388	25.109	-	25.109
Depósitos em garantia - CSLL	24.163	-	24.163	22.833	-	22.833
Devedores diversos no país [c]	16.098	-	16.098	62.512	-	62.512
Incentivo a receber das bandeiras	7.015	-	7.015	12.423	-	12.423
Outros depósitos em garantia [d]	4.095	7.735	11.830	3.092	10.841	13.933
Adiantamentos e antecipações salariais	83	-	83	652	-	652
Total	**496.649**	**7.735**	**504.384**	**474.046**	**10.841**	**484.887**

[a] Refere-se, substancialmente, a valores a receber da CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda. sobre dividendos destacados, no montante de R$ 162.881 (31/12/2023: R$ 37.529).
[b] Refere-se aos valores a receber da adquirente Cielo, sobre transações de vendas realizadas nos POS ("Point of sales"), produto APAG.
[c] Refere-se, substancialmente, a recebimento de clientes em trânsito, no montante de R$ 8.496 (31/12/2023: R$ 12.254), valores a receber das bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R$ 5.625 (31/12/2023: R$ 45.735) e saques em redes credenciadas, no montante de R$ 805 (31/12/2023: R$ 4.121).
[d] Refere-se, substancialmente, a valores de depósitos de processos cíveis, no montante de R$ 7.386 (31/12/2023: R$ 8.241), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R$ 2.826 (31/12/2023: R$ 2.754) e depósitos para garantia de reclamações trabalhistas, no montante de R$ 808 (31/12/2023: R$ 2.164).

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 544.551 (31/12/2023: R$ 372.936), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais diferidos

Descrição	31/12/2024 IR: Saldo em 31/12/2023	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2024	CS: Saldo em 31/12/2023	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2024
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos [a]	166.986	72.147	239.133	133.588	57.718	191.306
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	9.912	129	10.041	7.929	105	8.034
Provisão para contingências tributárias	78	67	145	63	53	116
Provisão para perdas operacionais	20.110	23.723	43.833	16.088	18.978	35.066
Provisão para contingências cíveis	7.260	(203)	7.057	5.808	(163)	5.645
Provisão para contingências trabalhistas	2.630	(534)	2.096	2.104	(427)	1.677
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	211	12	223	169	10	179
Total	**207.187**	**95.341**	**302.528**	**165.749**	**76.274**	**242.023**

Descrição	31/12/2023 IR: Saldo em 31/12/2022	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2023	CS: Saldo em 31/12/2022	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2023
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos [a]	147.324	19.662	166.986	117.859	15.729	133.588
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	7.541	2.371	9.912	6.033	1.896	7.929
Provisão para contingências tributárias	71	7	78	57	6	63
Provisão para perdas operacionais	7.326	12.784	20.110	5.861	10.227	16.088
Provisão para contingências cíveis	3.906	3.354	7.260	3.124	2.684	5.808
Provisão para contingências trabalhistas	2.197	433	2.630	1.757	347	2.104
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	207	4	211	166	3	169
Total	**168.572**	**38.615**	**207.187**	**134.857**	**30.892**	**165.749**

[a] O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a realização de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2024 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

Imposto de renda e contribuição social	Período de realização: 2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
Valor nominal	184.088	127.166	39.337	38.968	38.748	38.748	38.748	38.748	544.551
Valor presente	164.927	95.867	26.197	24.273	21.443	19.050	16.924	15.028	383.709

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

O estudo do crédito tributário foi elaborado com o objetivo de abranger a Lei nº 14.467/22, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025. A norma prevê que a expectativa de realização da perda incorrida, relacionada ao estoque apurado em 31 de dezembro de 2024, deverá ser diluída em 84 avos, conforme instruções da norma.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais estão compostos como segue:

Descrição	31/12/2024 Circulante	Não circulante	Total	31/12/2023 Circulante	Não circulante	Total
Diferido [a]						
Provisão para imposto de renda	732	-	732	352	-	352
Provisão para contribuição social	586	-	586	281	-	281
Total	**1.318**	-	**1.318**	**633**	-	**633**

[a] Os impostos diferidos são compostos, principalmente, pela variação de *Market to Market* (MTM).

10. INVESTIMENTO

10.1. Composição do investimento

No país	Participação	31/12/2024 Valor do investimento	Resultado de participações em controladas	31/12/2023 Valor do investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	100%	11.447	162.881	121.447	125.098

10.2. Movimentação do investimento

No país	Patrimônio líquido em 31/12/2023	Resultado do exercício	Dividendos adicionais recebidos	Dividendos distribuídos	Patrimônio líquido em 31/12/2024
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	121.447	162.881	(110.000)	(162.881)	11.447

No país	Patrimônio líquido em 31/12/2022	Resultado do exercício	Dividendos adicionais recebidos	Dividendos distribuídos	Patrimônio líquido em 31/12/2023
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	113.827	125.098	(79.949)	(37.529)	121.447

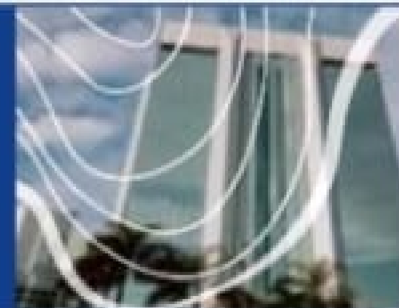
(Continua...)



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado

Descrição	Taxas anuais de depreciação	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Depreciação	31/12/2024 Valor contábil	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Depreciação	31/12/2023 Valor contábil
Instalações	10%	23.468	(5.775)	17.693	12.377	(4.356)	8.021
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	6.342	(3.609)	2.733	6.375	(3.184)	3.191
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.192	(885)	307	1.654	(1.293)	361
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	131.151	(90.599)	40.552	191.865	(105.342)	86.523
Sistema de segurança	20%	544	(449)	95	469	(469)	-
Total		**162.697**	**(101.317)**	**61.380**	**212.740**	**(114.644)**	**98.096**

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Custo Aquisição	Custo Baixa [a]	Depreciação Despesa	Depreciação Baixa [a]	Saldo em 31/12/2024
Instalações	8.021	11.146	(55)	(1.452)	33	17.693
Móveis e equipamentos de uso	3.191	120	(153)	(573)	148	2.733
Sistema de comunicação	361	60	(522)	(110)	518	307
Sistema de processamento de dados	86.523	4.294	(65.008)	(25.461)	40.204	40.552
Sistema de segurança	-	106	(31)	(11)	31	95
Total	**98.096**	**15.726**	**(65.769)**	**(27.607)**	**40.934**	**61.380**

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo Aquisição	Custo Baixa [a]	Depreciação Despesa	Depreciação Baixa [a]	Saldo em 31/12/2023
Instalações	7.814	4.003	(5.170)	(1.260)	2.634	8.021
Móveis e equipamentos de uso	3.790	310	(744)	(625)	460	3.191
Sistema de comunicação	330	153	(479)	(112)	469	361
Sistema de processamento de dados	98.480	40.737	(32.042)	(34.007)	13.355	86.523
Sistema de segurança	48	-	(62)	(42)	56	-
Total	**110.462**	**45.203**	**(38.497)**	**(36.046)**	**16.974**	**98.096**

[a] Os valores referem-se, substancialmente, às baixas de POS (*"Point of sales"*) e venda de ativos.

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível

Descrição	Taxas anuais de amortização	31/12/2024 Custo	31/12/2024 Amortização	31/12/2024 Valor contábil	31/12/2023 Custo	31/12/2023 Amortização	31/12/2023 Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	579.911	(242.765)	337.146	407.115	(185.979)	221.136
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	114.489	-	114.489	169.373	-	169.373
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(428.108)	396.892	825.000	(374.592)	450.408
Total		**1.519.400**	**(670.873)**	**848.527**	**1.401.488**	**(560.571)**	**840.917**

12.2. Movimentação do ativo intangível

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Custo Aquisição	Custo Baixa [a]	Custo Transferência para utilização	Amortização Despesa	Amortização Baixa [a]	Saldo em 31/12/2024
Softwares e sistemas desenvolvidos	221.136	10.126	(15.572)	182.242	(59.449)	2.663	337.146
Softwares e sistemas em desenvolvimento	169.373	127.358	-	(182.242)	-	-	114.489
Direito de exclusividade	450.408	-	-	-	(53.516)	-	396.892
Total	**840.917**	**137.484**	**(15.572)**	**-**	**(112.965)**	**2.663**	**848.527**

Descrição	Saldo em 31/12/2022	Custo Aquisição	Custo Baixa [a]	Custo Transferência para utilização	Amortização Despesa	Amortização Baixa [a]	Saldo em 31/12/2023
Softwares e sistemas desenvolvidos	185.775	3.530	(55.967)	99.615	(41.333)	29.516	221.136
Softwares e sistemas em desenvolvimento	89.838	179.150	-	(99.615)	-	-	169.373
Direito de exclusividade	503.921	-	-	-	(53.513)	-	450.408
Total	**779.534**	**182.680**	**(55.967)**	**-**	**(94.846)**	**29.516**	**840.917**

[a] Os valores referem-se, substancialmente, às baixas de projetos descontinuados.

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição e desenvolvimento de software e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de software e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes, no montante de R$ 18.413 (31/12/2023: R$ 17.004).

13.2. Depósitos a prazo

As captações na modalidade Certificado de Depósito Bancário (CDB), por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada de 102,35% do DI (31/12/2023: 105,20% do DI) e taxa média de juros pré-fixados de 12,35% a.a, em 31 de dezembro de 2024, para os CDBs pré-fixados.

Prazo de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	40.007	226.146
De 3 a 12 meses	62.030	79.798
De 1 a 3 anos	548.184	177.883
Total	**650.221**	**483.827**

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade CDI foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,25% a.a. (31/12/2023: DI + 0,28% a.a.).

Prazo de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	500.221	450.575
Total	**500.221**	**450.575**

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

As captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 12,25% a.a. (31/12/2023: 11,65% a.a.)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 3 meses)	319.315	270.739
Total	**319.315**	**270.739**

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,10% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 300.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2025	De DI+1,25% a.a. até DI+1,40% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 700.000
2023	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	108% a.a. do DI	Principal e juros na data do vencimento	R$ 12.000
2024	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2026	De DI+0,54% a.a. até DI+0,58% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 800.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas *pro rata dia*. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
Até 3 meses	409.059	152.248
De 3 a 12 meses	888.349	988.773
De 1 a 3 anos	860.815	1.155.587
Total	**2.158.223**	**2.296.608**

17. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito banderado e conta digital

Descrição	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar - Arranjo de pagamento	10.296.292	28.794	10.325.086	8.829.665	18.179	8.847.844
Total	**10.296.292**	**28.794**	**10.325.086**	**8.829.665**	**18.179**	**8.847.844**

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
COFINS	41.884	-	41.884	18.176	-	18.176
Impostos e contribuições sobre salários	14.622	1.280	15.902	15.144	1.245	16.389
PIS	8.967	-	8.967	2.954	-	2.954
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	5.593	-	5.593	5.670	-	5.670
ISS	3.338	-	3.338	2.837	-	2.837
IRRF	1.402	-	1.402	1.168	-	1.168
Total	**75.806**	**1.280**	**77.086**	**45.949**	**1.245**	**47.194**

18.2. Diversas

Descrição	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
Valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos [a]	2.230.452	90.896	2.321.348	1.296.170	-	1.296.170
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 31) [b]	225.533	17.619	243.152	915.076	226.023	1.141.099
Obrigações por transações de pagamento [c]	348.316	55.111	403.427	317.998	58.999	376.997
Credores diversos - país [d]	459.995	174.083	634.078	295.834	80.371	376.205
Provisão para despesas de pessoal (notas 32.2 e 32.3)	53.632	2.444	56.076	50.834	2.460	53.294
Total	**3.317.928**	**340.153**	**3.658.081**	**2.875.912**	**367.853**	**3.243.765**

[a] Refere-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour e Atacadão, que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros.

[b] Refere-se, substancialmente, a valores de compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's, que serão repassadas para essas instituições, no montante de R$ 197.261 (31/12/2023: R$ 1.098.622), a pagamentos por serviços prestados, no montante de R$ 24.073 (31/12/2023: R$ 21.730) e incentivo de venda, no montante de R$ 8.095 (31/12/2023: R$ 12.348).

[c] Refere-se a repasses de valores a lojistas, referente a compras de clientes realizadas no *marketplace*.

[d] Refere-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores, no montante de R$ 317.582 (31/12/2023: R$ 191.035), provisões com riscos operacionais, no montante de R$ 174.083 (31/12/2023: R$ 80.371) e contas a pagar às bandeiras Visa e Master, no montante de R$ 83.330 (31/12/2023: R$ 43.243).

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

Descrição	31/12/2024 Circulante	31/12/2024 Não circulante	31/12/2024 Total	31/12/2023 Circulante	31/12/2023 Não circulante	31/12/2023 Total
Provisões para contingências fiscais	-	241	241	-	-	-
Provisões para contingências cíveis	13.549	14.678	28.227	6.969	22.069	29.038
Provisões para contingências trabalhistas	4.024	4.359	8.383	5.049	5.469	10.518
Outras provisões - FGTS	-	338	338	148	165	313
Total	**17.573**	**19.616**	**37.189**	**12.166**	**27.703**	**39.869**

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

Descrição	Fiscais	Cíveis [a]	Trabalhistas [a]	Outras provisões	Total
			31/12/2024		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**29.038**	**10.518**	**313**	**39.869**
Constituição	226	29.420	8.592	25	38.263
Adição / Reversão de atualização monetária	32	1.610	2.477	-	4.119
Reversão	(17)	(20.751)	(6.469)	-	(27.237)
Realização	-	(11.090)	(6.735)	-	(17.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**241**	**28.227**	**8.383**	**338**	**37.189**

Descrição	Cíveis [a]	Trabalhistas [a]	Outras provisões	Total
		31/12/2023		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**15.622**	**8.786**	**284**	**24.692**
Constituição	29.805	17.905	29	47.739
Adição / Reversão de atualização monetária	6.629	114	-	6.743
Reversão	(16.922)	(11.090)	-	(28.012)
Realização	(7.032)	(5.197)	-	(12.229)
Outras movimentações - PROCON	936	-	-	936
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**29.038**	**10.518**	**313**	**39.869**

[a] Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Outras provisões	Total
Até 1 ano	-	13.549	4.024	-	17.573
De 1 a 3 anos	241	14.678	4.359	338	19.616
Total	**241**	**28.227**	**8.383**	**338**	**37.189**

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 58.119 (31/12/2023: R$ 52.325), que refere-se, substancialmente a pedidos de compensação de CSLL e recolhimento de ISS.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 6.514 (31/12/2023: R$ 1.578).

O valor de risco das causas trabalhistas com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2024, era de R$ 2.260. Em 31 de dezembro de 2023, o Banco não teve valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

De acordo com a Lei nº 6.404/76, o Banco propôs aumento de capital no montante de R$ 200.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Reunião do Conselho de Administração (RCA), realizada em 12 de dezembro de 2024, e posteriormente, pelo BACEN em 8 de janeiro de 2025.

O valor do capital social no exercício passa de R$ 1.742.000 para R$ 1.942.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagas com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404/76, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento:

a. modificar ou encerrar o plano; e
b. estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), define:

a. os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas;
b. o preço de exercício das opções outorgadas;
c. o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e
d. as condições para acessar as opções na data de vesting ou outros eventos que impactariam a data de vesting. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*).

(Continua...)

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 I 2º Andar
Edifício Villa Lobos I Jardim Universidade Pinheiros I São Paulo I SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;

Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;

Prazo máximo para exercício das opções: até o final do 6º ano da data de tal plano;

Diluição societária máxima: 2,50% do total de ações do capital social do Grupo, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e

Preço de exercício: será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:
a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e *Free Cash Flow* - FCF); e
b. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsability* - CSR).

Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Data de aprovação do número de opções autorizadas em AGO	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70	21,98
Período de exercício das opções	A partir do IPO até 21 de março de 2023 (a)	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 (b)

(a) As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência do IPO da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:
- 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
- 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
- 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO, as opções outorgadas serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:
- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da oferta primária de ações. 12 meses depois o segundo terço das opções teve seu período de aquisição de direito (*vesting period*) completo e, 24 meses depois, o terceiro.

(b) As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que são *non-market vesting conditions* não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecado em linha reta ao longo do *vesting period*.

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade de opções de compras de ações.

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: o Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: o Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)

Em 31 de dezembro de 2024, o plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para o Plano Regular 19, neste mesmo período, foi a seguinte:

	Plano Regular 19
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**339.104**
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(339.104)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance *Shares* Local 2020 a 2024 ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 24")

O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023, e o Plano Regular 24 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 7 de maio de 2024, consistindo em outorgas anuais, cujas principais diretrizes compreendem:

Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;

Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;

Prazo para que as ações se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;

Prazo máximo para exercício das ações: as ações são transferidas para o executivo na data do vesting;

Preço de exercício: não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e

Diluição societária máxima: para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito destes planos, bem como dos demais planos locais aprovados.

Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:
a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e FCF);
b. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return* - TSR);
c. Item relacionado à CSR; e
d. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Para o Plano Regular 23 e 24, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada:
a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente - ROC e FCF);
b. Condição relacionada à valorização da TSR; e
c. Item relacionado à CSR.

Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração (RCA)	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23	7-mai-24
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825	277.498
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	5	16	10	16	16
Data do *vesting* (a)	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26	7-mai-27
Valor justo de cada ação (em R$ por ação)	17,35	14,56	13,10	11,58	11,93

(a) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares)

Em 31 de dezembro de 2024, o Plano Regular 20 não apresentou ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para os demais planos, neste mesmo período, foram as seguintes:

	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**153.701**	**84.066**	**314.542**	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	277.498
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(152.399)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(1.302)	(6.034)	(24.717)	(10.000)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	**78.032**	**289.825**	**267.498**

Plano de Performance *Shares* Grupo 2021 a 2024 ("Plano Grupo 21" a "Plano Grupo 24")

Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil.

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:
a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF);
b. TSR; e
c. Item relacionado à CSR.

As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Data da outorga (a)	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23	14-fev-24
Data da RCA	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21	23-mai-23
Data do *vesting* (b)	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26	14-fev-27
Total de ações outorgadas na data de outorga	23.500	18.675	9.500	20.220
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) (c)	11,85	14,21	12,92	15,80

(a) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).
(b) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.
(c) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*.

Conciliação de ações em circulação (planos Grupo)

A movimentação dos planos de ações entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 foram os seguintes:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**10.600**	**10.575**	**9.500**	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	20.220
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(10.600)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	-	(950)	-	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	**9.625**	**9.500**	**20.220**

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 318 (31/12/2023: R$ 2.733).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Legal	264.974	246.040
Estatutárias	1.368.588	1.208.841
Reserva de lucros	**1.633.562**	**1.454.881**

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ajuste ao valor justo - TVM	1.119	308
Benefícios pós-emprego	365	365
Total	**1.484**	**673**

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

De acordo com a RCA de 12 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e o Banco também não pagou dividendos para a BSF Holding S.A. no exercício.

	31/12/2023	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 (a)	103.498	0,09285
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores (a) (b)	149.880	0,13446
Total de dividendos pagos	**253.378**	**0,22731**

(a) Na AGO em 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R$ 103.498 e dividendos adicionais propostos, no montante de R$ 48.529 decorrentes de lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023.
(b) Na AGE em 17 de junho de 2023, retificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores, no montante de R$ 101.351, liquidados em 20 de junho de 2023.

21. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de empréstimos	1.754.142	3.427.325	3.380.473
Recuperação de créditos - renegociação (a)	538.840	1.120.005	932.543
Total	**2.292.982**	**4.547.330**	**4.313.016**

(a) O montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R$ 1.119.504 (31/12/2023: R$ 932.139) e o montante de recuperação de créditos baixados para prejuízo é de R$ 501 (31/12/2023: R$ 404).

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	49.284	97.636	109.565
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	9.508	12.950	3.080
Total	**58.792**	**110.586**	**112.645**

23. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de letras financeiras	(141.122)	(276.484)	(325.492)
Despesas de depósitos a prazo	(39.694)	(66.281)	(41.702)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(2.090)	(15.804)	(54.916)
Despesas de operações compromissadas	(7.914)	(28.811)	(37.260)
Total	**(190.820)**	**(391.380)**	**(459.370)**

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de intercâmbio (a)	438.124	821.073	711.385
Rendas de tarifa bancária (b)	361.541	708.722	640.143
Serviços prestados a ligadas (nota 31) (c)	98.144	189.013	122.598
Tarifa de pacote SMS	63.583	118.334	107.218
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	6.323	14.263	22.816
Rendas com taxa de adesão e antecipações - Serviço de subadquirência APAG	718	2.111	15.003
Outros serviços	312	686	816
Total	**968.745**	**1.854.202**	**1.619.979**

(a) Refere-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.
(b) Refere-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R$ 707.745 (31/12/2023: R$ 638.518).
(c) Refere-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour, Cartão Atacadão e Cartão Sam's Club, emitidos pelo Banco.

25. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(71.170)	(132.587)	(131.252)
Encargos sociais	(21.381)	(42.841)	(44.397)
Benefícios	(12.613)	(23.445)	(24.777)
Treinamento	(246)	(419)	(989)
Total	**(105.410)**	**(200.292)**	**(201.415)**

(Continua...)

Eufrázio

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com serviços de terceiros [a]	(272.525)	(531.778)	(515.749)
Despesas de processamento de dados [b]	(194.544)	(362.262)	(331.300)
Despesas de depreciação e amortização	(68.262)	(140.572)	(130.892)
Despesas com serviços técnicos especializados [c]	(43.765)	(82.508)	(78.835)
Despesas de propaganda e publicidade	(36.473)	(75.850)	(63.388)
Despesas de comunicações [d]	(21.638)	(46.141)	(68.736)
Despesas de aluguéis	(20.499)	(40.877)	(42.792)
Despesas com materiais	(16.521)	(33.023)	(30.061)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(10.720)	(23.172)	(28.243)
Despesas com honorários administrativos	(4.637)	(14.992)	(16.572)
Despesas com manutenção de bens	(3.537)	(7.089)	(5.677)
Despesas com filantropias	(4.507)	(4.507)	(905)
Despesas com associação de classes	(1.386)	(3.019)	(1.889)
Despesas com transportes	(1.239)	(2.437)	(4.437)
Despesas com brindes	(846)	(1.844)	(1.846)
Despesas com custas judiciais	(716)	(1.621)	(1.316)
Despesas com condomínio e vigilância	(463)	(1.575)	(2.091)
Outras	(894)	(2.188)	(2.548)
Total	(703.872)	(1.376.483)	(1.327.277)

[a] Refere-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país, no montante de R$ 306.015 (31/12/2023: R$ 303.723) e serviços de cobrança, no montante de R$ 217.434 (31/12/2023: R$ 210.743).
[b] Refere-se às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.
[c] Refere-se, substancialmente, às despesas com consultorias, honorários advocatícios, auditoria e assessorias.
[d] Devido à Instrução Normativa BCB nº 343/23, a partir de 1º de julho de 2023, o saldo de transmissão de dados da subadquirência passou a ser contabilizado na rubrica de "Outras despesas operacionais - Transmissão de dados - APAG".

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(114.216)	(223.356)	(189.638)
ISS	(19.079)	(36.551)	(33.430)
PIS	(18.560)	(36.295)	(30.816)
Outras	(560)	(3.055)	(1.429)
Total	(152.415)	(299.257)	(255.313)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de custos de comissões de seguros	19.143	38.561	35.861
Participação nos lucros com venda de seguros	3.970	13.552	8.975
Incentivo recebido das bandeiras	1.896	6.807	77.516
Variação cambial ativa	2.407	4.216	4.451
Rendas com descontos obtidos	3.701	4.153	471
Atualização monetária de impostos a compensar	1.331	2.622	4.093
Atualização monetária de depósitos judiciais	829	1.829	2.570
Reversão de provisão de riscos operacionais	242	1.108	96
Outras rendas operacionais	630	781	540
Total	34.149	73.629	134.573

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Intercâmbio nacional e internacional [a]	(71.841)	(133.935)	(180.690)
Inspeção de taxas e tarifas - DECON	(96.553)	(63.737)	(58.603)
Bonificações	(31.471)	(57.041)	(77.472)
Baixa de ativos	(41.693)	(41.693)	(47.974)
Perdas operacionais	(21.163)	(34.215)	(21.721)
Transmissão de dados - APAG [b]	(10.455)	(21.177)	(12.177)
Incentivos de vendas	(4.098)	(8.099)	(12.348)
Despesas com fraudes	(1.659)	(7.364)	(7.729)
Despesas com acordos cíveis	(3.466)	(6.274)	(7.018)
Multas	(2.891)	(3.369)	(858)
Variação cambial passiva	(1.020)	(1.784)	(3.552)
Outras [c]	(2.494)	(4.447)	(6.006)
Total	(287.804)	(413.135)	(436.148)

[a] Refere-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.
[b] Devido à Instrução Normativa BCB nº 343/23, a partir de 1º de julho de 2023, o saldo de transmissão de dados da subadquirência deixou de ser contabilizado na rubrica de "Outras despesas administrativas - Despesas de Comunicações".
[c] Refere-se, principalmente, a crédito em confiança, despesas de contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), recompra de operações cedidas, despesas com comissões sobre compras parceladas com juros e tarifas cobradas pelos adquirentes por recebimento de faturas.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

30.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**121.162**	**454.556**	**170.361**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(54.522)	(222.550)	(76.663)
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	-	-	4.881
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	(2.455)	(4.245)	3.303
PLR dos estatutários	-	(960)	(1.174)
Perdas operacionais	(127)	(243)	(203)
Equivalência patrimonial	37.270	73.257	56.294
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	30.291	30.291	22.676
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	6.689	7.331	2.067
Atualização monetária de impostos a compensar	599	1.180	1.842
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	24	24
Receita / Despesa com imposto de renda e contribuição social	**17.757**	**(115.875)**	**13.047**
IRPJ e CSLL correntes	(255.510)	(287.468)	(56.453)
IRPJ e CSLL diferidos	273.267	171.593	69.500
Total do imposto de renda e contribuição social	**17.757**	**(115.875)**	**13.047**

30.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido antes de imposto de renda e contribuição social	454.556	170.361
Imposto de renda e contribuição social	115.875	(13.047)
Alíquota efetiva	**23,43%**	**-7,66%**

No exercício de 2023, a alíquota efetiva foi impactada pela redução nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL, devido à alteração de critérios de dedutibilidade referente às despesas operacionais do Banco e redução nas bases de cálculo de PIS e COFINS.

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.
Em 31 de dezembro de 2024, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

a. Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
b. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
c. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.;
d. Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.; e
e. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
Partes relacionadas / Operações	31/12/2024	31/12/2023	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.					
Nota de crédito / débito	8.953	280	9.728	18.628	-
Desconto de campanhas	4.381	3.388	-	-	-
Valores a receber [a]	41.070	55.705	-	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	230	252	-	-	-
Valores a receber - *E-commerce*	3	9	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.191	4.348	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país [b]	(21.237)	(12.838)	(78.525)	(153.452)	(134.526)
Repasses de valores e comissões [c]	(139.560)	(480.920)	37.952	74.023	66.442
Aluguéis a pagar	(848)	(1.255)	(5.174)	(9.268)	(11.842)
Despesas administrativas	-	-	-	-	(72)
Outras despesas operacionais	-	-	(4.632)	(8.681)	(12.318)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.					
Valores a receber [a]	232	1.423	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país [b]	(659)	(1)	(2.590)	(4.675)	(4.121)
Repasses de valores e comissões [c]	(1.179)	(34.260)	390	1.316	1.538
Grupo BIG Brasil S.A.					
Nota de crédito / débito	262	-	1.149	2.076	-
Desconto de campanhas	(431)	(390)	1.209	-	(3.256)
Valores a receber [a]	928	895	-	-	-
Valores a receber - *Membership*	689	404	3.939	6.971	1.834
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	-	1	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país [b]	(2.108)	(830)	(10.689)	(17.979)	(17.837)
Repasses de valores e comissões [c]	(15.616)	(90.232)	3.408	5.773	4.585
Aluguéis a pagar	(16)	(1.640)	(689)	(1.484)	(2.573)
Atacadão S.A.					
Nota de crédito / débito	-	-	13.389	26.900	-
Desconto de campanhas	780	594	-	-	-
Valores a receber [a]	56.066	65.655	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	5.932	5.172	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país [b]	(11.204)	(13.169)	(59.705)	(126.032)	(146.159)
Repasses de valores e comissões [c]	(49.229)	(504.487)	32.128	60.267	49.633
Aluguéis a pagar	(1.065)	(1.077)	(6.354)	(12.611)	(13.051)
Direito de exclusividade	396.892	450.408	(26.757)	(53.515)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.					
Depósitos interfinanceiros	(500.231)	(50.034)	(1.168)	(4.581)	(29.904)
Operações compromissadas	(319.315)	(270.798)	(8.050)	(28.618)	(39.137)
Comissão intermediação CDB	-	-	428	508	-
Certificado de depósito bancário	(516)	-	-	-	-
BSF Holding S.A.					
Certificado de depósito bancário	(7.107)	(6.552)	(364)	(703)	(793)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.					
Valores a receber - comissões	36	133	286	656	816
Valores a pagar - prestação de serviços	-	(587)	(4.598)	(8.537)	(626)
CSF Administradora e Corretora de Seguros Ltda.					
Valores a receber - comissões	3.207	3.387	19.143	38.561	35.861
Dividendos a receber	162.881	37.529	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(160.991)	(156.260)	(5.518)	(13.797)	(11.501)

[a] Refere-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.
[b] Refere-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.
[c] Refere-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

32. REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

32.1. Descrição dos planos de contribuição definida

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador, contribuindo mensalmente com o fundo de previdências, limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o montante da despesa dessa contribuição era de R$ 2.147 (31/12/2023: R$ 2.271) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

32.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração	4.637	14.992	11.843
Pagamento baseado em instrumentos de capital	(534)	10.833	10.001
Contribuição aos planos de aposentadoria	133	333	166
Total	4.236	26.158	22.010

32.3. Obrigações trabalhistas

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Provisão sobre participação nos lucros e bônus	10.721	33.347	33.229
Provisão de férias e encargos	537	17.742	16.555
Salários, 13º salários e encargos a pagar	(3.625)	4.864	3.387
Total	7.633	55.953	53.171

32.4. Benefícios pós-emprego

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora periodicamente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R$ 123 (31/12/2023: R$ 123).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	2º semestre de 2024	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido contábil	**138.919**	**378.681**	**183.408**
Eventos não recorrentes - Líquidos de IRPJ e CSLL	**85.524**	**85.510**	**58.618**
Lucro por baixa e/ou venda de ativos [a]	(47)	(61)	-
Prejuízo por baixa e/ou venda de ativos [a] [b]	34.016	34.016	26.386
Inspeção de taxas e tarifas - DECON [c]	51.555	51.555	32.232
Eventos não recorrentes	-	-	**(33.289)**
Reversão de PIS / COFINS [d]	-	-	(22.158)
Reversão de IRPJ / CSLL [d]	-	-	(11.131)
Lucro líquido recorrente	**224.443**	**464.191**	**208.737**

[a] O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio.
[b] Em 2024, foram realizadas baixas de ativos (POS), projetos descontinuados e outros.
[c] Inspeção de taxas e tarifas DECON (Defesa do Consumidor) relativa à cobrança em desacordo com a regulamentação vigente de tarifa de avaliação emergencial de crédito para saldos parcelados, no período de dez anos. Os valores estão apresentados com efeitos de atualização monetária.
[d] Em 2023, foram reavaliados os critérios de dedutibilidade das receitas e despesas incorridas pelo Banco nas bases de cálculo de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

34. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

	31/12/2024			31/12/2023		
Descrição	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros disponíveis para venda	**635.584**	**629.282**	**6.302**	**944.533**	**939.227**	**5.306**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	629.282	629.282	-	939.227	939.227	-
Aplicações em fundos de investimento	6.302	-	6.302	5.306	-	5.306

Nível 1: para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes e informações obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.
Nível 2: para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

	31/12/2024			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades [a]	**4.226**	**4.226**	**4.226**	-
Relações interfinanceiras [a]	**88.672**	**88.672**	**88.672**	-
Operações de crédito [b]	**18.181.398**	**17.556.951**	-	**17.556.951**
Passivos financeiros	**13.971.499**	**13.975.568**	**13.975.568**	-
Captações no mercado aberto [a]	319.315	319.315	319.315	-
Depósitos [c]	1.168.875	1.166.807	1.166.807	-
Recursos de aceites e emissão de títulos [c]	2.158.223	2.164.360	2.164.360	-
Relações interfinanceiras [a]	10.325.086	10.325.086	10.325.086	-
Outros passivos [a]	**3.746.176**	**3.746.176**	**3.746.176**	-

	31/12/2023			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades [a]	**5.080**	**5.080**	**5.080**	-
Relações interfinanceiras [a]	**81.208**	**81.208**	**81.208**	-
Operações de crédito [b]	**15.802.170**	**12.625.824**	-	**12.625.824**
Passivos financeiros	**12.366.597**	**11.091.869**	**11.091.869**	-
Captações no mercado aberto [a]	270.739	270.735	270.735	-
Depósitos [c]	951.406	951.654	951.654	-
Recursos de aceites e emissão de títulos [c]	2.296.608	2.338.003	2.338.003	-
Relações interfinanceiras [a]	8.847.844	8.847.844	8.847.844	-
Outros passivos [a]	**3.295.891**	**3.295.891**	**3.295.891**	-

(Continua...)

Eufrázio

Carrefour banco

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Nível 2: o Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: a. preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; b. preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preços variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; c. informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades etc.); e d. informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: o Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(a) **Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras:** os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.

(b) **Operações de crédito:** a carteira em dia sem juros é levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré, trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em dia com juros é levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento, trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência destas demonstrações financeiras.

A carteira em atraso é levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré, trazida a valor presente pela taxa DI Over. Ambas com data de referência destas demonstrações financeiras.

Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS - IFRS 9 relativa à carteira local. No conceito IFRS 9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.

(c) **Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos:** o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).

(d) **Outros passivos:** o valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. GESTÃO DE CAPITAL E DE RISCOS

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital atua para assegurar que os riscos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição e em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de gerenciamento integrado de riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração que é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite a risco da Instituição.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

a. A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

b. A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõem o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no *Assets Liabilities Comitee* (ALCO).

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

	31/12/2024				
Ativos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**
Relações interfinanceiras	88.672	88.672	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	935.584	1.788	-	590.095	343.701
Operações de crédito	21.580.587	14.595.434	5.671.802	1.293.351	-
(-) Provisão para perda esperada	(3.379.189)	(2.561.864)	(392.556)	(424.769)	-
Total	**19.205.654**	**12.124.030**	**5.279.246**	**1.458.677**	**343.701**
Passivos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**
Depósitos	1.168.875	558.651	62.030	548.194	-
Captação no mercado aberto [a]	319.315	319.315	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos [a]	2.158.223	409.059	888.349	860.815	-
Relações interfinanceiras	10.325.086	4.006.157	6.290.135	28.794	-
Total	**13.971.499**	**5.293.182**	**7.240.514**	**1.437.803**	-

	31/12/2023				
Ativos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**
Relações interfinanceiras	81.208	81.208	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	944.533	271.666	-	581.031	91.836
Operações de crédito	18.776.299	12.620.271	4.861.913	1.297.115	-
(-) Provisão para perda esperada	(2.977.129)	(2.287.705)	(321.371)	(368.053)	-
Total	**16.827.911**	**10.685.440**	**4.540.542**	**1.510.093**	**91.836**
Passivos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**
Depósitos	951.406	693.725	79.768	177.883	-
Captação no mercado aberto [a]	270.739	270.739	-	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos [a]	2.296.608	152.248	588.773	1.155.587	-
Relações interfinanceiras	8.847.844	3.325.784	5.503.881	18.179	-
Total	**12.366.597**	**4.442.496**	**6.572.452**	**1.351.649**	-

[a] Os vencimentos e rentabilidades das captações e letras financeiras estão detalhados nas notas 15 e 16, respectivamente.

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club, além de empréstimos consignados. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco, em 31 de dezembro de 2024, foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e valores mobiliários: instrumentos com baixo risco e constantemente negociados, sem variações relevantes dos valores justos. As taxas pós-fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de moeda estrangeira: a exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de crédito: o valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em depósitos e letras financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual, praticado em cada um dos instrumentos, e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour, Atacadão e Sam's Club. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, dessincronias financeiras para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência, são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente, são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito e ao Comitê Integrado de Riscos (CIR) indicadores como o custo de crédito, saldo de PECLD, indicadores de performance, performance de cobrança e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, ver nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas do mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

a. Fraude interna;
b. Fraude externa;
c. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
d. Práticas inadequadas relativas a usuários finais, clientes, produtos e serviços;
e. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
f. Situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição ou a descontinuidade dos serviços prestados, incluindo o de pagamentos;
g. Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação; e
h. Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias de gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Segundo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

a. Mapeamento de riscos e controles;
b. Base de perdas operacionais;
c. Execução de testes;
d. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
e. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do capital regulatório para risco operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições do COSO 2017 - Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o risco estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

a. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
b. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
c. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das diretrizes estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

RSAC define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco, deve-se considerar:

a. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
b. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
c. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
d. Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

O Banco conta com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

a. Aprovação de novos produtos e serviços: avalia-se e gerencia-se os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos produtos do Banco, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
b. Relação com partes interessadas: é promovido o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
c. Fornecedores e prestadores de serviços: o Banco busca sempre trabalhar com prestadores de serviços/fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para se assegurar destes riscos, o Banco incluiu em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
d. Orientação financeira: é reconhecida a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promove-se a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
e. Governança: o Banco mantém uma estrutura de governança compatível com o seu porte e a natureza de negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possui o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco, a estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

a. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
b. Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
c. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

a. Base de reclamações por jornada de cliente;
b. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
c. Modelagem das informações para perda esperada; e
d. Monitoramento do apetite aos riscos de reclamações versus contas ativas.

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que considera os seguintes pontos, de acordo com a exigência regulatória:

a. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
b. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
c. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

a. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
b. Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas), realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
c. ALCO como órgão decisório; e
d. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de 3 anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingências para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado, operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

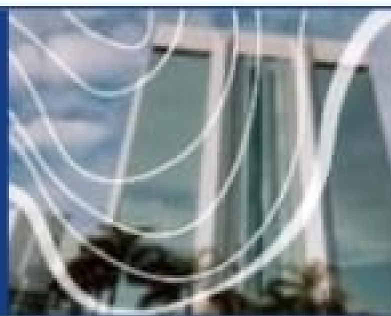
(Continua...)



Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50

Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 | 2º Andar
Edifício Villa Lobos | Jardim Universidade Pinheiros | São Paulo | SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

36. ÍNDICE DE BASILEIA

O Índice de Basileia é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 31 de dezembro de 2024, é de 10,5%.
A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	31/12/2024	31/12/2023
Nível I	**2.739.351**	**2.368.258**
Capital principal	3.587.879	3.209.175
Ajuste prudencial	(848.528)	(840.917)
Total	**2.739.351**	**2.368.258**

Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA	31/12/2024	31/12/2023
RWA_{CPAD} - Risco de crédito	15.352.944	13.468.992
RWA_{MPAD} - Risco de mercado	42.979	43.782
RWA_{OPAD} - Risco operacional	1.323.579	1.222.337
Total	**16.719.502**	**14.735.111**
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.755.548	1.547.186
Folga em relação ao PR mínimo requerido	983.803	821.072
Índice de Basileia	**16,4%**	**16,1%**

Em 31 de dezembro de 2024, o Índice de Basileia atingiu o patamar de 16,4%, com um aumento de 0,3 p.p. a/a e muito superior ao mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A aceleração da carteira de crédito é a principal razão do aumento dos ativos ponderados pelo risco, por outro lado, os resultados líquidos aumentaram o PR, impactando positivamente o Índice de Basileia.

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

As tabelas a seguir mostram a conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento.

	Passivo	Patrimônio líquido			
Descrição	Dividendos a distribuir	Capital social	Aumento de capital social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**103.498**	**1.742.000**	**-**	**1.421.353**	**3.266.851**
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	-	183.408	183.408
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Dividendos mínimos obrigatórios	(103.498)	-	-	-	(103.498)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	-	(149.880)	(149.880)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**1.742.000**	**-**	**1.454.881**	**3.196.881**
Aumento de capital com base em reservas[a]	-	-	200.000	(200.000)	-
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	-	378.681	378.681
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.742.000**	**200.000**	**1.633.562**	**3.575.562**

[a] O aumento do capital social foi aprovado pelo BACEN em 8 de janeiro de 2025.

A DIRETORIA

Diretor Presidente
Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro e Jurídico
Rafael Bandeira de Almeida

Diretor de Clientes
André Luiz Morais Tonelini

Diretor de Tecnologia da Informação e Operações
Aydes Batista Marques Junior

Diretor de Gerenciamento de Riscos
Carlos Alberto Auricchio Junior

Diretor de Vendas, Atendimento e Parcerias
Luiz Gustavo Vargas Souto

Diretora de Planejamento Estratégico
Vanessa Paulino de Souza

CONTABILIDADE

Valéria Dias Prates
Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Introdução

O Comitê de Auditoria (COAUD) é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão (a) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (b) das atividades da Auditoria Interna; e (c) das atividades da empresa de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do COAUD do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 4 (quatro) e no máximo 5 (cinco) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O COAUD teve seu nível de governança elevado, quando em 2023, incorporou mais dois membros independentes, além do membro já nomeado como Especialista Financeiro desde março de 2019 (conforme Artigo 5º do Regimento do COAUD do Banco). As reuniões do COAUD do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú-Unibanco S.A. e do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, além da área de Auditoria Interna (Secretário do Comitê) do Banco.
As atividades do COAUD do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Felipe Carneiro Gonçalves Gomes	Presidente do COAUD (CEO Banco Carrefour)
Rafael Bandeira de Almeida	Membro Permanente (CFO Banco Carrefour)
José Ronaldo Vilela Rezende	Especialista Financeiro / Membro Independente
João Antônio Dantas Bezerra Leite	Membro Independente
Ana Karina Bortoni Dias	Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu calendário anual de trabalho, o COAUD reuniu-se 6 (seis) vezes no ano de 2024, sendo 3 (três) no segundo semestre. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como os trabalhos e relatórios da Auditoria Independente, foram analisados em reunião de 11 de fevereiro de 2025, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, compliance e regulatório, segurança da informação, gestão de riscos e atividades de auditoria interna e independente, gestão e evolução da carga de risco.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no exercício, em linha com as suas atribuições, o COAUD concluiu que: (a) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou, no exercício, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (b) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (c) a Auditoria Independente - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (d) as demonstrações financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de serem aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na avaliação do modelo; (d) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, acrescidas do relatório dos auditores independentes e da declaração dos diretores, na forma da Legislação Societária.

Destaques do período

Balanço Patrimonial (R$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Ativos totais	3.689	3.309	11%
Patrimônio líquido	3.689	3.309	11%

Resultados (R$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ%
Lucro líquido	381	320	19%

Os resultados da Companhia são oriundos, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de sua controlada e poderá ser visto com mais detalhes nas demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. **Remuneração dos acionistas e reinvestimento de lucros** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

A DIRETORIA

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**7.287**	**6.718**
Caixa e equivalentes de caixa	6	**21**	**9**
Instrumentos financeiros	7	**7.107**	**6.552**
Aplicações financeiras		7.107	6.552
Outros créditos		**159**	**157**
Impostos e contribuições a compensar	5	159	157
Não circulante		**3.682.020**	**3.302.244**
Investimento	8	**3.682.020**	**3.302.244**
Investimento em controlada		3.682.020	3.302.244
Total do ativo		**3.689.307**	**3.308.962**

Passivo	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		**140**	**3**
Outras obrigações		**140**	**3**
Impostos e contribuições		140	3
Patrimônio líquido	10	**3.689.167**	**3.308.959**
Capital		**1.942.000**	**1.742.000**
De domiciliados no país		1.942.000	1.742.000
Reservas de capital		**10.833**	**11.622**
Pagamento baseado em instrumentos de capital		10.833	11.622
Reservas de lucros		**1.735.731**	**1.554.997**
Reservas de lucros		1.735.731	1.554.997
Outros resultados abrangentes		**603**	**340**
Ajuste ao valor de mercado – TVM		238	(25)
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego		365	365
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.689.307**	**3.308.962**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Exercícios 31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacionais	11.1	**381.009**	**320.438**
Receita com instrumentos financeiros		703	794
Resultado de participação em controlada	8	380.301	319.644
Outras receitas operacionais		5	-
Outras despesas operacionais		**(88)**	**(343)**
Despesas gerais e administrativas	11.2	(55)	(52)
Outras despesas operacionais	11.3	(33)	(291)
Resultado operacional antes da tributação		**380.921**	**320.095**
Provisão para imposto de renda corrente	13	(131)	(89)
Provisão para contribuição social corrente	13	(56)	(40)
Lucro líquido		**380.734**	**319.966**
Quantidade de ações (mil)		**1.742.000**	**1.742.000**
Lucro por ação (em R$)		**0,22**	**0,18**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

	Exercícios 31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	**380.734**	**319.966**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes em controladas	**263**	**289**
Variação de valor justo – TVM	478	526
Impostos diferidos – TVM	(215)	(237)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	-	**234**
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	-	234
Total do resultado abrangente	**380.997**	**320.489**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Exercícios 31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		**(270)**	**(471)**
Lucro líquido		380.734	319.966
Ajustes ao lucro líquido		**(381.004)**	**(320.437)**
Resultado de participação em controlada	8	(380.301)	(319.644)
Receita de juros não recebidos de instrumentos financeiros		(703)	(793)
(Aumento) / Redução dos ativos e passivos		**134**	**(224)**
Outros créditos		(1)	(155)
Impostos e contribuições a pagar		192	57
Impostos pagos		(57)	(126)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(136)**	**(695)**
Atividades de investimento			
Dividendos e JCP recebidos		-	253.378
Aplicações em instrumentos financeiros		148	690
Caixa líquido proveniente nas atividades de investimento		**148**	**254.068**
Atividades de financiamento			
Dividendos pagos	10.3	-	(253.378)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	**(253.378)**
(Redução) / Aumento em caixa e equivalentes de caixa		**12**	**(5)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	9	14
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	21	9

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.742.000**	**8.897**	**1.336.382**	-	**(183)**	**3.087.096**
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	2.725	-	-	-	2.725
Participação no resultado abrangente de controlada – TVM	8	-	-	-	-	289	289
Atualização atuarial	8	-	-	-	-	234	234
Dividendos propostos	10.3	-	-	(101.351)	-	-	(101.351)
Lucro líquido		-	-	-	319.966	-	319.966
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	15.998	(15.998)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	303.968	(303.968)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.742.000**	**11.622**	**1.554.997**	-	**340**	**3.308.959**
Mutação do exercício		-	**2.725**	**218.615**	-	**523**	**221.863**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.742.000**	**11.622**	**1.554.997**	-	**340**	**3.308.959**
Aumento de capital com base em reservas		200.000	-	(200.000)	-	-	-
Pagamento baseado em instrumentos de capital	10.1	-	(789)	-	-	-	(789)
Ajuste ao valor justo – TVM	8	-	-	-	-	263	263
Lucro líquido		-	-	-	380.734	-	380.734
Destinações:							
Reserva legal	10	-	-	19.037	(19.037)	-	-
Reserva estatutária	10	-	-	361.697	(361.697)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.942.000**	**10.833**	**1.735.731**	-	**603**	**3.689.167**
Mutação do exercício		**200.000**	**(789)**	**180.734**	-	**263**	**380.208**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A BSF Holding S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem como objeto social a participação direta no capital de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e essas demonstrações financeiras devem ser lidas com esse contexto. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2025.

2. Base de preparação: Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia decidiu pela não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, conforme facultado pelo CPC 36 (R3), parágrafo 4 (a) itens (a) até (d). A Companhia será consolidada em uma das suas controladoras intermediárias, o Atacadão S.A., que terá suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, disponibilizadas ao público em seu *site* (www.grupocarrefourbrasil.com.br) e em jornal de grande circulação. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração.

3. Moeda funcional: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: títulos de dívida são mensurados pelo custo amortizado.

5. Principais políticas contábeis: *5.1. Apuração do resultado:* As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. ***5.2. Caixa e equivalentes de caixa:*** São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, bem como aplicações em certificados de depósitos bancários, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança do valor de mercado, e que possuem prazo total de aplicação de até 90 dias. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. ***5.3. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:*** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a adotar o CPC 48, que descreve os requerimentos para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros. Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro deve ser reconhecido de acordo com a estratégia de negócio, podendo ser: custo amortizado; valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A Companhia não adota como estratégia de atuação a aquisição de instrumentos financeiros com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente. Dessa forma, a carteira de instrumentos financeiros foi classificada na categoria VJORA. Sob o CPC 48, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a. É mantido dentro de um modelo de negócio, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a. É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b. Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Modelo de negócio** - É determinado em um nível que reflete como os grupos de ativos financeiros são gerenciados em conjunto para atingir um objetivo comercial específico e gerar fluxos de caixa, não dependendo das intenções da Administração em relação a um instrumento individual. Dessa forma, representa se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, venda de ativos financeiros ou ambos. **Características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros: SPPI** ***Test (Solely Payment Principal and Interest Test)*** - O SPPI *Test* tem como objetivo efetuar a avaliação dos fluxos de caixa gerados pelos instrumentos financeiros, verificando se constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Se os termos contratuais introduzirem exposição aos riscos ou volatilidade nos fluxos de caixa, o ativo financeiro é classificado como VJR. Não houve efeitos relevantes decorrentes da avaliação dos modelos de negócio da Companhia na gestão de seus ativos financeiros, assim como, das características do fluxo de caixa contratual destes ativos financeiros. **Redução ao valor recuperável** - A norma traz o conceito de perda esperada (incluindo o uso de informações prospectivas) e classificação em três estágios. Um ativo migrará de estágio de perdas de crédito esperadas à medida que o risco de crédito se deteriorar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado se reverter, o ativo financeiro poderá voltar para o estágio anterior, a menos que seja um ativo financeiro originado com problemas de recuperação de crédito. Estágio 1: a Companhia classifica neste estágio o instrumento financeiro que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial ou que tem um risco de crédito baixo na data do fechamento. A provisão sobre este ativo representa a perda esperada resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses; Estágio 2: se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), o instrumento financeiro será classificado dentro deste estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete a perda estimada da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito, são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e de créditos renegociados; e Estágio 3: um instrumento financeiro é registrado dentro deste estágio, quando ele mostra sinais de deterioração evidentes como resultado de um ou mais eventos que já ocorreram e que se materializam em uma perda. Neste caso, o valor referente à provisão para perdas reflete as perdas esperadas por risco de crédito ao longo da vida residual esperada do instrumento financeiro. **Contabilização de cobertura *(hedge accounting)*** - Os requisitos para contabilização de cobertura *(hedge accounting)* estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e, assim, não possui contabilização de cobertura *(hedge accounting)*. **Inadimplência e problema de recuperação de crédito** - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui "indícios de perda por redução ao valor recuperável", quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. A Companhia considera um ativo financeiro inadimplente quando: a. É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou b. O ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. ***5.4. Receitas de contratos com clientes:*** CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes, o pronunciamento substitui o CPC 30 – Receita e o CPC 17 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (ICPCs 02 e 11). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. ***5.5. Ativos e passivos circulantes:*** Estão apresentados pelo valor de realização, acrescidos, quando aplicável, de rendimentos e variações monetárias. ***5.6. Participação em empresa controlada:*** O investimento da Companhia em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir. ***5.7. Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 mil no mês para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. ***5.8. Demandas judiciais:*** *A Companhia não apresenta registro de demandas judiciais ou extrajudiciais* nas datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de 2023. ***5.9. Reservas de pagamentos baseadas em instrumentos de capital:*** O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga. ***5.10. Uso de estimativas:*** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, das receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente. ***5.11. Novos pronunciamentos, alteração e interpretação de pronunciamentos existentes. 5.11.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024:*** **Alteração ao CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement 2* – Apresentação das demonstrações financeiras e divulgações de políticas contábeis:** as alterações sobre a apresentação das demonstrações financeiras têm o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Elas esclarecem que o direito de adiar a liquidação deve existir no final do período das informações financeiras e que sua classificação não é afetada pela probabilidade da entidade exercer esse direito. Já as alterações do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais" define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem ofuscar as informações contábeis relevantes. A IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações ao CPC 26 (R1) e IFRS *Practice Statement 2* tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, e não apresentaram impactos para essas demonstrações financeiras. **Alteração ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros (evidenciação):** exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de

(Continua...)

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 tiveram vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, e não apresentaram impactos para essas demonstrações financeiras. *5.11.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em exercícios futuros:* **CPC 26 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras:** o CPC 26 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração relacionadas à demonstração de resultados. As alterações ao CPC 26 terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia está avaliando os impactos desta alteração. **Emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) - Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros:** visam aprimorar a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, abordando questões da revisão da IFRS 9 e melhorando divulgações sobre instrumentos patrimoniais avaliados ao valor justo e vinculados a eventos contingentes. As emendas aos CPC 48 e CPC 40 (R1) terão vigência a partir de 1º de janeiro de 2026 e o Banco está avaliando os impactos desta alteração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades (em moeda nacional)	21	5
Total	**21**	**5**

7. Instrumentos financeiros: A carteira de instrumentos financeiros é composta nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
Descrição	**Custo**	**Valor justo**	**Custo**	**Valor justo**
Certificado de depósito bancário - Nível 2 [a]	7.107	7.107	6.552	6.552
Títulos de dívidas	**7.107**	**7.107**	**6.552**	**6.552**

[a] O certificado de depósito bancário classifica-se como Nível 2, pois os preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos e os valores contábeis se aproximam do valor justo, pois o valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título). *7.1. Redução ao valor recuperável:* Com base na metodologia de redução ao valor recuperável, baseada no reconhecimento de perdas esperadas, a Companhia não identificou risco de crédito significativo decorrente das operações realizadas com as contrapartes dos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado e, portanto, não registrou redução ao valor recuperável. *7.2. Exposição ao riscos de taxas de juros:* As taxas de juros nas aplicações financeiras são operações pós-fixadas vinculadas à variação do CDI, com rentabilidade de 100% do DI. *7.3. Risco de crédito:* Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia ao risco de crédito, consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com os critérios e objetivos para diversificação de riscos de crédito. *7.4. Derivativos:* A Companhia não apresentou contratos em aberto de derivativos nas datas-bases de 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

8. Investimento: O investimento em sociedade controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com a participação de 100%. A sociedade controlada é o Banco CSF S.A. ("Banco"), constituído em 31 de agosto de 2006, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777 - 2º Andar - Edifício Villa Lobos - Jardim Universidade Pinheiros - São Paulo - SP. O Banco deu início às suas atividades em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour. E atualmente está autorizado a operar como banco múltiplo, desenvolvendo suas operações por intermédio das carteiras de crédito, financiamento e investimentos regulamentados pelo BACEN e consignado, sendo um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard. As informações demonstradas na tabela a seguir resumem os dados extraídos das demonstrações financeiras do Banco.

Banco CSF S.A.	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido no início do exercício	**3.302.244**	**3.129.233**
Lucro líquido do exercício	380.301	319.644
Dividendos adicionais propostos	-	(149.880)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	(788)	2.724
Outros resultados abrangentes	263	523
Patrimônio líquido no final do exercício	**3.682.020**	**3.302.244**
Saldo total do investimento	**3.682.020**	**3.302.244**
Resultado de equivalência patrimonial	**380.301**	**319.644**

9. Impostos e contribuições a compensar: Os valores dos impostos a compensar referem-se, substancialmente, à diferença entre o valor recolhido com base no cálculo realizado por estimativa da receita bruta e o valor calculado com base no lucro real do exercício.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a compensar	143	143
CSLL a compensar	16	14
Total	**159**	**157**

10. Patrimônio líquido: A Companhia propôs aumento de capital no montante de R$ 200.000, com base em reservas estatutárias, sem emissão de novas ações. A proposta foi aprovada pelos acionistas durante a Reunião do Conselho de Administração (RCA), realizada em 12 de dezembro de 2024. O valor do capital social no exercício passa de R$ 1.742.000 para R$ 1.942.000 e está dividido em 1.742.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. *10.1. Reserva de capital: Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital:* Visa garantir o pagamento de valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com a entrega de instrumentos patrimoniais.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Pagamentos baseados em instrumentos de capital	10.833	11.622

Descrição dos planos de opções de compra de ações - Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A. - O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404/76, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: a. modificar ou encerrar o plano; e b. estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano. Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária (AGO), define: a. os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; b. o preço de exercício das opções outorgadas; c. o cronograma do período de aquisição do direito de exercício (*vesting*); e d. as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting*. Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions*). Plano de Performance *Stock Options* 2019 ("Plano Regular 19") - O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **Prazo para que as opções se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **Prazo máximo para exercício das opções:** até o final do 6º ano da data de tal plano; **Diluição societária máxima:** 2,50% do total de ações do capital social do Grupo, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e **Preço de exercício:** será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e *Free Cash Flow – FCF*); e b. Item relacionado à responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsability – CSR*). Os detalhes dos planos de opções de compra de ações, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Data de aprovação do número de opções autorizadas em AGO	27-jun-17	26-set-19
Número de opções autorizadas	700.364	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos	6 anos
Número de executivos elegíveis	3	8
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,7	21,98
Período de exercício das opções	A partir do IPO até 21 de março de 2023 [a]	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025 [b]

[a] As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência do IPO da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações: - 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO; - 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e - 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO. Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO, as opções outorgadas serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema: - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e - 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO. O vesting do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da oferta primária de ações, 12 meses depois o segundo terço das opções teve seu período de aquisição de direito (*vesting period*) completo e, 24 meses depois, o terceiro. [b] As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga. **Mensuração de valor justo:** O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo. Condições de desempenho que são *non-market vesting conditions* não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são considerados na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período, baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado. O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do *vesting period*. A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado, para os planos de modalidade de opções de compras de ações.

	Plano Pré-IPO	Plano Regular 19
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	3	3
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

Volatilidade e rendimento de dividendos: Plano Pré-IPO: o Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. Estabeleceu-se a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%. **Plano Regular:** o Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no site da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga. A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar. **Conciliação de opções de compra de ações restritas em circulação (planos Pré-IPO e Regular 19)** - Em 31 de dezembro de 2024, o plano Pré-IPO não apresentou opções de ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para o Plano Regular 19, neste mesmo período, foi a seguinte:

	Plano Regular 19
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**339.104**
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(339.104)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-

Descrição dos planos de remuneração em ações

Planos de Performance *Shares* Local 2020 a 2024 ("Plano Regular 20" a "Plano Regular 24") - O regulamento dos Planos Regulares 20 e 21 da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, o Plano Regular 22 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, o Plano Regular 23 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 1º de junho de 2023 e o Plano Regular 24 foi baseado no regulamento atualizado em AGE de acionistas, realizada em 7 de maio de 2024, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem: **Elegibilidade:** os administradores e empregados do Grupo; **Beneficiários:** os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo; **Prazo para que as ações se tornem exercíveis:** 36 meses após cada outorga; **Prazo máximo para exercício das ações:** as ações são transferidas para o executivo na data do vesting; **Preço de exercício:** não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos; e **Diluição societária máxima:** para os Planos Regulares 20 e 21, foi determinado 2,50% do total de ações do capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as ações concedidas e não exercidas no âmbito destes planos, bem como dos demais planos locais aprovados. Para os Planos Regulares 20, 21 e 22, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e FCF); b. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return* - TSR); c. Item relacionado à CSR; e d. Item relacionado à transformação digital da empresa. Para os Planos Regulares 23 e 24, o número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com pesos de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (Resultado Operacional Corrente - ROC e FCF); b. Condição relacionada à valorização da TSR; e c. Item relacionado à CSR. Os detalhes dos planos de remuneração em ações locais, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Regular 20	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Data de aprovação do número de ações em reunião do Conselho de Administração	10-nov-20	25-ago-21	5-mai-22	1º-jun-23	7-mai-24
Número de ações autorizadas	154.702	311.745	130.240	328.825	277.498
Prazo de vida contratual esperada das ações	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Número de executivos elegíveis	5	16	16	16	16
Data do vesting [a]	10-nov-23	25-ago-24	5-mai-25	1º-jun-26	7-mai-27
Valor justo de cada ação (em R$ por ação)	17,35	14,56	13,10	11,58	11,93

[a] As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Conciliação de ações restritas em circulação (planos regulares) - Em 31 de dezembro de 2024, o Plano Regular 20 não apresentou ações pendentes e não teve movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024. A movimentação para os demais planos, neste mesmo período, foram as seguintes:

	Plano Regular 21	Plano Regular 22	Plano Regular 23	Plano Regular 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**153.701**	**84.066**	**314.542**	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	277.498
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(152.399)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	(1.302)	(6.034)	(24.717)	(10.000)
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	**78.032**	**289.825**	**267.498**

Plano de Performance *Shares* Grupo 2021 a 2024 ("Plano Grupo 21" a "Plano Grupo 24") - Baseado na recomendação do Comitê de Remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada: a. Duas condições relacionadas à performance financeira (ROC e FCF); b. TSR; e c. Item relacionado à CSR. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas. Os detalhes dos planos de ações Grupo, em 31 de dezembro de 2024, estão demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Data de outorga [a]	17-fev-21	16-fev-22	14-fev-23	14-fev-24
Data da RCA	14-jun-19	21-mai-21	21-mai-21	23-mai-23
Data do vesting [b]	14-fev-24	16-fev-25	14-fev-26	14-fev-27
Total de ações outorgadas na data de outorga	23.500	18.675	9.500	20.220
Valor justo de cada ação (em EUR por ação) [c]	11,85	14,21	12,92	15,80

[a] Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).
[b] As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.
[c] Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period*. **Conciliação de ações em circulação (planos Grupo)** - A movimentação dos planos de ações entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2024 foram os seguintes:

	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22	Plano Grupo 23	Plano Grupo 24
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2023	**10.600**	**10.575**	**9.500**	-
Ações outorgadas até 31 de dezembro de 2024	-	-	-	20.220
Ações exercidas até 31 de dezembro de 2024	(10.600)	-	-	-
Ações canceladas até 31 de dezembro de 2024	-	(950)	-	-
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2024	-	**9.625**	**9.500**	**20.220**

Despesas reconhecidas no resultado - As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2024, o montante de R$ 318 (31/12/2023: R$ 2.733). *10.2. Reserva de lucros: 10.2.1. Reserva legal:* Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Companhia. Além disso, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva legal", em 31 de dezembro de 2024, foi de R$ 19.037 (31/12/2023: R$ 15.958). *10.2.2. Reserva estatutária:* Visa garantir meios financeiros para a operação da Companhia, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor. O montante do lucro líquido destinado para a rubrica "reserva estatutária", em 31 de dezembro de 2024, foi de R$ 361.697 (31/12/2023: R$ 303.968). *10.3. Dividendos:* De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Companhia, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Companhia. De acordo com a RCA de 12 de dezembro de 2024, os acionistas aprovaram a proposta da Administração pela não distribuição de dividendos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e a BSF Holding S.A. não pagou dividendos aos seus acionistas.

	31/12/2023	
Descrição	**Total**	**Reais por ação**
Dividendos mínimos obrigatórios referente a 31 de dezembro de 2022 [a]	152.027	0,08727
Dividendos adicionais propostos [b]	101.351	0,05818
Total de dividendos pagos	**253.378**	**0,08727**

[a] Na AGO de 28 de abril de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, liquidados em 20 de junho de 2023.
[b] Na AGE de 17 de junho de 2023, retificada em 6 de fevereiro de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores, liquidados em 20 de junho de 2023.

11. Demonstração do resultado: *11.1. Receitas operacionais*

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de participação em controlada (nota 8)	380.301	319.644
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	703	794
Outras receitas operacionais	5	-
Total	**381.009**	**320.438**

11.2. Despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de publicações	(54)	(51)
Despesas bancárias	(1)	(1)
Total	**(55)**	**(52)**

11.3. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Perdas operacionais	-	(246)
PIS e COFINS	(33)	(37)
Outras despesas operacionais	-	(8)
Total	**(33)**	**(291)**

12. Transações entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas: a. Controladora direta - Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; b. Acionista minoritária - Itaú-Unibanco S.A.; e c. Controlada direta - Banco CSF S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
Partes relacionadas / Operações	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Banco CSF S.A.				
Certificado de depósito bancário	7.107	6.552	703	793

13. Imposto de renda e contribuição social: As demonstrações do cálculo do imposto de renda e da contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são como segue:

13.1. Despesas com impostos e contribuições

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**380.921**	**320.095**
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(129.513)	(108.832)
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:		
Equivalência patrimonial	129.302	108.679
Efeito tributário do adicional de IRPJ	24	24
Total	**(187)**	**(129)**

13.2. Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	380.921	320.095
Imposto de renda e contribuição social	187	129
Alíquota efetiva	**0,05%**	**0,04%**

14. Gerenciamento de riscos: A Administração da Companhia adota política conservadora de gerenciamento de riscos. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos, principalmente, pelos saldos de aplicações em instrumentos financeiros. A Companhia avalia o risco de crédito da contraparte/emissores dos instrumentos financeiros. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(Continua...)

Eufrázio

BSF HOLDING S.A.

CNPJ 05.676.559/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 - (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

15. Outras informações

15.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		
Descrição	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**152.027**	**1.742.000**	**1.336.382**	**3.230.409**
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	319.966	319.966
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos adicionais propostos	(152.027)	-	(101.351)	(253.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**1.742.000**	**1.554.997**	**3.296.997**
Recursos provenientes da destinação do resultado	-	-	380.734	380.734
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Aumento de capital social	-	200.000	(200.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**-**	**1.942.000**	**1.735.731**	**3.677.731**

15.2. Passivos contingentes: A Companhia não tem conhecimento de contingência passiva classificada com risco de perda provável ou possível. Dessa forma, não há provisão constituída para passivos contingentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, e não há causas a serem divulgadas nas demonstrações financeiras.

A DIRETORIA

Diretor Presidente - Felipe Carneiro Gonçalves Gomes

Diretor Financeiro - Rafael Bandeira de Almeida

Diretor sem designação específica - Aydes Batista Marques Junior

CONTADORA

Valéria Dias Prates - CRC nº 1SP239180/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da BSF Holding S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BSF Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSF Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2025

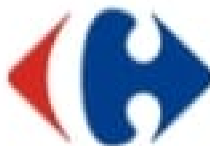
Deloitte.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

Somos o braço financeiro da **maior varejista** do Brasil



Saiba mais sobre o **Banco Carrefour**



GRUPO CARREFOUR BRASIL



Eufrázio

agro.estadao.com.br

agro ESTADÃO

CONHEÇA O PORTAL AGRO ESTADÃO

A mais tradicional e completa cobertura do agro sob nova perspectiva



Uma parceria:

ESTADÃO 150 broadcast agro PYXYS

Criação:

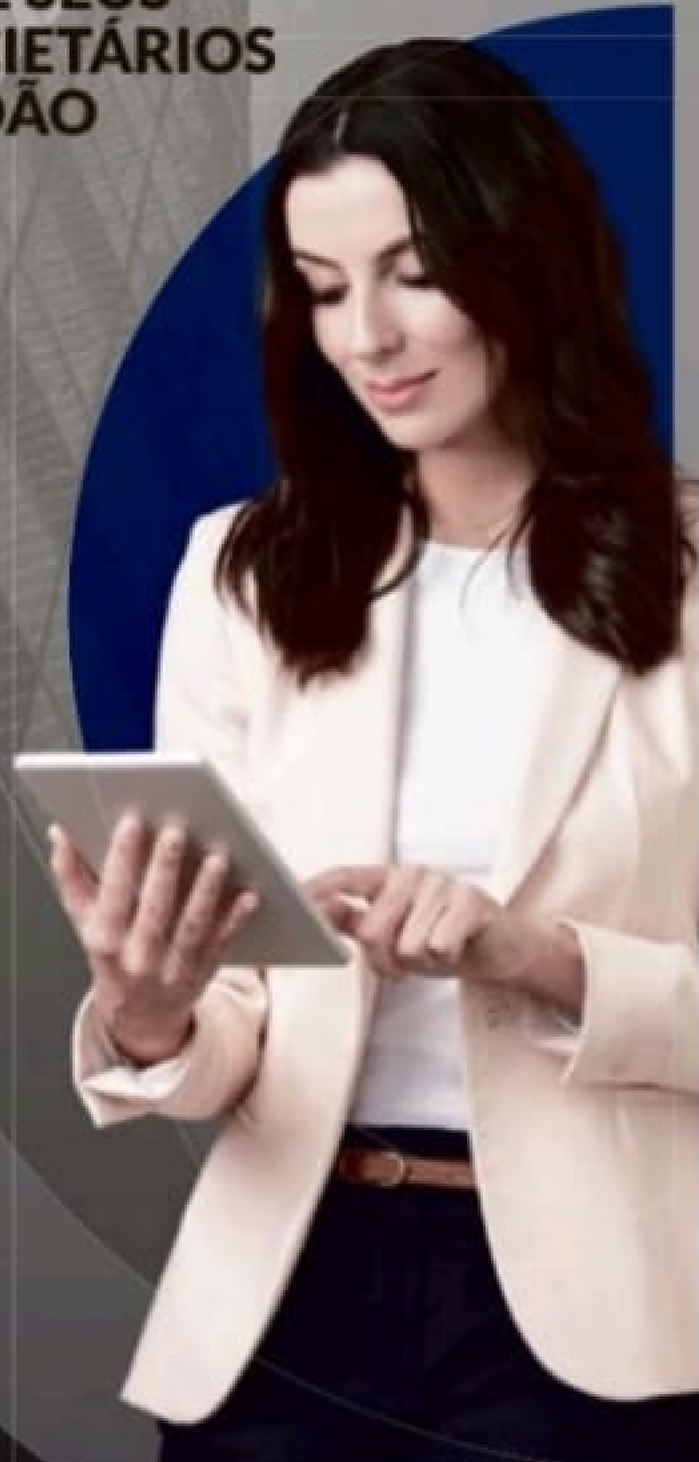
ESTADÃO BLUE STUDIO

Eufrázio

ESTADÃO

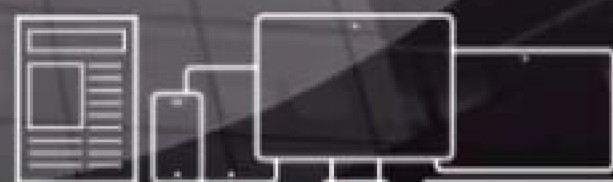
QUER RESULTADOS?

PUBLIQUE SEUS ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO



CONTEÚDO RELEVANTE DE SEGUNDA A SEGUNDA

Há 150 anos o Estadão leva informação editorial com transparência e credibilidade, admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o Brasil.



ESTADÃO RI

DIVULGAÇÃO MULTIPLATAFORMA DE RESULTADOS FINANCEIROS E NOTÍCIAS DE EMPRESAS



LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS



A FORÇA DO IMPRESSO +2,2M DE LEITORES



CIRCULAÇÃO NACIONAL 209.132 EXEMPLARES (IMPRESSO+DIGITAL)



ESTADÃO.COM 34M VISITANTES ÚNICOS



LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

A MELHOR MULTIPLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

ACESSE E CONHEÇA



CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL (11) 3856-2442

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

FONTES: IVC | PORTAL GOOGLE ANALYTICS NOV/22

ESTADÃO RI
A melhor multiplataforma
de Relações com Investidores

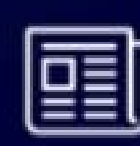
Fique por dentro dos principais
Fatos Relevantes das companhias
de seu interesse.


AMBIENTE SEGURO PARA COMUNICAÇÃO DAS MARCAS


INFORMAÇÕES EM TEMPO REAL


BUSCADOR INTELIGENTE


PUBLICIDADE E CONTEÚDO INTEGRADOS


CONTEÚDOS DE E&N RELACIONADOS


PORTAL
ESTADÃO RI


ATOS SOCIETÁRIOS, FATOS RELEVANTES E NOTÍCIAS QUE ENVOLVEM AS PRINCIPAIS EMPRESAS DO PAÍS

SAIBA MAIS EM: ESTADAORI.ESTADAO.COM.BR

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107,3 ESTADÃO BLUE STUDIO AE AGÊNCIA ESTADO broadcast